



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**PATRICIA CHAME DIAS**

**TRABALHO E LAZER NA METRÓPOLE:  
LUGARES E FLUXOS  
DAS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS  
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

**Salvador – BA  
Setembro – 2016**

**PATRICIA CHAME DIAS**

**TRABALHO E LAZER NA METRÓPOLE:  
LUGARES E FLUXOS  
DAS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS  
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa

**Salvador - BA  
Setembro – 2016**

Ficha Catalográfica elaborada pela  
Biblioteca do Instituto de Geociências – UFBA

D541 Dias, Patricia Chame.

Trabalho e lazer na metrópole: lugares e fluxos das diferentes  
classes sociais na Região Metropolitana de Salvador / Patricia Chame  
Dias. - Salvador, 2016.

358 f. : il. + anexo

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de  
Geociências, 2016.

1. Geografia humana – Salvador, Região Metropolitana de (BA). 2.  
Trabalho. 3. Lazer. 4. Classes sociais. I. Serpa, Angelo Szaniecki Perret.  
II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3(813.8)

## TERMO DE APROVAÇÃO

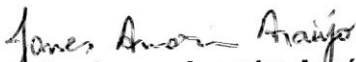
### TRABALHO E LAZER NA METRÓPOLE: LUGARES E FLUXOS DAS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

PATRICIA CHAME DIAS

BANCA EXAMINADORA



**Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa**  
Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFBA, Brasil.



**Prof. Dr. James Amorim Araújo**  
Doutor em Geografia Humana  
Departamento de Ciências Humanas, UNEB, Brasil.



**Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos**  
Doutor em Geografia  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, UEFS, Brasil.



**Prof. Dr. Wendel Henrique Baumgartner**  
Doutor em Geografia  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFBA, Brasil.



**Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito**  
Doutor em Geografia Humana  
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, UNESP, Brasil

Aprovada em Sessão Pública de 22 de setembro de 2016

*A Francisco,  
porque “o meu melhor amigo é o meu amor”.*

## **AGRADECIMENTOS**

Jamais imaginei que faria um curso de doutorado. Não pensava sobre isso. Tanto mais nesse momento da vida, quando as coisas pareciam caminhar para uma estável e acachapante rotina. Mas, foi exatamente isso que me inquietou e impulsionou para o novo.

Tratou-se de um recomeço. Não apenas por voltar a estudar, mas também pelos assuntos que escolhera abordar. Tudo era novidade! Uma loucura completa... Por mais que achasse que o tivesse feito, não conseguia dimensionar o tamanho do desafio que me colocava. Foram muitos os momentos em que questionava o motivo lançar-me a um processo tão desgastante. E a resposta era sempre a mesma: o prazer. Aprender é algo que me dá imenso prazer. Exauri-me, mas, me faz feliz. Então, prosseguia, ainda que o corpo desse sinais de cansaço e que a tensão me fizesse passar meses sem dormir uma noite inteira.

Compensou? Sim. Não há como negar que apenas o fato de concluir este trabalho tem um gosto de satisfação, ainda que a sensação de que está incompleto e falho esteja sempre presente. Impossível escapar a isso. Afinal, no passado, quando me dedicava à leitura da teoria proposta por Sigmund Freud, aprendi que é a falta que nos move.

Foi uma extensa e exaustiva viagem sobre os livros e sobre a realidade ao meu redor. Uma viagem solitária, por certo, mas, aqui e ali, contei com parceiros, sem os quais ela não chegaria a bom termo. Noutras palavras, sem o apoio de algumas instituições e o carinho e contribuição de várias pessoas muito do que está nessa tese não teria sido possível.

Por isso, sinceros agradecimentos:

- A Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Conder), em particular ao senhor Fernando Cabussú, coordenador executivo do Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (Informs), e à Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana do Município de Lauro de Freitas, especificamente à senhora Laila Freitas Jorge, responsável pelo Departamento de Dados e Referências, por disponibilizarem bases que subsidiaram a elaboração de parte dos mapas contidos nesta tese.
- A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), especificamente a Jonatas Silva do Espírito Santo e a Livia Silva Sousa, da Coordenação de Pesquisas Sócio-Populacionais, pela elaboração de tabelas com microdados do Censo Demográfico de 2010.

- A Laumar Neves de Souza, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs), pela elaboração e disponibilização de dados sobre o mercado de trabalho formal.
- Às colegas da SEI, instituição na qual trabalho, Eliana Marta Silva Sousa, Eletice Rangel, Elisabete Cristina Teixeira Barreto e a Rita de Cássia da Silva Luquini, pelo apoio carinhoso e constante. A Eliana, agradeço também por padronizar as referências bibliográficas. A Elisabete, por ter contribuído para a padronização de estilo do trabalho.
- A Desirée Alves Celestino Santos, pela paciência, carinho e preocupação na elaboração dos mapas.
- A Mayara Michella Sena Araújo, pelo incentivo e confiança em meu trabalho.
- A Diva Maria Ferlin Lopes, desde sempre companheira e certa de que chegaria a este momento. Grata também pela colaboração nas traduções.
- Ao Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação. Inestimável o que aprendi na convivência com esse grupo, valiosa a acolhida que me deu.
- A Associação dos Moradores do Aracui (AMA), especialmente a Antonio Roberto dos Santos, seu diretor, pela disponibilidade em receber-me e prestar informações.
- A todos os que abriram as portas de suas casas e gentilmente responderam aos questionários ou concederam entrevistas, material que fundamentou as análises desta pesquisa. Sem essas pessoas, esta tese não aconteceria.

Muito mais especial é o agradecimento aos integrantes de minha banca examinadora. Aos professores Wendel Henrique Baumgartner, Janio Santos, parceiros em outras jornadas, James Amorim Araújo e Maria Encarnação Beltrão Sposito, agradeço imensamente pela leitura atenta do trabalho, pelas observações duras e gentis, e pelo muito que tentaram me ensinar nesse processo.

Ao meu orientador, professor Angelo Serpa, pela confiança, estímulo, colaboração e carinho. Por me apresentar desafios e não permitir que eu trilhasse os caminhos mais fáceis, me estimulou a crescer intelectualmente. Muito, muito obrigada.

Mas, essa jornada não se confirmaria sem o pilar que é minha família.

A meus pais, que me ensinaram a valorizar o conhecimento, agradeço por sempre acreditarem em mim e valorizarem meu esforço.

A Pedro e Lucas, filhos amados e admirados, por entenderem minha tensão e meus momentos de ausência, pelo seu carinho e pelos beijos e abraços que recebi enquanto estava às voltas com os livros e à frente do computador, agradeço com meu coração.

A Francisco, grande companheiro, constante incentivador, uma pessoa que vê em mim qualidades superiores às que possuo, meu amor e minha gratidão sem tamanho.



*VERDADE*

*A porta da verdade estava aberta,  
mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil.  
E os perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia seus fogos.  
Era dividida em metades  
diferentes um das outras.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhum das duas era totalmente bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

*Carlos Drummond de Andrade*

## RESUMO

Partindo de dois pressupostos fundamentais — o homem, ao realizar a vida, pela prática socioespacial, atribui conteúdo e sentido ao espaço; e, cada classe social tem modos particulares de interpretar, usar e se apropriar do espaço —, a proposta desta tese foi a de compreender como as diferentes classes sociais se apropriam de frações do espaço metropolitano nos processos de reprodução da vida. A partir da leitura de Henri Lefebvre, considerou-se a tríade casa/bairro, trabalho e lazer como uma referência para essa reflexão. Para desenvolver essa pesquisa, além da aplicação de questionários e realização de entrevistas com moradores de dois bairros de Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador, fez-se um levantamento teórico sobre esses temas e utilizaram-se dados secundários. Sendo assim, após estabelecer os critérios para definir e distribuir os sujeitos da pesquisa, em classes sociais, verificou-se como eles compreendiam seu lugar de moradia e os termos trabalho e lazer. Sobretudo, analisou-se o direcionamento de seus fluxos referentes à realização dessas práticas. Como resultado, evidenciou-se que, no plano do discurso, independentemente da classe social, a interpretação atribuída ao trabalho e ao lazer alinhavam-se com as apresentadas pela ideologia dominante. No entanto, as classes populares relacionam mais frequentemente trabalho a sobrevivência e lazer a diversão e distração, enquanto as médias e (médias) superiores mais associam mais o primeiro desses termos à formação do homem e da sociedade e, o segundo, a descanso e relaxamento. No que tange aos fluxos de trabalho, enquanto para as classes médias e (médias) superiores a capital baiana apresenta significativa importância, para as classes populares esses fluxos são quase totalmente destinados à cidade de moradia. Os deslocamentos voltados ao lazer, em termos de volume e de direcionamento, são mais variados em todas as classes. Entretanto, quando se avaliam aqueles que saem de Lauro de Freitas e as atividades a eles relacionadas, nota-se que nas classes (médias) superiores eles se revelam mais diversos em termos de espaço apropriado. Assim, diferindo do que se nota nos discursos, a prática socioespacial revela que, no processo de reprodução, há uma associação entre a porção do espaço usado/apropriado, as atividades que nele se desenvolvem e a classe social. Desse modo, aqueles que integram as classes populares circulam num espaço mais restrito e próximo ao de sua moradia, o que, em contrapartida, lhes permite apropriar-se dele de modo mais intenso.

Palavras-chave: Metrópole. Trabalho. Lazer. Classe social. Região Metropolitana de Salvador.

## ABSTRACT

We start from the assumption of two fundamental ideas — in order to accomplish life, throughout social and spatial activities, human being attributes contents and meanings to the space; and, each social class has its proper manners of interpreting space, ways of using and self-appropriating it —, the proposal of this thesis was to understand how the different social classes appropriate fractions of the metropolitan space in the processes of reproduction of life. Starting from Henri Lefebvre's readings, we considered the triad house/quarter, work and leisure as a reference for such reflection. In order to develop this research, more than the application of questionnaires and carry out interviews with residents of two residential quarters of Lauro de Freitas, a municipal district in the Metropolitan Area of Salvador, it was made a theoretical survey on those themes and also secondary data were used. By this way, after settling and defining research criteria for subject's distribution into social classes, we tried to verify how they could understand their home position and also, the terms work and leisure. Above all, we analyzed the flows directions of their social and spatial activities. regarding their accomplishment. As a result, it was evidenced that, in the plan of the speech, independently of the social class, the interpretation attributed to the terms work and leisure are related to those presented by the dominant ideology. However, the popular classes frequently bring into relationship the term work with survival and the term leisure with amusement and recreation, while the medium and upper (medium) classes associate the first of those terms to man's and society's formation and, the second term to rest and relaxation. With respect to the job streams, while for the medium and upper (medium) classes the Bahia's capital city presents expressive importance, while for the popular classes those streams are almost totally destined to the home city. Considering by its volume and directions, the displacements oriented to leisure, are quite varied in all of the classes. However, when we evaluate the leaving off Lauro de Freitas ones and the activities related to them, it is noticed that in the upper (medium) classes those displacements revealed much more differences in terms of space appropriation. So, differing of that we can perceive in the speeches, the social and spatial activities reveal that, during the reproduction process, there is an association between the portion of the used/appropriated space and the activities that grow in it, and the respective social class, By this way, those that integrate the popular classes circulate in a more restricted and close space to their home, which, as a compensation, allow them to appropriate such space in a more intense way.

Keywords: Metropolis. Work. Leisure. Social class. Metropolitan Area of Salvador.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

## MAPAS

Mapa 1. Região Metropolitana de Salvador. Bahia. 2015.....	24
Mapa 2. Delimitação oficial do Bairro do Aracui e situação no município. Lauro de Freitas. 2015.....	32
Mapa 3. Delimitação oficial do Bairro de Pitangueiras e situação no município. Lauro de Freitas. 2015.....	33
Mapa 4. Área da pesquisa. Trechos dos bairros do Aracui e de Pitangueiras. Lauro de Freitas. RMS. Bahia. 2015 .....	42
Mapa 5. Principais vias de circulação e polos industriais. RMS. 2015 .....	118
Mapa 6. Evolução da ocupação de área de pesquisa. Trechos dos bairros Aracui e Pitangueiras. 1959-2002 .....	134
Mapa 7. Localização das tipologias habitacionais (áreas aproximadas). 2014.....	166
Mapa 8. Direcionamento dos fluxos de trabalho. RMS. 2010 .....	245
Mapa 9. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes populares. Lauro de Freitas. 2014 .....	285
Mapa 10. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes populares. RMS e outros destinos. 2014.....	286
Mapa 11. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes médias. Lauro de Freitas. 2014 .....	294
Mapa 12. Direcionamento e intensidade dos fluxos dos fluxos de trabalho e de lazer das classes médias. RMS e outros destinos. 2014.....	295
Mapa 13. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes (médias) superiores. Lauro de Freitas. 2014.....	300
Mapa 14. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes (médias) superiores. RMS e outros destinos. 2014 .....	301
Mapa 15. Destinos e intensidade dos fluxos de trabalho dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, por classe social. Lauro de Freitas. 2014.....	305
Mapa 16. Destinos e intensidade dos fluxos de trabalho dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, por classe social. RMS e outros destinos. 2014 .....	306
Mapa 17. Destinos e intensidade dos fluxos de lazer dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, por classe social. Lauro de Freitas. 2014.....	312
Mapa 18. Destinos e intensidade dos fluxos de lazer dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, por classe social. RMS e outros destinos. 2014 .....	314

## TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos domicílios e dos sujeitos de pesquisa em classes sociais, por sexo e número de domicílios. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	88
Tabela 2. Distribuição dos sujeitos de pesquisa por perfil ocupacional e classes sociais. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	88
Tabela 3. População, taxa de crescimento e incremento demográfico absoluto. RMS. 1960-1980 .....	114
Tabela 4. População, taxa de crescimento e incremento demográfico absoluto. RMS. 1980-2010 .....	127
Tabela 5. Distribuição dos domicílios por tempo de uso como residência pelos atuais moradores, segundo a classe social. Pitangueiras e Aracui. 2014.....	135
Tabela 6. Distribuição relativa dos ocupados das classes populares por tipo de ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	203
Tabela 7. Distribuição relativa dos ocupados das classes populares por posição na ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	204
Tabela 8. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes populares. Pitangueiras e Aracui. 2014.....	204
Tabela 9. Distribuição relativa dos ocupados das classes médias por tipo de ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	208
Tabela 10. Distribuição relativa dos ocupados das classes médias por posição na ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	209
Tabela 11. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes médias. Pitangueiras e Aracui. 2014.....	210
Tabela 12. Distribuição relativa dos ocupados das classes (médias) superiores, por posição na ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	213
Tabela 13. Distribuição das atividades de lazer das classes (médias) superiores. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	214
Tabela 14. Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício da atividade principal. Bahia. RMS. 2010 .....	242
Tabela 15. Origem e destino da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que trabalha fora do município de residência. RMS. 2010 .....	244
Tabela 16. Participação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e seção de atividade do trabalho principal. RMS. 2010 .....	247
Tabela 17. Destinos das viagens casa-trabalho e participação no total. Municípios da RMS. 2012 .....	262
Tabela 18. Origem e destinos das viagens casa-trabalho, exceto origem e destino no mesmo município, e participação no total. Municípios da RMS. 2012.....	263
Tabela 19. Distribuição dos municípios por destinos das viagens para outros fins, que não trabalho, exceto origem e destino no mesmo município. Municípios da RMS. 2012 .....	265
Tabela 20. Índice de mobilidade e taxa de imobilidade do total de viagens, por grupo etário. RMS. 2012.....	267
Tabela 21. Índice de mobilidade e taxa de imobilidade do total de viagens, por grau de instrução. RMS. 2012 .....	268

Tabela 22. Índice de mobilidade do total de viagens, por classe econômica. RMS. 2012...	268
Tabela 23. Participação dos modos de deslocamento no total de viagens. RMS. 2012.....	269
Tabela 24. Participação dos municípios por lugar de trabalho das classes sociais. Municípios. Bahia e Brasil. 2014 .....	303
Tabela 25. Participação dos municípios por lugar de realização de atividades de lazer por classes sociais. Municípios. Bahia, Brasil e outros países. 2014 .....	311

## GRÁFICOS

Gráfico 1. Participação dos ocupados por classe social no total de ocupados. Pitangueiras e Aracui. 2014.....	90
Gráfico 2. Características de Pitangueiras e do Aracui no passado, segundo seus moradores, por classe social (em %). 2014 .....	150
Gráfico 3. Características de Pitangueiras e do Aracui no presente, segundo seus moradores (em %). 2014.....	154
Gráfico 4. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes populares. Pitangueiras e Aracui. 2014.....	205
Gráfico 5. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes médias. Pitangueiras e Aracui. 2014.....	211
Gráfico 6. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes (médias) superiores. Pitangueiras e Aracui. 2014 .....	215
Gráfico 7. Significados de trabalho, segundo as classes sociais. Pitangueiras e Aracui (em %). 2014.....	219
Gráfico 8. Significados de lazer, segundo as classes sociais. Pitangueiras e Aracui (em %). 2014.....	229
Gráfico 9. Pessoas ocupadas 10 anos e mais que se deslocam para trabalhar por participação na posição na ocupação. RMS. 2010 .....	250
Gráfico 10. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais que trabalham no município de residência por nível de instrução. Municípios da RMS. 2010 .....	253
Gráfico 11. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais que trabalham fora do município de residência, por nível de instrução. Municípios da RMS. 2010 .....	254
Gráfico 12. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais de idade que trabalham no município de residência, por classe de rendimento nominal domiciliar <i>per capita</i> . Municípios da RMS, 2010.....	257
Gráfico 13. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais de idade que trabalham fora do município de residência, por classe de rendimento <sup>1</sup> nominal domiciliar <i>per capita</i> <sup>2</sup> . Municípios da RMS, 2010 .....	258
Gráfico 14. Distribuição do total de viagens por motivo de realização. RMS, 2012 .....	260
Gráfico 15. Distribuição dos municípios por origem das viagens para outros fins que não trabalho, exceto origem e destino no mesmo município. RMS, 2012.....	266



## QUADROS

Quadro 1. Critérios fundamentais para identificação das classes sociais dos sujeitos da pesquisa.....	83
Quadro 2. Informações gerais dos entrevistados .....	96
Quadro 3. Direcionamento dos fluxos para trabalho das classes populares e atividades realizadas. Municípios, RMS e Bahia. 2014 .....	280
Quadro 4. Direcionamento dos fluxos para lazer das classes populares e atividades realizadas. Municípios, RMS, Bahia e Brasil. 2014 .....	282
Quadro 5. Direcionamento dos fluxos para trabalho das classes médias e atividades realizadas. Municípios, RMS, Bahia e Brasil. 2014 .....	289
Quadro 6. Direcionamento dos fluxos para lazer das classes médias e atividades realizadas. Municípios, RMS, Bahia e Brasil 2014.....	292
Quadro 7. Direcionamento dos fluxos para trabalho das classes (médias) superiores e atividades realizadas. Municípios, RMS, Bahia e Brasil. 2014 .....	297
Quadro 8. Direcionamento dos fluxos de lazer das classes (médias) superiores e atividades realizadas, por municípios. Municípios, RMS, Bahia, Brasil e outros países. 2014 .....	299

## FOTOS

Foto 1. Praça da Matriz. Lauro de Freitas. Anos 1960 .....	115
Foto 2. Rua Abelardo Andréa. Lauro de Freitas. Anos 1960 .....	115
Foto 3. Aspectos das ruas de acesso à Praia de Ipitanga. Centro. Lauro de Freitas. Início dos anos 1970 .....	116
Foto 4. Aspectos das ruas do Centro. Lauro de Freitas. Início dos anos 1970 .....	116
Foto 5. Abertura do acesso à Praia e Loteamento Ipitanga. Aracui. Lauro de Freitas. Meados da década de 1970 .....	138
Foto 6. Moradias das classes populares. Rua Brigadeiro Alberto Costa Matos, área de ocupação antiga. Aracui. 2014.....	158
Foto 7. Moradias das classes populares. Rua Brigadeiro Alberto Costa Matos. Aracui. 2014 .....	158
Foto 8. Domicílio e lugar de trabalho. Rua Brigadeiro Alberto .....	159
Foto 9. Espaços residenciais fechados similares. Rua Juracy Magalhães. Pitangueiras. 2014 .....	160
Foto 10. Diferentes tipos de espaços residenciais fechados. Rua Juracy Magalhães. Pitangueiras. 2014.....	160
Foto 11. Aspectos dos espaços residenciais fechados. Rua Juracy Magalhães, proximidades do Largo de Arcanja. Pitangueiras. 2014.....	161
Foto 12. Residências nas proximidades do Largo de Arcanja. Rua Juracy Magalhães. Pitangueiras. 2014.....	161
Foto 13. Moradias populares. Rua Noêmia Paranhos. Pitangueiras, área de ocupação antiga. 2014.....	162
Foto 14. Antigas moradias populares. Rua Noêmia Paranhos. Pitangueiras. 2014.....	163
Foto 15. Espaços residenciais fechados. Rua Noêmia Paranhos. Pitangueiras. 2014.....	163
Foto 16. Espaço residencial fechado. Rua Noêmia Paranhos.....	164
Foto 17. Diferentes padrões de moradias. Rua Jardim Ipanema. Pitangueiras. 2014.....	164
Foto 18. Diferentes padrões de moradias. Rua Jardim Ipanema. Pitangueiras. 2014.....	165
Foto 19. Espaço residencial fechado. Rua Jardim Ipanema.....	165

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agerba – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos e Energia, Transportes e Comunicações da Bahia

AMA – Associação de Moradores do Aracui

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAB – Centro Administrativo da Bahia

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEF – Caixa Econômica Federal

CIA – Centro Industrial de Aratu

Concla – Comissão Nacional de Classificação

Conder – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador

Copec – Complexo Petroquímico de Camaçari

Derba – Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

O-D – Origem e destino

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEA – População economicamente ativa

PEDRMS – Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador

Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RMC – Região Metropolitana de Campinas

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Seinfra – Secretaria da Infraestrutura do Governo da Bahia

Setre – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

SM – Salário mínimo

Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TAC – Termo de Acordo e Compromisso

UFBA – Universidade Federal da Bahia

Uneb – Universidade do Estado da Bahia

Unime – União Metropolitana de Educação e Cultura

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. DAS INDAGAÇÕES INICIAIS AO CAMINHO PERCORRIDO .....	19
1.1. DAS HIPÓTESES AOS OBJETIVOS E OS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS .....	37
1.2. O PERCURSO DO TEXTO .....	44
CAPÍTULO 2. CLASSE SOCIAL: REFLEXÕES E DEFINIÇÕES .....	46
2.1. CLASSES SOCIAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS: APROXIMAÇÕES E ABORDAGENS .....	49
2.2. PRESSUPOSTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA CLASSE SOCIAL .....	66
2.3. OS SUJEITOS DA PESQUISA POR CLASSE SOCIAL .....	84
CAPÍTULO 3. ASPECTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA RMS E EM LAURO DE FREITAS E AS CARACTERÍSTICAS DO ARACUI E DE PITANGUEIRAS .....	99
3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE PRODUÇÃO DO ESPAÇO, CIDADE E CAPITALISMO .....	100
3.2. LAURO DE FREITAS, EXPANSÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E A PRODUÇÃO DA CIDADE DORMITÓRIO .....	107
3.3. LAURO DE FREITAS, O CAPITAL IMOBILIÁRIO E A METROPOLIZAÇÃO .....	121
3.4. AS MUDANÇAS NO ARACUI E EM PITANGUEIRAS NA AVALIAÇÃO DE SEUS MORADORES .....	131
3.1. CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO DE MORADIA E AS CLASSES SOCIAIS .....	149
CAPÍTULO 4. TRABALHO E LAZER: SIGNIFICADOS E SENTIDOS .....	170
4.1. A NOÇÃO DE COTIDIANO .....	172
4.2. SIGNIFICADOS DE TRABALHO .....	178
4.3. SIGNIFICADOS DE LAZER .....	192
4.4. SENTIDOS DE TRABALHO E DE LAZER: O DISCURSO E AS PRÁTICAS .....	201
4.4.1. Classes populares .....	201
4.4.2. Classes médias .....	207
4.4.3. Classes (médias) superiores .....	212
4.5. TRABALHO E O LAZER NO DISCURSO DAS CLASSES SOCIAIS .....	215
CAPÍTULO 5. POSSIBILIDADES DE USO E DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO: FLUXOS E LUGARES DE TRABALHO E DE LAZER DAS CLASSES SOCIAIS .....	233
5.1. MOBILIDADE NA RMS: RESULTADOS DE PESQUISAS OFICIAIS .....	238
5.1.1. Censo Demográfico de 2010 .....	239
5.1.2. Pesquisa de Origem Destino Domiciliar .....	259
5.1.3. Ponderações sobre as duas pesquisas .....	269
5.2. FLUXOS E LUGARES DE TRABALHO E LAZER DOS MORADORES DO ARACUI E DE PITANGUEIRAS .....	276
5.2.1. Classes populares .....	279
5.2.2. Classes médias .....	288

5.2.3. Classes (médias) superiores .....	296
5.3. OS FLUXOS DAS CLASSES SOCIAIS E OS LUGARES APROPRIADOS .....	302
CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES E QUESTÕES EM ABERTO.....	318
REFERÊNCIAS .....	329
APÊNDICES .....	343

**CAPÍTULO 1**  
**DAS INDAGAÇÕES INICIAIS AO CAMINHO PERCORRIDO**

A existência humana deixa marcas no espaço. Se as estratégias políticas e ideológicas e os interesses econômicos revelam-se essenciais na produção do espaço, as ações ordinárias, os movimentos e relações que os indivíduos realizam no dia a dia são igualmente partícipes dessa produção. Pensar nesses termos implica compreender o agir cotidiano como algo indissociável da totalidade social. Do mesmo modo, aponta para a proposição de que as práticas mais comuns e repetitivas guardam um sentido que está para além da subjetividade, tanto revelando quanto ocultando a relação do homem com o mundo, sua posição na sociedade.

A metrópole, com sua potência centralizadora, não se constrói de modo diferente. Momento da cidade no tempo, é também resultado – dinâmico, em transformação contínua – da história da reprodução da cidade (CARLOS, 2001). Trata-se de uma consequência das demandas e das possibilidades de uma determinada sociedade, a capitalista. Responde, portanto, às necessidades de reprodução desse sistema (SEABRA, 2011). Desse modo, é marcada por seus impasses, contradições e conflitos, algo que se relaciona à dialética que se estabelece entre a produção do espaço com vistas a atender aos interesses econômicos e políticos e a reprodução do espaço para a realização da vida social (CARLOS, 2001). Esses processos combinados abraçam e desenham a totalidade da grande cidade.

Nessa perspectiva, por um lado, a cidade passa a ser concebida sob o prisma da homogeneização, da fragmentação e da reprodução das relações de produção. Por outro, ela se concretiza enquanto espaço de realização da vida, tecido pelas relações sociais. Como esses processos são associados e se sobredeterminam, a cidade é organizada, dividida, privatizada e disponibilizada para o consumo, é a mesma em que as pessoas moram, trabalham, se divertem, onde se encontram, circulam, submetem-se e reverterem as normas. E assim, usando o espaço, tanto se reforça sua condição de mercadoria, como se lhe fragiliza, na medida em que o agir pode romper, conscientemente ou não, com o que é pretendido pela lógica dominante.



Questionamentos referentes à imbricação entre processos que vinham acontecendo numa pequena parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS) incitaram a realização deste trabalho. Foi acompanhando o que acontecia no Aracui e em Pitangueiras – dois bairros do município de Lauro de Freitas – que se propôs a elaboração desta tese. Por transitar por cerca de duas décadas nesses lugares, pôde-se notar que neles ocorriam transformações. Se, por muito tempo, as mudanças que neles sobrevinham aconteciam lentamente, em determinado momentos esse ritmo se acelera. Neles, novas formas/funções surgem e intensificam-se os fluxos.

Aracui e Pitangueiras têm sua origem em antigas fazendas que, estando abandonadas ou precariamente usadas, no início dos anos 1960, foram parcialmente loteadas e vendidas. Por conta desse processo, chegaram os primeiros moradores<sup>1</sup> a essas, então, áreas com rurais. Eles eram agricultores, caseiros, trabalhadores da construção civil, pequenos comerciantes e prestadores de serviço. Vindos da capital ou de municípios interioranos, de suas cidades e áreas rurais, alguns compraram seus lotes com corretores, outros, encontrando terras abandonadas, simplesmente lá se instalaram. Suas moradias, com poucas exceções, eram simples, de pau a pique. Na época, esses lugares assemelhavam-se a “roças”, havia “muito mato”, nenhuma infraestrutura ou arruamento, apenas uns “caminhosinhos”<sup>2</sup>.

Um pouco mais tarde, nos anos 1970, fato associado às dinâmicas decorrentes à industrialização e da modernização de Salvador, alguns loteamentos foram instalados em Pitangueiras. Embora nenhum deles fosse descrito nos documentos governamentais como popular<sup>3</sup>, os relatos e o perfil dos que participaram desse

---

<sup>1</sup> Evidentemente, fala-se aqui da idade contemporânea, mais precisamente do século XX, já que se sabe que na região em que se assenta Lauro de Freitas encontravam-se tribos indígenas desde o século XVI, havendo ainda remanescentes dessas tribos no município. Também não se desconhece que, na época da colonização, seu território fazia parte da sesmaria de Garcia D'Ávila. Posteriormente, lá foram implantadas grandes fazendas canavieiras, como a Caji e a Japara. Ainda nos tempos coloniais e imperiais, seu território continha quilombos, os quais, em 2015, com o aval dos órgãos públicos competentes, obtiveram o devido reconhecimento legal (DIAS, 2006).

<sup>2</sup> Expressões e informações extraídas dos levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014 e de Dias (2006).

<sup>3</sup> De acordo com um levantamento da Fundação Centro de Pesquisas e Estudos (1980), órgão mantido pelo Governo da Bahia, entre 1963 e 1979 nenhum loteamento popular (regular ou não) foi instalado nas áreas que compreendem Aracui e Pitangueiras. Dos 59 empreendimentos desse tipo lançados em Lauro de Freitas nesse período, três estavam no entorno dessa localização e 42 em Itinga, o maior e mais denso bairro dessa cidade desde os anos 1970. Essa instituição adotou os

processo permitem afirmar que se voltavam à população de baixa renda. Nesse mesmo período, também foram implantados empreendimentos destinados à classe média, nos quais se disponibilizavam grandes terrenos com vistas à construção de casas de veraneio, sítios e chácaras. Porém, em geral, eles não foram bem-sucedidos. Talvez parte desse insucesso tenha relação com a precariedade da infraestrutura que havia no município em geral. Além disso, os responsáveis por esses loteamentos não se ocuparam em entregá-los em condições de serem habitados: não havia arruamento adequado, água ou luz.

Embora contíguo à capital baiana, Lauro de Freitas apresentava um perfil socioespacial e uma dinâmica urbana bastante diferente das de Salvador. Essa cidade, por meio da Lei Complementar nº 14, de 1973<sup>4</sup>, passa a ser oficialmente o centro de uma região<sup>5</sup> formada por Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz<sup>6</sup> (Mapa 1). No entanto, mesmo antes de lhe ser atribuída tal condição, nela se desenvolviam, desde o final dos anos 1940, as bases de um processo de reestruturação espacial (SANTOS, 2013), quando, no que viria a ser a RMS, ocorrem alterações relacionadas à descoberta de

---

seguintes critérios para considerar um empreendimento como loteamento popular: estar em áreas da cidade em que havia concentração de população de baixa renda; apresentar tamanho médio do lote inferior a 360m<sup>2</sup> (o mínimo exigido pelo Código de Obras e Urbanismo do Município de Salvador); e o valor da prestação do lote ser compatível com uma renda média mensal familiar de até cinco salários mínimos da época, valor de referência para os programas de habitação popular do Banco Nacional de Habitação (BNH). Os loteamentos Jardim Ipanema e Morada do Sol, localizados em Pitangueiras, não atendiam a um desses requisitos: o tamanho do lote superava a medida acima mencionada. Note-se que o referido estudo contribuiu para subsidiar propostas de políticas para população de baixa renda no que tange a questões habitacionais.

<sup>4</sup> Em 8 de junho de 1973, foram instituídas as oito primeiras regiões metropolitanas brasileiras, nucleadas por São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Ressalte-se que esse ato se deu nos marcos da ditadura militar então vigente no Brasil e, tal como consta na Constituição Federal de 1967, define que essa figura político-administrativa deveria ser constituída por municípios que, “[...] independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade socioeconômica, visando a realização de serviços de interesse comum” (BRASIL, 2012). Como essas regiões eram igualmente consideradas pelo referido regime áreas de segurança nacional, pode-se pensar que eram instituídas também como um meio de legitimar diferentes formas de controle político-militar.

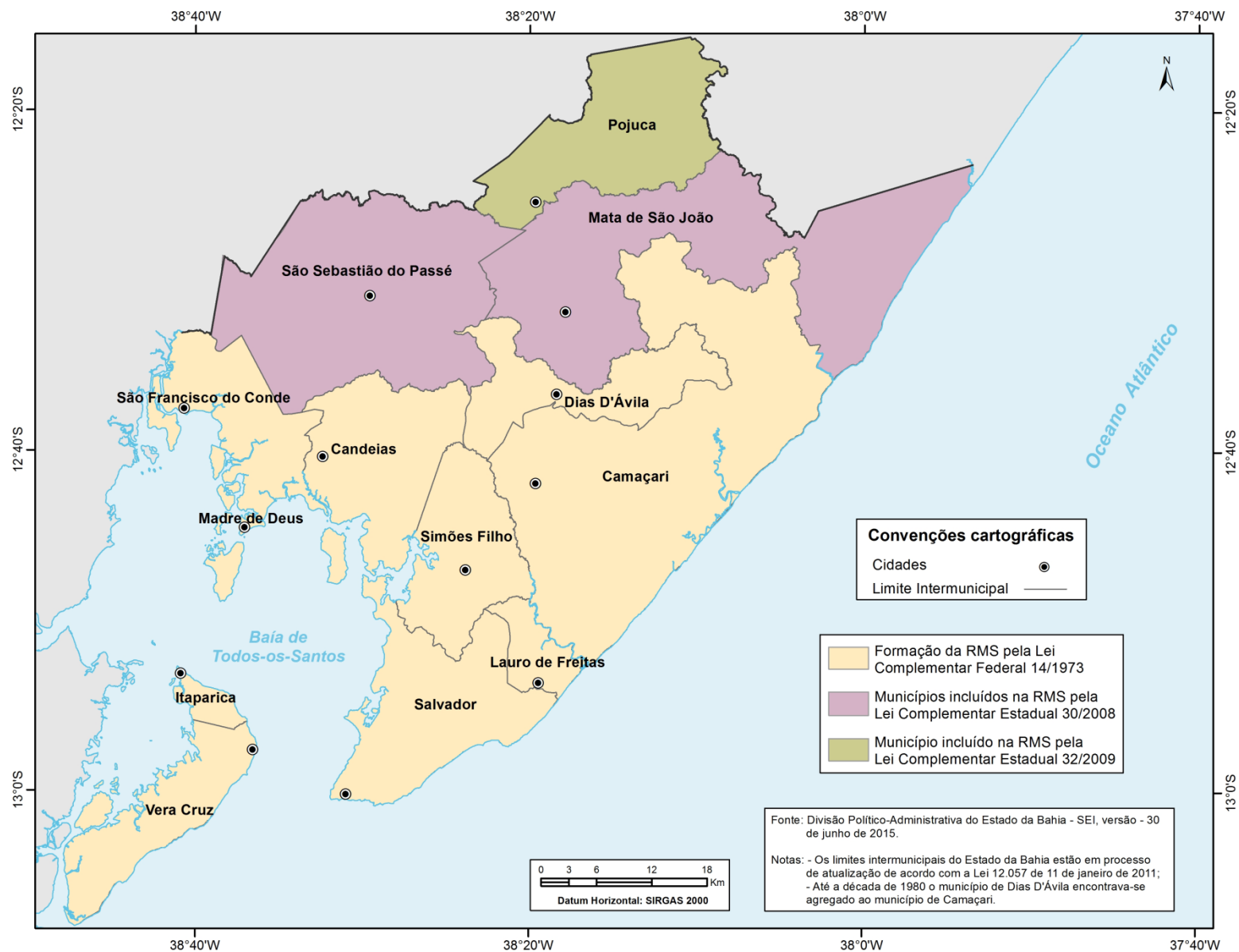
<sup>5</sup> Deve-se realçar que a oficialização da RMS não indica que Salvador constituísse, com os demais municípios que a compunham, de fato uma região, tampouco que houvesse um processo de metropolização em curso. Em capítulos seguintes, essa questão será comentada.

<sup>6</sup> Ainda no âmbito da mesma base territorial, até fins dos anos 1980, outros dois municípios passaram a integrar a RMS: Dias D’Ávila, desmembrado de Camaçari, e Madre de Deus, de Salvador. Vale frisar que, desde a Constituição de 1988, passou-se aos governos estaduais a incumbência de criar ou alterar regiões metropolitanas. Nesse sentido, mais recentemente, por força de lei complementar, passaram a compô-la os municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé, em 2008, e Pojuca, em 2009 (BAHIA, 2012a; 2012b).

petróleo em suas imediações e à instalação, dela decorrente, da Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde.

Nos anos 1960, o governo estadual, apoiado pelas elites locais, cria uma série de facilidades financeiras e estruturais que viabilizam a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho. Mais tarde, igualmente facilitado por políticas públicas, dessa vez de ordem federal, inaugura-se, em 1978, o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), composto por diversas indústrias oriundas do Centro-Sul e por multinacionais voltadas à produção de bens intermediários.

Nesse contexto, Salvador, junto com os municípios de seu entorno, entre os anos 1960 e 1980, observa intenso processo de industrialização e de inserção (subordinada) à divisão regional do capitalismo nacional. Em decorrência, várias mudanças acontecem. Essas não se reduzem – e nem poderiam – apenas ao âmbito econômico. Exemplo disso é a configuração da capital que, em termos da área adensada, das formas nela erigidas e do traçado de suas principais vias de circulação, passa por uma aguda alteração (VASCONCELOS, 2002). Na composição do mercado de trabalho, a ocupação no setor industrial se amplia junto ao crescimento do terciário precário (SOUZA; FARIA, 1980). De igual modo, a estrutura e as relações sociais experimentaram transformações. Verificam-se o crescimento da burocracia estatal, a formação de certa classe média e a consolidação de uma nova elite que suplanta aquela constituída, ao longo de séculos, a partir da produção açucareira, fumageira e cacaueteira (OLIVEIRA, 2003). Assim, a vida na cidade, como não poderia deixar de ser, em diferentes dimensões, igualmente muda (SANTOS, 2013).



**Mapa 1. Região Metropolitana de Salvador. Bahia. 2015**

Ao mesmo tempo, Lauro de Freitas que, entre 1960 e 1970, contava com apenas dois pequenos e precários assentamentos urbanos – Santo Amaro de Ipitanga e Portão –, vai se consolidando como a área de concentração de loteamentos populares e de moradia de pessoas de baixa renda (FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS, 1980). Aqueles que para lá migraram, relatam, em relação a tal ocasião, tanto a ausência de qualquer infraestrutura, como a vida “tranquila”, marcada pela “liberdade”, pelas “festas de bairro”, pelo “dormir com as janelas abertas” e pelas “brincadeiras na rua”<sup>7</sup>. Era um modo de viver que em nada se assemelhava àquele experimentado a poucos quilômetros de distância, na capital.

Algumas estatísticas colaboram para demonstrar a diferença existente entre os processos e a vida em Lauro de Freitas e Salvador. Ainda em 1970, a capital já contava com mais de 1 milhão de habitantes e seu grau de urbanização era igual a 99% (SILVA; SILVA, 1989). Ao mesmo tempo, aquele município tinha pouco mais de 10 mil residentes, 40% dos quais morando na área oficialmente urbana. Em relação à ocupação dos laurofreitenses, 25% dos trabalhadores estavam no setor de serviços e 28% na agricultura (DIAS, 2006). Em Salvador, conforme Singer (1980), 20% dos ocupados atuavam no setor secundário, 42,5% no terciário e menos de 1% envolvia-se em atividades relativas ao setor primário. Os demais 37% dedicavam-se à produção doméstica (30% dos quais eram “donas de casa”). Embora as fontes desses dados sejam distintas, eles fornecem referências para que se perceba a diferenciação das estruturas ocupacionais nas duas cidades.

Nos anos 1980, Salvador era tida como uma das capitais mais importantes do país, seja do ponto de vista demográfico, seja do econômico. Quanto a Lauro de Freitas, vinha assumindo a condição de cidade-dormitório. A esse município se colocou a condição de responder particularmente à demanda dos indivíduos com menores níveis de renda, sobretudo os que, oriundos da capital, ansiavam pela casa própria. Naquela conjuntura, nele se ofereciam possibilidades para que se comprasse um terreno, detivesse sua propriedade legal e construísse, ainda que de modo precário e lentamente, sua casa (DIAS, 2006; SOUZA, 1988). Porém, outro dos efeitos

---

<sup>7</sup> Expressões extraídas dos levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014 e de Dias (2006).

relativos à industrialização igualmente colaboraram para a configuração de outro processo.

A ampliação dos assalariados com maiores níveis de rendimentos frente às poucas opções de moradias mais qualificadas em Salvador, bem como a incorporação de tendências em voga em outras capitais brasileiras, simbolizadas pelo slogan da “qualidade de vida”<sup>8</sup>, representaram oportunidades para que os agentes do mercado imobiliário lançassem, em Lauro de Freitas, grandes empreendimentos destinados à nova classe média e mesmo às classes altas. Dois deles foram sucesso de vendas, quais sejam, os loteamentos Parque Encontro das Águas e o Vilas do Atlântico (DIAS, 2006).

Vilas do Atlântico simboliza o primeiro rompimento explícito com os modos de vida precedentes operados em Pitangueiras, a começar pelo fato de parte desse loteamento se localizar no aludido bairro<sup>9</sup>. Adicionalmente, os diversos compradores de seus lotes ergueram muros, separando assim suas moradias das do entorno (ou seja, aquelas pertencentes a indivíduos das classes populares que lá viviam), e tentavam controlar, nas três portarias que lhes serviam de acesso, aqueles que desse loteamento entravam e saíam.

Para os antigos residentes de Pitangueiras, a ocupação de Vilas do Atlântico repercutiu imediatamente no seu dia a dia. Nesse loteamento, não mais se podia lavar roupas ou banhar-se nos rios, tampouco lhes era permitido colher as frutas ou transitar como antes faziam. Para alguns, isso era entendido como normal, era o “progresso” chegando. Outros interpretaram essa situação de modo diferente: eram os “donos do mundo” tomando conta de tudo ou o que aconteceu foi que “Vilas do

---

<sup>8</sup> Observa-se que uma parcela significativa dos técnicos mais qualificados e o alto escalão das indústrias que vieram para a RMS nos anos 1970 eram formadas por migrantes vindos do Sudeste. Estes últimos, tendo como referência suas formas anteriores de viver, demandavam uma série de serviços ainda não disponíveis em Salvador, o que incluía a disponibilidade de certos tipos de habitação (FRANCO, 1993; FRANCO; SANTOS; GABRIELLI, 1988).

<sup>9</sup> No memorial descritivo do Loteamento Vilas do Atlântico consta que seu perímetro resultou da aquisição, por parte do loteador, a Empresa Odebrecht, de quatro fazendas inteiras (as fazendas Buraquinho, Sacuri, São João e São João de Cima), e uma parte das fazendas Pitangueiras e Santo Antônio. Ainda nos anos 1970, parte Fazenda Pitangueiras também foi usada para a implantação dos loteamentos Jardim Ipanema e Morada do Sol. Na ocasião em que esses empreendimentos ocorreram, já havia moradores numa pequena área de Pitangueiras, porém, nos documentos arquivados na prefeitura de Lauro de Freitas, essa mesma área consta como parte do Loteamento Morada do Sol (DIAS, 2006).

Atlântico sufocou Pitangueiras. Vilas dominou”<sup>10</sup>. Porém, ao mesmo tempo, a construção das novas moradias gerou postos de trabalho para aqueles que viviam, até sua implantação, principalmente de atividades mais afeitas ao meio rural. Demandavam-se pedreiros e pintores e, tão logo as casas ficavam prontas, caseiros, jardineiros e piscineiros, por exemplo.

Desse modo, desde quando Vilas do Atlântico começou a ser ocupado, foram alteradas trajetórias e as atividades de trabalho e de lazer. Mas, estruturalmente, no Aracui e em Pitangueiras pouca coisa mudara. No início dos anos 1970, as ruas – agora já mais amplas – permaneciam de barro; havia ligação à rede geral de energia, mas não à de água. E, além disso, ainda eram poucos os equipamentos comerciais e de serviços. Em Lauro de Freitas, em geral, a disponibilidade de infraestrutura se ampliara, embora permanecesse ainda muito deficiente.

A partir do raiar dos anos 2000, intensificam-se as transformações nessa cidade. Percebe-se o aumento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como sua diversificação. Entretanto, indubitavelmente, o que se destaca é a expansão do mercado imobiliário que, desde os anos 1990, cresce significativamente<sup>11</sup>. Esse movimento é marcado pela aglomeração de empreendimentos ao redor de ou que faziam referência a estar perto de Vilas do Atlântico. Este, tido como símbolo de status, atrai para seu entorno dezenas de loteamentos e condomínios de menor porte, lançados sob o signo do conforto, da segurança e da sofisticação<sup>12</sup>. Tornara-se um “bairro nobre” da RMS – e não apenas de Lauro de Freitas, diga-se. Caracteriza ainda esse período a conversão de casas, chácaras e sítios em condomínios horizontais, centros comerciais, escolas e clínicas, entre outros.

---

<sup>10</sup> Expressões extraídas dos levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014 e de Dias (2006).

<sup>11</sup> Carigé (2007), a partir de um levantamento junto ao cadastro imobiliário da prefeitura de Lauro de Freitas, verificou que, entre 1991 e 2000, foram construídas cerca de 18 mil novas residências. Esses são os números, ressalve-se, referentes ao mercado imobiliário formal. Conforme dados dos censos demográficos, em 1991, Lauro de Freitas possuía 15.430 domicílios particulares permanentes. Em 2000, eles passaram a 29.160. Assim, entre os dois censos houve um incremento de 13.730 unidades. Em 2010, registrou-se 49.435 domicílios, indicando um acréscimo de 20.275 moradias, no período 2000-2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015a).

<sup>12</sup> Em relação a tal referência, além do que se divulgava nos anúncios (como no slogan “venha morar perto de Vilas do Atlântico e de toda a infraestrutura que ela oferece”), a alusão a Vilas do Atlântico estava presente também nos nomes dos empreendimentos, a exemplo de Intervillas, Vilas Gardem, Villa Verde, Top Villas Residence, Recanto de Vilas, Eco Vilas e Villa Solaris (DIAS, 2006).

E quanto ao Aracui e Pitangueiras? O que acontece nesse período? Aparentemente, nada mudara no Aracui. É certo que se notam algumas transformações: pavimentação da rua central, expansão e regularização do abastecimento de água, a edificação de um ou outro prédio de dois a três pavimentos para fins comerciais, a transformação de residências em empresas ou estabelecimentos comerciais de porte reduzido, e obras em antigos domicílios denotando a presença de pessoas com maior renda. Todavia, isso não implica uma mudança mais consistente em sua paisagem ou nos modos de vida dos moradores. Ao contrário. Embora com maior adensamento, como em décadas passadas, prevaleciam as moradias simples e o comércio popular.

Em Pitangueiras, nessa ocasião, apenas em uma das principais ruas havia asfalto. Esse bairro ainda era ocupado principalmente pelos mesmos habitantes de outrora ou por seus filhos e netos. Encontravam-se também sítios e chácaras, a maioria dos quais destinados a veraneio de pessoas de classe média. Porém, as casas mais antigas e simples, ainda que em reforma ou ampliação, eram predominantes. Não que, aqui e ali, não tivessem sido implantados pequenos condomínios, porém, eles estavam longe de ser sofisticados. Fosse em termos do perfil das casas, fosse em termos da infraestrutura de lazer e segurança, eram modestos quando comparados aos fincados, sobretudo, na orla laurofreitense (DIAS, 2006). Além disso, não estavam dispersos no bairro, mas em determinadas ruas ou em parte delas, sempre próximos uns dos outros.

No Aracui e em Pitangueiras, entre 2000 e 2005, aproximadamente, ainda predominavam domicílios antigos, poucos estabelecimentos comerciais, reduzido movimento de veículos nas ruas e uma circulação significativa de pedestres. Além disso, ainda eram relativamente comuns as cadeiras nas calçadas em fins de tarde, cumprimentos entre aqueles que passavam, e crianças brincando juntas, saindo e entrando nas casas umas das outras.

Entretanto, o fenômeno urbano em Salvador apresentava formas de expressão distintas daquelas ocasionadas pela inserção da Bahia no processo de expansão da industrialização brasileira. O movimento que reconfigurara a capital baiana para atender a seus interesses, ocorrido, sobretudo entre 1950 e 1980, arrefecera. Afinal, a crise econômica, enfrentada pelo Brasil nos anos 1980, repercutiu na Bahia pouco



depois. Em consequência, parte das grandes empresas que fizeram a pujança do Copec perde força: diminuem em quantidade e, as que permanecem, reduzem sua produção e o número de trabalhadores. De igual modo, sua importância na geração da massa salarial metropolitana e na capacidade de influenciar decisões políticas experimenta retração frente a outros interesses do capital.

Nos anos 1990, uma nova onda de isenções fiscais culmina, na Bahia, com a atração de uma unidade produtiva da Ford e algumas empresas a ela associadas, denominadas sistemistas, que vieram a se instalar em Camaçari<sup>13</sup>. No entanto, diferentemente do que outrora acontecera em relação ao Copec, essa estrutura e seu funcionamento não repercutem de modo mais incisivo no conjunto da RMS. Ainda que inegavelmente tenha implicado elevação da produção e do PIB industrial, seus impactos – para o bem e para o mal –, com poucas exceções, foram concentrados naquela cidade. Ademais, em relação à divisão de funções entre os municípios da região, a instalação e o funcionamento da Ford contribuem para firmar o que se iniciara nos anos 1960 (FRANCO, 2008). Em Lauro de Freitas, particularmente, o fato de os dirigentes da Ford terem trazido de São Paulo para a Bahia boa parte dos funcionários de alto escalão concorre para o aumento do preço dos imóveis seja para venda, seja para locação, já que alguns deles ali estabeleceram residência.

Isso não significou que a centralidade de Salvador fosse diminuída. Longe disso. Expandem-se as lógicas e contradições que a tipificam e que a vinculam aos municípios sob sua influência.

O que acontece, a datar do final do século XX, é que os capitais comercial, imobiliário e financeiro, juntamente com o Estado – sempre com papel crucial nesses processos –, assumem o posto de principais agentes na reconfiguração da metrópole baiana e de sua região oficial (SANTOS, 2013). As estratégias de criação

---

<sup>13</sup> Na verdade, nesse exato momento o Brasil experimenta os efeitos da chamada guerra fiscal, o que significa, muito simplificada, que os estados estabeleciam uma competição entre si e apresentavam, aos grandes industriais as vantagens para que seu negócio fosse implantado aqui ou ali. Tais vantagens, de forma geral, implicavam a concessão de benefícios fiscais e financeiros e a oferta estatal de infraestruturas diversas. O caso da Ford foi emblemático e o governo da Bahia, exitoso na disputa particularmente com o Rio Grande do Sul, fez uma ampla campanha publicitária para divulgar seu “feito”. O resultado de uma larga aliança estabelecida entre o governo estadual e sindicatos foi divulgado, estampado em outdoors espalhados principalmente por Salvador, sob o jocoso slogan “A Bahia é Ford” (FRANCO, 2008).

e localização dos empreendimentos desenvolvidas nesse contexto, mais do que antes, desrespeitam os limites político-administrativos das cidades e avançam para, entre outras, Lauro de Freitas.

Dessa maneira, com maior vigor a partir do final da primeira década dos 2000, a produção de moradias e de estabelecimentos comerciais passou a ter um papel claro na redefinição das funções de várias de suas localidades. Foi literalmente visível o movimento decorrente desse processo: caminhões com materiais de construção indo e vindo a qualquer hora do dia; tratores fazendo demolições, derrubada de árvores e terraplanagens; trabalhadores da construção civil nos pontos de ônibus, circulando na Estrada do Coco a pé ou de bicicleta; e edificações brotando em toda a parte.

Sob a anuência do poder público municipal, essa cidade observa uma intensa mudança. São edificados numerosos condomínios horizontais e verticais destinados a pessoas de diferentes faixas de renda, pequenas e médias empresas, grandes estabelecimentos comerciais e de serviços (inclusive alguns de cadeia nacional), centros comerciais, médicos e empresariais. Além disso, inauguram-se hotéis, academias, bufês e casas para eventos, bares e restaurantes com diferentes graus de sofisticação. Onde isso tudo ocorre? Embora com maior intensidade nas proximidades da Estrada do Coco, espalha-se na cidade de forma geral, especialmente onde o adensamento é menor ou onde as terras permaneciam com menor valor comercial, como em tradicionais bairros populares. Por isso mesmo, onde antes havia sítios, chácaras e terrenos desocupados ou abandonados, abruptamente passa-se a ver construções. Foi um “[...] crescimento repentino... Não foi gradativo, foi notório, acelerado!”, “[...] era só obra... construção”<sup>14</sup>. Em paralelo, a chegada de novos residentes, constantes engarrafamentos, aumento nos índices de violência e elevação do custo de vida disseminando-se indistintamente.

Inegavelmente, há muito a cidade é tratada como mercadoria. Porém, como Lefebvre (2013) ensina, o espaço (e a cidade por consequência) não é uma mercadoria qualquer, pois é, também, condição para realização da produção. É possível falar, desse modo, da cidade como um negócio, planejada para atender a interesses de agentes econômicos (CARLOS, 2001; SPOSITO, 2004; FERNANDES,

---

<sup>14</sup> Expressões extraídas dos levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014.

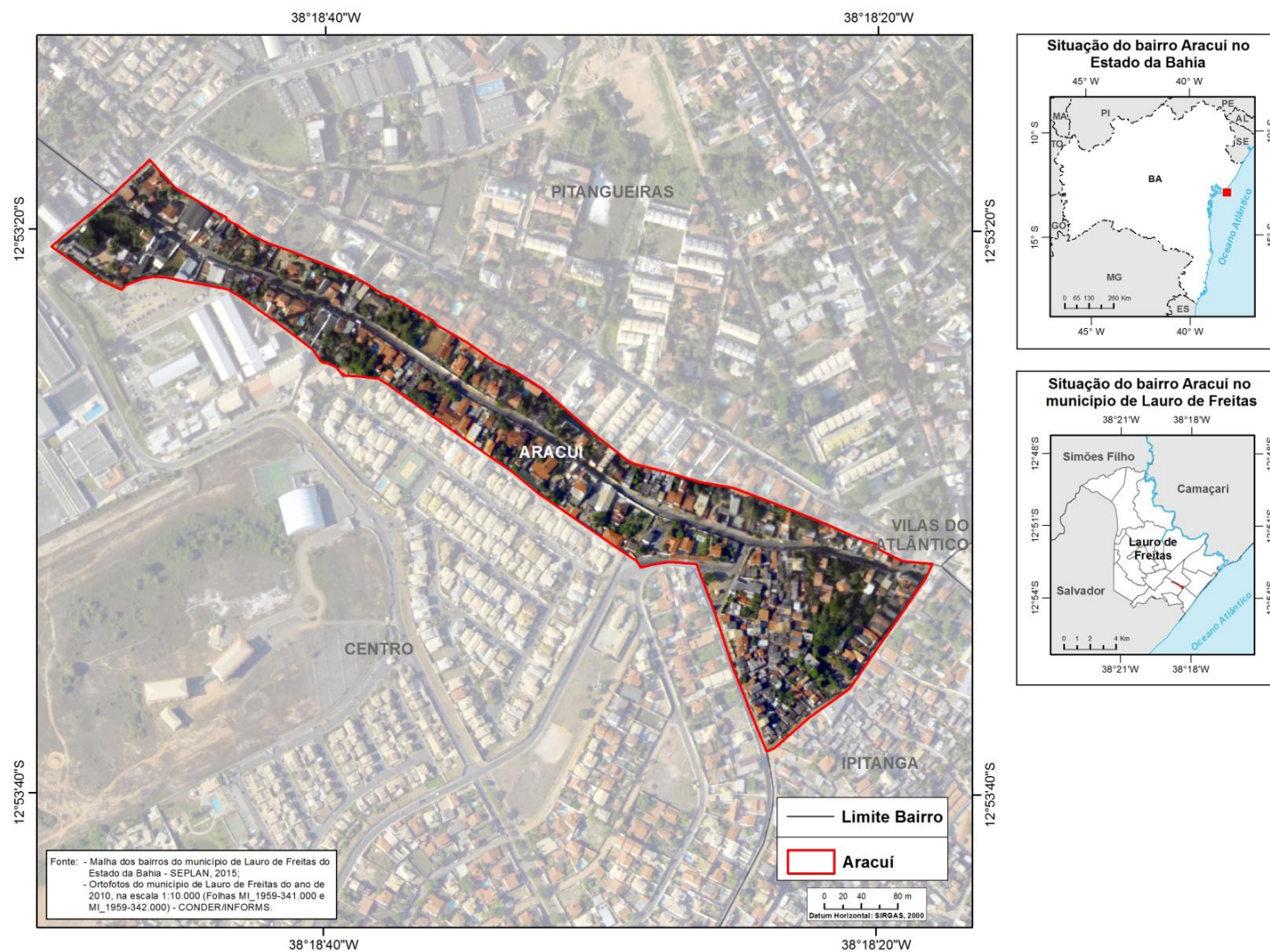
2013). No caso particular de Lauro de Freitas, é redesenhada sobremaneira com base em estratégias que, gestadas em outros lugares, ocasionam sua gradativa e intensa transformação. Essas mudanças, evidentemente, resultam em alterações das práticas sociais. Afinal, pensando-se na relação indissociável entre forma e conteúdo, a nova estrutura que se impunha à cidade encaminhava seus habitantes a alterar seu modo de viver e de usar o espaço.

Aracui e Pitangueiras, reconhecidos e demarcados oficialmente como bairros<sup>15</sup> a partir de 2015 (LAURO DE FREITAS, 2015), tal como consta nos Mapas 2 e 3, como não poderia deixar de ser, não ficam imunes a esse processo. Comparando-se o presente ao passado recente, verifica-se o aumento do fluxo de veículos, a edificação espaços residenciais fechados, como *villages* e condomínios, e estabelecimentos comerciais. Também se evidencia, com mais intensidade em Pitangueiras, que algumas casas outrora simples foram reformuladas: as janelas de madeira desgastadas, os muros baixos e as cercas de arame farpado são substituídos pelo blindex, muros altos e equipamentos de segurança, respectivamente. Além disso, alguns domicílios tornam-se sede de empresas, salões de beleza, mercadinhos e estabelecimentos comerciais diversos. A implantação de uma loja de um supermercado de cadeia nacional, o G. Barbosa, e uma agência de banco público, Caixa Econômica Federal (CEF), representam importantes componentes desse processo.

Nesses termos, esses bairros não podem mais ser caracterizados como, apenas, um lugar de moradias populares. Passam a ser também o de condomínios fechados, de comércio, de empresas e de circulação de veículos. Ao mesmo tempo, a presença das pessoas usando a rua para além da circulação diminui. Há menos cadeiras nas calçadas no fim das tardes, menos crianças correndo... Desse modo, tecia-se uma forma diferente de vivenciar o bairro.

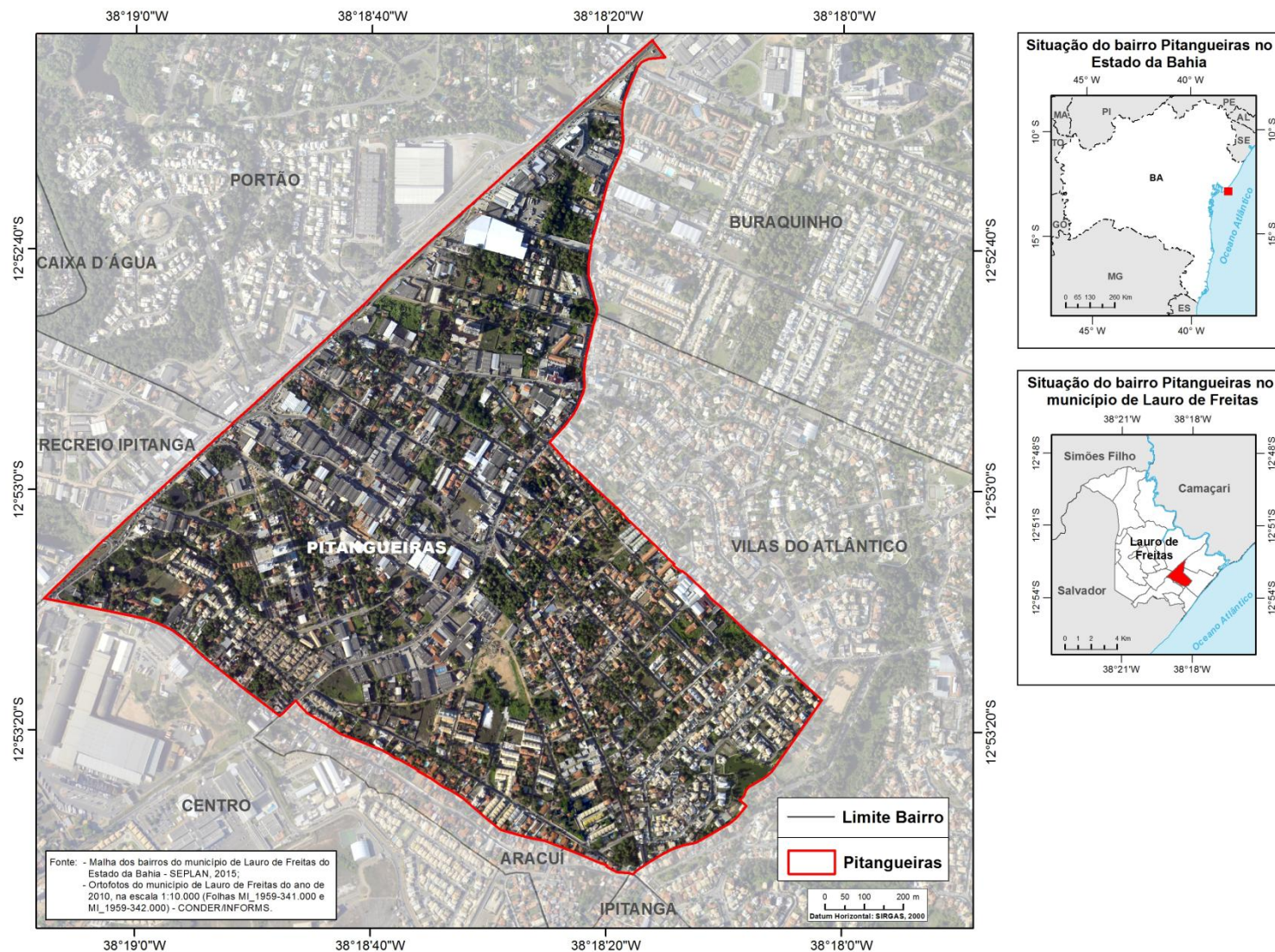
---

<sup>15</sup> Neste trabalho não se fez uma discussão sobre a noção de bairro, no sentido sociológico do termo. Segue-se aqui a delimitação oficial como referencia para demarcar as áreas de pesquisa.



**Mapa 2. Delimitação oficial do Bairro do Aracui e situação no município. Lauro de Freitas. 2015**





**Mapa 3. Delimitação oficial do Bairro de Pitangueiras e situação no município. Lauro de Freitas. 2015**

Ademais, as características dos domicílios que estavam sendo erguidos ou reformados sugerem que aqueles que chegam a esses lugares são, predominantemente, pessoas que não pertencem aos segmentos sociais que constituem a classe “fundadora” do bairro. Portadoras de práticas distintas das evidenciadas pela maioria dos antigos moradores, com eles pouco se relacionam.

Esse contexto revela que um espaço que por muito tempo fora apropriado, principalmente, por uma prática imediata, que envolvia o encontro com os amigos, na rua, no bar ou na igreja, pelas brincadeiras, pelo caminhar para a escola, para o trabalho ou para o ponto de ônibus, vai assumindo outra face resultante, mais diretamente, da ação dos agentes do capital comercial e imobiliário (articulados à conveniência do Poder municipal, evidentemente). Essa situação repercute no dia a dia, pois, como diz Carlos (2001, 2007), o uso e o sentido do espaço para a reprodução da vida experimentam alterações quando sua morfologia se modifica, visto que isso interfere nas possibilidades de realizar sua apropriação. Por isso mesmo, entender como essas pessoas passam a compreendê-lo e vivenciá-lo se torna uma questão.

Para abordá-la, parte-se da concepção elaborada por Lefebvre (2006a, 2013) de que a cidade muda conforme o movimento da sociedade em seu conjunto, o que não significa que ela se constitua como resultado passivo dos eventos e interesses desenvolvidos no âmbito da totalidade. Ela é, indubitavelmente, um produto das lógicas perpetradas pelos agentes dominantes; todavia, para que exista, “[...] depende também e não menos essencialmente das relações da imediate, das relações diversas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade [...]” (LEFEBVRE, 2006a, p. 46). Assim, a cidade não é consequência apenas das imposições do grande capital. Não menos importante – ainda que nem sempre evidenciados – são os processos ensejados pela realização da vida em suas múltiplas dimensões. Por essa tese,

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (LEFEBVRE, 2006a, p. 46-47).

Nessa perspectiva, estudar a cidade implica voltar-se para a cotidianidade, já que é na medida em que o espaço é vivido que ele é adquire significado. Dito de outra

maneira, a produção do espaço é também uma consequência da vida em sociedade, se refere aos atos do homem, ao seu ir e vir, aos seus encontros com o outro. É nesse sentido que, segundo Lefebvre (2013, 1991a), o estudo da prática espacial<sup>16</sup> se faz importante – permite entender a dinâmica social, defini-la, conhecer suas mudanças e perspectivas.

Ainda conforme esse autor, é preciso voltar a atenção aos atos banais e repetitivos. Longe de serem fortuitos, tais atos fazem-se articulados a determinações mais amplas, aquelas capazes de manter o funcionamento da totalidade social. Na sociedade gestada pela burguesia, particularmente, as ações corriqueiras decorrem de um processo de “programação da vida” com vistas à reprodução social. Esse processo, segundo o autor, constitui o cotidiano. Nesse contexto, o tempo (ou sua escassez) torna-se a tônica e o trabalho assume a condição de eixo central da vida social. Sendo assim, o tempo que não é gasto na produção que é o que se faz disponível para a realização das demais práticas que sustentam a reprodução social, o lazer e a vida familiar (LEFEBVRE, 1991a, 1991b, 2006a). Nesses termos, “[...] *e/ trabajo no es sino um momento*, en seguida de desmentido por el no trabajo: contemplación, deseo, goce”<sup>17</sup> (LEFEBVRE, 2006b, p. 257, grifos nossos).

Mais uma indagação. Partindo-se do pressuposto de que o Aracui e Pitangueiras experimentam mudanças relacionadas ao processo de metropolização, estabelecem-se condições para que seus residentes se apropriem da metrópole? Evidentemente, que ao se considerar como apropriação um processo relacionado ao uso continuado do espaço pelo corpo, de tal modo que ele adquira um significado, não há como ele ocorrer para o conjunto da metrópole, mas sim para pequenas partes dela (CARLOS, 2007). Em particular aquelas onde se realizam práticas que, necessárias à reprodução social, se fazem presentes na vida cotidiana. Assim, considerando a casa, o lugar de moradia, como referência, cabe refletir a respeito dos demais lugares em que se concretizam as atividades ou as dimensões essenciais para a configuração da realidade urbana, o trabalho e o lazer.

---

<sup>16</sup> Lefebvre (2013) propõe uma tríade conceitual para dar conta da compreensão do espaço: prática espacial – representações do espaço – espaço de representações. Esse assunto será tratado em capítulos posteriores. Aqui se apresenta apenas um dos elementos dessa dialética, com a intenção de introduzir temas que se desdobrarão no decorrer deste trabalho.

<sup>17</sup> “[...] o trabalho não é senão um momento, em seguida desmentido pelo não trabalho: contemplação, desejo, prazer” (tradução da autora).

Um elemento que está implícito a essas ideias carece ser posto às claras. Se é impossível pensar nas mudanças vivenciadas pelos moradores do Aracuí e de Pitangueiras desconsiderando sua relação com a totalidade socioespacial, é fundamental esclarecer que esse processo coloca em questão a dominação do espaço, fenômeno diretamente vinculado a interesses econômicos e, imbricado a ele, à própria luta de classes. Como Lefebvre (2013) evidencia, a luta de classes interfere na produção do espaço e por meio dele pode ser lida. Nesse sentido, aceitando-se que os conflitos e contradições sociais estão expressos também na sua produção, é fundamental responder às indagações aqui propostas observando as classes sociais dos indivíduos.

Realça-se que, quando se fala de classe, não se tem em consideração unicamente a renda. Evidentemente, a relação dos indivíduos com os meios de produção, tal como esclarecido por Marx e Engels (2001), interfere na posição que ocupam na sociedade e na maneira como se relacionam com os demais. Mas, igualmente, concebe-se que outras características como a escolaridade e o perfil da ocupação, como observa Sorokin (1973), contribuem para definir sua posição social. Complementarmente, observa-se que o endereço e o perfil da moradia, assim como algumas escolhas que se realiza, informam sobre tal posição (BOURDIEU, 2011) <sup>18</sup>. É, pois, considerando a imbricação de um conjunto de elementos que se pensa sobre a classe social dos indivíduos neste trabalho.

Dessa maneira, revendo elementos pontuados acima, as perguntas que orientam esta tese são: *tendo como referência os moradores do Aracui e de Pitangueiras, como as diferentes classes sociais se apropriam da metrópole nos processos de reprodução da vida?* Observando as diversas e aceleradas mudanças pelas quais esses bairros passaram nos últimos anos, indaga-se também: *como essas pessoas compreendem o lugar em que vivem? Que significados atribuem a suas práticas cotidianas? Essa interpretação é influenciada pela classe social que integram?*

---

<sup>18</sup> No próximo capítulo desenvolve-se uma discussão mais detalhada a respeito da noção de classe e dos procedimentos adotados para tratá-la nesta tese.



## 1.1. DAS HIPÓTESES AOS OBJETIVOS E OS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Breves reflexões a respeito da situação observada, leituras iniciais e, em especial, conversas informais com moradores do Aracui e Pitangueiras, aliadas ao trabalho anteriormente desenvolvido que contemplava esses bairros (DIAS, 2006) permitiram elaborar respostas preliminares a essas questões. Assumem-se, dessa maneira, as seguintes hipóteses: (i) há diferenças entre os lugares da metrópole usados pelas distintas classes sociais, de modo que as classes populares, em relação às demais, têm práticas cotidianas espacialmente mais limitadas; (ii) cada uma das classes sociais interpreta de modo particular as características do Aracui e de Pitangueiras, sendo que as médias e a (médias) superiores, de modo geral, percebem o bairro como mais precário do que as populares; (iii) as diferentes classes sociais possuem compreensões similares sobre trabalho e lazer, sendo que nas populares há uma associação mais intensa entre trabalho e obrigação.

Tem-se, pois, como objetivo central dessa pesquisa compreender como as diferentes classes sociais usam e se apropriam de frações do espaço metropolitano nos processos de reprodução da vida, por meio da análise do direcionamento dos fluxos de trabalho e lazer. Porém, considera-se ainda relevante discutir como as pessoas de diferentes classes sociais compreendem o lugar onde vivem e suas principais práticas cotidianas.

Para alcançá-los, realizou-se um estudo que, buscando articular teoria e empiria, parte da concepção de que a realidade se apresenta como um movimento permeado de contradições e que interpretá-la exige um pensamento que dê conta de tais características. Sendo assim, considera-se que o materialismo histórico é a concepção teórica que melhor permite sua apreensão. Afinal, como dito por Lefebvre (1983, p. 192), “A contradição dialética (na condição de ser tal e não a oposição formal ou simples confusão) deve ser encarada como *sintoma da realidade*. Só é real aquilo que apresenta contradições, aquilo que se apresenta como uma unidade de contradições”.

Entende-se que as bases teóricas e metodológicas elaboradas por Marx para compreender o modo de produção capitalista, sua sociedade em geral e sua

estrutura de classes em particular, permanecem relevantes para compreender o mundo contemporâneo. Na medida em que esse sistema mantém sua hegemonia e se manifesta nas distintas esferas da vida social, ainda que sempre se intentem estratégias para ocultar a desigualdade e a dominação que lhes são típicas, a adoção dos pressupostos sugeridos pela obra marxista mantém sua validade. Nesses termos, é a partir desses pressupostos que se discutem as desigualdades, contradições e disputas no e pelo espaço. Do mesmo modo, eles são o norte para a análise das possibilidades de seu uso e de sua apropriação.

Com base nesses termos e para se ter acesso aos conteúdos necessários para responder aos questionamentos acima, escolheu-se como procedimentos de pesquisa a reflexão sobre a teoria, a observação sobre os bairros, a coleta de dados estatísticos consolidados, a aplicação e análise de questionários e de entrevistas.

A primeira etapa da operacionalização deste trabalho foi um levantamento teórico preliminar, combinado à realização de uma série de visitas ao Aracui e a Pitangueiras e em suas imediações. Foram “andanças” com o intuito de observar essa realidade com um olhar mais atento aos detalhes. Nesse momento, a ideia era descrever o que se via, fossem formas, fossem movimentos. Também com esse fim se realizaram reuniões na Associação de Moradores do Aracui (AMA).

Na segunda, a intenção foi definir as classes sociais para efeito deste trabalho. Para tanto, além das leituras sobre o tema, aplicaram-se questionários domiciliares (Apêndice A) na área definida para a pesquisa e fizeram-se entrevistas (roteiro no Apêndice B). Em relação aos questionários, compostos por perguntas objetivas e subjetivas, tiveram por propósito obter informações que permitissem caracterizar os respondentes e os demais moradores do seu domicílio, identificados a partir da posição na família, quanto à idade, escolaridade, ocupação e posição na ocupação. Também se visava verificar o entendimento que o respondente tinha sobre seu bairro e sobre os termos trabalho e lazer, levantar suas atividades atinentes a tais práticas, bem como os lugares em que realizavam. Por esse instrumento obteve-se também dados sobre os domicílios no que se refere ao número de cômodos e aos bens nele presentes e o meio de deslocamento mais comumente usado para ir-se ao trabalho.

Esteve-se em 272 domicílios, selecionados conforme os parâmetros indicados a seguir, e obtiveram-se respostas em 90 deles. Com isso, foi possível ter informações de 298 pessoas de diferentes idades, escolaridades e classes sociais (Apêndice C).

Com as entrevistas pretendeu-se aprofundar algumas das informações colhidas pelos questionários, em particular sobre trabalho e lazer. Enfocou-se, além disso, as impressões que se tinha sobre o bairro. Foram realizadas cinco ao todo, três delas aconteceram no domicílio dos entrevistados, em dia e hora previamente acertada. Das duas restantes, uma ocorreu na sede da AMA e outra no lugar de trabalho da entrevistada, do mesmo modo com agendamento anterior. Dois entrevistados integram as classes populares, tal como aqui definida<sup>19</sup> e o contato com elas se deu a partir das reuniões na AMA. Os demais entrevistados, integrantes das classes médias, foram selecionados a partir da aplicação dos questionários, quando se mostraram disponíveis a participar de outros momentos do trabalho. Todas as entrevistas foram gravadas, e posteriormente transcritas, com conhecimento e autorização escrita e verbal dos entrevistados<sup>20</sup>. Observa-se que se usam, para identificar cada um deles ao longo dessa tese, nomes fictícios preservando seu anonimato. Cabe mencionar que se tentou contato com outras pessoas, porém, sem sucesso. Houve casos em que se alegava não ter tempo ou interesse em ser entrevistado, em outros, não se atendeu ao telefone ou respondeu a e-mails.

A análise do levantamento e tabulação dos dados necessários para traçar um perfil dos moradores do Aracui e de Pitangueiras junto à teoria possibilitou sua distribuição em classes sociais.

Seguiu-se uma etapa de aprofundamento teórico, levantamento documental, estatístico e demais materiais que permitissem maior detalhamento dos processos que resultaram na realidade socioespacial de Lauro de Freitas, no que se refere aos objetivos desta tese. Ainda nesse momento, considerando o que se apurou nas reuniões na AMA, nos questionários e nas entrevistas, apresenta-se e reflete-se sobre as considerações que os residentes do Aracui e de Pitangueiras a respeito de seus bairros. Tratou-se de suas respostas tendo em consideração as classes sociais.

---

<sup>19</sup> Os critérios para definição das classes sociais com vistas à realização deste trabalho encontram-se no segundo capítulo.

<sup>20</sup> A transcrição das entrevistas encontra-se no segundo volume desta tese.

Posteriormente, a discussão volta-se especificamente aos temas trabalho e lazer. Para isso, tanto se empreendeu um levantamento teórico sobre o significado dessas noções, como se verificou a ideia que esses termos evocam aos que participaram da pesquisa.

Ainda no intuito de averiguar e discutir os fluxos dos moradores das áreas selecionadas, inicialmente, verificou-se duas pesquisas oficiais que trazem informações associadas ao tema. Uma é o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a última pesquisa oficial que apresenta dados municipais para todo o país e que traz informações sobre mobilidade pendular para fins de trabalho e estudo. A outra é a pesquisa de Mobilidade na Região Metropolitana de Salvador, publicada pela Secretaria da Infraestrutura do Governo da Bahia (Seinfra), em 2012, que visa levantar os fluxos de pessoas por diferentes motivos nessa e para essa região.

Seguiu-se, tendo por referência a pesquisa direta, as informações extraídas do questionário e do conteúdo das entrevistas, o propósito de identificar o direcionamento dos fluxos de trabalho e lazer de cada uma das classes sociais e de estabelecer uma relação entre o que se apurou para cada uma delas. Além disso, traçou-se um paralelo entre o espaço usado para trabalho e para lazer.

Cabe esclarecer que não se trabalhou com a totalidade dos bairros do Aracui e de Pitangueiras, mas com uma parte deles. Essa porção de Lauro de Freitas havia despertado a atenção da autora desta tese em 2004, quando da realização de seu mestrado. Na época, para discutir a questão da segregação, foram aplicados questionários em dois distritos de Lauro de Freitas – conforme sua divisão oficial à época – Itinga e Atlântico Norte. Nesse último, se observou os bairros de Aracui, Pitangueiras, Vilas do Atlântico e Miragem. Os dois últimos têm o traçado definido precisamente pelos loteamentos que lhes deram origem. No Aracui e em Pitangueiras, o processo foi distinto.

Quando aquela pesquisa foi desenvolvida, no Aracui, não havia qualquer loteamento ou condomínio e a maioria de seus moradores estava no bairro há muitos anos. Em Pitangueiras, em algumas áreas encontravam-se residentes mais antigos, em pequenas casas. Eram pessoas com baixos níveis de rendimento e de escolaridade.

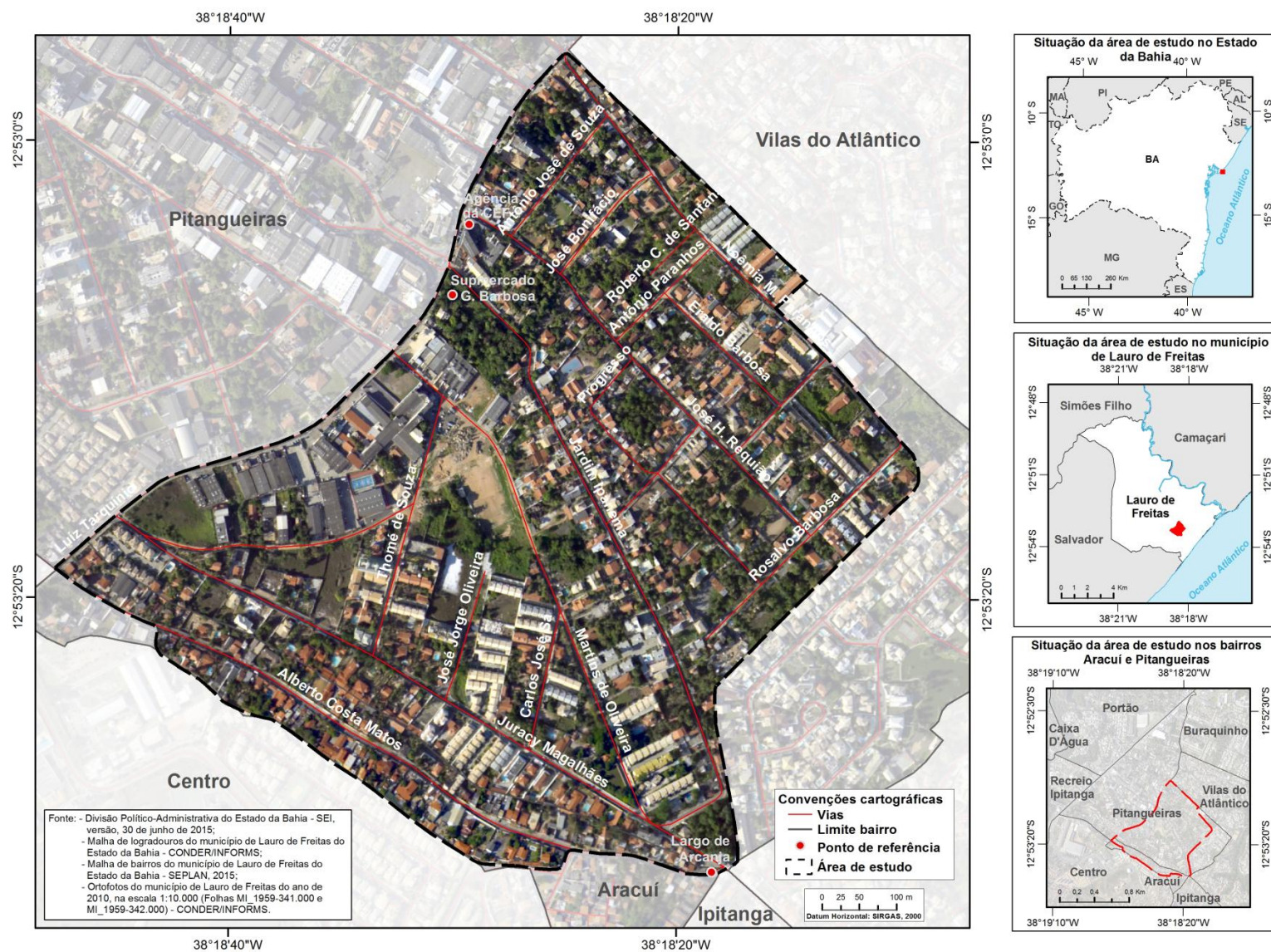
Noutra, chácaras. Numa terceira, condomínios. Mas, começavam a ocorrer mudanças: chácaras sendo demolidas, pequenos estabelecimentos comerciais sendo erguidos e, principalmente, vários condomínios em construção. Em síntese, enquanto se fazia a pesquisa de campo, presenciou-se a produção e a comercialização de diferentes empreendimentos.

Como esses bairros fazem parte de trajetos relativamente comuns à esta autora, pôde-se acompanhar o avançar desse processo e observar em que porções dos bairros as transformações aconteciam com maior ou menor força. Igualmente, notava-se que os que passavam a residir nesses lugares participavam de um grupo social que se distinguia do dos antigos moradores do Aracui e de Pitangueiras.

Eis que essa situação resultou em indagações. Por isso, foi exatamente na porção de Pitangueiras<sup>21</sup> em que parecia mais evidente essa dinâmica e no de Aracui, onde, apesar da contiguidade espacial, havia apenas alguns lampejos desse movimento, que se selecionaram esses bairros como área de pesquisa. Nesses termos, ela foi demarcada considerando os seguintes critérios: ter função predominantemente residencial; possuir moradores cujo tempo de residência no bairro e os perfis socioeconômicos apresentassem variações. Assim, chegou-se a delimitação da área apresentada no Mapa 4.

---

<sup>21</sup> Em algumas partes de Pitangueiras, é escassa a existência de domicílios frente a expansão comercial. Em outras, praticamente todas as chácaras foram substituídas com edifícios residenciais (ver diário de campo no volume anexo).



Mapa 4. Área da pesquisa. Trechos dos bairros do Aracui e de Pitangueiras. Lauro de Freitas. RMS. Bahia. 2015

Uma vez definido o local em que se fariam as atividades de campo, houve um direcionamento no que se refere à seleção dos domicílios. Em função das características socioeconômicas da população que se pretendia observar, elegeram-se três grupos de subáreas para aplicação do questionário. Em cada uma delas predominava um tipo de domicílio, a saber: (1) condomínios fechados; (2) casas com padrão construtivo que sugerisse não pertencer à classe popular; (3) domicílios aparentemente populares<sup>22</sup>. Desse modo, trabalhou-se com uma amostra não probabilística intencional<sup>23</sup>, visto que foi com base na avaliação da pesquisadora que se escolheu onde deveriam ser aplicados os questionários. Ao adotar-se tal procedimento, admite-se que os resultados encontrados em campo possuem menor possibilidade de generalização, no entanto, considera-se que, em termos qualitativos, a pesquisa se torna mais produtiva.

Para a aplicação dos questionários estabeleceram-se alguns critérios. O primeiro é que seriam domiciliares e que os domicílios seriam selecionados nas diferentes ruas da área em estudo<sup>24</sup>. Porém, não se conseguiu abarcar a totalidade delas – algumas não havia condições de segurança para lá permanecer por muito tempo<sup>25</sup>, em outras não se conseguiu nenhuma pessoa que se dispusesse a participar da pesquisa. Em cada uma delas, aqueles que assentiram em responder ao questionário prestavam informações sobre as características do domicílio e de seus residentes do imóvel, e suas apreciações sobre o bairro, trabalho e lazer.

<sup>22</sup> A seleção de subáreas para aplicação dos questionários, neste caso, só pode ter como ponto de partida especulações. Essas foram baseadas no padrão construtivo dos domicílios: tipo de revestimento e de cobertura e estado de conservação das paredes externas (quando se podia ver) e do muro. Nalgumas situações, havia cerca de arame farpado, chão de terra batida à frente da casa, por exemplo, sugerindo que seus habitantes tinham baixos rendimentos. Em outras, o muro alto não permitia maiores inferências. No entanto, sobretudo para as classes populares, conforme se conseguia respostas à aplicação dos questionários, referidas especulações se revelaram, em sua maioria, acertadas. Esclarece-se ainda que não foi possível considerar os dados por setor censitário como critério para pré-definir ditas subáreas dado que eles não correspondiam aos bairros e que englobavam, junto a casas populares, condomínios de grande porte em que residiam pessoas com renda média e alta. Com isso, o resultado médio do setor representava a combinação de situações muito distintas.

<sup>23</sup> A utilização da amostra não probabilística se faz adequada quando não se tem uma listagem com os elementos da população sendo possível de ser aplicada em situações tais como quando não se tem a enumeração da população pesquisada e quando as pesquisas têm foco mais qualitativo, como acontece em relação a essa tese. Aqui se fez uma avaliação subjetiva da situação observada para a seleção dos domicílios da amostra (ESTATÍSTICA..., 2015; BOLFARINE; BUSSAB, 2005).

<sup>24</sup> Posteriormente, apresenta-se uma figura indicativa de tais áreas.

<sup>25</sup> Como a autora deste trabalho realizou toda a atividade de campo sozinha, houve situações em que não pareceu seguro permanecer por um tempo relativamente amplo numa rua, fosse porque na mesma não se visse absolutamente nenhuma pessoa durante o tempo em que a percorria, fosse porque era perceptível que se estava sendo observada.



## 1.2. O PERCURSO DO TEXTO

A transcrição das reflexões e os levantamentos realizados para responder aos objetivos deste trabalho resultaram na elaboração de dois volumes. No primeiro, o conteúdo da tese em si, está em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No segundo, discute-se a noção de classe social, fundamental a este trabalho, expõem-se os critérios adotados para distinguir as classes populares, médias e (médias) superiores. Além disso, são mencionadas algumas características dos que participaram da pesquisa, em particular as atinentes a esse tema.

No terceiro, a atenção volta-se para as consequências das mudanças no modo de reprodução do capitalismo na RMS e particulariza-se a situação de Lauro de Freitas. Com esse propósito, elabora-se uma argumentação sobre a noção de produção do espaço, expõem-se análises sobre as alterações nessa cidade e sua relação com as dinâmicas experimentadas pela capital baiana em dois contextos: entre os anos 1960 e 1990 e de 2000 até mais recentemente. Além disso, particulariza-se a situação do Aracui e de Pitangueiras e traçam-se os perfis desses bairros considerando as apreciações de seus moradores, distinguindo-as conforme as classes sociais às quais eles pertencem.

No quarto, observaram-se com os significados de trabalho e lazer recorrendo-se à teoria e à compreensão dos moradores da área da pesquisa, também verificando se havia ou não variações em suas avaliações relacionadas à classe social. Nele também se indicaram e compararam todas as atividades profissionais e de lazer mencionadas pelos respondentes e elaborou-se uma discussão sobre o conteúdo das respostas apresentadas obtidas nos questionários e nas entrevistas.

No quinto capítulo, tendo como referência Lauro de Freitas, considerando as duas pesquisas oficiais antes mencionadas e os resultados dos questionários, verificou-se a mobilidade dos residentes da área de pesquisa para fins de trabalho e de lazer. Notam-se os direcionamentos dos fluxos para a realização dessas práticas e sua vinculação – considerando apenas o trabalho de campo – com a classe social.

No último capítulo, encontram-se as algumas conclusões. Procurando responder às hipóteses expostas nesta introdução, realizou-se uma discussão sobre as avaliações que as pessoas de distintas classes sociais têm do lugar em que vivem e sobre o



trabalho e o lazer. Buscou-se, sobretudo, entender a relação dessas práticas com a dimensão do espaço apropriado e a posição que os indivíduos ocupam na estrutura social.

O segundo volume é o Caderno de Campo. Nele constam algumas anotações feitas durante o trabalho de campo, são registros de observações e comentários. Há também a transcrição de todas as entrevistas e algumas ponderações a respeito da situação em que ocorreram.

## CAPÍTULO 2

**CLASSE SOCIAL: REFLEXÕES E DEFINIÇÕES**

A palavra *classe* é correntemente usada na academia, nos órgãos de governo, ou mesmo na mídia. De modo geral, ela faz referência tão somente à relação entre a renda dos indivíduos e a média obtida pela totalidade de uma população observada, sendo as várias classes definidas, normalmente, considerando-se determinadas faixas de rendimentos. Nesse sentido, o termo se refere ao nível dos rendimentos de um conjunto de pessoas numa dada sociedade e num momento histórico particular. Alguns dos que trabalham com essa perspectiva, mais atentos ao conteúdo ao qual a expressão pode remeter, vêm agregando ao substantivo *classe* o adjetivo econômica.

Neri (2010), muito consultado quando se trata de analisar a questão da renda no Brasil, é um dos que adota com a expressão classe econômica. Argumenta que, para mensurá-la, deve-se, em princípio, observar toda a distribuição de renda obtida por diferentes fontes (tratadas na forma de renda per capita) e organizá-la em estratos. Para confirmar essa classificação, usa-se o potencial de consumo de bens, a capacidade de geração de renda e expectativas quanto ao futuro. Com a mesma concepção, Neri, Melo e Monte (2012, p. 69) utilizam a renda domiciliar per capita para definir as classes A, B, C, D e E<sup>26</sup>, enquanto a Secretaria de Assuntos Estratégicos (2015), com o propósito de delimitar e compreender a classe média no Brasil, usa a renda bruta domiciliar per capita<sup>27</sup>.

A estratégia de verificar os níveis de renda da população por faixas pode se revelar útil no que tange à proposição e avaliação de determinadas políticas públicas, todavia, é necessário ressaltar que, por mais cuidados que se tome, discutir esses resultados usando o termo classe pode sugerir equívocos interpretativos. Veja-se a afirmação, até certo ponto irônica, de Neri, Melo e Monte (2012, p. 15):

<sup>26</sup> Muito do texto de Neri (2010) encontra-se em Neri, Melo e Monte (2012), embora neste último haja acréscimos de informações e análises estatísticas, até porque, no primeiro trabalho, discorre-se sobre a população brasileira e, no segundo, se enfoca prioritariamente a população rural.

<sup>27</sup> Neste último trabalho, se menciona que a denominação “classe” revela-se inadequada para seus fins, já que o recorte em questão agrega um conjunto bastante heterogêneo de pessoas e famílias. No entanto, dizem seus autores, a expressão é adotada “sem qualquer justificativa conceitual e empírica”, tendo em vista seu uso corrente “facilitar a comunicação” (PARANÁ, 2015). Assim, o governo Federal assume, para refletir e propor políticas públicas, uma ideia partilhada pelo senso comum, sem sobre ela fazer uma crítica pertinente inclusive para atuar de forma mais convergente com as demandas sociais.

Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas etc.), mas de estratos econômicos. Leia-se ‘dinheiro no bolso’, essa que seria segundo os economistas a parte mais sensível da anatomia humana<sup>28 29</sup>.

Mas, se se fala quase que exclusivamente de rendimentos, por que optar pela denominação classe? Ainda que o emprego desse termo não esteja necessariamente errado – afinal, como diz Stavenhagen (1973), na teoria sociológica ele é lido também como estrato –, seria o mais preciso para as abordagens realizadas?

Além disso, tendo em perspectiva a literatura científica que pretende o desvendamento das questões estruturais da sociedade, o uso do termo classe nos modos acima descritos é ainda mais inadequado. No marxismo, por exemplo, um ponto fundamental se refere ao fato de que as classes estão em relação de oposição e complementação, e não se definem apenas pela renda acumulada e capacidade de consumo. Do mesmo modo, na análise de Bourdieu (2010, 2011) – realizada com pressupostos distintos dos adotados no marxismo –, classe jamais pode ser tratada considerando-se o poder econômico como a única ou principal referência. Para ele, tal escolha remete ao economicismo, um problema para a compreensão do mundo social.

Pensar em classe (ainda que sem a agregação do adjetivo social) tão somente pela ótica da renda pode implicar o escamotear de processos de estruturação social e seu movimento. Como diz Souza (2009), o raciocínio economicista ou interpretação da realidade apenas por meio dos números abstrai os indivíduos de seu contexto social e se torna uma estratégia útil no processo de ocultação dos problemas

---

<sup>28</sup> Marcelo Neri, coordenador do citado estudo, tem sido uma referência constante para se pensar em classe e em renda no Brasil. Interessante, nesse sentido, é o título da matéria que trata do trabalho do autor no site do Grupo de Estudos Urbanos (GEU) que se autodefine como especialista em geomarketing, em estudos urbanos e comportamento do consumidor: “Fim da polêmica sobre as classes sociais” (GRUPO DE ESTUDOS URBANOS, 2015). Também o governo Federal vem tendo nesse pesquisador uma referência, na medida em que, além de ter sido contratado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para realizar, entre outros, o estudo sobre a classe média no campo (NERI; MELO; MONTE, 2012), ele foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2012 e 2014, e de março de 2013 a fevereiro de 2015 ocupou o cargo de Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

<sup>29</sup> Souza (2015, p. 106), sem citar nomes e com certa ironia, faz menção a esse texto para exemplificar a grande importância que alguns autores atribuem ao aspecto econômico na compreensão da vida social. Entretanto, isso nem sempre seja explicitado. “É claro que nenhum ‘economicista’ dirá abertamente que só importam os estímulos econômicos para o esclarecimento do comportamento prático das pessoas. Tamanha coragem para assumir uma visão unilateral – ainda que essa unilateralidade seja compartilhada com a maioria - da realidade não é comum”.

fundamentais da sociedade. Com argumentação similar, Serpa (2015a, p. 98) questiona a ideia de delimitar classe social estritamente pela renda, sobretudo quando tal escolha tem por meta, como nos casos acima aventados, analisar a elevação da renda de uma população particular. Nesses casos, o estudo das classes “[...] parece ocultar mais do que revelar sobre os processos sociais, econômicos e culturais em jogo [...]”.

O propósito deste capítulo é discutir a noção de classe social e compreender algumas de suas características centrais com vistas a operacionalizar esta pesquisa. Noutros termos, busca-se na literatura elementos que permitam estabelecer critérios para classificar os participantes da pesquisa em termos de classe social. O que se pretende, portanto, é escapar à armadilha de simplificação, qual seja, a de definir classe social ou socioeconômica apenas pela faixa de renda ou por qualquer propriedade isolada. Desse modo, num primeiro momento aborda-se a expressão classe social a partir de alguns levantamentos bibliográficos. No segundo, refre-se sobre o tema considerando os achados de campo e estipulam-se critérios para categorizar os respondentes e seus familiares em classes para os fins desta tese. No terceiro, apresentam-se os resultados dessa categorização.

## 2.1. CLASSES SOCIAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS: APROXIMAÇÕES E ABORDAGENS<sup>30</sup>

Ao longo da história, sempre que se desenvolve um modo de produção no qual existam relações de dominação, encontram-se dois grupos sociais antagônicos – os exploradores e os explorados – e a expressão classe social, em diferentes campos científicos, há muito é empregada para indicar a oposição entre eles. Todavia, quando Marx e Engels elaboram seu raciocínio sobre tal situação pretendem mais do que constatar-la. No intuito de entender a dinâmica social, apontam para a importância de determinar o que faz com que haja a riqueza de uns e a pobreza de

---

<sup>30</sup> Entende-se que os conceitos são elaborados a partir de um contexto espaço-temporal, ou seja, que o quando e o onde são construídos contribui para entendê-los. Sendo assim, considera-se fundamental, para aplicá-los, verificar se as condições sociais nas quais foram desenvolvidos são compatíveis com sociedade em estudo de modo a permitir seu uso *ipsis litteris* ou se é necessária sua reelaboração. Portanto, sempre que se encontrou informação confiável, neste tópico de capítulo, dado que parte dos autores conceitua classe a partir de suas características, se indica o ano original do texto referenciado ou sua mais antiga data de publicação. No entanto, nos casos nos quais a distância entre a data da publicação e a da republicação aqui utilizada era próxima, menciona-se a data mais recente.

outros (HARNECKER, 1976b; DUVERGER, 1971 [1962]). Nesse sentido, o antagonismo entre as classes, ou mesmo a luta de classes, não é uma descoberta de Marx. De acordo com Harnecker (1976b), a questão é que o “ponto de partida de Marx” foi o “ponto de chegada” dos cientistas do início do século XIX, suas conclusões se tornam a “matéria-prima” sobre as quais os autores do marxismo se debruçam<sup>31</sup>.

Marx e Engels (2001 [1845]) afirmam que só há classe quando grupos de indivíduos se percebem em oposição, em disputa, e, principalmente, quando se comportam como inimigos em concorrência<sup>32</sup>. Há, pois, uma dialética entre as classes: uma existe apenas em relação à outra.

Esses autores ensinam que as condições de vida de um indivíduo o situam numa classe, enquanto suas características resultam na reprodução dessas mesmas condições. Assim sendo, são as possibilidades materiais, a forma como o homem vive, que o fazem pertencer a determinada classe social. Do mesmo modo, a participação na estrutura social não depende apenas dos atributos individuais, de capacidades e esforços que o homem venha a possuir. Ela lhe é imposta desde o nascimento, a partir da posição que seus pais ocupam no processo de produção.

Marx e Engels (1998 [1848], p. 8) demarcam a necessidade de entender que essas diferenças não resultam apenas em hierarquias, ensejam antagonismos. Para eles, “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes”. Essa assertiva é um dos pilares de seu pensamento: “[...] toda a teoria de Marx, quer dizer a ciência fundada por Marx (o materialismo histórico) e a filosofia aberta por

---

<sup>31</sup> Nota-se que, embora *classe social* seja uma noção crucial de sua produção teórica, Marx e Engels não a conceituaram (DUVERGER, 1971 [1962]; HARNECKER, 1976b; LUKÁCS, 1973 [1923]; STAVENHAGEN, 1973 [1962]). Foram as interpretações de suas inúmeras referências ao tema que permitiram a elaboração, por outros estudiosos, do seu significado ou de sua caracterização de modo mais claro.

<sup>32</sup> Lukács (1973 [1923]) observa ser necessário que o indivíduo se reconheça como integrante de um grupo particular, que se coloque em oposição a outro, para que as classes efetivamente se constituam. Exemplifica: quando milhões de famílias possuem uma condição de vida, cultura e interesses similares e distintos da de outras tantas famílias (que, por sua vez, apresentam um rol de características comuns) às quais se opõem como inimigos, é que se pode falar da formação de uma classe. Oliveira (2003 [1987]), com o mesmo referencial teórico, observa que as classes sociais não se constituem em si ou para si, mas em relação à outra. Acrescenta Sorokin (1973 [1947]) que uma classe só existe se uma parte de seus integrantes está organizada ou quase organizada.

Marx (o materialismo dialético) têm por centro absolutamente vital a luta de classes” (ALTHUSSER, 1976, p. 7)<sup>33</sup>.

No emblemático Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1998 [1848], p. 11) afirmam que “A transformação da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento distinguem a época burguesa de todas as demais”. Nesse contexto, as contradições e a opressão de classe se diferenciam das anteriores - passam a existir apenas duas e essenciais classes, a burguesia e proletariado, que são tanto articuladas quanto opostas<sup>34</sup>. É nesse sentido que Lukács (1973 [1923]) considera que a burguesia e o proletariado são as únicas “classes puras”: somente elas têm existência e evolução diretamente relacionadas ao processo de produção tal como desenvolvido no capitalismo. Assim sendo, concretizaram-se como efeito desse modo de produção e sua perpetuação é essencial à manutenção desse sistema.

Interessante observar que a burguesia nasce revolucionária e é moldada pouco a pouco pelas alterações nas formas de produção e circulação. Apodera-se do Estado e, com isso, passa a exercer a dominação política, ideológica e econômica sobre a totalidade social. Segundo Engels (1888 apud BRAGA, 1971, p. 335), essa é “[...] a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam trabalho assalariado”. Numa avaliação posterior, Lefebvre (2005 [1968], p. 30) menciona que a burguesia “[...] é a classe que nega as classes e isto faz parte

<sup>33</sup> Para Harnecker, (1976b), essa célebre frase é um resumo das conclusões a que chegaram Marx e Engels a respeito do resultado dos trabalhos daqueles que os antecederam. A autora cita uma carta escrita pelo próprio Marx, em 1852, na qual ele afirmara: “O que [eu] trouxe de novo foi demonstrar: 1) que a existência de classes está apenas ligada a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção*; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à *ditadura do proletariado*; 3) que esta mesma ditadura não constitui mais que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes...” (MARX, 1952 apud HARNECKER, 1976b, p. 11). Note-se que a assertiva de que elas estão em constante conflito é uma elaboração teórica decorrente dos processos que as geraram no âmbito do desenvolvimento capitalista. Entretanto, contemporaneamente, nem sempre esse embate é franco. Afinal, não se faz comum a consolidação da consciência de classe, sobretudo por parte do que tradicionalmente se nomeia proletariado, frequentemente capturado pela ideologia dominante. Seus embates e reivindicações comumente se centram em interesses imediatos ou pontuais, distando de uma ação que vise a romper com a lógica de reprodução capitalista.

<sup>34</sup> No modo de produção de capitalista, de acordo com Marx, existem sempre as duas classes mencionadas – burguesia e proletariado. Porém, em cada formação social, algumas outras podem também fazer-se presente (normalmente, em dissolução) em consequência de um modo de produção anterior. Além disso, nem todos os grupos sociais e indivíduos participam da burguesia ou do proletariado, tal como esclarecido por Harnecker (1976). De acordo com Lukács (1973 [1923]), a pequena burguesia ou os camponeses são classes que apresentam uma existência não vinculada necessariamente ao capitalismo, seriam vestígios de sociedades estamentais e não promovem, portanto, a evolução capitalista.

de sua definição como classe”. Embora tenha sido ela própria produto de uma luta de classes, sua “[...] ideologia e prática ocultaram essa realidade histórica [...]”.

O proletariado, por sua vez, é formado por trabalhadores “[...] que são forçados a se vender diariamente, [que] constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado” (MARX; ENGELS, 1998 [1848], p. 14). Então, forjada pela burguesia, essa classe teria sua sobrevivência garantida apenas ao encontrar trabalho e esse só existe se servir para incrementar o capital – ou seja, a sobrevivência do proletariado depende da conveniência da burguesia e alimenta a reprodução capitalista.

Entretanto, o fundamento da distinção e da oposição entre as classes é a relação que cada uma delas estabelece com os meios de produção, quer dizer, com os objetos com os quais se trabalha e meios de trabalho em sentido lato<sup>35</sup>. A classe que detém a propriedade real dos meios de produção<sup>36</sup> é a burguesia que, por estar nessa posição, explora o proletariado. Este grupo, distintamente, para sobreviver vende a única coisa que possui, sua força de trabalho<sup>37</sup>.

Todas as demais características imputadas a uma classe, nessa perspectiva, decorrem dessa condição fundamental. Nas palavras de Stavenhagen (1973 [1962], p. 150),

Não é a ocupação, nem o montante dos rendimentos, nem o estilo de vida, que constitui o principal critério para a constituição de uma classe social, embora todos constituam critérios secundários que vigoram em casos particulares. Esses aspectos, assim como o poder ou o domínio político [...] não são mais do que fatores dependentes que expressam ou refletem em maior ou menor grau um critério fundamental.

<sup>35</sup> Harnecker (1976a, p. 43) nota que Marx diferencia meios de trabalhos em sentido restrito e em sentido lato. Os primeiros são compostos pelas coisas que o trabalhador coloca entre si e o objeto sobre o qual trabalha, seriam intermediários para a produção. Meios de trabalho em sentido lato compreendem esses intermediários e “[...] todas as condições materiais que, sem intervirem diretamente no processo de transformação são, no entanto, indispensáveis para sua realização”. Exemplos dessas condições seriam os terrenos, estradas, oficinas etc. Dessa maneira, o espaço é um meio de trabalho.

<sup>36</sup> A propriedade real implica a posse efetiva e o poder de dispor do meio de produção e dos produtos elaborados a partir dele. Pela leitura da obra deixada por Marx, pode-se entender o direito de propriedade como aquele que “[...] assiste ao possuidor de um bem de usar, fruir e dispor dele livremente” (HARNECKER, 1976a, p. 68). Sendo que a posse efetiva se trata da “[...] capacidade que tem os detentores dos meios de produção de os por em movimento [...] existe propriedade real dos meios de produção quando se juntam, nas mesmas mãos, a posse efetiva destes meios e dos produtos que proporcionam” (HARNECKER, 1976a, p. 70).

<sup>37</sup> Uma discussão sobre força de trabalho, encontra-se no quarto capítulos desta tese.



São também essas as ideias que baseiam a definição de social elaborada por Lênin (1980 [1920], p. 146):

Chamam-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social.

Com base nos mesmos pressupostos, Harnecker (1976b, p.13) considera que classes sociais são “[...] grupamentos sociais antagônicos em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado [...]”. Tal lugar é “[...] determinado fundamentalmente pela forma específica em que se relaciona com os meios de produção”.

Não resta dúvida de que “A divisão da sociedade em classes deve ser definida, no espírito do marxismo, pelo lugar que elas ocupam no processo de produção” (LUKÁCS, 1973 [1923], p. 11). É exatamente isso que faz com que cada uma exista apenas em relação à outra. Afinal, em toda sociedade há os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores ou produtores diretos, que são os que despendem sua força de trabalho no processo produtivo. Enfatiza Althusser (1976, p. 12) que “[...] a condição de existência da sociedade capitalista é a exploração da classe operária: exploração que a classe capitalista deve reproduzir, custe o que custar”. Ademais, Marx e Engels (1998 [1848], p. 20) evidenciam que “A condição essencial para a burguesia e a dominação da classe burguesa é a concentração de riquezas nas mãos de particulares, a formação e multiplicação do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado”.

Na literatura marxista – elaborada seja por Marx e Engels, seja por seus seguidores –, o aparecimento da burguesia e o do proletariado encontra-se profundamente vinculado à divisão social do trabalho e à evolução da técnica. Sendo assim, classe social é uma categoria histórica, relacionada ao desenvolvimento da sociedade, portanto, trata-se de um efeito da relação entre a estrutura social global e os indivíduos que participam da produção social (HARNECKER, 1976b). Por isso

mesmo, pensar em classes é pensar em dinâmica: além do movimento que ocorre nas estruturas que as sustentam, há também aqueles que acontecem no seu âmago, visto que elas não são homogêneas.

Observe-se que, constantemente, se reproduzem “[...] as relações de produção nas quais opera o processo de reprodução capitalista. Ao mesmo tempo que produz mercadorias, reproduz as relações capitalistas de produção: o capital e o trabalho assalariado” (HARNECKER, 1976a, p. 85). Dissolvem-se, frente a essas ponderações, ideias que tratam das relações entre os homens como algo natural; por outro lado, ganha consistência a tese de que elas são produzidas e que se transformam conforme o próprio movimento das estruturas produtivas (OLIVEIRA, 2003 [1987]).

Duverger (1971 [1962]), Gurvitch (1973 [1950]) e Sorokin (1973 [1947])<sup>38</sup> traçam o que seriam os aspectos típicos das classes sociais.

O primeiro desses autores, além de reforçar a já citada distinção básica entre as classes, discorre sobre a transmissão “hereditária” de direitos e privilégios e sobre as desigualdades no que tange às oportunidades de desenvolvimento das capacidades individuais. Outro aspecto levantado por Duverger (1971 [1962]) diz respeito à compreensão de que as classes são grupos com forte solidariedade interna. Essa condição, contudo, não significa que sejam homogêneas uma vez que são formadas por diferentes camadas, cada uma das quais com seus interesses particulares. Assim, há contradições no âmbito de uma mesma classe, enquanto entre elas ocorrem conflitos.

Para Sorokin (1973 [1947], p. 84), um sociólogo de aporte mais tradicional (THORNTON, 2007), uma classe social é um grupo:

a) legalmente aberto, mas de fato semifechado; b) “normal”; c) solidário; d) antagônico a outros grupos (classes sociais) da mesma natureza geral [...];

<sup>38</sup> Segundo Stavenhagen (1973, p. 158), Gurvitch e Sorokin acreditam que a história das classes sociais se iniciou no século XVIII, na medida em que as consideraram “[...] como resultado de uma divisão funcional do trabalho, como um ato particular de organização social associado ao industrialismo”. Diferiam, portanto, da concepção marxista que considera classe uma proposição quase universal, típica a qualquer sociedade onde haja relação de exploração entre os homens. Para Stavenhagen (1973, p. 158), aqueles dois autores cometem um equívoco visto que “O industrialismo é um tipo de produção material, não um tipo de estrutura sócio-econômica” e que “As classes sociais não são a expressão de tipo de produção material dominante na sociedade, mas a expressão das relações de produção dominante na sociedade”.

e) organizado em parte, mas, principalmente quase-organizado; f) cômico apenas parcialmente da sua própria unidade e existência; g) característico da sociedade ocidental dos séculos XVIII, XIX e XX; h) um grupo com múltiplos laços, cujos limites são dados ao mesmo tempo por dois vínculos específicos – ocupacional e econômico (ambos tomados em sua mais ampla acepção) – e por um vínculo de estratificação social, este no sentido de que a totalidade de seus direitos e deveres básicos contrasta com os direitos e deveres essencialmente diferentes de outros grupos (classes sociais) da mesma natureza geral [...].

Ao abordar a questão da condição ocupacional, econômica e legal, à semelhança de Durverger (1971 [1962]), o autor avalia que, imbricado a tais condições, existe um conjunto de valores, significados e normas relativamente solidários a cada classe e antagônicos em relação às demais. A aglutinação de vínculos em cada uma delas é “normal”, ou seja,

[...] a pobreza está intimamente inter-relacionada às ocupações manuais (qualificadas e semi-qualificadas) e à comparativa inferioridade (jurídica e de fato) com respeito a privilégios; por sua vez, a riqueza relaciona-se às ocupações criadoras, intelectuais, e a um status privilegiado (legal e fato) (SOROKIN, 1973 [1947], p. 85).

Desse modo, conforme Sorokin (1973 [1947]), existe uma correlação entre a condição monetária, ocupação e status. Isso indica que o significado que a sociedade atribui a cada tipo atividade profissional permite classificar aquele que a desempenha.

Esse autor defende também que as situações ocupacional e econômica influenciam o comportamento e o modo de vida dos homens. “Pessoas que têm posição econômica e direitos e deveres essencialmente análogos se tornam semelhantes de várias outras maneiras, tanto no comportamento quanto física, mental e moralmente” (SOROKIN, 1973 [1947], p. 86-87). Esse seria o fundamento das similaridades no modo de vida dos indivíduos de uma mesma classe. Tais similaridades possuem, evidentemente, limites. Há traços comuns de comportamento – e quiçá de compreensão do mundo – entre aqueles que pertencem a cada uma delas. Porém, ainda em acordo com as ideias de Duverger (1971 [1962]), não se encontra homogeneidade entre os que integram uma classe.

Desse modo, Sorokin (1973 [1947]) considera a existência da relação entre tipo de ocupação e perfil comportamental. Assim, finda por partilhar das percepções de Marx e Engels, tal como consta em *A ideologia alemã*:

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de produção (MARX, ENGELS, 2001 [1845], p. 11).

Essa avaliação pauta-se na concepção de produção como algo que supera a reprodução da existência física dos indivíduos e da compreensão da articulação entre modo de produção e um modo de vida<sup>39</sup>.

Sorokin (1973 [1947]), procurando especificar os traços essenciais das classes então existentes, identifica como proletária ou trabalhadora aquela formada, sobretudo, por quem exerce atividades manuais, que emprega sua mão de obra nas fábricas, manufaturas, minas e transportes. Participa dela ainda o grupo que nomeou de proletariado intelectual, composto por profissionais como escriturários e funcionários públicos e outros que possuem ocupações mais mentais do que manuais, mas que executam funções subordinadas ou rotineiras, mesmo que parcialmente.

Sua referência para essa classificação é a posição na estrutura social: o proletário é sempre quem se encontra numa posição subordinada, esteja sua mão de obra empregada ou não diretamente na produção. A classe trabalhadora ou proletária, como entende, é a que depende, para sobreviver, da venda de “[...] seus serviços num mercado inconstante e inseguro [...]” (SOROKIN, 1973 [1947], p. 90); que não detém a posse dos instrumentos de trabalhos dos quais necessita para produzir; e apresenta um nível de renda baixo se comparado aos das demais classes. Essas pessoas raramente teriam condições de ascender socialmente.

Assim, embora juridicamente todas as classes sejam iguais, esse preceito legal se revela falacioso, tanto do ponto de vista dos direitos quanto das possibilidades de participação política. A incapacidade do proletariado frente a outras classes está relacionada às seguintes situações:

[...] seu trabalho é com frequência de natureza altamente monótona e enfadonha, além de pouco indicada para estimular o pensamento, para não falar na criatividade. É muitas vezes frequentemente desagradável, sendo

---

<sup>39</sup> Uma discussão mais ampla sobre o significado de produção e reprodução pode ser encontrada no próximo capítulo desta tese. No entanto, observa-se que a análise marxista considera aspectos muito mais densos do que tão somente a ocupação, ou seja, a especificidade da tarefa a ser executada ou seu resultado. Da mesma maneira, nota-se que não se está tratando a ocupação como *determinante* das práticas sociais.

realizado sob condições desfavoráveis e anti-higiênicas. Acresce que um alto nível educacional, posições desejáveis e outras vantagens são ordinariamente inatingíveis. Por outro lado, sua parte de deveres incômodos, inclusive a subordinação e a dependência dos capitalistas, é desproporcionalmente grande (SOROKIN, 1973 [1947], p. 91).

Gurvitch (1973 [1950]) atem-se a aspectos que distinguem as classes sociais de outros tipos de grupamentos sociais. Observa, primeiramente, que elas são grupamentos de fato, ou seja, não são impostos por regulamentações de qualquer ordem ou são voluntários (raramente uma pessoa adere, por escolha, a uma classe). Acrescenta que inexistem barreiras formais que impeçam a mobilidade entre elas, todavia, ascender de uma para a outra é algo pouco comum. O segundo aspecto é que são grupamentos à distância: as classes não formam um “grupamento íntimo” ou que se reúnem periodicamente. Em verdade, se exprimem numa multiplicidade de organizações, por isso mesmo, se tornam grupamentos que estabelecem um contato superficial entre si (GURVITCH, 1973 [1950]).

Sua terceira característica particular é a suprafuncionalidade. Cada uma das classes desenvolve tão vasto conjunto de funções que é impossível descrevê-las ou detalhá-las em sua totalidade. Noutros termos, tratam-se de “[...] macrocosmos de grupamentos unifuncionais e multifuncionais diversos; são grupamentos de grupamentos” (GURVITCH, 1973 [1950], p. 100), que envolvem famílias, profissões, grupos de idade, religiosos, de estratos econômicos etc. Essa situação inviabiliza que sejam descritas como uma organização única. Ao mesmo tempo, em seu interior acontecem tanto disputas quanto algum nível de hierarquia.

Mais um importante atributo referente às classes sociais: a incompatibilidade radical entre elas. Segundo Gurvitch (1973 [1950], p. 102), entre todos os tipos de grupamento, apenas as classes sociais “encarnam” tal incompatibilidade de modo “imanente”, “espontâneo” e permanente, para usar as palavras do autor. Sendo assim, inexistente a possibilidade de participar simultaneamente de mais de uma classe, o que decorre de sua crescente estruturação<sup>40</sup>. Essa situação, afirma,

[...] implica a irredutibilidade das consciências e das mentalidades, na impossibilidade de reconciliar os quadros de valores, na divergência

<sup>40</sup> Na interpretação de Gurvitch (1973 [1950], p. 95), a estruturação indica “[...] um movimento em direção a um equilíbrio precário de hierarquias múltiplas, daí os diferentes níveis de profundidade e as diferentes formas de sociabilidade dos fenômenos sociais totais, parciais ou globais [...]”. Esse frágil equilíbrio é formado por modelos, signos, sinais, símbolos, papéis sociais, valores e ideias particulares que vão conferindo lugares nessa estrutura.

essencial entre as visões de mundo, na oposição das 'ideologias' (doutrinas justificadoras fundadas no 'conhecimento político').

Esse conjunto de ponderações converge para o entendimento de que, em paralelo às transformações dos modos de produção, a sociedade e a própria estrutura das classes se alteram (MARX; ENGELS, 2001 [1845]). Dessa maneira, para avaliar sua dinâmica e suas formas de manifestação na vida social, considerar tão somente a relação com os meios de produção é insuficiente. Se esse é um aspecto essencial para delimitação e caracterização das classes sociais, há outros que igualmente participam da formação de seus contornos. Além disso, o que delimita uma classe varia conforme o contexto socioespacial. Por isso mesmo, o quinto aspecto mencionado por Gurvitch (1973 [1950]), resistência à penetração da sociedade global, deve ser analisado à luz do momento em que foi descrito.

O autor considera que as classes sociais são menos sujeitas a influência da sociedade do que outras formas de agrupamentos sociais. Não desconhece que elas estão integradas a uma sociedade e são por ela inspiradas, porém, a combinação de algumas de suas características (como a suprafuncionalidade, incompatibilidade entre as elas, sua crescente estruturação e dinamismo particular) faz com que estejam menos suscetíveis à interferências. Avalia ainda que, as classes que estão no poder aceitam mais facilmente a penetração dessa sociedade do que aquelas ascendentes ou as que dele foram alijadas.

A última característica indicada por Gurvitch (1973 [1950]) se refere a que as classes são "grupamentos particulares de grande envergadura" no que tange ao número de participantes, estáveis quanto à duração, e abertos, por serem grupamentos de fato.

Esse conjunto de traços peculiares é resumido no seu conceito de classes sociais:

[...] grupamentos particulares de grande envergadura representando macrocosmos de grupamentos subalternos, macrocosmos cuja unidade está baseada em sua suprafuncionalidade, sua resistência à penetração pela sociedade global, na incompatibilidade radical entre eles, sua estruturação crescente implicando uma consciência coletiva predominante e obras culturais específicas; esses grupamentos, que só aparecem nas sociedades globais industrializadas onde os modelos técnicos e as funções econômicas são particularmente acentuados, ainda têm os seguintes traços: são grupamentos de fato, à distancia, de divisão, permanentes, mantendo-se inorganizados, só possuindo a coação condicional (GURVITCH, 1973 [1950], p. 112).

Pela pequena amostra de autores aqui colocada<sup>41</sup>, o que é enfocado, quando a intenção é dizer o que é classe social, são suas características. Então é oportuno lembrar classe social é uma categoria histórica, relativa à evolução e ao desenvolvimento da sociedade. Ela se forma, se desenvolve e se modifica conforme se transformam as relações de produção. Por isso, cada época tem suas classes particulares, com um conteúdo específico e concreto (STAVENHAGEN, 1973). Assim, mesmo que persista o modo capitalista de produção, alterações na sua realização conduzem a variações nos conteúdos das classes.

De igual maneira, como assinala Oliveira (2003 [1987]), quanto mais o capitalismo se afirma em relação a outros modos de produção, mais difícil é ter clareza a respeito do seu movimento, assim como o das classes sociais. Essa dificuldade, para o estudioso, é o que leva alguns a afirmarem que as classes e as ideologias desapareceram – porém, insiste, essa posição não é mais do que uma ideologia<sup>42</sup>. O que ocorre é que ambas se transmutam.

---

<sup>41</sup> Embora não seja objeto deste trabalho realizar uma ampla revisão de literatura sobre as visões ou conceitos de classe social, acredita-se ser importante assinalar que, de acordo com Perissinotto (2007), há quatro grandes linhas de interpretação de classe social entre os marxistas. Citam-se pontos sobre elas. Uma é a formulada por Poulantzas (1978, 1986 apud PERISSINOTTO, 2007), de cunho estruturalista, que considera a classe social como um efeito do conjunto das estruturas sobre os agentes. Para ele, a prática econômica, política e ideológica de uma classe e os limites a elas são efeitos estruturais. Desse modo, tanto observou as classes fora de um âmbito exclusivamente econômico, quanto se avalia que “[...] os limites da intervenção das práticas sobre as estruturas são também definidos objetivamente pelas mesmas estruturas sociais” (PERISSINOTTO, 2007, p. 90). A segunda, elaborada por Wright (1979, 1985, 1993, 1996 apud PERISSINOTTO, 2007), é designada como uma perspectiva “cartográfica” das classes sociais; sua questão central é a da relação entre a estrutura de classes e sua prática nas lutas políticas conjunturais. Postula que “[...] a luta de classes não é uma variável dependente, apenas modelada por causas estruturais [...]”, mas afeta diretamente a capacidade das classes e, portanto, o seu processo de formação [...] a luta de classes é o conceito que estabelece a mediação entre a estrutura de classe e o processo de formação de classe, isto é, o processo de transformação da classe em ator coletivo” (PERISSINOTTO, 2007, p. 92). A terceira vertente foi desenvolvida por Thompson (1981, 1987 apud PERISSINOTTO, 2007) que se ocupou do processo histórico por meio do qual os homens vivenciam experiências comuns, organizam sua identidade e seus interesses e contrapõem-se aos outros. Portanto, para definir uma classe é preciso captar sua experiência ou a existência a sua existência concreta. A quarta é representada por Przeworsky (1989 apud PERISSINOTTO, 2007) que constrói uma “teoria do processo de formação da classe” na qual a luta concreta é essencial. Os autores a ela vinculados trabalham a partir de dois princípios: rejeição categórica da problemática marxista da classe em si/classe para si e uso do “individualismo metodológico” como método para estudar o processo de formação de classe.

<sup>42</sup> Tendo como referência a leitura de *A ideologia alemã*, Gorender (2001) observa que no momento em que os trabalhos manual e intelectual são separados e que esse último adquire um valor superior ao primeiro, a classe dominante (e apenas essa classe) se ocupa do pensar, atividade daqueles que estão livres do trabalho produtivo. Conforme o autor, entre os dominantes, além dos encarregados das práticas de dominação em si, existem os que, sendo *intelectuais*, são responsáveis pela elaboração de ideologias, expressão que indica, em sua acepção, a criação de ilusões a respeito da dominação de classe. Na interpretação de Harnecker (1976a), o nível ideológico da sociedade deve ser considerado uma realidade objetiva, sendo formado por dois sistemas: o de ideias e o de atitudes. O primeiro se refere a um conjunto das diversas ideias e representações do mundo e do papel do

Perissinoto (2007), adicionando elementos à compreensão da dinâmica das classes sociais, coloca que a luta de classes ultrapassa a esfera econômica e se insere no âmbito da ideologia. Pautando-se em *O 18 Brumário*, diz que, para Marx, o apoio dos republicanos aos burgueses estava mais vinculado à ideia de que a ordem por eles apresentada era a única possível, do que a aspectos ou interesses econômicos. Assim, o que definiu sua escolha foi a ideologia. Dessa maneira, observa que a interpretação que uma classe tem da realidade pode não representar aquela decorrente de sua situação de vida ou posição na produção. Nesses termos,

[...] a classe deve ser tratada não como um agente político consciente de seus interesses (i.e., como “ator coletivo”), mas, como uma ‘realidade objetiva’ que se impõe à dinâmica política independente das vontades de seus membros e seus representantes (PERISSINOTTO, 2007, p. 86).

Tem-se, pois, que o próprio movimento do pensamento sobre o tema junto às transformações na sociedade e no modo de reprodução conduzem a uma análise das classes sociais que considere outras dimensões da vida, além daquela circunscrita à produção *stricto sensu*. Essa foi a perspectiva, por exemplo, de Gramsci, que trata a política como essencial para a compreensão do movimento das classes sociais, e de Bourdieu, ao relacionar a objetividade das infraestruturas à subjetividade de suas representações (OLIVEIRA, 2003 [1987]).

As questões postas por Bourdieu (2010 [1989]) merecem ser observadas com maior atenção<sup>43</sup>. Ele, ao desenvolver uma teoria do espaço social, rompe com o marxismo que, em sua compreensão, precisa ser superado em quatro aspectos centrais: (a) a tendência de considerar a “substância” das classes (quantos são e quem são aqueles que delas participam) para pensar em termos das relações que elas estabelecem; (b) a visão intelectualista que, subjacente a essa teoria, confunde a classe teórica (criada no âmbito das ciências), com a real, um grupo mobilizado de

---

homem. Ele é repleto de elementos imaginários, expressões de desejos e esperanças e tem por função adaptar os indivíduos à realidade. O segundo figura como um conjunto de hábitos, costumes e tendências para agir e reagir de determinado modo. Desse modo, como as ideologias impregnam tanto as práticas como as concepções que o homem possui da vida, ela faz com que os indivíduos assumam seus papéis e posição nas relações sociais. Portanto, sua elaboração e difusão asseguram a exploração típica a uma sociedade de classes, ou seja, visa à legitimação da classe dominante.

<sup>43</sup> As reflexões aqui apresentadas a respeito das ideias de Bourdieu sobre classes sociais são parcialmente decorrentes das discussões realizadas no Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação, coordenado pelo professor Angelo Serpa, que tem como uma de suas propostas realizar uma produção coletiva de conhecimento. A autora agradece a contribuição dos colegas que participam desse grupo no que se refere à análise das proposições do autor e isenta-os dos equívocos porventura aqui cometidos.



fato<sup>44</sup>; (c) o economicismo, compreensão reducionista que limita a multiplicidade do espaço social a um único campo; e (d) o objetivismo que, junto ao intelectualismo, menospreza as lutas simbólicas que se estabelecem nos diferentes campos sociais e que colocam em questão as representações do mundo e a hierarquia no interior de cada um dos campos<sup>45</sup>.

Compreendendo a multidimensionalidade implícita às classes sociais, a proposta do autor é analisá-las a partir de conceitos por ele elaborados, tais como espaço social, campos, capital social e *habitus*<sup>46</sup>. Perissinotto (2007, p. 98) compreende que:

O conceito de espaço social descreve a sociedade como um todo formado por várias dimensões organizadas segundo princípios de diferenciação social próprios e cujas lógicas são irredutíveis umas às outras, ainda que interligadas. Essas dimensões, que compõem o espaço social, são chamadas de “campo”. Esse conceito, por sua vez, designa um conjunto de relações de forças objetivas, que definem as posições sociais dos agentes em função do quantum de capital (e poder) que eles controlam.

Pela análise de Bourdieu (2011 [1979]), o espaço social é uma representação abstrata que permite a visão de um conjunto de pontos do mundo social. Ele é estruturado a partir de posições e, como há desigualdade entre elas, pela disputa entre os agentes sociais (como nomeia os indivíduos) que dele participam. Também por conta da existência dessas posições, os agentes apresentam diferentes visões desse espaço.

A teoria dos campos está relacionada, segundo Bourdieu (2004 [1987], p. 34), à “pluralidade do mundo”, à variedade de aspectos e lógicas que compõem a realidade, ou “[...] aos diferentes campos enquanto lugares onde se constroem sentidos comuns, lugares-comuns, sistemas de tópicos irredutíveis uns aos outros”. Portanto, o campo econômico – tão focado em algumas abordagens – é apenas

<sup>44</sup> Quando critica a perspectiva marxista de classe, um dos pontos em realce é o uso de abstrações para defini-las e identificar seus fins na sociedade. Bourdieu (2010 [1989]) pondera que num espaço de relações, são os próprios agentes históricos que estabelecem seu destino e este não necessariamente corresponde ao que foi proposto pela teoria. Por isso fala de “classe objetiva”, aquela que se revela por suas disposições e práticas, bem como pelas propriedades comuns objetivadas (ou mesmo juridicamente garantidas), ou seja, incorporadas como *habitus* de classe.

<sup>45</sup> Embora, por conta do interesse deste trabalho, tenha-se focado em questões mais atinentes às classes sociais, há outras críticas desse autor ao marxismo. Uma delas se refere ao paradoxo que é a proteção realizada a essa teoria da crítica histórica. Para Bourdieu (2004, p. 30), “[...] a tradição marxista sempre deixou muito pouco espaço para a crítica reflexiva. A favor dos marxistas, eu diria que, embora se possam tirar de sua obra os princípios de uma sociologia crítica da sociologia e dos instrumentos teóricos que a sociologia, sobretudo a marxista, utiliza para pensar o mundo social, o próprio Marx nunca utilizou muito a crítica histórica contra o próprio marxismo”.

<sup>46</sup> Bourdieu (2010 [1989]) esclarece que não inventou o termo ou o conceito *habitus*, mas, o ressignificou.

um daqueles dos quais o homem participa. Existe o campo cultural, o político, o social e assim sucessivamente. E, em cada um deles, há um capital específico. Assim, ao tempo em que se sobrepõem, cada um dos campos tem uma lógica particular, regras próprias e, igualmente, um capital. Como avalia Serpa (2015a, p. 101), “[...] o *campo* é um recorte da estrutura *total*, com interesses, linguagens e representações específicas. Cada campo tem uma hierarquia de classes e frações de classe, de ‘dominantes’ e ‘dominados’”. Assegura ainda que “[...] o campo não é somente de diálogo, mas, sobretudo de disputa e conflito, de trajetórias ascendentes e descendentes – é um microcosmo da estrutura social e, como ela, conflituoso, disputado e desigual”.

Os agentes podem estar em posições diversas nos distintos campos, a depender da quantidade de capital que consigam acumular em cada um deles. Então, participa-se, simultaneamente, de vários campos e a posição em um deles não interfere necessariamente na do outro.

A posição no espaço social, por sua vez, é definida pelo volume total de seu capital (que varia conforme o campo) e sua composição ou estrutura, sendo que cada um dos tipos de capital, em determinado contexto, pode ter maior ou menor significado (BOURDIEU, 2011 [1979]). De acordo com Perissinotto (2007, p. 98-99), “A quantidade de capital possuída por um agente expressa os atributos da posição objetiva que ele ocupa no campo e, dessa forma, o poder (ou a falta dele) que define a sua capacidade (objetiva) de produzir ganhos naquele campo”.

Para melhor entender a formação da estrutura social, é necessário ter em mente que o capital é uma relação social, acontece a partir do que o homem vivencia nos diferentes campos. Trata-se de “[...] uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe seu valor e sua eficácia das leis de cada campo*” (BOURDIEU, 2011 [1979], p. 107). A posição social, portanto, é consequência do capital que, em cada um dos campos, se é capaz de mobilizar, incorporar ou materializar. Ela decorre da desigual distribuição de recursos e de poderes entre os homens, ou seja, do volume e composição dos capitais adquiridos ao longo de sua trajetória social (SETTON, 2015).

Com essa perspectiva, capital e classe guardam articulação, tal como demonstra o seguinte trecho:

As diferenças primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural, até as mais desprovidas nesses dois aspectos (BOURDIEU, 2011 [1979], p. 107-108).

Sendo assim, a delimitação de uma classe incorpora o capital econômico e considera a posição nas relações de produção (propriedade, conforme o autor, fundamental para a classificação dos agentes), no entanto, não se reduz a isso. Contrapondo-se a um dos eixos centrais do pensamento marxista, Bourdieu (2011 [1979], p. 101) avalia que uma classe não pode ser definida por uma propriedade ou pela soma delas – a exemplo do volume de capital, sexo, idade e origem social –, nem por um encadeamento ou organização lógica delas, “[...] mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas”.

Se as propriedades intrínsecas dos agentes revelam sua condição, uma classe ou uma fração de classe pode ser compreendida como “[...] conjunto de indivíduos cujos traços comuns consistem em ocupar uma posição idêntica e estarem envolvidos na mesma trajetória coletiva, aquela que define uma classe em ascensão ou em declínio” (BOURDIEU, 2011 [1979], p. 106). Nesses termos, classe designa o “[...] conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes [...]” (BOURDIEU, 2011 [1979], p. 97).

A noção de *habitus* é outro ponto nodal da elaboração teórica do autor. Bourdieu (2010 [1989]) esclarece que o termo se refere a uma “disposição incorporada”, a um “esquema de percepção” e uma “disposição geradora de práticas”. Ele decorre da experiência no espaço social, por isso, possibilita estabelecimento de relações entre determinadas práticas e uma situação (BOURDIEU, 2011 [1979], 2004 [1987]):

O *habitus* mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de

uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem nem mesmo precisar colocar a questão nesses termos (BOURDIEU, 2004 [1987], p. 24).

Tal noção reporta a uma “[...] fórmula geradora que permite justificar, ao mesmo tempo, práticas e produtos classificáveis, assim como julgamentos, por sua vez, classificados, que constituem estas práticas e estas obras em sistemas de *sinais distintivos*” (BOURDIEU, 2011 [1979], p. 162-163). Portanto, é definido por duas capacidades: a de produzir práticas e obras classificáveis e a de diferenciar e apreciar tais práticas e produtos.

Detalhando essa concepção, Chartier (2014) afirma que ele é um elemento estruturador tanto das práticas como das percepções, representações e julgamentos do mundo. Trata-se de um princípio homogeneizador, unificador de todos que compartilham a mesma posição e trajetória social. Paralelamente, se no espaço social há uma diferença na distribuição do capital entre os agentes, o *habitus* é distinto conforme a posição na estrutura social. Como diz Bourdieu (2011 [1979], p. 164), ele é uma estrutura estruturada: “[...] o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais”. Além disso, configura-se num “[...] sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se pela diferença”.

Então, existe uma articulação entre as condições objetivas de existência (econômicas e sociais), os estilos de vida e o gosto na medida em que esse é consequência de uma aprendizagem. Decorre, pois, das condições econômicas e sociais nas quais se vive e, por conseguinte, se converte num “operador prático” que transmuta as coisas em sinais que distinguem os agentes, “Transforma práticas objetivamente classificáveis [...] em práticas classificadoras, ou seja, em expressão simbólica da posição de classe [...]” (BOURDIEU, 2011 [1979], p. 166). Nesses termos, o conjunto de preferências próprio a um agente ou a um grupo simboliza a visão de mundo de uma classe, aqueles que têm um estilo de vida relativamente comum. Assim, o gosto implica desde a faculdade de julgar valores estéticos a escolhas de práticas ou de consumo e se converte em algo que identifica as classes sociais. Segundo Bourdieu (2011 [1979], p. 165),

O gosto, propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificáveis é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos [...].

Dessa maneira, na medida em que os *habitus* ou gostos semelhantes aproximam os agentes, visto ocasionarem uma afinidade ou simpatia espontânea entre eles, atuam na manutenção de grupos relativamente homogêneos, reverberando na reprodução social. Enfim,

[...] o gosto (ou o *habitus*) enquanto sistema de esquemas de classificação está objetivamente referido, através dos condicionamentos sociais que o produziram, a uma condição social: os agentes se autotransformam, eles mesmos se expõem à classificação ao escolherem, em conformidade com seus gostos, diferentes atributos, roupas, alimentos, bebidas, esportes, amigos, que combinam entre si e combinam com eles, ou, mais exatamente, que convêm à sua posição. Mais exatamente: ao escolherem, no espaço dos bens e serviços disponíveis, bens que ocupam nesse espaço uma posição homóloga à posição que eles ocupam no espaço social. *Isso faz com que nada classifique mais uma pessoa do que suas classificações* (BOURDIEU, 2004 [1987] p. 159).

Souza (2012), apoiado nas teses de Bourdieu, afirma que uma classe social se revela enquanto uma visão prática do mundo, uma forma de agir, que não é definida apenas pelo capital econômico que seus integrantes possuem. Portanto, alterações no âmbito da produção ou na economia e na estrutura de distribuição de renda não implicam em modificações no que se refere às classes: “[...] é apenas quando as mudanças ganham a ‘alma’ e o ‘corpo’ de homens e mulheres comuns que estamos lidando verdadeiramente com mudanças efetivas da sociedade, da política e da economia” (SOUZA, 2012, p. 19). Então, é na maneira pela qual a vida humana se revela cotidianamente, em seus dramas e esperanças, que as classes e seus conteúdos se constituem.

Embora o referencial teórico central para a elaboração das reflexões contidas neste trabalho seja calcado na teoria marxista, as ponderações de Bourdieu (2011 [1979], 2004 [1987]) e de Souza (2012) trazem elementos a serem considerados, particularmente, aqueles atinentes à questão dos estilos de vida. Da mesma maneira, os demais autores e obras sobre os quais aqui se discorreu apresentam aspectos a serem ponderados (o que não implica necessariamente sua aceitação) quando se reflete sobre a questão das classes sociais no atual contexto. É com essa

perspectiva que esse levantamento teórico é tomado — como uma referencia para construir as tipologias de classes sociais com as quais se caminhará nesta tese.

## 2.2. PRESSUPOSTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA CLASSE SOCIAL

Tendo em vista que o capitalismo se reproduz perpetrando uma sociedade que lhe é particular, para tratar do atual contexto fazendo uso do pensamento marxista é preciso “atualizar” seus conceitos. Noutros termos, acreditando que tal teoria é válida para compreender o presente, no intuito específico de estudar classes sociais, cabe interpretar a sociedade buscando conhecer suas contradições, estejam elas explícitas ou ocultas. Isso não significa negar a dialética entre a estrutura social e a posição no processo produtivo ou desconsiderar que as estratégias originadas nas relações de produção acometem a vida social. Longe disso. A questão é entender como esses aspectos se manifestam num determinado contexto histórico e espacial.

Essa não é uma tarefa simples. Afinal, o próprio movimento do capitalismo obscurece ou mesmo transforma o conteúdo interno das classes e suas frações. Assim, evidentemente, amplia-se a problemática referente à forma de identificá-las ou de descrevê-las. No entanto, não há como escapar a isso, pois, a classe que emerge no mundo social não pode ser confundida com aquela elaborada abstratamente, no plano de uma teoria “pura” (BOURDIEU, 2010). Além disso, considerando o aporte teórico consolidado, há sempre que convergir os conceitos com a vida concreta, revendo-os sempre que preciso<sup>47</sup>.

É, portanto, importante retomar a noção de classe adentrando nos meandros, no detalhamento possível de como vivem — produzem e se reproduzem — os que integram uma ou outra delas e como elas se articulam. Do mesmo modo, cabe cotejar esse conhecimento à compreensão dos modos pelos quais o capitalismo vem se reproduzindo no presente.

A ideia aqui foi dar um passo nessa direção. Não se pretende elaborar um conceito de classe social, trata-se especificamente de propor um conjunto de critérios que permitam distinguir as classes que vivem num determinado recorte espaço-temporal.

---

<sup>47</sup> Concorde-se, pois, com Bourdieu (2010, p. 63) quando defende que o trabalho de elaboração conceitual é cumulativo e que a busca desenfreada pela originalidade impede “[...] a justa atitude com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação [...]”.

Para isso, duas foram as formas de abordar a questão. Uma delas, evidentemente, é o conhecimento acumulado sobre o assunto. A outra decorre daquilo que se observou durante as atividades de campo, o que se viu, ouviu e sentiu (por que desprezar essa forma de entender o mundo?). A concatenação dessas duas possibilidades de apreensão da realidade ganhou consistência, sobretudo, a partir de discussões ocorridas no Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação. Em diferentes momentos, estimulados, sobretudo, pela leitura de Lefebvre (2008; 2006a) e de Bourdieu (2011) e Bourdieu e outros (2012), se colocou a necessidade de confrontar concepções teóricas ao trabalho empírico e se questionou os modos de realizar esse intento. O estudo de textos desse último autor, ademais, reforçou a compreensão da importância de realizar “idas e vindas” entre a teoria e o mundo concreto como forma de melhor entendê-lo.

Portanto, para definir um conjunto de aspectos que possibilitem distribuir os indivíduos que contribuíram para esta pesquisa, na condição de respondentes e entrevistados, em classes sociais, cabe ter em consideração que são moradores de uma pequena área de uma cidade situada na RMS. Do mesmo modo, observar que o centro dessa região é uma das principais capitais brasileiras e, ao mesmo tempo, experimenta, ao longo de muitas décadas, a condição de periferia do capitalismo nacional. Sendo assim, é evidente que na definição das classes para este trabalho não se esquece de que a totalidade está presente e influencia a vida neste lugar, porém, ali encontra formas particulares de expressão. Com isso, os critérios que distinguem as classes sociais naquele ponto do espaço – uma parte dos bairros do Aracui e de Pitangueira – diferenciam-se dos que seriam mais pertinentes para compreender toda Lauro de Freitas ou, ainda mais, a RMS.

A questão inicial então é evidente: o que distingue uma classe de outra no contexto em questão?

Como mencionado na seção anterior deste capítulo, há vários aspectos que incidem nessa diferenciação. Vê-se que os que seguem mais estritamente a teoria marxista têm como eixo dessa classificação a relação com os meios de produção, o que não significa desprezo a outros elementos. No entanto, esses teriam como papel esclarecer como dita relação se manifesta na vida dos indivíduos e na sociedade. Bourdieu (2004, 2010, 2011), por sua vez, mesmo reconhecendo a relevância

daquela situação para a diferenciação das classes, avalia que é a articulação, ou melhor, a sobreposição das propriedades dos agentes, elaboradas nas múltiplas dimensões da vida, que as configuram.

Reforçando a ideia de que a compreensão teórica que se adota como central para esta tese é a marxista, considera-se pertinente ponderar, como o fazem Bourdieu (2004, 2010, 2011) e Souza (2015, 2012) que vincular classe somente à renda é negar sua existência enquanto práxis e que fixá-las no atual momento histórico como consequência do lugar na produção pode encaminhar a avaliação de sua posição social a partir da capacidade de consumo. Isso não significa que se pretenda fundir conceitos e pressupostos de duas teorias. Trata-se de atribuir maior relevo, a partir de indicações extraídas da obra desses autores, a outros elementos que permitam compreender determinados aspectos, comportamentos e escolhas dos indivíduos cujo lastro não se explica estritamente pela condição do homem frente ao mundo do trabalho.

Não se vê nessa estratégia uma contradição que inviabilize a reflexão. Considerando que classes sociais são categorias construídas e reconstruídas conforme o movimento da sociedade (STAVENHAGEN, 1973; OLIVEIRA, 2003) e as próprias reconfigurações do capitalismo, seria factível pensá-las supondo apenas a dialética burguesia-proletariado? Como ela se apresentaria no presente? É possível falar em proletariado na cidade em questão? Esses tipos ideais podem ser reconhecidos atualmente? Tendo-se em conta que “[...] a divisão da sociedade *exclusivamente* em duas classes antagônicas representa uma *tendência* histórica e não uma realidade de cada etapa histórica” (STAVENHAGEN, 1973, p. 159), parte-se do pressuposto de que a respostas a essas indagações é “não”. Assim sendo, para definir as classes sociais com vistas aos objetivos desta tese, além da condição frente aos meios de produção, outros requisitos são agregados.

Por isso mesmo, o ponto de partida para avançar nesse propósito é reconhecer que, como todos os autores mencionados apontam, as relações de produção são fundamentais para conceber as classes sociais. Há os proprietários e os não proprietários dos meios de produção, mas, cada um desses dois grupos não é homogêneo. Além disso, é preciso lembrar-se do que classicamente é chamado de meio de produção e notar que nem todos os proprietários estão numa posição típica



de dominação. Tal como observa Stavenhagen (1973), existem aqueles que, embora possuam meios de produção, não empregam mão de obra alheia – o que seria, para Marx, a pequena burguesia. Além disso, mencionando os que dirigem empresas ou aqueles que ocupam posição de destaque na burocracia estatal, chama a atenção para o fato de que esses não detêm os meios de produção, no entanto, isso não os impede de representar os interesses dominantes ou exercer dominação (algo também já esclarecido na teoria marxista, quando se discute o papel da ideologia na reprodução do sistema capitalista).

De todo modo, é importante retomar a ideia de que é mais comum que indivíduos que realizam atividades manuais estejam numa posição inferior, em termos de renda e direitos, do que aqueles que têm ocupações mais intelectualizadas e criativas. Igualmente, observa-se que o status ou valorização que cada um dos tipos de ofício possui na sociedade é diferente (SOROKIN, 1973). Com exceções, as atividades manuais são tidas como menos relevantes do que as intelectuais<sup>48</sup>.

Falar da situação em relação aos meios de produção e da ocupação implica também mencionar renda. Se ela não é de *per si* o que estabelece uma classe, é fundamental na definição das condições de vida dos indivíduos. Isso porque, numa sociedade de consumo, frente aos que auferem menores rendimentos, é inegável que aqueles com rendas mais elevadas dispõem de um leque mais amplo de possibilidades, ao menos, de acesso ao conhecimento e a bens.

Além desses aspectos, a escolaridade, até aqui não citada, também está intrinsecamente articulada à posição na estrutura social e, ainda, incide na sua reprodução. Como bem demonstrou Bourdieu, a educação formal, escolar, tem papel importante na perpetuação da sociedade, mantendo ou legitimando privilégios, definindo os valores certos e os errados. Nesse sentido, o autor desmitifica o entendimento mais ou menos comum de a escola como transformadora da realidade social. Do mesmo modo, ele estabeleceu uma correlação entre o sucesso ou fracasso escolar e a origem social (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Em *A distinção* (BOURDIEU, 2010) e em outros textos sobre educação (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002), explica que as diferentes classes sociais e frações de classe

---

<sup>48</sup> Essa situação tem como fundamento a própria separação entre trabalho manual e intelectual que baliza a divisão do trabalho no capitalismo.

lidam de modo distinto com o sistema de ensino. Entre as classes populares, devido às necessidades mais imediatas e à falta de expectativas em relação ao retorno desse investimento, a importância dada à educação é relativamente menor frente ao que se passa nas classes médias. Para essas, a educação é percebida como possibilidade de ascensão social e, assim, tendo como base expectativas futuras, incentiva-se e investe-se no sucesso escolar. Em relação às classes superiores, também existe um elevado investimento em educação, porém, o papel a ela atribuído em termos da relação com a estrutura social é relativamente menor. Além disso, há diferenciações no interior dessa classe: nos segmentos em que o capital cultural prevalece frente ao econômico, tende-se a dar maior atenção aos níveis educacionais, situação inversa ao que prepondera entre aqueles em que o capital econômico supera o cultural (BOURDIEU, 2010)<sup>49</sup>.

Tendo Bourdieu como referência, Souza (2009) menciona que a existência de “classes positivamente privilegiadas” e de “classes negativamente privilegiadas” relaciona-se às distintas possibilidades de apropriação dos vários tipos de capital. Destaca que:

O capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar, é fundamental para a reprodução tanto do mercado quanto do Estado modernos. É essa circunstância que torna as “classes médias”, que se constituem histórica e precisamente pela apropriação diferencial do capital cultural, em uma das classes dominantes desse tipo de sociedade. A classe alta se caracteriza pela apropriação, em grande parte pela herança de sangue, de capital econômico, ainda que alguma porção de capital cultural esteja sempre presente (SOUZA, 2009, p. 21).

---

<sup>49</sup> Nogueira e Nogueira (2002, p. 26-27) apresentaram duras críticas à forma como Bourdieu relaciona educação e classe, colocando-a de forma quase que inexorável e desconsiderando as diferenças entre as famílias que integram uma mesma classe – conceito também questionado pelos autores. Para eles, “[...] uma série de pesquisas tem acentuado que a categoria classe social não seria suficiente como critério de diferenciação dos grupos familiares segundo suas práticas escolares [...]”, citam que “[...] Percheron (1981), [...] através de pesquisa realizada com famílias pertencentes às diversas classes sociais, conclui que certas atitudes em relação à educação dos filhos [...] variam não tanto em função da classe ou fração de classe, mas, sim, de outros fatores mais ou menos independentes em relação à divisão em classes” e que, conforme Lahire (1995), “[...] é necessário estudar a dinâmica interna de cada família, as relações de interdependência social e afetiva entre seus membros, para se entender o grau e modo como os recursos disponíveis [...] são ou não transmitidos aos filhos. A transmissão do capital cultural e das disposições favoráveis à vida escolar só poderia ser feita por meio de um contato prolongado, e afetivamente significativo, entre os portadores desses recursos (não apenas os pais, mas outros membros da família) e seus receptores. Esse tipo de contato, no entanto, dada as dinâmicas internas de cada família, nem sempre ocorreria”. Novamente afirma-se que a autora deste trabalho não é estudiosa de Bourdieu a ponto de poder participar dessa discussão. Nota-se, entretanto, que ele, mesmo tendo efetivamente um viés estruturalista, aponta constantemente a interação das trajetórias individual e de classe para a construção do *habitus* dos agentes. Ademais, em muitos pontos de seu texto fala de *habitus* e do gosto não como determinações, mas como tendências ou probabilidades.

Evidentemente, tenderão a ter maiores níveis de escolaridade aqueles que já detêm maior capital econômico.

Para pensar em classe há algo mais a mencionar: a prática social. Bourdieu (2011, 2010, 2004) e Lefebvre (2013, 2005, 1991a), ainda que percorram caminhos teóricos e métodos distintos, convergem em um ponto. Para ambos o perfil das práticas sociais tem vinculação com a classe social.

Para Bourdieu (2011, p. 97), uma classe de agentes se trata de uma “[...] unidade que se dissimula sob a diversidade e a multiplicidade das práticas em campos dotados de lógicas diferentes, portanto, capazes de impor formas diferentes de realização, segundo a fórmula  $[(habitus) (capital)] + campo = prática$ ”. De acordo com Serpa (2007, p. 176), “O *habitus* é estrutura estruturante, que organiza as práticas e a percepção das práticas, mas também estrutura estruturada, produto da divisão em classes sociais”. Assim, é uma referência para identificar e compreender suas práticas<sup>50</sup> e remete a analisá-las considerando o tempo e o espaço. Não se dissocia, no âmbito da proposta do autor, o que é uma classe do contexto em que suas práticas acontecem, visto que seu perfil guarda relação com a trajetória do indivíduo e a do seu grupo no mundo social. É esse movimento que permite verificar sua posição e condição de classe<sup>51</sup>.

Lefebvre (2005, p. 22) considera que os atos sociais são portadores de conteúdos, símbolos e ritos que não têm o mesmo sentido nas diferentes classes, camadas ou frações de classe. Em verdade, eles “[...] constituem os critérios de pertencimento a uma classe, e também de exclusão a ela”. Falando do vivido, como algo relacionado aos planos fisiológico, familiar, econômico, ideológico, religioso, entre outros, argumenta que ele é, simultaneamente, “[...] íntimo e social, privado e público, oculto e manifesto de diferentes maneiras. Ele muda segundo as classes e tem diferentes repercussões” (LEFEBVRE, 2005, p. 23).

---

<sup>50</sup> Bourdieu (2011, 2004) postulou que o *habitus*, consequência da trajetória individual e social, produz estratégias que se revelam adaptadas às situações. Ele se referiu a elementos incorporados no decorrer da trajetória do agente, ou seja, a partir da experiência ocorre uma espécie de aprendizagem que permeia (conscientemente ou não) os atos e pensamentos. Por esse meio são elaboradas as concepções do mundo, as práticas e os gostos, o *habitus*, o que, dialeticamente, se faz responsável por desencadear determinadas ações e interpretações do mundo social.

<sup>51</sup> Elaboração decorrente de discussões realizadas no âmbito do Grupo Espaço Livres de Pesquisa-Ação, em maio de 2015.

Ao discutir o psiquismo das classes – quando diferencia a psicologia coletiva da burguesia, dos operários, dos camponeses e das classes médias –, argumenta que ele não se trata de um nível de realidade à parte da realidade em geral. Existe, na sua avaliação, um sócio-psiquismo porque “Todo o individual é já social, mas em níveis sucessivos, de modo que a interioridade reproduz e contribui, assim, para reproduzir as profundidades da vida social” (LEFEBVRE, 2005, p. 26-27). O psiquismo, que vem a ser encontrado nos atos e representações, está articulado às relações sociais e é também por ela constituído.

Nesta tese, duas práticas estão colocadas em foco: trabalho e lazer. Todavia, apenas o trabalho, tal como será esclarecido a seguir, será tomado como um indicador para se definir classe. Essa decisão decorreu da estratégia de levantamento de dados, a aplicação de questionário domiciliar. Por meio dele, um morador – necessariamente com mais de 18 anos – prestaria informações a respeito da atividade profissional de cada residente, assim como de lazer. Entretanto, raros foram aqueles que souberam mencionar as principais atividades de lazer de todos os residentes no domicílio, apenas se citou aquelas partilhadas com o respondente. Em relação à atividade produtiva, a situação foi inversa, poucos não souberam esclarecer o tipo de ocupação dessas mesmas pessoas.

Portanto, o lazer foi tomado como algo que esclarece sobre as classes, mas não como parâmetro para defini-las.

Optou-se por estabelecer três classes, assim designadas: populares, médias e (médias) superiores. Não há qualquer inovação no uso dessas expressões que, aliás, à exceção da última, são bastante comuns. Antes de melhor detalhar como se classificaram as pessoas nesses grupos, ressalva-se que esse processo partiu de uma avaliação das características dos sujeitos de pesquisa, tal como reveladas pelos questionários. A tentativa foi compor cada classe considerando as semelhanças de determinados traços, do ponto de vista social e do perfil de sua atividade produtiva.

Em relação à expressão classes populares, entende-se que, na atual conjuntura, responde melhor ao conjunto que se quer delimitar do que proletário ou trabalhador. No primeiro caso porque proletário se refere a um tipo ideal, concebido na literatura

científica como aquele que só tem a força de trabalho para vender. Todavia, ainda na literatura, o termo é relacionado também ao operariado industrial, algo que não se aplica a miríade de possibilidades de inserção no mundo socioprodutivo apresentada pelos sujeitos da pesquisa. Também não se usou classe trabalhadora porque, embora se verifique uma separação e formação de hierarquias entre as atividades de cunho manual e intelectual, em ambas acontece a transformação de um objeto (material ou não) em outro por meio da ação do homem, portanto, trabalho<sup>52</sup>.

O termo popular é, nos dicionários da língua portuguesa, indicativo do que é do povo ou mesmo vulgar e comum; se refere ainda a, por exemplo, trivial, ordinário e democrático; homem do povo, transeunte<sup>53</sup>. Embora muito se fale da classe popular, haja representações e uma concepção a priori da mesma, não se encontrou uma definição mais apurada da expressão. Assim, aqui se compreende *classes populares* como o grupamento daqueles que, entre os que responderam ao questionário e que seus familiares exerciam atividades profissionais notadamente manuais ou outras que exigissem pouca habilidade intelectual e se inseriam de forma precária do processo produtivo. Também se considerou, para delimitá-la, que o perfil de sua ocupação se referia execução de tarefas mais rotineiras, pouco criativas, e que, em geral, sua prática inviabilizaria maior nível de ascensão mesmo que do ponto de vista estritamente econômico. Eram, ademais, indivíduos que apresentavam baixos níveis de renda escolaridade.

A respeito de classes médias – normalmente tratadas no plural –, diferentes autores assinalam sua ambiguidade. Stavenhagen (1973) disse que os grupos que as constituem ocupam, na estrutura social, uma posição entre os dominantes e

<sup>52</sup> Antunes (2010) elabora uma noção ampliada de classe trabalhadora: classe-que-vive-do-trabalho. Para ele, essa expressão melhor define o ser social que trabalha na contemporaneidade. Tal classe inclui o conjunto dos trabalhadores produtivos (os que diretamente geram mais-valia e que participam da produção, aqueles que exercem o trabalho manual) aos quais acresce as demais formas de trabalho social que sejam assalariadas. Assim, participam dessa classe também os indivíduos cujo trabalho se converte em serviço (e não em produto) e que não se implica diretamente no processo de valorização do capital. Na verdade, essa classe envolve todos os trabalhadores assalariados, sem excluir a centralidade do trabalhador produtivo. “Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital” (ANTUNES, 2010, p. 103). Colocados nesses termos, com poucas exceções, praticamente a totalidade dos que participaram dessa pesquisa estariam nessa classe. Aqueles que não, possivelmente, comporiam a pequena burguesia.

<sup>53</sup> Consultou-se o dicionário digital Aurélio – Século XXI e o Dicionário online português, este disponível em: <http://www.dicio.com.br/popular/>.

dominados, no entanto questiona se comporiam uma classe na medida em que ela não se coloca em oposição a nenhuma outra. Para Gurvitch (1973, p. 104), o fato de existirem classes médias não diminui o conflito ou a incompatibilidade entre burguesia e proletariado, no entanto, entende-as como classes em formação, “[...] com estruturas fluidas e extratos móveis [...] Daí a impossibilidade freqüente de prever as reações das classes médias de seus diferentes extratos em conjunturas concretas”.

Marx e Engels (1998, p. 18) mencionam essa situação no século XIX. Ponderam que as classes médias combatem a burguesia com o propósito de garantir sua existência enquanto classe e impedir seu próprio declínio. Destacam que sua essência é conservadora. Seu caráter revolucionário se apresenta apenas quando está sob o risco de passar a constituir o proletariado: “[...] não defendem então seus interesses atuais, mas futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no de proletariado”. Lefebvre (2005, p. 39) avalia que tais classes apresentam formas variadas de individualismo e uma necessidade de afirmação que se torna abstrata, “[...] contrapartida moral e espiritual da necessidade de dinheiro, que tem a mesma generalidade formal”. Segundo o autor, além de, junto à pequena burguesia, serem intermediárias às classes típicas do capitalismo, têm o papel (passivo) de transmitir modos, tendências e modelos. O ponto de vista de Ajzenberg (2005) é interessante. Baseado em Lefebvre (2005), diz que o que une as classes médias é o individualismo, cada uma de suas frações se percebe como única. Observa ainda que ela cresceu, ao invés de, como previsto por Marx e Engels, sucumbir frente sua ambiguidade.

Já Bourdieu (2011, p. 105) indica que ela seria um “[...] espaço de indeterminação, cuja situação na estrutura social é instável”, na qual se encontram indivíduos com trajetórias dispersas. Avaliou também que nas classes médias as condutas são mais determinadas pela posição do que pelas condições materiais (BOURDIEU, 2007).

Souza (2011, s/p), estudando o Brasil, diferencia a classe média estabelecida daquela que vem se formando “em ato” por conta das alterações econômicas experimentadas no país. Considera que o primeiro grupo, “[...] é uma classe dominante porque se forma pela apropriação de capital cultural, seja técnico e especializado, seja literário e especulativo, o qual é indispensável para o

funcionamento do mercado e do Estado”. O acesso a esse conhecimento que é dotado de um elevado valor social, ainda que sem o capital econômico da classe alta, “[...] cria uma ‘conduta de vida’ em todas as dimensões que permite, quase sempre, manter o privilégio para as gerações seguintes”.

Segundo esse autor, enquanto as classes altas se perpetuam sobremaneira pela herança do capital econômico, o que tipifica as médias é que sua reprodução se faz pela “[...] transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das precondições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural” (SOUZA, 2012, p. 24). Argumenta, pois, que há um conteúdo imaterial comum a cada classe social, transmitido entre as gerações, pela identificação que acontece, a partir da infância, com as pessoas com as quais se tem laços afetivos. Nas classes médias, porém, tal transmissão é fundamental para sua perpetuação.

A outra classe média é composta por quem o autor chama de “batalhadores” ou uma classe “nova e moderna”. Ela emerge em consequência das mudanças econômicas e produtivas verificadas no país e mesmo em âmbito internacional. Em relação ao que se passa no Brasil, ações governamentais baseadas em programas de transferência de renda e o incremento do salário mínimo impactam na estrutura social e provocam a redução dos níveis de desigualdade na distribuição da renda (OLIVEIRA, 2015; CACCIAMALI, 2010)<sup>54</sup>. Ao mesmo tempo, acontece a abertura de sistemas financiamento e de crédito para o consumo para um diversificado leque de bens e produtos. Assim, essa é uma classe que se consolida a partir de intervenções do Estado e tem ampliada sua participação na economia pela esfera do consumo.

Esse contexto, na avaliação de Souza (2012), implica na inclusão, no sistema econômico, seja como produtora de bens e serviços valorizados, seja como consumidora de bens e serviços duráveis, antes acessíveis apenas às classes média e alta. Porém, para esses indivíduos, o acesso ao capital simbólico e material (base do privilégio social), bem como ao econômico e o cultural, permanece limitado.

---

<sup>54</sup> No quinto capítulo, faz-se um apanhado mais amplo a respeito de algumas dessas mudanças, referidas apenas à perspectiva econômica.

Esse grupo social, portanto, apresenta uma trajetória de ascensão econômica, o que repercute em maior capacidade de consumo. No entanto, se caracteriza por contar com pessoas que vêm de escola pública, que fizeram faculdade particular (no máximo) e, alguns, trabalham mais de dez horas por dia. Além disso, elas “[...] não possuem o recurso mais típico das classes do privilégio que é o ‘tempo’ para incorporação de conhecimento valorizado e altamente concorrido” (SOUZA, 2011, s/p). É a partir dessa posição que conduzem a vida, percebem e atuam do mundo.

Feitas essas considerações, propõe-se que as *classes médias* se constituem no conjunto de pessoas que tem acesso a uma soma de bens e serviços que lhes dê conforto material, bem como um nível de capital cultural que permite a compreensão de seus direitos sociais. Assim, nesse grupo estão aqueles que participam das classes médias tradicionais, mas, também por alguns que poderiam ser descritos como batalhadores (SOUZA, 2012), visto que se teve por critério central de sua delimitação o tipo de atividade profissional. Constitui esse grupo aqueles que têm uma prática profissional mais demandante de trabalho intelectual do que de manual. Além disso, tais pessoas mencionam vínculos ocupacionais, de modo geral, mais estáveis do que a das classes populares.

Havia um grupo dos que não necessariamente eram proprietários dos meios de produção, de modo a que constituir uma classe dominante nos termos marxistas. Tampouco era capaz de influenciar a tomada de decisões nas esferas política e econômica. Porém, em relação à população da área de pesquisa revela uma posição no mundo do trabalho mais afeita ao comando e ao controle da produção. Vinculado a essa circunstância, apresentavam condições materiais de existência que suplantavam as dos demais, o que, inclusive, se denotava em seu discurso sobre o significado de trabalho e de lazer. Embora se entenda que tais pessoas participem das classes médias, revelaram alguns traços peculiares e distintos dos esboçados pela maioria dos que compunham essa classe. Mais do que a renda, o grupo de indivíduos em questão é oriundo da classe média estabelecida (SOUZA, 2011, 2012) e denotava trajetória ascendente em termos do capital financeiro e intelectual/educacional.

Portanto, optou-se por agregá-los numa categoria nomeada de *classes (médias) superiores*. Nela estavam aqueles cujo exercício profissional implicava algum grau



de controle e de direção da atividade de outros ou era voltado a atividades tipicamente intelectuais, para quem o vínculo com o mundo do trabalho denotava ser mais seguro quando comparado aos das demais classes. Ademais, revelaram elevados níveis renda e de escolaridade (nível superior e acima). Os que dela participavam tinham, avaliou-se, maiores e mais diversificadas possibilidades de escolhas e de acesso a bens materiais e imateriais.

Além do que até aqui se referenciou, para construir as classes para fins deste trabalho, compreendeu-se ser válido verificar as classificações oficiais (adotadas no Brasil) que tratam dos elementos em análise.

A Comissão Nacional de Classificação (Concla) tem a função de definir e monitorar normas de padronização das classificações estatísticas no Brasil, inclusive, em acordo com organismos internacionais. Coordenada no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibiliza ao público classificações sobre tipos de ocupação e posição na ocupação entre outros.

A respeito dos tipos de ocupações – entendidas como agrupamentos de empregos ou situações de trabalho semelhantes quanto às atividades realizadas –, o documento Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pretende reconhecer, nomear e codificar os títulos e descrever as características das ocupações do mercado de trabalho do país considerando suas mudanças. Gerido e mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nele são descritas e ordenadas de modo hierarquizado informações sobre a força de trabalho, segundo sua natureza e seu conteúdo. Sob o primeiro aspecto, observam-se as funções, tarefas e obrigações particulares à ocupação; sob o segundo, a soma dos conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015b; BRASIL, 2010)<sup>55</sup>.

No que compete à classificação da posição na ocupação adotada nas pesquisas domiciliares nacionais, tem-se por parâmetro as definições da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a referida posição é estabelecida pela avaliação do contrato de trabalho que uma pessoa realizou, explícita ou implicitamente, com

---

<sup>55</sup> Usa-se aqui a versão mais atual do documento quando da elaboração deste capítulo, datada de 2010.

outros indivíduos ou organizações. Para categorizar a forma de contratação, verifica-se o risco econômico relativo ao grau de ligação (e suas consequências) entre o contratado e o contratante.

No que tange ao quesito renda, cabem algumas anotações adicionais. Uma delas se refere a que, nas últimas décadas, no Brasil, inclusive no que tange à elaboração de políticas públicas, se consideram pobres as pessoas que têm como renda mensal máxima  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (SM) per capita familiar, enquanto a indigência é atribuída àqueles que detêm até  $\frac{1}{4}$  do SM per capita domiciliar. Diferentes autores, como Neri (2010) e Hoffman (1998 apud LOUREIRO; SULIANO, 2009), argumentam que esse é um critério inadequado visto que o poder de compra (que, para eles, em princípio define o valor do SM) não pode ser comparado em termos temporais ou espaciais, já que numa ou noutra situação há oscilações nas possibilidades de consumo.

Em contrapartida, é necessário observar que diferentes países adotam a definição de um salário mínimo legal como uma referência de padrão de sobrevivência e como um meio de regulação do mercado de trabalho. Também em âmbito internacional, ele é reconhecido como um instrumento de proteção aos trabalhadores com menores condições de realizar a barganha salarial e de minimização da pobreza e da desigualdade social. Assim, ainda que possa haver fragilidades do SM como indicador, ele é uma referência importante para compreender a relação entre os governos e a sociedade e se constitui num parâmetro para acompanhar a capacidade de consumo dos bens e serviços mais essenciais de uma população. Portanto, considera-se válido adotá-lo como uma das referências para delimitar as classes sociais.

Em relação às críticas que pesam sobre o uso do SM como critério de avaliação da condição de vida, entende-se que, neste caso, não se aplicam. Como o recorte espacial em estudo é, em termos de área, relativamente reduzido, as comparações referentes à capacidade de consumo por conta da localização do indivíduo não denotam diferenciações. Igualmente se observa que não se realizam aqui comparações temporais, se observa um momento específico no tempo, o segundo semestre de 2014. Dessa maneira, acredita-se ser adequado usar o SM como um critério que colabora para identificar classes sociais.

Neste trabalho, portanto, segue-se uma tendência em estudos sobre rendimentos que é tratar a média per capita. Embora o mais comum seja verificar os dados considerando a unidade familiar, por conta do modo como as informações foram aqui colhidas, entende-se ser mais pertinente considerar o domicílio<sup>56</sup>.

Sobre o tema, cabe ainda ponderar que, de modo geral, o SM é calculado com vistas a compreender

[...] certo padrão mínimo de sobrevivência, identificado como o mínimo em determinada sociedade, com o intuito de resguardar o rendimento laboral dos trabalhadores mais vulneráveis no mercado de trabalho e, por conseguinte, suas condições de vida (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2010, p. 19).

Em relação ao seu valor monetário, no Brasil, comparativamente a um amplo conjunto de países, o SM no Brasil é baixo e, além disso, insuficiente para cumprir ao que legalmente é sua atribuição: prover as necessidades vitais dos trabalhadores e de suas famílias. Sendo assim, ao considerá-lo como um parâmetro que contribui para a avaliação aqui proposta, tem-se clareza de que ele não responde por adequadas condições de consumo dos bens básicos, tanto mais de vida<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Em termos teóricos e pela metodologia adotada pelo IBGE para suas pesquisas (base para os cálculos elaborados pela maioria dos autores que tratam do tema usando dados secundários), família e domicílio tem definições diferentes. Por família entende-se o “[...] conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. Domicílio particular é definido como “[...] moradia de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado como permanente quando localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento e cômodo)” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015c, s/p).

<sup>57</sup> No Brasil, desde que foi criado, na Constituição de 1934, imputou-se que o SM seria estabelecido considerando as necessidades básicas do trabalhador e de sua família (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2010). Na Constituição Federal de 1988, ele é mencionado como um direito de todos os trabalhadores do país e afirma-se que as necessidades suas vitais e as de sua família (quer dizer, as necessidades de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social) deveriam ser por ele supridas (BRASIL, 1988). No entanto, de acordo com cálculos do Dieese, o SM do período em que ocorreu a aplicação dos questionários dessa pesquisa deveria ser, em média, R\$ 2.926,35 por mês, sendo que ele equivalia a menos a ¼ desse valor (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2010). Dessa maneira, se na primeira década dos 2000, como argumentam Cacciamali (2010), Pochmann (2010) e Oliveira (2015), ocorreu uma política de elevação real do salário mínimo, por outro, seu valor ainda está muito aquém da possibilidade de atender às necessidades vitais dos que dele dependem. Essas observações fazem lembrar o texto *O Estado e o urbano no Brasil*, de Oliveira (1982). Nele o autor afirma que quando a industrialização acontece no Brasil, na década de 1930, o Estado atua de modo a regular o mercado de trabalho em formação, pois, sem isso caberia a cada capitalista resolver como definir o preço da força de trabalho. Portanto, ao criar e fixar o salário mínimo, o Estado permite que o capitalista calcule o quanto investir, o quanto vai gastar e qual seu lucro. Também, permite-lhe não se ocupar com a questão de negociar, junto ao trabalhador, seu salário.

A segunda nota se refere especificamente ao dado de rendimento. Conforme a literatura, de modo geral, as informações a respeito da renda quando obtidas por meio de entrevistas ou questionários carecem de algum grau de fidedignidade. Tal situação pode estar associada à tentativa de atender-se às expectativas do entrevistador (BOURDIEU et al, 2012), à inibição por mencionar uma renda diminuta ou, no caso oposto, quando se sabe que o salário está acima de uma média, deprimir o valor mencionado<sup>58</sup>. É necessário pontuar que, embora alguém se disponha a expor a outro (geralmente um desconhecido) algo sobre sua vida, respondendo a um questionário ou entrevista de pesquisa, essa relação social não deixa de revelar algum nível de hierarquia, o que pode ocasionar sensação de intimidação ou estratégias de afirmação perante o outro (BOURDIEU et al, 2012). No caso específico da renda, talvez essa situação seja mais evidente, na medida em que, socialmente, se reconhece que é pelo que se auge, pelo onde e como morar, pelo que e onde se consome, por exemplo, é que as pessoas são classificadas (BOURDIEU, 2011).

Têm-se, assim, definidos como critérios centrais de delimitação das classes sociais nesta tese:

- Ocupação: distinguiu-se a natureza do trabalho, inicialmente, considerando se no exercício profissional predominavam atividades manuais, intelectuais, artísticas ou afins, e buscou-se a convergência da atividade em questão com a classificação da Concla, elaborada pelo IBGE e MTE (BRASIL, 2010; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015d);
- Renda: trabalha-se com o rendimento domiciliar per capita, tendo por referência o valor do salário mínimo de 2014, R\$ 724,00; e
- Grau de escolaridade;
- Posição na ocupação: tendo como referência as definições do documento CBO (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015d),

---

<sup>58</sup> Durante a aplicação dos questionários para este trabalho, ocorreram situações nas quais quando se perguntava sobre a renda, as posturas, seja o olhar, sejam os movimentos do corpo, indicavam vacilações. Em alguns momentos, quando o valor poderia ser considerado baixo, sobretudo entre autônomos, havia um preâmbulo no qual se assinalava o esforço empreendido para conseguir trabalhar ou para indicar a variação mensal da renda. Para aqueles supostamente com maiores níveis de rendimentos, muitas vezes a resposta era algo como “bote aí...” ou “para que é mesmo essa pesquisa?”. Ainda ocorreram casos em que a pessoa negou-se a prestar tal informação por considerar melhor mantê-la em “sigilo”.

avalia-se o perfil do negócio em que o indivíduo está exercendo sua atividade e o vínculo com ele estabelecido<sup>59</sup>.

A esses se agrega, quando necessário para melhor esclarecer o perfil dos indivíduos, a presença de determinados bens no domicílio e as características do imóvel. Essas informações são tratadas como complementares. Todos os dados foram obtidos a partir do trabalho de campo, sendo que a posse dos bens resulta da informação dos respondentes e o perfil dos domicílios dependeu da avaliação da autora.

Em relação aos domicílios, os tipos a serem identificados são:

- Sítio ou chácara em bom estado de conservação ou com problemas no que se refere à conservação;
- Casa em bom estado de conservação ou com problemas no que se refere à conservação;
- Número de domicílios por lote;
- Padrão físico do domicílio (tipo de cobertura, parede e piso, quando possível observar); e
- Casa em lote ou em espaços residenciais fechados<sup>60</sup> (verificando o perfil do condomínio em termos de estrutura de lazer e segurança)<sup>61</sup>.

<sup>59</sup> A questão da posição na ocupação se refere à forma como os indivíduos se inserem no mercado de trabalho – quer dizer, como conseguem negociar a venda de sua força de trabalho. Ser trabalhador formal, evidentemente e como será melhor analisado em capítulos que se sucedem, implica estar mais diretamente subordinado às normas da produção, em termos de carga horária, metas, procedimentos etc. estabelecidos pelo empregador. Porém, também resulta em alguma garantia, mesmo que psicológica, quanto ao acesso aos direitos trabalhistas. Como explica Cacciamali (2010), na sociedade capitalista, com poucas exceções, estar inserido no mercado de trabalho é um meio para assegurar a sobrevivência. Entretanto, a condição sob a qual o indivíduo dele participa permite conjecturar sobre a maior ou menor dificuldade que ele terá para viabilizar sua reprodução social. Suas pesquisas revelam que a posição na ocupação – e as garantias sociais atinentes a cada uma delas – repercute na condição de vida do trabalhador. De acordo com a autora, no Brasil, em 2008, os empregadores ganhavam três vezes mais que os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, enquanto esses últimos recebiam 20% a mais do que os por conta própria.

<sup>60</sup> Adota-se, a partir deste capítulo, a expressão espaços residenciais fechados para indicar “[...] todos os tipos de empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por sistemas de segurança” (SPOSITO, GÓES, 2013, p. 61), o que será melhor explicado no capítulo seguinte.

<sup>61</sup> Observa-se que, na área de pesquisa, todos os espaços residenciais foram construídos por empresas imobiliárias de pequeno e médio porte. Nenhum deles decorre de qualquer programa governamental destinado ao provimento de moradias. Acrescenta-se que quase a totalidade das casas em lotes são partilhadas por integrantes de uma mesma família.

Quanto à presença de bens, registra-se a existência daqueles que são básicos para o conforto familiar (fogão e geladeira) e a especificidade e quantidade dos demais (automóvel, motocicleta, TV, DVD, computador, notebook etc.).

Desse modo, a construção das classes para fins deste trabalho levará em conta a articulação de atributos individuais e do domicílio, ou melhor, possibilidades de inserção no mundo social a partir do trabalho e das condições de vida no âmbito da unidade doméstica, espaço 'íntimo' da reprodução social. Cabe ponderar, mais uma vez, que as propriedades que se atribuiu a cada classe estão pautadas na articulação entre a teoria e os achados de campo. Do mesmo modo, ressalta-se que embora venham a configurar certa hierarquia, considera-se que esses aspectos mais objetivos tenham correspondência com outros de cunho mais qualitativo, que representem o modo de compreender e agir sobre sua realidade.

No Quadro 1 observam-se detalhamentos a respeito dos principais critérios adotados para definir as classes neste trabalho. A proposta foi tratá-los de modo articulado entre si e ponderando em que medida a combinação das características de uma família convergia ou divergia das de outras.

**Quadro 1. Critérios fundamentais para identificação das classes sociais dos sujeitos da pesquisa**

CRITÉRIOS FUNDAMENTAIS	CLASSES POPULARES	CLASSES MÉDIAS	CLASSES (MÉDIAS) SUPERIORES
OCUPAÇÃO*	<p>Técnicos de nível médio (professores leigos e de nível médio; técnicos de nível médio em serviços de transportes, dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos, outros técnicos de nível médio); Trabalhadores de serviços administrativos (escriturários, trabalhadores de atendimento ao público); Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio); Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil, de funções transversais); Trabalhadores de reparação e manutenção (outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação).</p> <p><i>MANUAL</i></p>	<p>Profissionais das ciências e das artes (profissionais policientíficos, do ensino - com nível superior ou mais-, de ciências jurídicas; das ciências exatas, físicas e engenharia; das ciências biológicas, da saúde e afins; comunicadores, artistas e religiosos); Técnicos de nível médio (técnicos de nível médio polivalente, da engenharia, ciências físicas, químicas e afins, das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins; em serviços de transportes, ciências administrativas, dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos, outros técnicos de nível médio); Trabalhadores de serviços administrativos (escriturários, trabalhadores de atendimento ao público); Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio).</p>	<p>Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações e de empresas e organizações (membros superiores do poder público e dirigentes de organizações de interesse público; dirigentes de empresas e organizações; gerentes); Profissionais das ciências e das artes (profissionais policientíficos, do ensino médio e superior - com pós-graduação -, de ciências jurídicas; das ciências exatas, físicas e engenharia; das ciências biológicas, da saúde e afins comunicadores, artistas e religiosos).</p> <p style="text-align: right;">→ <i>INTELLECTUAL</i></p>
RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA**	De 0 a 1SM (R\$0,00 < R\$ 724,00)	Acima de 1SM a 5SM (R\$ 724,00 ≥ R\$ 3620,00)	Acima de 5SM (R\$ 3620,00 ≥ ∞)
ESCOLARIDADE	Analfabeto, sabe ler e escrever; fundamental I completo ou incompleto; fundamental II completo ou incompleto; e ensino médio ou técnico completo ou incompleto.	Fundamental II completo ou incompleto; ensino médio ou técnico completo ou incompleto; superior completo ou incompleto; pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) completo e incompleto.	Ensino médio ou técnico completo; superior completo ou incompleto; pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) completo e incompleto.
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO***	Empregado; trabalhador doméstico; conta própria; trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar. Aposentado.	Empregado; conta própria; empregador. Aposentado.	Empregado; conta-própria; empregador. Aposentado.

Fonte: Elaboração própria

Notas:

\*Selecionando-se as categorias e subcategorias a partir da classificação do Concla/IBGE, conforme as ocupações reveladas a partir do trabalho de campo. Acrescentou-se a categoria aposentado.

\*\* Salário mínimo igual a R\$ 724,00.

\*\*\*Considerou-se as definições oficiais de posição na ocupação (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015b).

### 2.3. OS SUJEITOS DA PESQUISA POR CLASSE SOCIAL

Para definir as classes sociais das famílias daqueles que responderam ao questionário, inicialmente, procedeu-se uma tabulação das informações que, conforme os critérios aqui estabelecidos, fossem sugestivas de sua posição social. A primeira questão que apareceu naquele momento se referia ao cálculo da renda média mensal domiciliar per capita. Houve domicílios em que o respondente desconhecia a renda de todos os demais moradores e aqueles nos quais se negou essa informação.

Na primeira situação, enquadrava-se um jovem recém-formado de 29 anos e que estava em busca do primeiro emprego. Ele não tinha qualquer noção da renda dos dois demais moradores da casa. Do mesmo modo, uma mulher de 47 anos e que se designou “do lar”, não sabia o rendimento de todos os moradores de sua casa que trabalhavam fora do domicílio, quatro ao todo.

A segunda situação se verificou, por exemplo, com uma professora universitária aposentada de 72 anos. Rispidamente, disse que só responderia o questionário porque seu vizinho, “uma boa pessoa”, pediu<sup>62</sup>. Porém, logo advertiu que não iria falar o que achasse indevido. Quanto aos rendimentos disse que essa informação “não se dá assim”. De maneira similar, uma mulher, que respondeu a todas as perguntas por uma pequena abertura no portão de sua casa (falou que não o abriria por ser arriscado), recusou-se a mencionar seu sobrenome ou a renda. Com 50 anos e nível superior, essa taróloga disse que não gostava de participar de pesquisas e não sabia se iria dar todas as informações solicitadas. Avaliaria se não era “perigoso”. Riu quando foi feita a pergunta sobre o tema, “isso não vou dizer”. Já um engenheiro que também se negou a mencionar seu sobrenome, foi rude ao afirmar que “renda não se diz a ninguém”<sup>63</sup>.

Ainda, existiram situações nas quais a renda indicada aparentava incompatibilidade com o padrão da moradia, os bens possuídos e os custos da escola dos filhos, entre outros. O provento citado parecia ser inferior ao realmente auferido, o que converge

---

<sup>62</sup> Havia entrevistado esse vizinho alguns dias antes e ele, morador de um condomínio, prontificou-se a contatar outros moradores a fim de conseguir pessoas dispostas a participar da pesquisa, o que de fato ocorreu.

<sup>63</sup> Expressões e informações extraídas de levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014.



com a mencionada tendência observada em indivíduos que, por perceberem rendimentos relativamente mais elevados, reduzem seu valor quando precisam informá-lo. Nesses casos, o papel do rendimento na definição da classe dos indivíduos foi ainda menos importante. Aliás, destaca-se que, em relação à população tomada como amostra nesta pesquisa, na maior parte dos casos, a ocupação (o perfil da atividade), seguindo a proposta de Sorokin (1973), foi o critério mais fundamental para se estabelecer a que classe a qual o indivíduo pertencia. Lembra-se que as características do trabalho executado pelo indivíduo, assim como o tipo de vínculo de trabalho que possui, repercutem no modo como vivem, tal como discutido por Marx e Engels (2001) em textos tais como *A ideologia alemã*. De todo modo, persistindo dúvidas, voltava-se a atenção ao perfil da família e do domicílio.

Ilustra-se esse procedimento com a análise da condição geral de duas famílias. Numa delas, a renda média domiciliar *per capita* informada era de, aproximadamente, R\$ 850,00, o que a colocaria como participante das classes médias (Quadro 1). Porém, entre as características de sua pequena moradia estavam a presença de telha vã e ausência de porta entre os cômodos (a exceção do banheiro), no seu lugar estavam cortinas de tecido colorido. Do portão de entrada do lote, que era fechado por arame trançado (não havia fechadura), até a porta do domicílio, encontrava-se um caminho de terra batida. A família possuía um carro, uma Kombi. No entanto, o veículo estava parado há uns três anos, pois, logo após sua compra, apresentou um defeito, e seu proprietário, conforme disse, não teve meios financeiros para consertá-lo.

Essas condições apontariam para uma família de classe média apenas por conta dos rendimentos? Entendeu-se que não. Afinal o *habitus*, nos termos de Bourdieu (2011), dessas pessoas era muito mais afeito ao das classes populares. Corroborava-se essa ideia voltando-se a atenção ao perfil da ocupação. Os que auferiam renda na casa eram um motorista aposentado (tinha trabalhado numa prefeitura), sua esposa que, aos 64 anos, ainda exercia a função de diarista (ambos tinham por escolaridade o fundamental I incompleto); uma filha, de 32 anos, e uma sobrinha, de 22. Essas últimas concluíram o ensino médio e estavam em empregos com carteira assinada: uma é caixa de um mercadinho e a outra é embaladora em uma indústria. O salário delas é pouco maior que o salário mínimo por causa de determinados benefícios.

Tais informações sugerem que as jovens avançaram em relação à escolaridade dos mais velhos e têm um emprego com garantias trabalhistas. Todavia, sua ocupação enquadra-se naquelas tipicamente manuais de baixa qualificação e status social, cujas possibilidades de melhorias salariais dificilmente se encaminharão no sentido de prover maior conforto material ou perspectivas de ascensão social (SOROKIN, 1973). Desse modo, entendeu-se que essas pessoas integravam a classes populares<sup>64</sup>.

Por sua vez, observa-se a situação de um jovem casal. Eles residiam num *village* cedido sem ônus por um familiar, pois não tinham como arcar os custos de aluguel. A renda familiar *per capita* informada era de um salário mínimo. Pelos bens que possuíam e nível de renda estariam mais afeitos à classes populares tal como aqui descrita. No entanto, ambos concluíram cursos de pós-graduação e eram sócios numa empresa de designer gráfico. Além disso, um deles ministrava aulas sobre o tema e o outro era responsável por um blog que, entre outros, discutia o papel desse profissional na sociedade. Entendeu-se que esse perfil era mais próximo ao grupo aqui descrito como classes médias, visto que sua ocupação enquadra-se no rol das atividades de cunho intelectual.

Como se disse na introdução, nos 90 domicílios em que se conseguiu aplicar o questionário, obteve-se dados de 298 pessoas. Essas se dividiam em 150 homens, com idades variando entre dois meses e 102 anos, e 148 mulheres, com idades entre dois e 99 anos. É importante pontuar que entre os menores de idade em idade escolar nenhum estava fora da rede ensino formal (embora nalguns casos a distorção idade-série ocorresse).

Em relação ao tipo de domicílio, 35 eram casas individuais e 27 estavam em lotes nos quais se encontravam entre dois e 12 domicílios, sem ter a condição de condomínio<sup>65</sup>. Nesse último tipo, a maioria dos casos, caracterizava-se por: (a) todas

---

<sup>64</sup> Essa situação é ilustrativa de que a renda é insuficiente para refletir sobre a classe social. É interessante que o aumento da escolaridade entre as gerações e do rendimento médio domiciliar não implicou num acesso a bens mais sofisticados que seriam típicos das classes médias. Tampouco os que integram essa família são produtores de bens e serviços valorizados. Assim, nem ao menos apresentam aquelas características que a inseriria naquele grupo que Souza (2012) chama de batalhadores.

<sup>65</sup> O tamanho desses lotes era bastante variável. Considerando os dados oficiais referentes aos loteamentos de Jardim Ipanema, Morada do Sol e Bosque dos Quiosques, situados em Pitangueiras, eles variavam, em geral, entre 730m<sup>2</sup> e 1.900m<sup>2</sup>, aproximadamente (DIAS, 2006). Todavia, uma parte

as moradias serem ocupadas por parentes do respondente, (b) o terreno se constituía em herança deixada pelos pais ou avós e era repartido com seus descendentes, e (c) a renda média domiciliar *per capita* dos moradores era inferior a 2SM. Em quatro fugia-se a esse padrão: em dois os imóveis eram alugados; em outro, dois apartamentos destinavam-se a para aumentar a renda do proprietário que também residia no lote; num terceiro, os níveis de renda dos moradores eram elevados e todos os responsáveis pelos domicílios tinham nível superior. Dos 28 restantes, 22 se encontravam em espaços residenciais fechados; e seis eram chácaras ou sítio. Não se conseguiu acesso a nenhum dos apartamentos dos poucos edifícios da área de pesquisa.

No que tange à distribuição das pessoas sob as quais se obteve informações em classes sociais, seguindo os critérios postos no Quadro 1 e às situações particulares tais como as acima referidas, compreendeu-se que 118 pessoas estavam na classe populares, 147 nas médias e 33 nas (médias) superiores (Tabela 1). Assim, nos bairros de Aracui e Pitangueiras, particularmente na amostra obtida no subespaço em apreciação, o menor contingente constitui as classes (médias) superiores *vis a vis* às demais classes; já o maior número de pessoas foi avaliado como pertencente às classes médias. Dessa maneira, tem-se nessa amostra 39,6% dos indivíduos nas classes populares, 49,3% nas classes médias e 11,1% nas (médias) superiores. Em relação aos domicílios, a participação foi de, respectivamente, 35,6%, 51,3% e 13,3%.

Tendo em consideração que a análise dos fluxos de trabalho se constitui em um dos objetivos desta tese, era necessário verificar aqueles que exerciam alguma atividade profissional. À indagação *Trabalha atualmente?*, somando-se as categorias trabalha, estuda e trabalha ou estagia, aposentado e trabalha e dona de casa, 191 pessoas (64,1% do total) responderam positivamente. As classes (médias) superiores contaram com menores valores nesse conjunto, tendo, em contrapartida a maior participação relativa entre os aposentados e aposentados que trabalhavam (Tabela 2).

---

dos domicílios que participaram dessa amostra e que estavam em um lote junto a havia outros, o terreno, em geral, tinha dimensões menores.

**Tabela 1. Distribuição dos domicílios e dos sujeitos de pesquisa em classes sociais, por sexo e número de domicílios. Pitangueiras e Aracui. 2014**

CLASSES	SEXO		POPULAÇÃO TOTAL		DOMICÍLIOS TOTAL	
	MASC	FEM	ABS.	%	ABS.	%
Populares	59	59	118	39,6	32	35,6
Médias	75	72	147	49,3	46	51,1
(Médias) Superiores	16	17	33	11,1	12	13,3
Total	150	148	298	100,0	90	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

**Tabela 2. Distribuição dos sujeitos de pesquisa por perfil ocupacional e classes sociais. Pitangueiras e Aracui. 2014**

CLASSES	OCUPADOS (TOTAL ABSOLUTO)						APOSENTADO	DESEMPREGADO	NÃO TRABALHA <sup>(2)</sup>	OUTROS <sup>(3)</sup>	TOTAL
	TRABALHA	ESTUDA E TRABALHA	ESTUDA E ESTAGIA	APOSENTADO E TRABALHA	DONA DE CASA <sup>(1)</sup>	ESTUDANTE					
Populares	63	4	0	1	11	18	7	7	3	4	118
Médias	72	2	5	3	10	27	17	2	3	6	147
(Médias) Superiores	14	0	0	5	1	4	6	1	1	1	33
TOTAL	149	6	5	9	22	49	30	10	7	11	298
CLASSES	OCUPADOS (TOTAL RELATIVO)						APOSENTADO	DESEMPREGADO	NÃO TRABALHA <sup>(2)</sup>	OUTROS <sup>(3)</sup>	TOTAL
	TRABALHA	ESTUDA E TRABALHA	ESTUDA E ESTAGIA	APOSENTADO E TRABALHA	DONA DE CASA <sup>(1)</sup>	ESTUDANTE					
Populares	53,4	3,4	0,0	0,8	9,3	15,3	5,9	5,9	2,5	3,4	100,0
Médias	49,0	1,4	3,4	2,0	6,8	18,4	11,6	1,4	2,0	4,1	100,0
(Médias) Superiores	42,4	0,0	0,0	15,2	3,0	12,1	18,2	3,0	3,0	3,0	100,0
TOTAL	50,0	2,0	1,7	3,0	7,4	16,4	10,1	3,4	2,3	3,7	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Notas:

(1) Considerou-se dona de casa aquelas pessoas assim denominadas pelo respondente.

(2) Considerou-se na categoria não trabalham aqueles que assim foram declarados pelo respondente.

(3) Inclui menores de seis anos que frequentam ou não creche ou escola.

É interessante assinalar que tanto nas classes populares quanto nas médias havia pessoas que trabalhavam e estudavam. No entanto, nessa última, as duas jovens que estavam nessa situação eram universitárias (alunas de faculdades particulares), tinham mais de 18 anos e, na condição de contra própria, realizavam venda de confecções. O valor apurado por elas servia para uso próprio, pouco contribuindo para a manutenção da moradia.

As quatro pessoas que integravam as classes populares e que trabalhavam e estudavam simultaneamente eram menores de 18 anos e a prática profissional destinava-se ou a receber um valor que compusesse a renda familiar ou a “aprender uma profissão”. Também sem vínculo empregatício formal, elas exerciam as seguintes atividades: capinação, auxiliar de pedreiro, auxiliar de mecânico e babá.

Aparecem neste texto indicações às categorias desempregado e não trabalha, tal como dito pelos respondentes. Na literatura sobre o mercado de trabalho, porém, esses grupos não são necessariamente distintos. Nas estatísticas oficiais, entre os ocupados constam os que efetivamente estão trabalhando e os indivíduos sem emprego ou ocupação fixa que estão à procura de trabalho ou exercem algum tipo de atividade eventualmente<sup>66</sup>. No entanto, conforme o discurso dos que responderam ao questionário, desempregado é quem não trabalha, mas apresenta a preocupação em encontrar trabalho. Não trabalha corresponde a quem não tinha atividade profissional e não demonstrava intenção de alterar essa condição. O mesmo valeu para dona de casa (por vezes designada como “do lar”)<sup>67</sup>, essa ocupação só foi registrada quando informada pelo respondente<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Mais especificamente, ocupados são “[...] indivíduos que possuem: a. Trabalho remunerado exercido regularmente. b. Trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias. c. Trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho” (PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2013, p. 9).

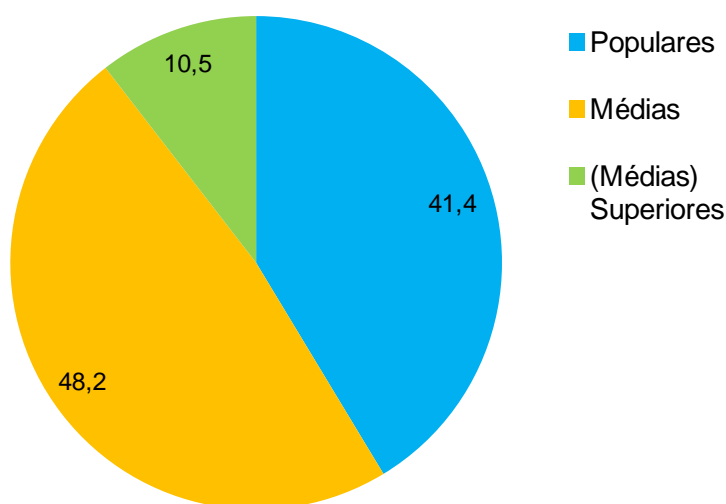
<sup>67</sup> É interessante notar que muitas vezes mulheres que responderam ao questionário e que ficam em casa e que, pelo conteúdo de seu discurso, eram responsáveis pelos cuidados com a casa e seus moradores, disseram que não trabalhavam. Isso sugere que não percebiam as atividades domésticas como trabalho, já que, como se verá adiante, de modo geral, mesmo para elas, trabalho implica necessariamente em remuneração. Mas, igualmente, pode significar que percebem essa ocupação como desvalorizada socialmente e preferem não mencioná-la.

<sup>68</sup> Ao longo desta tese se procura repetir a fala dos entrevistados e dos respondentes da forma mais fidedigna possível. Embora não se faça uma análise dos discursos com uma perspectiva psicológica, a decisão por manter a construção vocabular dos sujeitos parte da compreensão de que “A linguagem, como produto da coletividade, reproduz através dos significados das palavras em frases

De todo modo, os valores para desempregado e não trabalha foram relativamente pequenos, respectivamente, 10 e 7 casos ou 3,4% e 2,3%. A situação de desemprego foi mais evidenciada entre as pessoas de classes populares. Para não trabalha, os valores absolutos foram equivalentes entre as classes populares e as médias e o número relativo mais importante foi o das (médias) superiores, embora se referisse a apenas um caso.

Salienta-se ainda que a categoria dona de casa foi aqui tomada para avaliação dos fluxos de trabalho visto que se entende que essa é uma atividade que contribui para a reprodução social<sup>69</sup>. Verifica-se, nesse sentido, que a maior proporção de indivíduos nessa categoria estava nas classes populares e essas mulheres tinham como função “cuidar da filha pequena”, “cuidar da neta” ou da família em geral, o que as impedia, como por elas dito, de voltar a estudar ou trabalhar.

Enfim, em relação ao total de pessoas para as quais se verificam o direcionamento dos fluxos de trabalho, 41,4% participavam das classes populares, 48,2% das médias e 10,5% das (médias) superiores (Gráfico 1).



**Gráfico 1. Participação dos ocupados por classe social no total de ocupados. Pitangueiras e Aracui. 2014**

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

---

os conhecimentos – verdadeiros ou falsos – e os valores associados a práticas sociais que se cristalizaram; ou seja, a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social” (LANE, 1985, p.32- 33). Concebe-se que o discurso revela a posição do indivíduo em relação ao outro e como ele e suas relações se inserem no mundo, portanto, remete ainda à seu processo de socialização na âmbito familiar e escolar.

<sup>69</sup> Essa ideia é retomada no quarto capítulo.

Ressalta-se que, tal como afirma a teoria e os discursos dos respondentes a corroboraram – de modo geral, a reprodução das condições de vida ocorre de modo particular em cada uma das classes sociais, sendo ensejada, entre as gerações, a transmissão de condições que viabilizam a reprodução da posição social. No entanto, existem situações que diferem da tendência mais comum a uma determinada classe. Nesta pesquisa, verificaram-se casos nos quais as trajetórias familiares denotaram certa ascensão social, o que não indica necessariamente mudança na classe social.

Entre aqueles que estavam na primeira situação, na qual se reproduziam as condições de vida entre as gerações, pode-se citar a família de um senhor, integrante das classes populares. Simpático e sorridente, contou que morava no Aracui há 45 anos. Veio da Praia do Forte, pois, lá era “muito atrasado” e achou que em Lauro de Freitas teria melhores condições para trabalhar. Aos 68 anos, analfabeto, ainda trabalhava. Conforme disse, fez e faz “de tudo um pouco”, “tudo quanto é trabalho”: capinava, “cuidava de bicho”, arrancava e vendia coco na porta de casa. Comentou que embora já tenha “trabalhado de empregado”, “não gostava dessa vida”, pois, nessa condição “[...] nunca tive nada [...] Então disse: - Que nada! Vou trabalhar pra mim”.

Na sua pequena casa, com cinco cômodos, moravam sete pessoas, entre filhos e netos. Mas, não soube dar maiores informações sobre eles: suas idades, se trabalhavam ou estudavam ou onde exerciam suas atividades. Chamou, então, a neta de 13 anos. Foi ela quem disse, com sua concordância ou com algum comentário, algo sobre os demais moradores do domicílio. Essa era, ressalve-se, a única pessoa do sexo feminino entre eles. Cursava 5º ano (série compatível com a idade de 11 anos) numa escola pública próxima. Sobre os demais, citou um rapaz de 16 anos, que frequentava a escola, mas, cuja escolaridade não soube esclarecer. Trabalhava como ajudante de pedreiro, nada certo, quando aparecia algum serviço, ele ia. Além dele e do senhor mencionado, havia mais quatro homens com idades variando entre 18 e 48 anos, entre os quais, o mais escolarizado cursou até a 2ª série.

Dois rapazes que sabiam ler e escrever, porém apenas “uma bobagem”. Eles trabalhavam: um ajudava na descarga de caminhões e o outro era auxiliar de

limpeza, sendo que apenas este tinha carteira assinada. Sobre os outros, “a cachaça não deixa” que eles trabalhem. Quando conseguiam alguma ocupação, era como ajudante de pedreiro ou em qualquer serviço que aparecesse. Ainda havia um filho, de 38 anos, que nunca estudou ou trabalhou: “é doente”. A renda total do domicílio oscila em torno de três salários mínimos, mais a pensão desse último morador que não se soube esclarecer qual é seu valor<sup>70</sup>.

Noutro domicílio, oriunda de Nova Soure<sup>71</sup>, uma senhora contou porque se mudara para o Aracui em 2009: “[...] sempre vinha para Salvador e não me adaptei mais no interior”. Desde então, dividia, com sua ex-sogra e o ex-cunhado, uma casa de quatro cômodos que não contava com banheiro no interior do domicílio e, entre os bens duráveis, tinham apenas um fogão e TV – quanto à geladeira, usava-se a da vizinha já que a da família quebrara e não se conseguira comprar outra. Eles a receberam quando veio para Lauro de Freitas junto com seu filho.

Ela estudara até a 3ª série, tinha 38 anos. Disse, com certa alegria, que era a “dona da banca” em que trabalhava, na qual “tirava” mais ou menos R\$ 200,00 por mês. Nessa banca, postada próxima a uma escola particular, vendia balas e doces. Estava, na ocasião, preocupada, pois, com as férias do meio do ano, as vendas caíam muito e passava a depender quase que totalmente da bolsa família que recebia em nome do filho, no valor de R\$ 216,00. Essa renda era “o certo”. O menino, com 11 anos, estudava num colégio estadual e cursava o 6º ano.

Em relação aos demais moradores da casa, sabiam ler e escrever, mas pouco. O homem estava desempregado e a ex-sogra, “uma batalhadora”, era diarista de uma casa em Ipitanga, “[...] o pessoal gosta muito dela”, serviço pelo qual recebia cerca de R\$ 480,00 por mês. Ia andando para o trabalho, saía antes das 6h para chegar no horário e poder voltar cedo<sup>72 73</sup>.

Nessas duas famílias, tomadas aqui como exemplo, o trabalho refere-se à sobrevivência, não permitindo avançar em termos de melhoria nas condições de

---

<sup>70</sup> Expressões e informações extraídas de levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014.

<sup>71</sup> Município do semiárido baiano que, em 2010, registrou cerca de 24 mil residentes.

<sup>72</sup> Expressões e informações extraídas de levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014.

<sup>73</sup> Em outubro de 2015, foi aberta uma bomboniere perto da escola mencionada. Desde então, não se encontrou a banca de doces da respondente no bairro ou suas imediações.



existência. Em ambas, três gerações convivem no mesmo domicílio e suas trajetórias não ocasionaram alterações nos modos de agir ou denotam possibilidades de deslocamento ascendente no espaço social.

A situação de outra família encaminha-se no sentido diferente daquelas acima apresentadas. A proprietária da casa mencionou ter comprado o terreno de sua moradia em 1976, para o qual se mudou alguns anos depois. Foi um momento complicado, pois, vinda de uma área central de Salvador, trabalhava vendendo mingau aos passantes, o que era difícil na Lauro de Freitas da época. Mas, em busca da casa própria, migrou para essa cidade. Essa senhora analfabeta, agora com 72 anos, disse que sua opção decorreu do fato de que o lote “[...] era barato... barato não, mas em condições da pessoa pagar [...]”. E acrescentou que construiu sua casa “com o poder de Deus”; junto com o marido, aos poucos, foi comprando o material e erguendo-a. Em relação ao trabalho, saía andando para Itinga ou para a Estrada do Coco para vender seu mingau. Tinha que ir até lá porque na sua rua havia apenas duas ou três casas. Nas suas palavras, “[...] foi (sic) 13 bocas pra dar alimento [...]. É por Deus que consegui. Quem quer luta, vai buscar, quem não qué (sic) junta os braços e espera”<sup>74</sup>.

Como num primeiro momento negou-se a responder ao questionário – “não sei responder essas coisas” –, foi sua neta, que era “estudada”, quem deveria saber dizer o que precisava. Essa neta era moradora de uma das três casas de seu lote, estudara muito mais do que a avó: com 35 anos, estava prestes a concluir o curso superior numa universidade particular e era coordenadora financeira de um estabelecimento comercial de médio porte. Suas duas filhas eram alunas de escolas particulares, uma no último ano do ensino médio, com 15 anos, e a outra, aos nove, fazia o 4º ano do fundamental I. Quanto ao seu marido, era um eletricista que trabalhava por conta própria.

Residia ali fazia 28 anos. Sua mãe, na época diarista, levava a família para Lauro de Freitas também porque em Salvador “moravam de aluguel”. Mas, a condição de sua família distingue-se significativamente daquela vivenciada por sua avó e por sua mãe, seja na observação da renda em particular, seja nas possibilidades de

---

<sup>74</sup> Expressões e informações extraídas de levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014.

realização da vida. Acrescente-se que, na sala da casa dessa avó, havia um pôster com a foto de outra neta no dia em que esta se formara, indicando que outros de seus descendentes chegaram a um nível de escolaridade que ela sequer sonhara.

Do mesmo modo, a situação de uma jovem de 24 anos indica uma trajetória que tende a se distinguir da de seus genitores. Ela, segundo seu pai, teria melhores condições de responder ao questionário, pois, “[...] faz faculdade igual a você”. Era, na ocasião, estudante do primeiro semestre de um curso na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e ficou animada quando soube que se tratava de atender a um trabalho acadêmico de pós-graduação, fazendo perguntas sobre esse curso. Contou que não era só ela que estava numa universidade pública, outro dos dois irmãos fazia Universidade do Estado da Bahia (Uneb). E ambos eram bolsistas de iniciação científica.

Sobre sua família, revelou ainda que a mãe concluiu o ensino fundamental e o pai tinha nível médio incompleto. Ambos eram autônomos, tinham uma frutaria em Vilas do Atlântico, mas, por conta das despesas, fecharam-na. Estavam fazendo uma obra e construindo uma loja com a mesma finalidade numa parte do jardim da casa. Essa atividade, venda de hortifrúti, foi o sustento da família desde sua infância.

Eles chegaram a Pitangueiras há 16 anos. Antes, moravam na Rótula do Abacaxi<sup>75</sup>, e seus pais, preocupados com a qualidade de vida dos filhos, resolveram ir para um lugar mais afastado. Conseguiram, pelo que se apurou, tal bem-estar. Além do discurso da jovem, quando relata sua infância no bairro, eles residiam numa ampla casa que se abre para um jardim florido onde estava uma bela piscina.

Esses são alguns dos casos nos quais se verifica uma alteração na tendência de reprodução da família. A elevação dos níveis de escolaridade e a própria experiência da vida universitária estabelecem alternativas para os citados jovens que se distinguem daquelas apresentadas aos seus pais. Aparentemente aconteceram eventos que marcaram suas trajetórias individuais e distanciam ambas as jovens e seus irmãos do ponto de origem, indicando possibilidades de ascensão, se não de classe, mas dentro da própria classe.

---

<sup>75</sup> Bairro de Salvador de cunho comercial onde residem pessoas de baixa renda.

Em relação aos entrevistados, foram três homens e duas mulheres. Seguindo os critérios acima mencionados, dois desses homens, há muito residentes no Aracui, encontravam-se nas classes populares e os demais, moradores de Pitangueiras, integravam as classes médias. No Quadro 2, onde se apresentam algumas das características desses indivíduos, é possível notar que eles se encontravam ocupados em atividades distintas.

**Quadro 2. Informações gerais dos entrevistados**

<b>NOME FICTÍCIO</b>	<b>CLASSE SOCIAL</b>	<b>IDADE / ESCOLARIDADE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>TEMPO DE MORADIA E RELAÇÃO COM O BAIRRO</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>
Nilton Silva	Classes populares	Tinha 45 anos e ensino médio completo. Concluiu também o curso técnico de enfermagem e deseja cursar medicina, um sonho de infância.	É pedreiro, mas, tem aspiração de trabalhar como auxiliar de enfermagem. Às vezes, exerce essa função como voluntário.	Reside no mesmo bairro desde criança. Foi para lá porque a mãe, que morava num domicílio alugado, conseguiu um trabalho, num sítio, como caseira. Assim, a família livrou-se da necessidade de pagar o aluguel. Nilton diz que se criou no bairro.  Observa o crescimento do bairro. Antes parecia uma cidade do interior e, atualmente, tem quase tudo o que se precisa.	É casado e tem um filho. Mora com eles. Não conviveu com o pai. A mãe estudou até a 2ª série, mas, não sabe ler ou escrever.
Everaldo Santos e Carla Araújo*	Classes populares	Ele tinha 36 anos e completou o fundamental I. Ela tinha 50 anos e tem o fundamental II incompleto.	Ele é pintor e ela é dona de casa e, eventualmente, vende bijuterias no domicílio. Ele gostaria de ser professor, mas, aos 12 anos, teve que parar de estudar para trabalhar. Ela queria voltar a estudar e ser advogada. Porém, com uma filha pequena, não tem essa possibilidade.	Ele mora no bairro desde que nasceu. Os pais se mudaram para o Aracui, pois, puderam comprar “um pedacinho de chão”.  Ela foi para lá quando se casou com ele, faziam cinco anos.  Ele conta que antes, onde mora, havia areia e barro. Hoje tem tudo perto, mas, a cidade ficou “apertada” e violenta.	O casal tem uma filha pequena e, com eles, moram mais dois adolescentes, filhos do primeiro casamento de Carla. Sua casa foi construída no terreno que pertencia aos pais dele, ambos falecidos – o pai era pedreiro e, a mãe, dona de casa. Além de seu domicílio, no mesmo lote encontram-se mais duas casas. Nelas residem seus irmãos e suas respectivas famílias.

NOME FICTÍCIO	CLASSE SOCIAL	IDADE / ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	TEMPO DE MORADIA E RELAÇÃO COM O BAIRRO	OUTRAS INFORMAÇÕES
João Rocha	Classes médias	Tinha 43 anos. É graduado em Logística, porém, só conseguiu concluir o ensino médio após servir o exército. Após casar-se foi que pôde fazer faculdade. Fez alguns cursos para se aperfeiçoar na profissão.	Tinha três atividades: motorista (empregado do setor público) e como trabalha em regime de plantão, exerce também a função de socorrista e instrutor para motoristas habilitados. Gosta do que faz, mas está em busca de melhor qualificação e de melhoria financeira a ela associada.	Reside em Pitangueiras desde que nasceu. O avô morava lá desde jovem, tinha uma propriedade e trabalhava como agricultor. O pai mudou-se para o lugar quando tinha 16 anos, para exercer essa mesma função. Posteriormente, quando os grandes loteamentos de Lauro de Freitas começaram a ser ocupados, ele tornou-se pedreiro. A família sempre residiu no mesmo endereço. Lembra-se das dificuldades, ressalta importância da vida comunitária que antes existia. Acha que ainda é bom morar no bairro.	É casado e tem dois filhos, uma criança e uma adolescente. A esposa tinha nível médio completo e era proprietária de um salão de beleza. O pai de João se aposentou como pedreiro. A mãe é comerciante - tem um pequeno mercado junto à sua moradia. Suas irmãs tem nível superior. João e uma irmã construíram sua casa no terreno em que moram os pais. A dele é nos fundos do primeiro domicílio e a dela sobre o estabelecimento comercial da mãe.
Márcia dos Anjos	Classes médias	Com 34 anos, ela tinha graduação em História e estava fazendo a segunda especialização. Estudou em escola pública e fez faculdade à noite. Conseguiu concluir o curso superior, pois, obteve uma bolsa de estudos. Trabalhava desde que cursava o ensino médio.	É professora dos ensinos fundamental e médio. Trabalha em duas escolas particulares. “Ama” sua profissão e pretende maior aperfeiçoamento na carreira, de modo a ter sua atuação mais valorizada social e financeiramente.	Morava em Pitangueiras há cerca de três anos. Seu marido recebeu a casa de herança do pai. No princípio, não gostou de ir para o bairro, pois, era longe de seu trabalho e achava o custo de vida muito elevado. Mas, depois, se sentia melhor. Achava que tinha mais qualidade de vida do que no bairro no qual residia anteriormente, Castelo Branco, em Salvador.	É casada e tem dois filhos. O marido é químico e exerce essa função numa empresa de grande porte. Seus pais não chegaram a concluir o ensino fundamental II. O pai era mestre de obras; quanto a mãe, era dona de casa. Estimularam-na a estudar, mas, não queriam que ela seguisse a carreira de professora, pois, acreditavam que com outra profissão ela seria mais bem sucedida em termos econômicos.

NOME FICTÍCIO	CLASSE SOCIAL	IDADE / ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	TEMPO DE MORADIA E RELAÇÃO COM O BAIRRO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Ana Lima	Classes médias	Tem 39 anos e cursava faculdade de Pedagogia. Tinha iniciado a de Administração, mas, teve que interromper por conta de problemas relativos à gravidez. Tinha curso técnico de enfermagem.	Era sócia de uma pequena escola de educação infantil que estava em seu segundo ano de funcionamento. Se sentia realizada com sua atividade profissional. Já trabalhara como auxiliar de enfermagem, mas isso atividade comprometia muito sua vida familiar. Antes de abrir a escola, administrava uma franquía de reforço escolar.	Estava em Pitangueiras faziam pouco mais de dois anos. Antes morava num apartamento na Estrada do Coco e, por conta da filha, queria morar numa casa. Também por causa da menina, passou a trabalhar em casa, com uma franquía. Posteriormente, montou nessa casa a escola e mudou-se para um apartamento nas imediações. Gosta do bairro, acha-o tranquilo e que se assemelha a uma cidade do interior, nele há um “ambiente familiar”.	É casada e tem uma filha. O marido concluiu o curso de Direito após se casarem. Trabalha como advogado num escritório situado no Centro Antigo de Salvador. Seus pais são separados. O pai tem nível superior e a mãe concluiu a faculdade recentemente. Ela a estimula a estudar e alcançar seus objetivos. Para montar a escola, precisou do apoio financeiro de toda a família.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014 e 2016.

Nota:

(\*) Casal entrevistado junto. Ver transcrição das entrevistas no segundo volume..

### CAPÍTULO 3

## **ASPECTOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA RMS E EM LAURO DE FREITAS E AS CARACTERÍSTICAS DO ARACUI E DE PITANGUEIRAS**

Para estudar as principais dinâmicas responsáveis pela produção do espaço em Lauro de Freitas e o modo como os moradores do Aracui e de Pitangueiras percebem o lugar em que vivem, objeto deste capítulo, parte-se do pressuposto de que, consequência de intencionalidades diversas, que ora convergem, ora divergem, o espaço é resultado de um conjunto de processos que se articulam e sobrepõem no correr do tempo.

Desse modo, adentra-se no conhecimento a respeito da área escolhida para realizar esta pesquisa seguindo-se a trilha elaborada por Lefebvre (2013; 2006a) e, por isso, na primeira seção deste capítulo, discute-se o conteúdo atinente às noções de produção e de produção do espaço. Seguem-se dois tópicos nos quais se trata dos movimentos de reprodução do capitalismo em Salvador e na sua região, naquilo que repercute mais firmemente nas no município em questão. Inicialmente, verifica-se o período 1960-1980, ocasião em que ele assume a condição de cidade dormitório dos trabalhadores menos qualificados da região. Em seguida, trata-se dos anos 2000, quando a Lauro de Freitas é imputado o papel de ser local de moradia tanto das classes populares quanto das médias e superiores. Por fim, observam-se as elaborações que os moradores do Aracui e em Pitangueiras realizam a respeito das características do lugar em que vivem nesses dois contextos.

### 3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE PRODUÇÃO DO ESPAÇO, CIDADE E CAPITALISMO

A interpretação mais comum da palavra produção se circunscreve à fabricação de algum objeto, à quantidade de coisas acumuladas ou àquilo que se realiza pelo trabalho. No entanto, acompanhando os textos marxistas tem-se um entendimento bem mais complexo do termo. Seu estudo conduz à compreensão de que “[...] as causas últimas de todas as transformações sociais e políticas não residem na cabeça dos homens, na sua crescente compreensão da verdade e justiça eternas, mas, nas alterações sofridas pelos modos de produção e troca” (ENGELS, 1877 apud HARNECKER, 1976a). E, conforme Marx (2011, p. 41), “[...] quando se fala em



produção, sempre se está falando de um estágio de produção de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais”.

Em verdade, cada modo de produção corresponde a uma sociedade ou a uma forma específica de os homens se relacionarem e construírem sua existência. Nesses termos, sua modificação resulta em diferenciações na/da própria organização social. E por quê? Porque o homem, enquanto realiza a produção, está tanto criando coisas, quanto estabelecendo relações com os demais agentes envolvidos nesse processo. A partir disso, constrói ideias sobre si mesmo, sobre seu mundo e sobre sua participação nele.

Lefebvre (2013, 2006a) retoma as ideias de Marx e ensina que há duas possibilidades de interpretar a expressão produção. Uma visão mais limitada e comum a associa à fabricação dos produtos e a elaboração material de coisas. Numa concepção mais ampla, entende-se por produção, além da confecção de bens, a criação de obras e a realização da vida nos seus múltiplos aspectos.

Considerando essa perspectiva mais ampla, o espaço é um produto consumado pelo e para o funcionamento da sociedade. Nele se inscrevem os resultados dos processos decorrentes do viver do homem na construção de sua humanidade. Ao mesmo tempo, ele se constitui numa das condições para que tais processos aconteçam. É nesse sentido que, como diz Lefebvre (2013, p. 57), “Si el espacio (social) interviene en el modo de producción, a la vez efecto, causa y razón, cambia con dicho modo de producción. Es fácil de comprender: cambia con las ‘sociedades’ [...]”<sup>76</sup>. Portanto, sendo uma dimensão real e concreta da existência humana, se constitui, simultaneamente, em condição para sua produção (material) e reprodução (social).

Para entender melhor essa articulação, lembra-se que, no capitalismo, o espaço comporta as relações de produção (orientadas pela divisão e organização do trabalho) e as de reprodução da força de trabalho e das relações sociais de

---

<sup>76</sup> “Se o espaço (social) interviem no modo de produção, como efeito, causa e razão, muda com dito modo de produção. É fácil compreender: muda com as ‘sociedades’ [...]” (tradução nossa). É válido assinalar que a noção de reprodução de que trata essa teoria não se reduz ao sentido biológico ou demográfico do termo, envolve também os utensílios necessários à produção e à realização das relações sociais, quer dizer, da manutenção das condições que permitem a continuidade da estrutura social.

produção. Para assim funcionar, é necessário um conjunto de condições que permitam a reprodução das relações que sustentam esse modo de produção. Assim, na medida em que “[...] el espacio social permite que tengan lugar determinadas acciones, sugiere unas y prohíbe otras”<sup>77</sup> (LEFEBVRE, 2013, p. 129), revela seu papel na reprodução social. Sendo assim, articulado ao mundo do trabalho e às relações de produção em sentido restrito, a reprodução social – ou a perpetuação, entre gerações, da sociedade, com seus conflitos e contradições – decorre do próprio dinamismo da realização da vida cotidiana (CARLOS, 2001).

No capitalismo, portanto, o espaço não deixa de se constituir num valor de uso, todavia, cumpre, além disso, o papel de mercadoria. Como tal, é usado, comercializado e consumido. É também um meio útil de controle, de expressão do poder e da dominação. Essas assertivas se fazem verdadeiras quando se verifica que, apoiada em ideologias e em representações<sup>78</sup>, a classe dominante vem controlando quem usa e o que se faz no espaço, bem como, atribui-lhe significações. Assim produzido, conforme Lefebvre (2013), ele é abstrato, caracterizado pela dissimulação da realidade e pelo encobrimento das desigualdades. O espaço do capitalismo é, pois, aquele em que imperam as coisas-signos (quer dizer, tanto objetos como os sentidos/representações atribuídos aos mesmos), os códigos, o saber acrítico, uma ampla e diversificada violência, a quantidade (em detrimento da qualidade), a repetição/homogeneização e a dissimulação das diferenças<sup>79</sup>. Sendo assim, pensar a cidade implica admitir que

<sup>77</sup> “[...] o espaço social permite que tenham lugar determinadas ações, sugere umas e proíbe outras” (tradução nossa).

<sup>78</sup> Para Lefebvre (1991a, 2006b), a ideologia é uma mescla de conhecimentos e interpretações do mundo que cria uma ilusão a respeito da realidade. Seu objetivo é, pois, recobrir o real. Em *La presencia y la ausencia*, verifica que a definição de ideologia apresentada por Marx e Engels é um tanto imprecisa e se refere a uma “mentira de classe” aceita por uma “passividade de classe”, uma dissimulação do real pelo dualismo entre a concretude da coisa e a abstração sobre ela. Segundo entende, a realidade se modifica quando representada, o que não se significa que uma representação seja um reflexo ou um encobrimento do real. Ela tem a função de ampliar, deslocar, transpor ou ocultar sua “realidade”, relaciona-a a conjunturas específicas de uma determinada estrutura social. Por isso, ela não é verdadeira, nem falsa. “Es una operación ulterior, una actividad reflexiva, la que les confiere verdad y/o falsidad relacionandolas con las condiciones de existencia de quienes las producen. Las representaciones son falsas en lo que apuntan y dicen pero verdaderas con respecto a lo que las suporta” (LEFEBVRE, 2006b, p. 57-58) (“É uma operação ulterior, uma atividade reflexiva que lhes confere a verdade ou falsidade relacionando-as com as condições de existência quem as produziu. As representações são falsas no que apontam e dizem, mas, verdadeiras com respeito ao que suportam” - tradução nossa).

<sup>79</sup> No entanto, justamente por ser elaborado no âmbito do capitalismo, também expressa contradições. Então, sua própria “natureza” permite o surgimento de práticas novas, pautadas pela perspectiva da realização da vida. Por isso mesmo, o espaço abstrato pode ser desfeito, dando lugar

sua produção tanto é consequência da História, das ações humanas, do trabalho materializado, acumulado por sucessivas gerações, como dos interesses dos agentes hegemônicos. Assim, ela é simultaneamente obra e produto e, num ou noutro sentido, é realização pelo trabalho (CARLOS, 2001, 2007).

Com base em tais ideias, Carlos (2001, 2007, 2011) propõe o entendimento da relação entre a cidade (espaço) e a sociedade a partir da articulação de três diferentes planos da realidade: o econômico, o político, e o social.

O plano econômico decorre de que os agentes que dele participam visam tomar a cidade como meio de realização da produção e de reprodução do capital em suas várias frações. Tratada como meio de acumulação, ela é transformada de modo a viabilizar a realização do ciclo do capital. Simultaneamente, é-lhe imposta a condição de mercadoria. Para atender a esses propósitos, é fragmentada, demarcada, restritiva e, sobretudo, a privatização se torna uma de suas características mais fundamentais.

Evidentemente, só é possível aos agentes econômicos configurarem a cidade ao seu bel prazer pela anuência do Estado. Melhor dizendo, pelo ente que, como disse Harvey (2005a, p. 80), fazendo alusão aos escritos de Marx e Engels, “[...] se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade”, embora se apresente como capaz de eliminar tais contradições. Noutros termos, o Estado é representado como independente, neutro, estável e definitivo, como se estivesse acima da sociedade e de seus conflitos, sendo, por isso, capaz de zelar pelo bem coletivo (LEFEBVRE, 2013, 2006). Todavia, “[...] por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, [o Estado] está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação” (GORENDER, 2001, p. XXXI).

É simples. Onde há classe social, o Estado não tem ou não poderia ter independência na medida em que é exatamente por conta de seu poder que a classe dominante sobrepõe seus interesse aos da totalidade social. De uma maneira

---

a um novo espaço, o diferencial. Neste, o avesso do espaço abstrato, as diferenças serão desveladas e a unidade se sobreporá à fragmentação (LEFEBVRE, 2013).

ou de outra, ele atua com vigor para que se concretize a democracia burguesa<sup>80</sup>. Para Harvey (2005a, p. 87), “A ideologia proporciona um canal importante e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações”. Nesses termos, em acordo com os interesses do capital, é que o plano político participa da configuração da cidade. Ainda conforme esse autor, quando o Estado planeja a cidade e a organiza usando critérios “racionais” ou “científicos”, quando elabora planos e leis que têm como meta o “bem comum”, nada mais faz do que materializar interesses gestados na esfera econômica, sobrepondo-os aos da vida social.

No plano social está a cidade produzida pela prática socioespacial, pelos processos de realização da vida e de reprodução social. Trata-se do âmbito no qual acontecem as relações homem-homem e homem-mundo, onde se inserem os atos cotidianos. Desse modo, o espaço perde a conotação de indiferente ou externo aos indivíduos, já que seus conteúdos, sentidos e significados passam a ser decorrentes do modo como é usado. Ele se torna, nesse processo, parte das trajetórias individuais, uma referência de sua história.

É nesses termos que se fala do espaço apropriado. Para melhor esclarecer o que isso significa, observa-se que há duas possibilidades de os homens agirem sobre o meio material. Uma delas, a dominação, é resultado de operações técnicas e redundante na destruição da natureza, sendo ela substituída por produtos. A outra, a apropriação, se refere à transformação da natureza em um bem humano. Desse modo, se o que está em causa é atender a necessidades da sociedade, esses dois processos poderiam ser combinados. Porém, não é o que se verifica. Na relação do homem com o mundo, a dominação se impõe e prospera tanto mais quanto avançam, em função das necessidades de acumulação, o poder das armas, do Estado e da política. Mais do que isso, se estabelece “[...] un movimiento conflictivo que se desarrolla hasta la victoria abrumadora de uno de los términos en la lucha: la

---

<sup>80</sup> Ressalta-se que o Estado não nasce com o capitalismo, porém, como avaliou Harvey (2005a), dificilmente esse sistema existiria sem o poder e as instituições estatais que lhe dão suporte. Isso não significa que ele seja passivo na relação com o capital, tampouco que, frente à luta de classes, não aconteçam concessões, benefícios e garantias aos trabalhadores. Entretanto, esse movimento, mesmo que não seja de interesse imediato dos capitalistas, redundante numa “obediência genérica das classes subordinadas”. E, ao fim e ao cabo, determinadas políticas voltadas aos dominados, como a organização do consumo ou a de produção de moradia aos trabalhadores, repercutem em benefícios ideológicos e econômicos aos segmentos dominantes.

victoria de la dominación, que termina subyugando a la apropiación. Pero no lo suficiente para que ésta desaparezca”<sup>81</sup> (LEFEBVRE, 2013, p. 214).

Ela não só resiste como se revela nos usos que se faz do espaço, pois, como diz esse autor, a apropriação é “[...] un aspecto de la práctica social (práxis), pero un aspecto secundário y superior que se traduce en el lenguaje por sentidos”<sup>82</sup> (LEFEBVRE, 1978, p. 165). Esse processo se refere a um movimento em que alguém ou algum grupo “[...] transforma en su bien, algo exterior, de modo que puede hablarse de tiempo o espacio urbano apropiados por el grupo que há modelado la ciudad [...]”<sup>83</sup> (LEFEBVRE, 1978, p. 186). O espaço é apropriado, portanto, quando acontecem as relações sociais, com todas as disputas e conflitos que lhes perpassam.

Assim, enquanto o espaço que resulta da dominação é, geralmente, estéril e vazio de sentido, a apropriação é consequência da espacialização<sup>84</sup> da atividade social, portanto, possui um caráter qualitativo (LEFEBVRE, 2013). Conforme Carlos (2001, 2011), é um processo que se articula à criação e se revela em atos e situações, como o caminhar, o brincar ou o conversar, se vincula, enfim, ao acontecer diário. Mediada pelo corpo<sup>85</sup>, a apropriação transcorre quando o homem desvenda a cidade, usando-a no desenvolver de sua vida. Por isso, pode ser entendida como “[...] uma prática sócio-espacial, inscrita no tempo, na qual grupos sociais não só modificam a natureza e o lugar, como dados prático-sensíveis, mas também os empregam para suas atividades diversas [...]” (DIAS, 2015, p. 4). Por isso, ela pode repercutir em um espaço material, concreto, mas principalmente em símbolos, sentimentos, imagens, utopias etc.

---

<sup>81</sup> “[...] um movimento conflituoso que se desenvolve até a vitória opressora de um dos termos em luta: a vitória da dominação, que termina subjugando a apropriação. Mas, não o suficiente para que essa desapareça” (tradução nossa).

<sup>82</sup> “[...] um aspecto da prática social (práxis), mas um aspecto secundário e superior que se traduz na linguagem por sentidos” (tradução nossa).

<sup>83</sup> “[...] transforma em seu bem, algo exterior, de modo que pode falar-se de tempo ou espaço urbano apropriados pelo grupo que tem modelado a cidade [...]” (tradução nossa).

<sup>84</sup> Lefebvre (1976) diferencia localização e espacialização. O primeiro faz referência à separação das diferentes esferas da vida, como morar e trabalhar, relacionado à fragmentação do espaço considerado (ou tratado) como neutro ou indiferente. A espacialização de uma prática social é algo relativo à apropriação do espaço e vincula-se a uma prática articulada ao seu conjunto.

<sup>85</sup> Conforme Lefebvre (2013), todo corpo, além de ter um espaço, de ocupá-lo, é um espaço. Isso significa que enquanto produz o espaço, o homem também se produz. Assim, considerando seus movimentos, sentidos e gestos, pensar as relações sociais implica pensar o corpo, pois, ele vive ao realizar o mundo com o outro.

Essa perspectiva encaminha para uma das tríades, proposta por Lefebvre (2013), para a análise do processo de produção do espaço: prática espacial, representação do espaço e espaço das representações, termos dialeticamente complementares.

Pode-se compreender como *prática espacial* aquilo que se insere na ordem da produção e da reprodução social, ao que é próprio de cada contexto social e assegura sua continuidade. É a maneira pela qual uma sociedade realiza seu espaço, e na modernidade, essa é definida pela vida cotidiana<sup>86</sup>. Situa-se na esfera do percebido, ou seja, se baseia na materialidade e nos símbolos nela implicados (LEFEBVRE, 2013). Para Carlos (2007, p. 11), a prática espacial se refere às “[...] formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana”, estando relacionada ao movimento, às ações e relações que os indivíduos desenvolvem enquanto vivem. Isso ocorre em momentos e espaços particulares, que se constituem – junto a diferentes processos sociais – em condicionantes de seu fazer. Serpa (2007) acrescenta que são as práticas espaciais que asseguram a manutenção de uma relativa coesão social, afinal, elas sustentam seus processos de produção e reprodução.

Em relação às *representações do espaço*, Lefebvre (2013, p. 100) argumenta que “[...] estarían penetradas de un saber (una mezcla de conocimiento y ideología) siempre relativo y en curso de transformación”<sup>87</sup>. Diz respeito ao espaço concebido, aquele elaborado pelas estratégias, técnicas e saber desenvolvidos nos âmbito estatal e científico, cujo conteúdo está presente nos discursos, definições, teorias e descrições do espaço. Ditas representações são consequência da necessidade de criar, além de formas, uma imagem que as permeie e lhe atribuam um valor ou um sentido específico, daí fazer-se uso de signos e códigos que, decorrentes das relações de produção, possuem por propósito favorecer a reprodução socioespacial.

E os *espaços de representações*, a que se referem? Para Lefebvre (2013, p. 92), eles “[...] expresan (con o sin codificación) simbolismos complejos ligados al lado clandestino y subterráneo de la vida social, pero también al arte (que eventualmente

---

<sup>87</sup> “[...] estariam penetradas de um saber (uma mescla de conhecimento e ideologia) sempre relativo e em curso de transformação” (tradução nossa).

podria definir-se no como código del espacio, sino código de los espacios)”<sup>88</sup>. Segundo o autor, rompendo com as regras da coerência e da coesão colocadas pelas representações do espaço, são mais vividos do que concebidos.

Penetrado pelo imaginário e pelo simbolismo, os espaços de representação têm como fonte a história da cada povo e a do indivíduo – o que envolve os lugares em que se mora, transita, atua. É, pois, o espaço da experiencia (corporal) vivida; “El espacio de representación se vive, se habla; tiene un núcleo o centro efectivo [...] Contiene los lugares de la pasión y de la acción, los de las situaciones vividas y, por consiguiente, implica inmediatamente el tiempo”<sup>89</sup> (LEFEBVRE, 2013, p. 100).

A cidade é um espaço onde o homem se situa e se reconhece. Então, a prática socioespacial é, assim como o capital e o Estado, responsável por sua produção: ela cria obras e produz coisas. Mas, como a tomada de um espaço pelo capital repercute na prática socioespacial? Essa é uma questão que se apresenta quando se traçam linhas sobre a produção do espaço em Lauro de Freitas e, sobretudo, como isso interfere na vida dos que residem no Aracui e em Pitangueiras.

### 3.2. LAURO DE FREITAS, EXPANSÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E A PRODUÇÃO DA CIDADE DORMITÓRIO

Para compreender os processos que resultaram na produção do espaço em Lauro de Freitas, é necessário rememorar que a RMS experimentou intensas modificações a partir dos anos 1950, por conta, principalmente, das ideologias e interesses associados à mudança da matriz econômica baiana e à “modernização” de Salvador.

Nessa ocasião, meados do século XX, Lauro de Freitas, ou melhor, o distrito de Ipitanga<sup>90</sup>, pouco participava da dinâmica da área metropolitana. Era reconhecido

<sup>88</sup> “[...] expressam (com ou sem codificação) simbolismos complexos ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte que eventualmente poderia ser definida não como código do espaço, senão códigos dos espaços” (tradução nossa).

<sup>89</sup> “O espaço de representações se vive, se fala; tem um núcleo ou centro efetivo [...] Contém os lugares da paixão e da ação, das situações vividas e, por conseguinte, implica imediatamente o tempo” (tradução nossa).

<sup>90</sup> Após um período longo e marcado por conflitos e divergências, em 31 de julho de 1962 foi publicada a Lei Estadual 1753 que emancipou o distrito de Ipitanga e transformou-o no município de Lauro de Freitas. Em 1973, essa lei foi revista e os limites do novo município alterados, afinal, no decreto inicial seu território incorporava o aeroporto e a base naval, algo não bem aceito por diferentes agentes do poder público soteropolitano. O fato é que, como melhor pormenorizado em

como uma periferia, por ser distante, precário em termos de infraestruturas e pouco articulado com a capital<sup>91</sup>. Carvalho (1961, p. 38), entendendo por periferia “[...] um quase deserto urbano, deserto verde, semeado, aqui e ali, de oásis de povoamentos ou ocupação produtiva”, verifica que em Salvador, a partir do centro da cidade, existiam três eixos periféricos: o do setor costeiro – que seguia da Amaralina ao Rio Joanes ou até Abrantes; o eixo ferroviário – que margeava a linha férrea; e o rodoviário que, situado após o bairro do Retiro, estava entre os outros dois.

Sobre o primeiro desses eixos, no qual se localiza o antigo distrito em referência, a autora observa que, entre Amaralina e Itapuã, havia uma sequência ininterrupta de loteamentos, cuja instalação foi viabilizada pela construção da Avenida Otávio Mangabeira, em 1949. Era o local de lazer dos mais abastados da capital, onde estavam loteamentos com casas de luxo. Nas suas proximidades, voltados a esse grupo social, encontravam-se balneários ou associações de diversos clubes, pequenos restaurantes e boates. Logo, embora faltassem serviços básicos e se dependesse do automóvel para qualquer deslocamento, essa porção da periferia era valorizada comercialmente. Nos termos de Carvalho (1961, p. 40), “A classe média, e a classe pobre muito mais, consideram com razão, o setor atlântico da expansão de Salvador como uma reserva para quem conta com as facilidades do capital”, ou seja, ele destinava-se aos “milionários”.

---

Dias (2006), houve uma série de discussões sobre a pertinência da criação de Lauro de Freitas e seus limites, até 2015, permanecem como objeto de contenda com Salvador.

<sup>91</sup> Quando se fala de periferia, em verdade está se tratando do par centro-periferia que, só faz sentido, se entendido como contraditório e complementar. Isso significa que a periferia e o centro só existem um em relação ao outro. Nos estudos sobre o espaço intraurbano e metropolitano, de forma geral e sintética, avalia-se que o centro se constitui pela concentração de atividades e estruturas de comércio, serviços e gestão, bem como de valores materiais e imateriais, numa determinada localização (SPOSITO, 2004). Para Corrêa (2010), resultado da economia de mercado levada ao extremo pelo capitalismo industrial, o centro consiste numa área onde se concentra, de modo mais intenso, um conjunto diversificado de atividades. Ele se distingue por ser para onde se dirigem as demandas tanto da cidade, quanto as originadas em seu entorno. Por sua vez, comumente, o termo periferia designa “[...] áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro [...] significa também aquelas áreas com infraestrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o *lôcus* de reprodução sócio-espacial da população de baixa renda” (SERPA, 2002, p.161). Lago (2007, p. 9) observa que ele “[...] qualifica um determinado território na metrópole pelo conjunto de carências só nele encontradas”. Na medida em que na periferia precariedade e pobreza se associam, Oliveira (2011) e Kowarick (1993) ressaltam que ela é a contraface do desenvolvimento capitalista no Brasil. Como verifica o primeiro desses autores, é a prova de que essa forma de acumulação tem como um de seus sustentáculos o rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho, o que repercute no onde e como morar. Noutros termos, esse sistema “Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração do trabalho e, de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora” (KOWARICK, 1993, p. 44).



A partir de Itapuã, o quadro era bem distinto. Iniciava-se uma estrada que rumava da costa em direção ao Aeroporto e à Base Aérea de Salvador e seguia até o Rio Joanes. Ao seu redor, não se encontravam loteamentos, a estrutura e as funções em nada guardavam semelhança com o que se via a beira mar. Predominavam pequenos e esparsos agrupamentos de poucas e modestas casas e uma invasão. Nas suas proximidades, sucediam-se chácaras, granjas, pequenas olarias, “ensaios de hortas” e casas de variados tipos. Além disso, contavam-se algumas propriedades maiores voltadas ao plantio comercial de coco e de hortaliças (cuja produção tinha por destino principal Salvador) e poucas casas de veraneio, em especial, nas áreas de Ipitanga e Buraquinho. Tais casas pertenciam a residentes de Salvador, quase todos profissionais de nível superior. Portanto, nessa parte do eixo costeiro, moravam pessoas pobres. Estas trabalhavam particularmente na base aérea ou em Salvador e complementavam sua renda, nas horas de folga, desenvolvendo atividades agrícolas ou oleiras (CARVALHO, 1961; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1977, 1981a).

Essa porção da metrópole tinha baixíssimo valor comercial e era parcamente ocupada. Nela existiam apenas duas pequenas aglomerações urbanas: a vila de Santo Amaro de Ipitanga, de instalação antiga, provavelmente século XVI, e o povoado Portão, menos remoto, originário de uma fazenda de mesmo nome (CARVALHO, 1961).

Veja-se que, em meados do século XX, a atenção de diferentes setores da academia e do governo voltava-se a análise do período que ficou conhecido como o do “enigma baiano”, quer dizer, do momento em que se evidencia o declínio do modelo econômico prevalecente no estado, a agroindústria voltada à exportação, *vis a vis* a industrialização do Sudeste que ocorrera nos anos 1930. Essa situação ocasiona à Bahia perda de relevância na composição da riqueza nacional e, conseqüentemente, redução de poder político. Frente a essa incômoda posição, intelectuais e dirigentes estaduais empreenderam amplos debates com o propósito de compreender e propor soluções a tais problemas.

Entre eles, Mariani (1977), considerando a história e as necessidades enfrentadas por boa parte de sua população, enfatiza ser “preciso e justo” que a Bahia

retomasse seu destaque no Brasil. Para tanto, ele e outros estudiosos, como Aguiar (1958), Mariani e Almeida (2012), avaliavam ser necessário realizar mudanças de cunho político e cambial em âmbito nacional, na “mentalidade” do empresariado baiano, e a canalização de recursos técnicos e monetários para a produção. Concordava-as ainda que a industrialização seria crucial para reerguer o estado. Nesse ínterim, no final dos anos 1940, descobrem-se as primeiras jazidas de petróleo do país exatamente no entorno de Salvador.

Como é sabido, favorecido por esse último fato e por articulações realizadas por políticos e empresários baianos – essas resultando em investimentos e incentivos de federais –, as indústrias foram efetivamente trazidas à Bahia. Tal fato resultou em profundas mudanças na sua dinâmica econômica<sup>92</sup>, social e espacial. Não se trata aqui de discorrer sobre esse processo, algo já realizado por pesquisadores de diferentes vertentes teóricas, mas de indicar que, sob a égide do regime autoritário militar, instaurado em 1964, e estimulado por políticas públicas patrocinadas, principalmente, pela Sudene, na área metropolitana de Salvador, instalaram-se o CIA (entre Candeias e Simões Filho) e o Copec (em Camaçari), nas décadas de 1960 e 1970<sup>93</sup>. Em consequência, ocorre a reformulação dos papéis das unidades

---

<sup>92</sup> Conforme Almeida (2006), a partir do final dos anos 1940, a economia baiana começou a mudar por conta de iniciativas estatais tais como a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, da BR-116, a Rio-Bahia, e a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Com a usina de Paulo Afonso, cuja operação se inicia em 1954, elimina-se um dos obstáculos ao crescimento da economia regional: a disponibilidade de energia elétrica para consumo industrial. A BR-116, concluída em 1949, foi a primeira rodovia do país de longo percurso e viabilizou, para o bem e para o mal, a integração nacional. Ela permitiu trocas comerciais entre os estados e a conexão da Bahia aos centros mais industrializados do Brasil, assim como que levas de migrantes se deslocassem do Nordeste ao Centro-Sul. Destaca o autor que o BNB e a Sudene, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, foram responsáveis pela ampliação das possibilidades de financiamento a baixo custo que, entre outros, “[...] teriam uma importância vital no desenvolvimento econômico de Salvador e sua região periférica, na medida em que estas viriam a ser as principais beneficiárias dos recursos mobilizados para o investimento no Nordeste” (ALMEIDA, 2006, p. 21). Oliveira (2003) ressalta que a Bahia foi o estado que mais recebeu investimentos da Sudene, absorvendo 41% do total das inversões de capitais destinadas ao Nordeste. Em consequência do elevado investimento por emprego (o maior do país), o custo de oportunidade do investimento das empresas no estado era quase zero.

<sup>93</sup> Mesmo que não se pretenda discutir esse processo, algumas de suas características devem ser mencionadas para que se compreendam suas consequências. Uma diz respeito ao fato de que, à exceção dos resultados da extração petrolífera, as indústrias implantadas no CIA e no Copec não tinham articulação com os setores produtivos locais. Outra menção importante é que esse parque industrial foi uma extensão daquele existente no Centro-Sul e de empresas estrangeiras, portanto, seus centros de decisão e acumulação estavam longe da Bahia. A terceira diz respeito ao fato de que a expectativa de dinamização da economia nos moldes esperados (em termos da ampliação do mercado de trabalho formal) não aconteceu. Os efeitos dinâmicos positivos desse momento da industrialização foram mais evidentes na construção civil e no terciário de Salvador e no de sua área metropolitana, reforçando uma tendência que já existia (CARVALHO, SOUZA, 1980; SINGER, 1980; FARIA, 1980). Centrando a atenção naquilo que repercutiu na produção e reestruturação do espaço

componentes da região capitaneada por Salvador, bem como a alteração de sua posição no sistema urbano nacional e na divisão regional do trabalho. Como dito por Araujo (2010), a descoberta do petróleo e a consequente instalação da refinaria da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) tiveram como uma de suas consequências a antecipação do processo de modernização via industrialização.

De fato, o acelerado crescimento industrial impulsiona a economia e a reorganização urbana da capital baiana. Os movimentos que acontecem nessa cidade e nos polos produtivos de seu entorno repercutem na criação de eixos de expansão metropolitana e na ampliação dos papéis de Salvador. Essa, além de manter-se como centro regional de caráter comercial e de serviços e de “[...] elo entre o mundo subdesenvolvido [...] e o desenvolvido”, assume a condição de cidade industrial (ainda que a grande indústria estivesse longe dela), “[...] constituindo-se em um dinâmico centro de negócios bastante vinculado aos interesses da economia brasileira” (SILVA; SILVA, 1989, p. 244).

Todo esse movimento, ressalte-se, acontece numa metrópole pobre que comandava uma vasta região onde, igualmente, a pobreza, herança de formações socioeconômicas pretéritas, se disseminava. Assim, a industrialização “tardia”, como argumenta Faria (1980), teve como suporte uma base urbana precária que, estruturada ao longo dos séculos, é rapidamente adaptada. Assim, como bem observa Vasconcelos (2002), entre 1945 e 1969, quando acontece sua pré metropolização, Salvador é preparada para dar conta da dinâmica econômica pretendida.

Para tanto, concorrem agentes econômicos e políticos. O capital industrial (representado pelas indústrias no CIA) e imobiliário (atinente aos proprietários de terrenos e promotores imobiliários) vieram a ter um papel significativo na expansão da ocupação da cidade. A prefeitura atua nesse sentido com, entre outras medidas, a criação de instituições de planejamento, de leis e códigos de urbanismo. Além disso, distribui uma série de obras pela cidade. Tal situação ilustra a atuação dos

---

da RMS, é interessante verificar que para que os parques industriais modernos migrassem do Sudeste para a Bahia, além dos incentivos fiscais federais, o governo baiano teve papel expressivo. Como diz Oliveira (2003, p. 47), para a construção do CIA, o Estado vendeu terrenos a preços simbólicos, instalou infraestrutura completa (enquanto Salvador padecia com constante falta de água), sistema viário e até um porto. “Todas as potencialidades postas pelos autores do ‘enigma baiano’ são postas a serviço da industrialização”.

poderes público e econômico na reconfiguração urbana, mencionada por Carlos (2011, 2007), e demonstra que cada sociedade e modo de produção precisam de um espaço que sirva à sua reprodução, tal como explica Lefebvre (2013).

Não por outra razão, nos anos que se seguiram, em Salvador e em sua área de influência acontecem intensas transformações. Elas se revelam necessárias ao funcionamento da indústria, seja para a produção em si, seja para atender à massa de funcionários que gera e os serviços que demanda. Destaca-se ainda que as grandes obras públicas, a criação dos vetores de expansão e os decretos e leis municipais relativos ao uso e à propriedade do solo urbano se encaminham também no sentido de potencializar sua tomada pelo capital imobiliário (FRANCO, 2008). Segundo Carvalho e Pereira (2014, p. 112),

[...] comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município passou sua propriedade para (muito poucas) mãos privadas, transferiu órgãos públicos das áreas centrais, extirpou do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo da população pobre (levando seus moradores a periferias mais distantes e desvalorizadas) e tomou outras iniciativas que, juntamente com o capital imobiliário, redirecionaram a expansão da cidade e seus padrões de ocupação.

Acrescenta Araújo (2010, p. 91) que, nos anos 1960, a estrutura urbana da capital é esgarçada com vistas a articulá-la aos recentes polos industriais, ao tempo em que a cidade vai sendo reorientada no sentido de conformar uma metrópole ou o “[...] espaço da catástrofe capitalista”. Desse modo, Salvador vai assumindo tanto a face de mercadoria, como a de condição de produção, sem, evidentemente, perder a condição de espaço de realização da vida. No entanto, frente a ditas modificações, outras as possibilidades de uso e de apropriação do espaço vão se impondo e os modos de agir e perceber a cidade são alterados.

Entre 1970 e 1999, tendo o planejamento urbano como crucial ponto de apoio, firmam-se a metropolização e avança a reestruturação<sup>94</sup> soteropolitana (BRANDÃO, 1981; FRANCO, 2008; ARAUJO, 2010; SANTOS, 2013). Para esse último processo,

<sup>94</sup> Acompanham-se, em relação ao termo estruturação e reestruturação, as ideias de Sposito (2004). A autora entende que cada porção da cidade possui conteúdos e formas diversos e que esses são combinados no decorrer de processos históricos. Do mesmo modo, avalia que cada uma dessas porções está relacionada com as demais e com a totalidade. O termo estrutura, portanto, não se refere simplesmente à disposição das coisas e usos do espaço, compreende, em verdade, a “[...] forma como se encontram dispostos e se articulam os usos do solo, num dado momento do processo de estruturação dos espaços da cidade. Em outras palavras, essa noção aplica-se muito bem para exprimir como está organizada a cidade” (SPOSITO, 2004, p. 311).

nota-se a importância da criação das avenidas de vale que, rasgando o tecido urbano, dando a áreas de moradia e produção de hortifrutí outra função e expulsando parte da população pobre de Salvador para áreas periféricas, findam por valorizar comercialmente determinadas áreas da cidade e por definir importantes mudanças na capital.

Uma delas se refere à transferência da sede do poder estadual do Centro Antigo para a Avenida Luis Vianna Filho, a Paralela, inaugurada em 1971. Em 1972, o Centro Administrativo da Bahia (CAB) começava a funcionar e, com isso, leva-se uma boa parcela dos serviços administrativos do governo (e os fluxos que ele atraía) a uma área praticamente desocupada. Em 1974, outro importante equipamento é relocado das imediações do Centro para as proximidades da Paralela: a rodoviária. Em frente a ela, em 1975, inaugura-se o Shopping Iguatemi (hoje Shopping da Bahia), o primeiro empreendimento desse tipo no estado (SANTOS, 2013). Juntos esses equipamentos colaboram para criar, onde antes existia um areal, o novo centro econômico e político da capital.

A partir do que acontece em Salvador, a ideia de Seabra (2011, p. 51-52) se faz clara. Segundo a autora, o processo de formação das metrópoles corresponde ao desenvolvimento de uma formação econômica e social específica e, atendendo às necessidades de sua reprodução, se efetiva “[...] dilacerando as formações pretéritas, tanto de cidades como de subúrbios e alcançando, sobretudo, as entranhas da cidade, embora apenas algumas cidades cheguem de fato à condição de metrópole”.

Vale lembrar que, em 1973, quando a RMS foi oficialmente estabelecida, Salvador era descrita como uma capital dinâmica que comandava um conjunto de municípios de ocupação e economia rarefeitas, alguns dos quais experimentando intensos investimentos industriais. Nesse sentido, como apontam Silva e Silva (1989) e Souza (1981), sua metropolização foi induzida por interesses e capitais externos. Ainda assim, no final dos anos 1970, não se podia dizer que essa região estava consolidada. Apenas no que se referia à indústria podia-se falar num sistema estruturadamente metropolitano. Todos os demais sistemas encontravam-se

concentrados em Salvador, denotando que a integração entre os municípios, algo típico a um processo de metropolização, somente se iniciava<sup>95</sup> (SOUZA, 1981).

Nesse momento, são os fluxos entre os locais de produção e a capital que dão o tom da metropolização soteropolitana. Tais fluxos resultaram na criação de poucos e pequenos centros fora da capital; formaram-se precárias aglomerações urbanas que, progressivamente, foram se adensando e diferenciando. Porém, todos esses movimentos sempre foram regidos por uma lógica que, em termos estaduais, tinham Salvador como sede.

Mas, como era Lauro de Freitas nessa ocasião? Partindo-se das considerações de Carvalho (1961) e dos dados do Censo Demográfico de 1970, o primeiro realizado após sua emancipação, afirma-se que se mantinham a reduzida densidade, a pequena economia e o predomínio de pessoas de baixa renda. Note-se que, nesse ano, sua população era de 10.007 habitantes (Tabela 3), com 39,6% dela residindo em meio urbano. Em relação a 1960, esse contingente crescera em apenas 142 pessoas. Esses números indicam que, na ocasião, o município pouco observava os reflexos da industrialização que vinha se estabelecendo.

**Tabela 3. População, taxa de crescimento e incremento demográfico absoluto. RMS\*. 1960-1980**

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)		INCREMENTO ABSOLUTO	
	1960	1970	1980	1960-1970	1970-1980	1960-1970	1970-1980
Camaçari	21.849	33.273	69.783	4,30	7,69	11.424	36.510
Candeias	18.484	34.195	54.081	6,34	4,69	15.711	19.886
Itaparica	7.772	8.391	10.877	0,77	2,63	619	2.486
Lauro de Freitas <sup>1</sup>	9.865	10.007	35.309	0,14	13,44	142	25.302
Salvador	635.917	1.007.195	1.493.685	4,71	4,02	371.278	486.490
São Francisco do Conde	18.455	20.738	17.835	1,17	-1,50	2.283	-2.903
Simões Filho <sup>1</sup>	9.953	22.019	43.578	8,26	7,06	12.066	21.559
Vera Cruz <sup>1</sup>	11.781	12.003	13.743	0,19	1,36	222	1.740
RMS	734.076	1.147.821	1.766.582	4,57	4,41	413.745	618.761

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1960-1980 (DIAS, 2006).

Nota:

(\*) Municípios da RMS conforme Lei Complementar n 14, de 8 de junho de 1973.

(1) Município emancipado após 1960, por isso, a população relativa a esse ano foi estimada.

<sup>95</sup> Na RMS, à época, os empregos ditos modernos, os industriais, se localizam em Camaçari, Simões Filho e Candeias, que, por conta das induções externas, assumiram uma “vocação” industrial. Os demais integrantes da região possuíam diferentes papéis: São Francisco do Conde, o de produção agrícola e industrial petrolífera; Vera Cruz e Itaparica ligavam-se ao lazer e ao turismo; e Lauro de Freitas, tinha a condição de cidade dormitório e de local de veraneio (SOUZA, 1985).

As características de sua sede municipal, tal como exemplificam a Fotos 1 e 2, sugerem uma urbanização ainda por fazer-se. Nelas se veem aspectos de seu Centro Antigo, onde se encontra a Praça da Igreja da Matriz (à frente da qual estava a prefeitura) e a Rua Abelardo Andréa, situada a cerca de 500m dessa igreja, nos anos 1960. É possível identificar algumas poucas casas no entorno dessa praça e que, nas suas proximidades, a rua era de terra coberta de gramíneas. Além disso, os domicílios nela existentes denotam uma população de baixa renda.



**Foto 1. Praça da Matriz. Lauro de Freitas. Anos 1960**



**Foto 2. Rua Abelardo Andréa. Lauro de Freitas. Anos 1960**

Fonte: Lauro de Freitas, 2010 (DIAS, 2006).

Fonte: Lauro de Freitas, 2010 (DIAS, 2006).

No início dos anos 1970, a condição de quem residia no Centro não diferia muito. Algumas ruas estavam pavimentadas e havia iluminação pública, porém, as casas de taipa e seu aspecto geral não sugere uma vinculação mais intensa com a dinâmica engendrada pela indústria (Fotos 3 e 4).

Todavia, a condição de Lauro de Freitas não tarda a mudar. Como observa Araújo (2010), na década de 1950, o problema da escassez da moradia se agrava em Salvador. Com isso, ocorre a produção de um número recorde de loteamentos, porém, ainda em quantidade insuficiente para dar conta da demanda. Nos anos 1960, tanto esse movimento continua, como permanece a necessidade de moradias. Além disso, em meados dessa década, “[...] o período da transição da morfologia soteropolitana chega a seu termo, iniciando o período da morfologia metropolitana [...] a partir de então, a escala de produção espacial ganha um contorno industrial” (ARAÚJO, 2010, p. 108). Nessa conjuntura, uma produzida escassez do solo<sup>96</sup> e as

<sup>96</sup> A escassez do solo na capital baiana, naquela ocasião, foi produzida por processo marcado pela redefinição do controle do espaço urbano que experimenta uma privatização radical das áreas desocupadas e concentração fundiária (BRANDÃO, 1981).

inúmeras reformas urbanas que a capital experimenta levam à ocupação do que Carvalho (1961) chamou de periferia costeira e, logo em seguida, do eixo inaugurado pela Avenida Paralela. Ambos os caminhos “levam” a Lauro de Freitas. Portanto, é para lá que se direciona parte da população pobre que é tangida da capital por conta desses eventos.



**Foto 3. Aspectos das ruas de acesso à Praia de Ipitanga. Centro. Lauro de Freitas. Início dos anos 1970**

Fonte: SUCESSAGEMLF (2015).



**Foto 4. Aspectos das ruas do Centro. Lauro de Freitas. Início dos anos 1970**

Fonte: SUCESSAGEMLF (2015).

Esse direcionamento é fortalecido por alguns aspectos. Entre eles o baixo custo da terra e o pouco controle do poder público sobre a ação dos empreendedores. Então, mesmo com uma infraestrutura urbana bastante precária, esse município se torna uma importante alternativa para a população de baixa renda oriunda da metrópole. Assim, aquele local longínquo, que “não tinha nada”, é apresentado como a possibilidade de “morar no que é seu” (DIAS, 2006).

Desse modo, sem muito demorar, as áreas rurais desse município que estavam mais próximas da Paralela – situação que sugeria a acessibilidade aos equipamentos e mercado de trabalho da capital – foram tomadas por loteamentos populares<sup>97</sup> e transformadas em área de expansão urbana. O que acontece na ocasião é definido como um “surto de loteamentos” e avaliado como consequência de “[...] uma espécie de corrida pela posse do lote urbano de uma população que já não tem como se fixar em Salvador” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1981a, p. 02).

<sup>97</sup> Essa situação foi mais evidente em Itinga, bairro mencionado na introdução deste trabalho.



É dessa maneira que a população laurofreitense se amplia, sobretudo, pelo fluxo de pessoas de baixa renda<sup>98</sup> e cresce à taxa de 13,44% ao ano entre 1970 e 1980 (Tabela 3). Nem Camaçari, onde o Copec começara a funcionar, ou Candeias e Simões Filho, com o CIA, alcançaram patamares tão elevados. O mesmo vale para Salvador, que já possuía mais de 1 milhão de residentes<sup>99</sup>. Lauro de Freitas se destaca também pelo incremento: 25.302 pessoas<sup>100</sup>.

Nesse mesmo contexto, outra função, igualmente resultante das lógicas engendradas pela industrialização, é atribuída a esse município. Os novos níveis de renda, a estrutura do mercado de trabalho e das relações sociais que, combinados, ocasionam demandas por serviços diferentes das do passado, assim como a difusão de ideologias sobre as formas e possibilidades de perceber e viver a cidade, repercutem no lançamento de importantes empreendimentos residenciais para as classes médias e superiores, ainda na década de 1970.

Gradativamente, integrantes desses grupos sociais são atraídos, via publicidade, pelas “qualidades” da orla ao norte da metrópole. Cria-se uma demanda imobiliária artificial que visa claramente atender os trabalhadores mais qualificados do CIA e do Copec, assim como parcelas dos altos escalões da burocracia estatal baiana (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2012). Para o sucesso desse intento foi fundamental a BA-099, a citada Estrada do Coco que, inaugurada em 1975, ligava originalmente a Avenida Luiz Viana Filho a Itacimirim, perto da divisa de Camaçari com Mata de São João. Por meio dela Salvador se articula a Lauro de Freitas e à orla de Camaçari (Mapa 5), o que favorece o uso dessas áreas seja para fins de moradia, seja para atividades de turismo e lazer. Desse modo, exemplificando a noção de espaço concebido, essa via tornou-se funcional aos interesses do capital imobiliário, independentemente da faixa de renda que se pretendesse atender, desde seus primórdios.

---

<sup>98</sup> Segundo as estatísticas oficiais, em 1970, 87% da sua população economicamente ativa vinculavam-se ao setor informal; 70% dos trabalhadores auferiam até três SM (o mais baixo nível de renda da região); e 77% das habitações eram típicas de favela. Ao mesmo tempo, 78% do conjunto de seus domicílios foi classificado como próprio, número bem superior ao registrado ao total da RMS.

<sup>99</sup> Evidentemente, com uma base populacional maior, o significado do acréscimo populacional é relativamente menos expressivo.

<sup>100</sup> Apenas Salvador e Camaçari apresentam números superiores aos seus no mesmo período. Então, em 1980, alcança 35.309 habitantes.



Mapa 5. Principais vias de circulação e polos industriais. RMS. 2015

Para a venda dos lotes nos empreendimentos ditos sofisticados que se fincavam na, então, periferia metropolitana – afinal, ainda era considerada uma área longínqua e sem infraestruturas adequadas –, a estratégia de divulgação incluía apresentá-los como uma alternativa para veraneio mais acessível que a Ilha de Itaparica<sup>101</sup>. Mas, fundamentalmente, o que se realçava era a possibilidade de fuga da cotidianidade, de ter lazer e moradia num mesmo lugar.

Dois deles merecem destaque pelo sucesso na época da comercialização e por conta da importância econômica e simbólica que adquiriram ao longo dos anos. Os loteamentos Parque Encontro das Águas<sup>102</sup> e o Vilas do Atlântico. O primeiro, com Termo de Acordo e Compromisso (TAC) datado de 1976, ocupa uma área pouco maior do que 2,5 mil m<sup>2</sup> e se situa entre os rios Joanes e Ipitanga e a Estrada do Coco. O Vilas do Atlântico, com cerca de 2,9 mil m<sup>2</sup> divididos em 2.422 lotes, é localizado entre a (então nomeada) praia de Ipitanga e a foz do Rio Joanes e foi lançado, em diferentes etapas, entre 1979 e 1982. Ambos tiveram bastante repercussão e divulgação na mídia e, entre as estratégias voltadas à sua comercialização, estava realização, por exemplo, de coquetéis e eventos esportivos.

Ambos os loteamentos foram entregues com ruas pavimentadas, sistema de drenagem, rede elétrica e de iluminação pública, e uma variada estrutura de lazer concluída ou em execução, tudo, evidentemente, realizado pelas construtoras responsáveis por esses empreendimentos. Ainda, nos primeiros anos de Vilas, sua construtora custeava um ônibus que conduzia os primeiros moradores ao centro de Salvador e abastecia as casas com água potável por meio de carro pipa, já que não havia rede geral de distribuição (DIAS, 2006). Noutros termos, o mercado imobiliário preparou um conjunto de estruturas e condições que agregaram a esses recortes espaciais de Lauro de Freitas um aspecto e um valor simbólico que os distinguia das demais porções desse município.

Cabe observar que, junto às alterações decorrentes do adensamento populacional, pouco a pouco Lauro de Freitas amplia sua oferta de equipamentos comerciais e de serviços públicos. Todavia, ainda não havia sido constituído um mercado de trabalho

---

<sup>101</sup> A Ilha de Itaparica era o lugar para onde afluíam tradicionalmente os soteropolitanos em busca de lazer.

<sup>102</sup> Originário de parte das fazendas Japara e Portão, em 1980, esse loteamento, que conta com 516 lotes, foi transformado em condomínio mediante acordo com a prefeitura.

capaz de absorver parte significativa de seus habitantes. De fato, em meados da década de 1970, sua estrutura produtiva ainda era incipiente, sendo, o setor industrial e o de serviços, em muito vinculado à construção civil, e o comercial, moldado ao perfil da maior parte de sua população, precário<sup>103</sup>. Sendo assim, a maioria dos residentes de Lauro de Freitas permanecia – como o era antes de para lá mudar-se – exercendo suas atividades profissionais em Salvador (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1977). Noutros termos, reside-se nesse município, mas, usa-se o mercado de trabalho e as estruturas de comércio e de serviços da capital.

Por isso, se consolida entre Lauro de Freitas e Salvador, mas também entre a capital e outros municípios metropolitanos, um fluxo pendular diuturno, envolvendo principalmente os deslocamentos casa-trabalho. Tal movimento torna-se habitual e impacta, evidentemente, as condições gerais dos transportes e das vias de circulação. Porém, a principal questão é que os envolvidos nesses deslocamentos encontram dificuldades para realizar atividades por conta própria e mesmo aquelas fundamentais à sobrevivência familiar, sejam referentes aos cuidados com seus membros, sejam voltadas à conservação da moradia, práticas comuns aos indivíduos de menor renda. Assim, “[...] A rotina doméstica entre estes trabalhadores precisa ser marcada por uma disciplina estrita do uso do tempo [...]” (SOUZA, 1988, p. 8).

As práticas de lazer, aqui tomadas como fundamentais para a vida cotidiana da modernidade (LEFEBVRE, 1991a, 1991b)<sup>104</sup>, são identificadas com assistir e praticar jogos de futebol, jogar bilhar e dominó, participar de festejos religiosos e festas dançantes que podiam ocorrer na casa de um particular ou nas associações que já existiam (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1977). Quando havia tempo disponível – afinal boa parte do tempo do não-trabalho era consumido com a construção e cuidados

---

<sup>103</sup> No setor industrial contava-se com 13 indústrias de pequeno e médio porte, a maioria das quais era ligada à construção civil e não se vinculava a outros setores econômicos no interior do município. O setor comercial era representado por estabelecimentos tais como quitandas, vendas e similares, geralmente instalados no domicílio de seu proprietário, respondia, basicamente, por alimentos e gêneros de primeira necessidade. O setor de serviços correspondia a imobiliárias e escritórios de firmas de construção civil, além daquelas que lhes prestavam serviços (como as de aluguel de máquinas e caminhões). Inexistiam bancos e financeiras no município (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1981a).

<sup>104</sup> Essa questão, sinalizada na introdução, será tratada com maior propriedade no próximo capítulo.

para com a casa e atenção à família –, realizavam-se encontros com os amigos, na casa de um ou de outro e organizavam-se festas de bairro, muitas de cunho religioso. As crianças brincavam nos rios, subiam em árvore e “roubavam” frutas<sup>105</sup>. Esse conjunto de atividades é muito mais articulado à vida tipicamente rural do que ao movimento que a indústria trazia para municípios tão próximos.

É nesse contexto que a cidade de Lauro de Freitas vai sendo estruturada. Num primeiro momento, pode-se associar essa dinâmica às repercussões, na RMS, das alterações estruturais pelas quais passa a economia baiana. Então, ainda periferia em relação a Salvador, atende à função de cidade dormitório de diferentes grupos sociais sem perder o aspecto de área precária e distante. Porém, o que se passa, então, não é definido por tão somente por aquele evento.

É possível dizer que esse processo expressa uma tendência mais geral de alteração no uso do espaço e na morfologia urbana – e dos conteúdos que eles comportam –, que encaminha a urbanização metropolitana para fora da metrópole. Ademais, a instalação de empreendimentos residenciais nas periferias, tal como Sposito (1999, p. 91) argumenta, repercute num redimensionamento na relação centro-periferia, pois “[...] essas novas lógicas de assentamento urbano e expansão do tecido urbano são produzidas e produzem a acentuação das necessidades de deslocamento no interior das áreas urbanas e entre essas e áreas urbanas”. Assim, na medida em que se intensificam os fluxos que se estabelecem entre Lauro de Freitas, Salvador e Camaçari, aquela cidade tanto se consolida como elo entre elas, como vai se tornando uma centralidade.

### 3.3. LAURO DE FREITAS, O CAPITAL IMOBILIÁRIO E A METROPOLIZAÇÃO

No início da década dos 2000, Lauro de Freitas em muito se distinguia daquela localidade descrita nos textos de Carvalho (1961) e da Conder (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1977, 1981a)<sup>106</sup>. Não que inexistissem áreas com características rurais ou que o acesso aos serviços, de modo geral, fosse eficiente. Tampouco deixou de ser uma cidade

<sup>105</sup> Informações extraídas dos levantamentos de campo realizados entre junho e dezembro de 2014 e entre fevereiro e junho de 2005.

<sup>106</sup> Atualmente a sigla Conder corresponde a Companhia e Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

na qual a classe popular correspondesse à maioria da população. Mas, ao lado dos loteamentos populares e das invasões, encontravam-se inúmeros empreendimentos que serviam como residência para as classes médias e superiores. Além disso, havia uma diversidade de equipamentos comerciais e de serviços. A cidade cresce demograficamente, se diversifica em termos de equipamentos (particulares, sobretudo) e infraestruturas. Adquire formas e conteúdos indiscutivelmente urbanos. Conurbada com a capital, apresenta uma dinâmica integrada e decorrente da existente na metrópole.

Uma das primeiras evidências dessas transformações está no que ocorre na Estrada do Coco. Essa rodovia, que outrora servia fundamentalmente para ligar Salvador a localidades do seu litoral norte, é ampliada. Em 1993, o governo do Estado inaugura um trecho, conhecido por Linha Verde, que avança de Itacimirim até a divisa da Bahia com Sergipe. Entre primeiros efeitos dessa construção estão a implantação de hotéis, complexos hoteleiros e de condomínios residenciais e empresariais com diferentes níveis de sofisticação no correr da orla da RMS. Nesse contexto, em tal via, especialmente no trecho de 12 km em que atravessa Lauro de Freitas<sup>107</sup>, foram desenvolvidas outras funções, além da de articular da capital a outros municípios.

Em particular a partir de 2000, há um rápido crescimento de edificações com distintos usos: empreendimentos residenciais destinados a diferentes classes sociais, estabelecimentos ligados à construção civil e à venda de produtos para jardim e piscina; lojas diversas; hipermercados; agências bancárias; unidades de saúde (entre instituições públicas e particulares); shoppings de pequeno e médio portes, postos de gasolina, hotéis, casas de eventos, restaurantes, concessionárias etc.

Para melhor entender essa recente dinâmica, são necessárias algumas ponderações sobre a economia regional e o modo como o capitalismo passa a operar sua reprodução nas décadas mais recentes. Primeiro, nota-se que a inserção da área metropolitana de Salvador no projeto de industrialização nacional, entre os anos de 1960 e 1970, não desencadeou verdadeiramente a industrialização da Bahia, tal como pretendido. Noutros termos, não se constituiu um setor industrial

---

<sup>107</sup> A BA-099, no trecho em que atravessa Lauro de Freitas, adquire o topônimo de Avenida Santos Dumont.

próprio ao estado, diversificado e integrado, capaz de ampliar significativamente o emprego no setor secundário, elevar a renda regional e acelerar um processo de urbanização. Tampouco se eliminou a distância (ainda que a tenha reduzido) de sua economia em relação à dos polos nacionais já consolidados (ALMEIDA, 2006). Desse modo, o estado se manteve numa condição periférica em relação ao Centro-Sul do país.

No final do século XX, o governo baiano empreende novas tentativas de dinamizar o setor industrial do estado, ainda avaliando-o como essencial para alavancar seu desenvolvimento. Porém, em escala mundial, ocorriam mudanças nas formas de produção e de reprodução do capital. Aliás, segundo Harvey (2005b), desde os anos 1970, favorecido pelos avanços da técnica e o aumento do uso das tecnologias na produção, o fordismo é sobrepujado pelo regime de acumulação flexível. Nesse contexto, enquanto o capital financeiro assume preponderância no processo de acumulação, se dissemina a ideia de livre circulação ou autonomia dos capitais. Em vista disso, busca-se a flexibilidade geográfica e temporal da acumulação. A ideia é a de que as fronteiras entre os Estados nacionais, assim como o poder de cada um deles, deveriam ser reduzidos frente às necessidades de sua fluidez dos capitais.

Como é de praxe, para sustentar esse novo modelo de acumulação, ideologias são produzidas. Uma delas, fundamental, é a que afirma que qualquer intervenção do Estado é perniciosa ao livre movimento da economia. Na prática, porém, ele adquire grande importância: cabe-lhe manter a disciplina do trabalho e interferir de maneira a favorecer os fluxos financeiros. Também se valorizam, como reforça Sennett (2012), o desenvolvimento e a ampliação no uso das tecnologias para a produção, assim como, a especialização produtiva e agilidade das empresas. Esses fatores concorrem para mudanças nas relações de trabalho<sup>108</sup>, para a diminuição da participação da mão de obra no processo produtivo, bem como para a separação entre os locais de gestão e produção, o que viabiliza a elaboração de novas especializações da atividade industrial.

Tais mudanças vão carecer da produção de uma nova estrutura espacial que lhe permita a reprodução. Santos (2013) argumenta que, com o regime de acumulação flexível, o poder decisório sobre as esferas políticas, econômicas e financeiras passa

---

<sup>108</sup> Uma reflexão sobre esse tema encontra-se no terceiro capítulo desta tese.

a se firmar nas metrópoles que, conseqüentemente, adquirem conteúdos e papéis diferenciados. Essa situação implica em estruturas igualmente diferenciadas, sempre articuladas aos movimentos globais da sociedade. Em algumas cidades médias e pequenas, do mesmo modo, ocorrem mudanças em termos da estrutura urbana: há redefinição dos usos do solo, das centralidades e das relações tempo-espaço. O que se evidencia é que, na contemporaneidade, mais do que em outros contextos, relações que ocorrem em distintas escalas repercutem na estruturação do espaço intraurbano. Conforme Sposito (2004, p. 307), isso acontece porque existem interesses da ordem distante que intervêm na definição dos conteúdos do espaço, também porque “[...] os atores locais redefinem esses conteúdos para estimular as relações, em diferentes escalas, sempre na perspectiva de ampliação de seus mercados e/ou de seus espaços de atuação política”.

Para Fernandes (2013, p. 84), nesse contexto, “[...] as cidades se tornam progressivamente base e elos através dos quais se materializam amplos processos da acumulação capitalista contemporânea” em decorrência da articulação de capitais de diversas origens, sob a coordenação do capital financeiro e do poder público. Sposito (2004) resume bem essas ideias quando afirma que a cidade virou um negócio. Não são mais algumas de suas parcelas que se tornam alvo de especulação, ela é totalmente planejada no sentido de atender, em especial, a interesses e estratégias do capital. Por essa via, realiza-se um descolamento entre o plano e a história da cidade, aquela construída pelas variadas ações individuais e coletivas acumuladas no tempo.

Segundo Daher (2015), progressivamente, ocorre uma convergência entre dos setores imobiliário e financeiro, assim como a concentração do poder político nas metrópoles. Se trata, como diz, da “urbanização da economia”. Perspectiva similar encontra-se nos escritos de Santos (2013, p. 50), para quem, nas últimas décadas, em diferentes cidades, “[...] os capitais comercial e imobiliário, coligados com o capital financeiro e, também o Estado, passaram a elevar sua influência na reprodução do espaço urbano, sem desconsiderar a atuação do capital industrial”. Na verdade, fica evidente que, tal como teoriza Lefebvre (2013), a cidade funciona como condição determinante para o aumento da produtividade e da acumulação do capital, desse modo, constitui-se numa força produtiva.



Nesses termos, o que se evidencia nas regiões metropolitanas resulta de combinações específicas de estratégias de reprodução do capital gestadas no fordismo e no regime da acumulação flexível. Além dessas especificidades mais gerais, em cada cidade, acontece uma combinação peculiar entre as permanências e mudanças e entre o antigo e o novo.

No Brasil, nos anos 1980, esses processos mais gerais começam a se apresentar de modo mais claro. Ocorrem, por exemplo, a internacionalização da economia e o aumento do uso de tecnologias, o que viabiliza alterações nas estratégias das indústrias no que tange às possibilidades de realização da produção. No entanto, no início do século XXI, é que os efeitos da acumulação flexível se *fazem* mais contundentes.

É nessa conjuntura que na RMS, na década de 2000, a partir de ingerências governamentais, é inaugurado o complexo automobilístico Ford Nordeste, em Camaçari <sup>109</sup>, e ocorre um incremento dos complexos químico e petroquímico (PESSOTI; SAMPAIO, 2002 apud CARVALHO; PEREIRA, 2014). Evidentemente que esses eventos interferem na estrutura do mercado de trabalho soteropolitano, na elevação do estoque de empregos formais *pari passo* à retração das ocupações informais, na elevação do PIB etc. Porém, são incapazes de alterar a distribuição dos papéis entre os municípios da RMS, tal como, em décadas passadas, o CIA e o Copec o fizeram.

Franco (2008), avaliando o caso da Ford, assevera que ele demarca inegavelmente um novo ciclo na industrialização baiana. Entretanto, não acontece uma dinamização dos diversos municípios da RMS<sup>110</sup>, tal como esperado pelos dirigentes do governo. Ao contrário, reforçam-se os processos anteriores: Camaçari – à exceção da orla – e demais municípios industriais permanecem como espaço de moradia para os trabalhadores menos escolarizados, bem como dos informais que

<sup>109</sup> Além da montadora, vieram para tal complexo mais 33 sistemistas. Nesse conjunto, criou-se à época cerca de 8000 empregos diretos (CARVALHO; PEREIRA, 2014).

<sup>110</sup> A questão é que a expectativa do governo baiano era a de que com a implantação do Complexo Ford haveria diminuição do padrão de segregação existente na região e se estimularia o crescimento urbano em suas diferentes porções. No acordo firmado entre o poder público estadual e essa indústria, colocou-se a ela a necessidade priorizar, na contratação da mão de obra, os habitantes de Camaçari e do entorno. Deveria também preferir empresas baianas na realização das obras civis e fornecedores locais na aquisição de peças e componentes, entre outras medidas. Essas imposições contratuais tinham por meta – ingênua, no mínimo – diminuir a diferença entre as estruturas urbanas das cidades da RMS (FRANCO, 2008).

se expandem no bojo desses investimentos; já os funcionários mais bem posicionados na hierarquia daquela indústria, particularmente os que ela trouxe do Sudeste, fixam-se em Salvador ou na orla de Lauro de Freitas e, numa tendência identificada no início dos 2000, na de Camaçari. Além disso, São Francisco do Conde, Vera Cruz, Itaparica, Madre de Deus e Candeias continuam apresentando um urbano frágil, sendo área de residência daqueles inseridos de modo mais precário no mercado de trabalho.

Carvalho e Pereira (2014) destacam que isso não significa que não tenham acontecido mudanças nessas cidades. A capital e as demais unidades de sua região experimentam, entre outros, crescimento das áreas periurbanas e a edificação de equipamentos de grande impacto como *shopping centers* e complexos empresariais. Além disso, surgem novos empreendimentos residenciais com padrões diversificados e inversões imobiliárias destinadas aos grupos de rendas média e alta – basicamente condomínios fechados que respondem pela autosegregação dos “ricos”. Do mesmo modo, devem ser considerados os impactos da expansão do setor turístico, que, contando com investimentos públicos e privados, progressivamente ganham força na orla norte da capital, levando autores como Silva, Silva e Silva (2014) a falarem numa “metropolização de natureza turística”.

A realocização ou instalação de equipamentos comerciais e de serviços e, especialmente, as ações do capital imobiliário repercutem na dinâmica da população de vários dos municípios da RMS, região que somava mais de 3,5 milhões de habitantes em 2010<sup>111</sup> (Tabela 4).

Note-se que aqueles que têm na Estrada do Coco uma via importante, seja para circulação com destino a outras áreas da região, seja para a busca de serviços e produtos, Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João, juntos, agregavam 446.602 residentes, em 2010. Esse valor representa 12,5% do total de moradores da região. Além disso, eles foram responsáveis pelo acréscimo de 138.764 pessoas na RMS, ou 30,6% do seu incremento em 2000-2010.

---

<sup>111</sup> Notar que, como consta na nota da Tabela 5, desde 1980 novos municípios foram inseridos na RMS.

**Tabela 4. População, taxa de crescimento e incremento demográfico absoluto. RMS\*. 1980-2010**

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL				TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)			INCREMENTO ABSOLUTO		
	1980	1991	2000	2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Camaçari <sup>(2)</sup>	69.783	113.639	161.727	242.970	4,53	4,00	4,15	43.856	48.088	81.243
Candeias	54.081	67.941	76.783	83.158	2,10	1,37	0,80	13.860	8.842	6.375
Dias D'Ávila <sup>(1)</sup>	19.395	31.260	45.333	66.440	4,43	4,22	3,90	11.865	14.073	21.107
Itaparica	10.877	15.055	18.945	20.725	3,00	2,59	0,90	4.178	3.890	1.780
Lauro de Freitas	35.309	69.270	113.543	163.449	6,32	5,64	3,71	33.961	44.273	49.906
Madre de Deus <sup>(1)</sup>	8.296	9.183	12.036	17.376	0,93	3,05	3,74	887	2.853	5.340
Mata de São João <sup>(3)</sup>	32.653	30.535	32.568	40.183	-0,61	0,72	2,12	-2.118	2.033	7.615
Pojuca <sup>(3)</sup>	16.122	22.485	26.203	33.066	3,07	1,71	2,35	6.363	3.718	6.863
Salvador <sup>(2)</sup>	1.493.685	2.075.273	2.443.107	2.675.656	3,03	1,83	0,91	581.588	367.834	232.549
São Francisco do Conde	17.835	20.238	26.282	33.183	1,16	2,95	2,36	2.403	6.044	6.901
São Sebastião do Passé <sup>(3)</sup>	32.317	36.825	39.960	42.153	1,19	0,91	0,54	4.508	3.135	2.193
Simões Filho	43.578	72.526	94.066	118.047	4,74	2,93	2,30	28.948	21.540	23.981
Vera Cruz	13.743	22.136	29.750	37.567	4,43	3,34	2,36	8.393	7.614	7.817
<b>RMS</b>	<b>1.847.674</b>	<b>2.586.366</b>	<b>3.120.303</b>	<b>3.573.973</b>	<b>3,10</b>	<b>2,11</b>	<b>1,37</b>	<b>738.692</b>	<b>533.937</b>	<b>453.670</b>

Fonte: Censos Demográficos de 1980 2010 (SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014).

Notas:

\*Populações e taxas de crescimentoda RMS foram ajustadas em conformidade com sua composição em 2015.

(1) Município criado entre o Censo Demográfico de 1980 e de 1991 e integrado à RMS no mesmo período.

(2) Município cuja parte do território deu origem a outro entre o Censo Demográfico de 1980 e o de 1991.

(3) Município integrado à RMS entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Particularizando Lauro de Freitas, entre 1980 e 2010, sua população ampliou-se em 128.140 residentes. Suas taxas de crescimento, ainda que esboquem tendência de declínio no período, são, considerando-se a totalidade estadual, significativas. Observe-se que em 2000-2010, o município registrou um ritmo de crescimento de 3,71% a. a., superando a média obtida pela RMS (1,37% ao ano) e a verificada na Bahia (0,7% a. a.). Além disso, apresentou o quinto maior ritmo de crescimento demográfico do estado o que, indubitavelmente, deveu-se a correntes imigratórias<sup>112</sup>. Tal fluxo de pessoas, incontestavelmente, concorreu para alterações socioespaciais e socioeconômicas.

Há uma relação inequívoca entre o que acomete a Lauro de Freitas e os interesses do capital comercial e imobiliário que, a partir de Salvador ou de outros locais, atuam no município de modo a intensificar o processo de fragmentação socioespacial iniciado nos anos 1970. Desde essa ocasião, em função de estratégias que visam à reprodução do capital, parte de seu território é parcelado e privatizado. Além disso, cada classe social é situada, a partir de tal privatização, em diferentes (e às vezes distantes) localizações, realizando, nesse município, um processo de segregação socioespacial já consistente na capital

Nos primeiros anos dos 2000, nota-se o avanço desses processos. Essa cidade é tomada por condomínios voltados às classes médias e superiores, o que resulta na atração de migrantes com maiores níveis de renda e de escolaridade<sup>113</sup>. Em consequência, o número de estabelecimentos comerciais e

<sup>112</sup> Duas informações corroboram essa assertiva. Como apontam estudos da SEI (2003, 2014), a primeira diz respeito a que os níveis de crescimento vegetativo na Bahia vêm declinando desde a década de 1970. Além disso, desde então, em todas as camadas sociais, a taxa de fecundidade se retrai, sendo que, em 2010, era inferior à faixa de reposição da população, correspondia a 2,01 filhos tidos nascidos vivos por mulher em idade reprodutiva. Associada a essas informações, a segunda se refere ao fato de que, no período 1991-2000, o crescimento vegetativo estimado para os municípios do estado oscilava entre 1,00% a.a. e 1,99% a.a., portanto, é bastante plausível que, em 2000-2010, esses valores sejam ainda menores.

<sup>113</sup> É importante demarcar que há tal intensificação na imigração desse segmento social que, conforme os dados censitários de 2010, comparando-se com as demais unidades da RMS, em Lauro de Freitas estavam a menor proporção de desempregados; o maior rendimento médio do trabalho principal e de todos os trabalhos; o maior rendimento médio entre os que tinham nível superior (CARVALHO; BORGES, 2014); e o mais elevado percentual de pessoas com rendimento acima de 10SM (SILVA; SILVA; SILVA, 2014). Para Fernandes e Guimarães (2014), essa situação tem relação com a imigração de trabalhadores do Sul e Sudeste para ocupar os postos mais qualificados das empresas do Copec. Esses, buscando melhores condições de habitação, direcionaram-se em muito aos condomínios implantados nesse município até porque sua localização permitia-lhes acesso à infraestrutura de serviços, lazer e

de serviços e mesmo a infraestrutura pública são ampliados – situação que ocasiona, inclusive, o surgimento de postos de trabalho.

É necessário destacar que nesse momento, não se tratavam mais de loteamentos. A mercadoria que se apresentava ao consumidor eram casas em condomínios. Mais propriamente, tratavam-se de espaços residenciais fechados, ou seja, “[...] todos os tipos de empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por sistemas de segurança”, comercializados sob o título de condomínio ou de *village*, tendo ou não estatuto legal de condomínio (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 61). Eles tinham diferentes portes e níveis de sofisticação, mas, sempre portavam representações de status, segurança e lazer. Em relação à segurança, é simbolizada principalmente pelas guaritas para seguranças ou portarias, câmeras de vigilância e altura dos muros. O lazer é indicado pela proximidade da praia (ainda que ela não nem sempre seja tão próxima), presença de parques infantis, piscina e quadras poliesportivas, por exemplo. A agregação desses aspectos remete à ideia de status por morar nesses lugares.

Com isso, tal como argumenta Carlos (2001) quando analisa as cidades no capitalismo, Lauro de Freitas foi sendo privatizada e encaminhada no sentido da homogeneização. E a tendência à autossegregação foi um aspecto crucial na configuração desses processos. Ademais, formou-se sobre ela a imagem de “cidade dos condomínios fechados”, sendo que Vilas do Atlântico, e suas proximidades, e o Encontro das Águas, passaram a ser associados à elite, considerados área nobre<sup>114</sup>. O que está em curso, ao fim e ao cabo, é um movimento que se inicia e acontece com maior ênfase na orla oceânica dessa

---

cultura de Salvador. No entanto, além da elevação dos indicadores de escolaridade e renda, essa situação teve por consequência o aprofundamento das desigualdades e da exclusão das pessoas de menor renda, que permanecem em ocupações de pouco qualificadas pelas quais auferem baixíssima remuneração.

<sup>114</sup> Em levantamento realizado entre 2004 e 2005, ouviu-se repetidamente de moradores das áreas populares de Lauro de Freitas que Vilas do Atlântico era onde moravam os “barões”. Também foi dito que não conheciam ou frequentavam esse local, nem mesmo para ir à praia, porque era “lugar de gente rica” (DIAS, 2006). Além disso, em conversas informais, aqueles que têm sua residência em áreas populares afirmam que é melhor dizer que moram em “Lauro”, assim, se escapa do estigma de ser habitante de Itinga ou Portão, e cria-se uma imagem de que seu domicílio está em “área nobre”.

cidade, onde se formam aglomerados de espaços residenciais fechados<sup>115</sup>. Desse modo, a ocupação decorrente do processo histórico, em algumas áreas, praticamente sucumbe.

O fato é que a autosegregação, no plano do morar, resulta numa forma de divisão do espaço marcada pelos muros que cercam os espaços de moradia e que resultam na separação das classes sociais feita por barreiras físicas. Engendra, pois, a segregação, fenômeno que, como explicam Sposito e Góes (2013, p. 180-181), é consequência da “[...] radicalização e do aprofundamento de múltiplas formas de distinção, de segmentação, de desigualdades e, portanto, de diferenciação, sem que a recíproca seja sempre verdadeira”. Nesses termos, segregação e autosegregação são faces de um mesmo processo, o que as distingue é perspectiva a partir da qual a separação acontece. Enquanto a autosegregação se refere à decisão de determinados segmentos sociais (normalmente, composto por aqueles que integram as classes dominantes) de separar-se dos demais e da cidade, o que geralmente implica a opção por residir em espaços residenciais fechados, a segregação é consequência desse processo. Noutras palavras, é consequência da ação da “[...] maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino-americanas, sobretudo pela situação econômica” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 281).

Assim sendo, não se estranha que, tal como Franco (2012) avalia, a imigração de indivíduos com elevados níveis de renda para a orla norte da RMS ocasiona certa transposição, da capital para o que era considerado sua periferia, de processos que resultam na desigualdade quanto a distribuição de estruturas e das classes sociais.

---

<sup>115</sup> Em levantamento realizado junto à prefeitura de Lauro de Freitas, contou-se que apenas no entorno de Vilas do Atlântico foram implantados 21 condomínios de grande e médio portes, entre 1991 e 2002. Entretanto, observações em campo indicavam que outros estavam sendo edificados, a maioria dos quais com reduzido número de unidades domiciliares e sem maior infraestrutura. Aferiu-se ainda que alguns dos novos empreendimentos residenciais, assim como estabelecimentos comerciais e de serviços, foram instalados em frações de loteamentos mais antigos, cujo TAC fora alterado em função de interesses públicos e privados.

Numa perspectiva mais ampla, é possível afirmar que a maneira pela qual se desenvolveu e consolidou a RMS criou subespaços especializados e articulados cada um dos quais exercendo um papel e respondendo por determinados fluxos, sendo que o da orla atlântica norte é considerada o “espaço mais nobre da região” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2012). Essa situação, como apuram Carvalho e Pereira (2014), tende a ser reforçada na medida em que esse espaço se mantém como objeto de atenção do mercado imobiliário – novos espaços residências fechados, hotéis e diferentes equipamentos de lazer e consumo vêm sendo ali instalados.

Pensando na relação centro-periferia como uma hierarquia e uma diferenciação que se apresentam no espaço como efeito da divisão social e técnica do trabalho (CARLOS, 2001) e que cada elemento desse par deve ser entendido como a negação e a complementação um do outro, não há mais como compreender Lauro de Freitas apenas como uma periferia da capital. Ela passa a compor a lógica de expansão do urbano-metropolitano, absorvendo e complementando algumas das funções necessárias à reprodução socioespacial, sem lhe ser uma contradição. Nessa cidade, centralidades se conformam, assim como periferias se consolidam, portanto, a desigualdade permanece. Seu espaço é recortado e recomposto, por um lado pela força do capital, por outro, pelos movimentos da realização da vida em suas múltiplas dimensões.

### 3.4. AS MUDANÇAS NO ARACUI E EM PITANGUEIRAS NA AVALIAÇÃO DE SEUS MORADORES<sup>116</sup>

Até o momento se falou das mudanças ocorridas na RMS e em Lauro de Freitas a partir de intervenções realizadas pelos poderes político e econômico. Neste ponto do capítulo, a perspectiva enfocada é outra: a social (CARLOS, 2001, 2007, 2011). Apresentam-se, tendo como referência os discursos colhidos ao longo do trabalho de campo, as características do Aracui e de Pitangueiras nas últimas décadas tal como percebidas pelos que residem

---

<sup>116</sup> Nesta seção do capítulo trabalha-se, sobretudo, com expressões e informações extraídas dos levantamentos de campo e anotações realizados entre junho e dezembro de 2014.

nesses lugares. Três foram as fontes principais dessas informações: reuniões realizadas na AMA<sup>117</sup>, ocorridas em abril de 2014 (em Pitangueiras, a associação de moradores encontrava-se desativada), os questionários de pesquisa, aplicados no segundo semestre do mesmo ano e as entrevistas.

Com já mencionado, Aracui e Pitangueiras são áreas de ocupação antiga, oriundas da transformação de fazendas remotamente fundadas em lotes e em loteamentos. Nos anos 1970, conforme documentos de órgãos do Estado, as primeiras localidades ocupadas desses bairros são tratadas como povoado/invasão e área de ocupação agrícola (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1977, 1981b). Como mencionaram seus antigos moradores, lá não havia estabelecimentos comerciais, escolas e postos de saúde e, para ter acesso a eles, era preciso deslocar-se, caminhar por mais de uma hora em meio ao mato, até o Centro ou a Portão. Muito distinto é o que ocorre nos anos 2010, quando o que dificulta a mobilidade entre esses bairros se refere ao sistema de transporte coletivo e aos persistentes engarrafamentos.

Chega-se a 2015, após um processo de gradativa ocupação, com Aracui e Pitangueiras conformando uma área contígua e articulada por um constate fluxo de pessoas e veículos. Pelo Mapa 6, no qual se evidencia o processo de adensamento da área de pesquisa entre 1959 e 2002, é possível observar que nos 17 anos que transcorreram entre 1959 e 1976, as principais mudanças se referem ao aparecimento de ruas (de barro), à demarcação de lotes e a poucas moradias. Em 1989, 13 anos depois, as edificações são mais evidentes, porém, ainda se notam áreas bem arborizadas, dentro e fora do espaço selecionado para a pesquisa. Mas, a partir de então, as mudanças se revelam temporal e espacialmente mais bruscas. Em 1998, os domicílios se alastram, sobretudo a leste de Pitangueiras, onde se encontram Vilas do Atlântico e o condomínio Eco Vilas<sup>118</sup>. Nos quatro anos seguintes, essa dinâmica de se profunda e

---

<sup>117</sup> Duas dessas reuniões foram realizadas com integrantes da diretoria da associação. Uma foi feita com pessoas convidadas por tais dirigentes que, conforme sua avaliação, poderiam contribuir para os objetivos da pesquisa. A esse encontro compareceram 21.

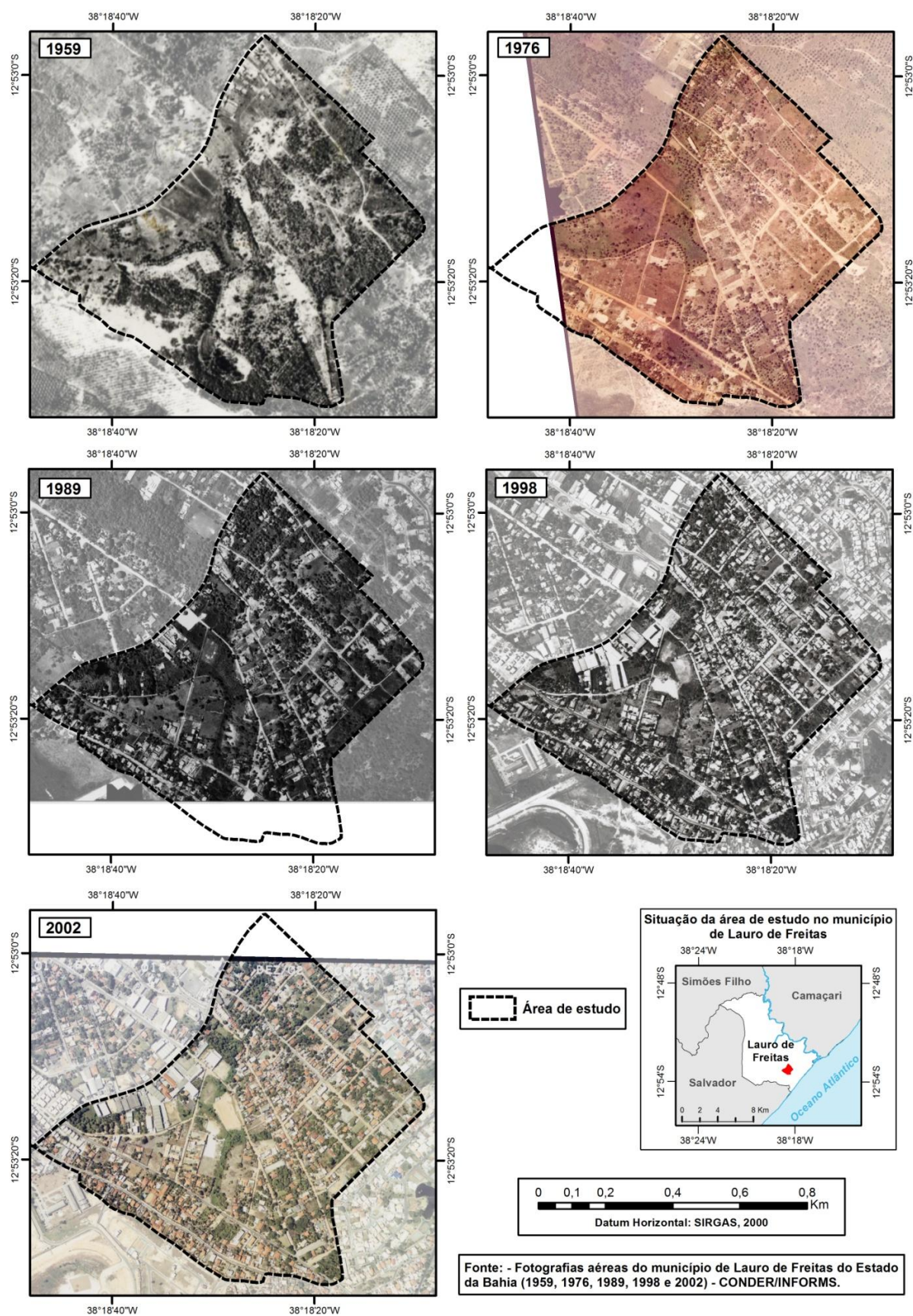
<sup>118</sup> O condomínio Eco Vilas foi lançado em 1992 e nele havia dois acessos. Um por Pitangueiras e outro por Vilas do Atlântico. No início de sua comercialização, contudo, seu único acesso passou a ser por Vilas. Ou seja, na prática, ele é um condomínio residencial fechado com 199 lotes de cerca de 400m<sup>2</sup> cada, situado em Vilas do Atlântico.



chega-se a 2002 com poucos espaços sem edificações. Nos anos seguintes, boa parte das remanescentes áreas verdes, sítios e chácaras, sucumbem.

Em relação ao início da ocupação desses bairros, sobre o Aracui mencionam-se a invasão e a compra. Uma senhora de 65 anos, por exemplo, conta que soube que “[...] tinha uma invasão por aqui [...] quando [os primeiros moradores] chegaram aqui fizeram barraquinho de tábuas, bem fraquinho, fazia pena...”. Com 61 anos e há cerca de 40 anos reside nesse bairro, outra senhora fala que “Aqui era tudo mato. A pessoa fazia o barraco e morava para não perder [...] Às vezes, vinha alguém e tocava fogo... naquele tempo só assim para ter casa”. Dois senhores, ambos no bairro desde o final dos anos 1960, dizem ter comprado seu lote. Um deles o adquiriu de um homem conhecido como Sete Diabos, mas depois, “[...] saiu todo mundo invadindo”. O outro comprou seu terreno de um dos herdeiros da antiga fazenda Pitangueiras e nele ergueu sua “[...] casinha de palha [...] Morei embaixo de lona”, quando tudo por ali era mato.

Em Pitangueiras, menciona-se sempre a compra. Um pescador aposentado que tem cerca de 50 anos no mesmo domicílio, comprou seu lote nesse lugar porque “[...] morava junto com a família [próximo ao bairro da Barra] e encontrei uma pessoa para conviver e não dava lá [porque ficou muito caro] procurei um lugar onde pudesse comprar um pedacinho de chão”. Um serralheiro diz ter se mudado para Pitangueiras em 1976, pois, conseguiu trabalho numa fazenda situada naquela área. Comprou, pouco depois, seu terreno. “Isso aqui era um sítio, uma fazenda [...] Não tinha nenhuma casa nessa rua [...] Era uma casa aqui outra ali [...] Casa de palha e uma biboca”.



**Mapa 6. Evolução da ocupação de área de pesquisa. Trechos dos bairros Aracui e Pitangueiras. 1959-2002**

Existem, tanto em Aracui como em Pitangueiras, pessoas que se dizem ou são mencionadas como “fundadoras” do bairro. Também ali se encontravam seus descendentes, a maioria dos quais revelou que sempre viveu nesse mesmo lugar. Em geral, se tratam de indivíduos com reduzida renda e escolaridade que, pelos critérios aqui adotados, integram as classes populares. Aliás, em relação à amostra, elas residem no bairro há muito tempo, ou seja, 43,3% dos respondentes das classes populares afirma estar na mesma moradia há mais de 30 anos. Nas classes médias, ocupava-se 4,3% dos domicílios há mais de 30 anos e, nas (médias) superiores, não se encontrou nenhum indivíduo nessa situação (Tabela 5).

Na categoria de zero até dez anos no atual domicílio, estavam 26,8% das residências das classes populares. Para as classes médias, esse resultado foi de 48,9% e para as (médias) superiores 76,9% (oito).

**Tabela 5. Distribuição dos domicílios por tempo de uso como residência pelos atuais moradores, segundo a classe social. Pitangueiras e Aracui. 2014**

CLASSES	TEMPO DE RESIDENCIA NO ATUAL DOMICÍLIO (EM ANOS)										TOTAL
	0 ≥ 1	1 ≥ 5	5 ≥ 10	10 ≥ 15	15 ≥ 20	20 ≥ 25	25 ≥ 30	30 ≥ 35	35 ≥ 40	40 E MAIS	
Populares	1	3	4	1	4	2	2	5	1	7	30
Médias	6	6	11	7	4	7	4	1	0	1	47
(Médias) Superiores	0	6	4	0	1	2	0	0	0	0	13
Total	7	15	19	8	9	11	6	6	1	8	90
CLASSES	TEMPO DE RESIDENCIA NO ATUAL DOMICÍLIO (EM ANOS) %										TOTAL
	0 ≥ 1	1 ≥ 5	5 ≥ 10	10 ≥ 15	15 ≥ 20	20 ≥ 25	25 ≥ 30	30 ≥ 35	35 ≥ 40	40 E MAIS	
Populares	3,3	10,0	13,3	3,3	13,3	6,7	6,7	16,7	3,3	23,3	100,0
Médias	12,8	12,8	23,4	14,9	8,5	14,9	8,5	2,1	0,0	2,1	100,0
(Médias) Superiores	0,0	46,2	30,8	0,0	7,7	15,4	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	7,8	16,7	21,1	8,9	10,0	12,2	6,7	6,7	1,1	8,9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Desse modo, as tendências esboçadas foram distintas e convergentes com os dois principais momentos de expansão do capital imobiliário em Lauro de Freitas. Os que chegaram ao Aracui ou a Pitangueiras até o início dos anos 1980 foram atraídos pela oferta de terrenos relativamente baratos, especialmente, em loteamentos<sup>119</sup>. Na mesma época, numericamente menos

<sup>119</sup> Em Pitangueiras, três loteamentos foram lançados com vistas a atender a classe popular. No Jardim Ipanema, cuja ocupação se inicia no final dos anos 1960, e no Morada do Sol (TAC de 1975), no que legalmente constitui sua área, consta uma parte daqueles povoados/invasões identificados no final dos anos 1970. Nesse lugar, até 2016, prevaleciam moradias populares, ainda que entremeadas por algumas das classes médias. Por outro lado, no mesmo Morada do Sol, mais próximo aos condomínios Eco Vilas e a Vilas do Atlântico (esse agora também oficialmente um bairro), veem-se residências mais qualificadas e mesmo espaços residenciais fechados, mas, não apenas. Há também moradias mais simples e outras precárias. O terceiro loteamento de Pitangueiras é o Bosque dos Quiosques (TAC de 1975). Nele permanecem

importante foi o grupo daqueles que, com maior renda, adquiriram propriedades em busca de um espaço de lazer, mas que efetivamente nelas residiram desde então. Sendo assim, quando se procura entender como os indivíduos caracterizam o lugar em que vivem, essa diferença repercute nas respostas? Seriam suas avaliações mais influenciadas pela posição na estrutura social?

### 3.4.1. Classes populares

Considerando que os integrantes das classes populares eram os que há mais tempo chegaram ao seu bairro de moradia, observa-se que suas respostas apontaram como duas as principais características do Aracui e de Pitangueiras – e de Lauro de Freitas em geral – no passado: a precariedade, em todos os sentidos, e a tranquilidade. Eles assim falam de seu bairro no passado: “[...] quando vim morar aqui era tudo areia e mato. [...] Depois que abriram e lotearam”; “Quando cheguei aqui só vinha morar quem tinha coragem [...] Aqui nós pisávamos na lama”; “[...] naquela época era pacato [...] só tinha um caminhosinho de barro até a avenida [Estrada do Coco] e três casas na rua. Água era a única coisa que tinha, de poço [...]”; “[...] era só um caminhosinho [...] mãe matava um monte de cobra!”; “Isso aqui não tinha nada, aqui não tinha luz, água..., não tinha caminho! [...] Era tudo [janelas e portas] aberto [...] Rapaz, eu achava aquele tempo bom, não via briga, confusão, ninguém matava ninguém”; “Esse lugar era mato puro, era mato, mato mesmo. Era mangue, a gente chegava a se perder... [...] Era difícil falar em ladrão”; “[...] boca da mata, muito mato, muita cobra: surucucu, jiboia, sucuri... [...] Para ir à praia, um sacrifício! [...] Muita caça... morro de areia... Muita fruta! Caju, coco... Gostava mais antes, a gente vivia à vontade, não corria risco”. Um desses indivíduos, que chegou ainda criança no Aracui, assim conta o que se lembra do passado:

Naquela época era pacata [...] A água era de poço, a gente pegava fruta no mato... [...] tinha só mato e os arvoredo frutífero (sic)... o caminho para a praia era pequeno, de areia, era tudo areia [...] Finada dona Arcanja, seu Cardoso, seu Neves, dona Zinha tudo

---

aqueles que lá adquiriram o lote mais remotamente, porém, entre as pessoas que responderam ao questionário, nenhum integrava a classe popular. Sejam em condomínios, sejam em casas ou chácaras, todos chegaram aquele empreendimento com a procura de um local para lazer.

gente boa, não tinha ninguém que gostasse de atrasar a vida das pessoas. Graças a Deus! [...] Aqui era uma fazenda, não tinha água, luz, transporte. Mas, a gente dormia tranquilo...

Numa reunião realizada na AMA, pessoas de diferentes idades mencionaram que outrora todos se ajudavam e as crianças estavam sempre juntas. Havia liberdade de andar na rua, “[...] de ir para lá e para cá”. Os presentes a esse encontro chamaram a atenção para as festas de São João, ocasião em que as ruas eram enfeitadas e a comemoração ocorria num barracão ornado com palhas de coqueiro. Lá havia “[...] comida e bebida à vontade e boa [...] Não tinha briga, confusão”. Também se contou sobre os velórios: quando morria algum conhecido, todo mundo ia velar o morto, “Mas, era por causa do café, do bolo...”.

Os jogos e as brincadeiras faziam parte dessa vida e, para realizá-los, reuniam-se pessoas de diferentes bairros. Em dias descritos como “alegres”, em que havia “confraternização”, aconteciam gincanas e competições de futebol. A convivência, naquele tempo, “[...] era aquela bagunça saudável. Não tinha negócio de droga... tinha, mas, tava longe. Hoje tá na porta de casa”. Entre os mais velhos, a diversão era passar a noite jogando dominó, as crianças e os jovens que os acompanhavam ficavam “fazendo brincadeiras”, “O pessoal saía para jogar dominó, os velhos, e a gente ia junto [...] A gente tinha uma vida ocupada!”.

Considerando que a ideia de rural remete à precariedade material, à disciplina rígida, mas, cooperativa, a práticas marcadas pela religiosidade e pela importância dos vínculos de amizade e familiares, as lembranças sobre o passado do Aracui e de Pitangueiras remetem muito mais a esse perfil do que a um modo de vida tipicamente urbano, marcado pela monetarização das relações e pela formação de vínculos em muito decorrentes das relações profissionais (ENDLICH, 2014). Evidentemente, essas pessoas não estavam afastadas das dinâmicas e dos processos ocorridos nas cidades, especialmente, em Salvador. Participavam deles como consumidores e produtores e quando buscavam determinados serviços médicos e de educação ou mesmo tinham notícias do que ocorria pelos meios de comunicação. Entretanto, as relações predominantes eram aquelas traçadas pela



comunicação verbal, pelas referências aos parentes, compadres e amigos (CAMAÇARI, 1985). Os relatos apontam para uma cotidianidade marcada pela dureza no que tange às condições de vida e, do mesmo modo, pelas relações com o outro e com o mundo estabelecidas a partir dos encontros.

Foi muito comum ouvir que se dormia com as portas e janelas abertas, que as crianças brincavam na rua sem nenhum tipo de medo. Quer dizer, “[...] não tinha nada, era um deserto”, mas, “era bom até demais”.

Porém, é nesse contexto que os loteamentos começam a se expandir na orla do município e os agentes imobiliários e a prefeitura se ocupam em preparar o município para receber os novos moradores. A Foto 5 exemplifica essa situação: o poder municipal assume a responsabilidade por abrir uma via de acesso ao Loteamento Praia de Ipiranga. Ainda que essa via seja necessário para todos os que moravam naquelas imediações, o que a mobiliza é o acesso ao loteamento em implantação.



Foto reproduzida do original. Estrada aberta pela Mobiterra, loteamento Praia de Ipiranga. Vê-se o prefeito Ismael Ornelas Farias, visitando a “nova via” à Praia de Ipiranga (placa) nos limites da antiga Fazenda São João, Fazenda Buraquinho (Vilas do Atlântico à esquerda exatamente nos limites do bairro Araqui, Praça de Arcanja. Vê-se ainda areia e vegetação de caatinga – o prefeito conversa com acessor).

**Foto 5. Abertura do acesso à Praia e Loteamento Ipiranga. Aracui. Lauro de Freitas. Meados da década de 1970**

Fonte: GESTÃO ISMAEL ORNELAS (2015).

Nota: Comentário da foto extraído da fonte original.

Ainda tratando das classes populares, os que chegaram mais recentemente, entre o final dos anos 1980 e meados dos 2000, já evidenciavam as mudanças

do entorno: Vilas do Atlântico gradativamente tornando-se local de moradia, alguns sítios assumindo a condição de domicílio e os primeiros empreendimentos destinados à moradia surgindo na Rua Juracy Magalhães, em Pitangueiras. Também, ainda que lentamente, alguns pequenos e simples equipamentos comerciais e de serviços eram inaugurados. No entanto, as avaliações do bairro quando de sua chegada é similar à dos mais antigos: “Era muito matagal!”; “[...] muito bom, tranquilo. Só não tinha as coisas, comércio”; “era ótimo, tranquilo, não tinha violência, assalto...”.

Todos os integrantes das classes populares que residiam há mais de cinco anos no Aracui ou em Pitangueiras notavam as alterações nos bairros com o passar dos anos. No geral, falaram das melhorias: ampliação na oferta de serviços, aumento no número de estabelecimentos comerciais e de residências, pavimentação das ruas, ampliação da ligação à rede de abastecimento de água etc. Apontaram o que designaram como a “evolução” e a “valorização” do bairro, fato associado aos loteamentos voltados aos segmentos sociais de maior renda.

Veja-se o que diz um jardineiro que viveu parte de sua infância e adolescência em Pitangueiras:

Naquela época [há 28 anos] era pacata [...] Apareceu Vilas, abriu a rua... asfalto foi mais ou menos em 2000... Tinha luz quando a gente chegou, era a única coisa que tinha. [...] Água era de poço, a gente pegava no mato. Tomava banho e pegava água [...] Esse condomínio todo [Eco Vilas] era área de lazer da gente... Naquele tempo era maravilhoso! Tinha lazer, não tinha violência. [...] Tá desenvolvendo e a violência veio pro bairro da gente. [...] Quando veio o condomínio [Eco Vilas] foi que veio o asfalto... desenvolveu mais para ter acesso a Vilas.

Uma faxineira de 64 anos e seu esposo, há 32 moradores de Pitangueiras, contaram que “Aqui era uma fazenda [...] Hoje não, tem tudo! [...] Mas, tem violência, a gente não pode sair, tem medo de nada. [...] Quando tava construindo Vilas, que veio a luz. [...] Quando canalizaram Vilas, depois foi que a água chegou [...]”.

No entanto, os problemas relacionados à infraestrutura pública não foram totalmente sanados, principalmente, o asfalto não tem qualidade e em algumas ruas ele inexistente. Ainda, não há rede de esgoto.

Mas, correntemente se destacou que o “crescimento” do bairro aconteceu junto ao aumento da violência. Esse aspecto, aliás, aparece na maioria das respostas, em particular entre os residentes mais antigos.

Contrastando com as descrições realizadas sobre o passado, na reunião ocorrida na AMA falou-se que o mais significativo no dia a dia do bairro, no presente, é o medo, o trabalho e a falta do passado. Antes, andava-se na rua à vontade, a qualquer hora. Havia festas, brincadeiras, jogos e encontros. “Esse passado que agregava, faz falta. O medo atrapalha”; “Os passeios que a gente fazia não dá pra fazer por causa da droga [...]”.

Nilton Silva<sup>120</sup>, um pedreiro que reside há 45 anos no Aracuí, entendia que:

[...] apesar de ter saudade da minha infância, essa mudança faz parte da evolução [...]. Antigamente aqui... não tinha nada, tipo um mercado, um hospital... Vivíamos bem, naquela época era bom viver, não é? Aquela vida de roça era boa... Mas tinha dificuldade no transporte. Tinha dificuldade na saúde. Hoje já não tem essa dificuldade... apesar de, né, ter sacrificado a natureza [...] mas a vida melhorou muito...

Prossegue dizendo que na sua infância “[...] a uns 200 metros antes de Arcanja, acabava a estrada e daí em diante... dali em diante [...] era só, somente mato. Mata fechada. Hoje é Vilas do Atlântico, Praia de Ipitanga, é o Jóquei [...]. Hoje tudo existe. Na época não”.

Na sua concepção,

[...] hoje eu, eu... infelizmente eu [...] a violência infelizmente tomou conta, faz parte do *dia a dia* do povo brasileiro, né? [...] Eu tenho 41 anos que moro aqui e *hoje*,... hoje tenho um pouco de receio de andar na rua onde fui criado. [...] A causa da, da mudança... aumento da população. Simplesmente. [...] Hoje você tem Lauro de Freitas, você estuda, você se forma, você tem faculdade, tem empresas pra trabalhar, você mora, você tem lazer em Lauro de Freitas. Hoje você não tem necessidade de ir pra longe pra capital pra ver... pra... Hoje aqui mesmo você faz tudo. Lauro de Freitas realmente falta pouca coisa pra... completar.

Aqueles que chegaram mais recentemente, que têm menos de cinco anos de residência na área de estudo, em geral, realizaram comentários sucintos sobre seu bairro, embora não muito distintos do que foi dito pelos residentes mais

<sup>120</sup> Entrevista concedida em 16 de junho de 2014.



antigos. Realçaram a acessibilidade aos serviços e ao comércio e a precariedade do asfalto e dos serviços públicos.

Na leitura dos relatos das classes populares sobre das mudanças efetivadas no Aracui e em Pitangueiras, é notória a ideia de que geraram, simultaneamente, maior conforto e apreensão. O conforto é muito associado à expansão dos investimentos do capital imobiliário no entorno, na medida em que eles são as referências para situar o momento da instalação da rede de distribuição de água e a pavimentação das principais ruas. Além disso, esse movimento foi paralelo ao crescimento da população e à ampliação da oferta de empregos.

A apreensão é muito relacionada ao tráfico de drogas e, do mesmo modo, à ampliação demográfica. Porém, fala-se aí das invasões do entorno (os bairros de Lagoa dos Patos, Chafariz e Lagoa da Base). Em nenhum momento atribui-se a violência aos moradores dos bairros pesquisados. Argumenta-se que a rua não é mais segura, o que dificulta inclusive a manutenção das antigas relações de vizinhança. Para um senhor de 86 anos, “Gostava mais antes, a gente vivia à vontade, não corria risco. Hoje tem que se apegar a Nosso Senhor Jesus Cristo! A segurança é Deus”.

Everaldo Santos<sup>121</sup>, um pintor que reside no Aracui há 36 anos, ao falar de sua infância contou que

Minha lembrança é o Jóquei, que era aí no fundo, onde agora é a Unime<sup>122</sup>, agora é esse condomínio... Antes tinha o Jóquei<sup>123</sup>... Era a área de lazer da gente era esse fundo aí, esse terreno aberto. Agora também não tem mais nada, né? Cabô (sic) o Jóquei... a única parte da nossa infância mesmo que tinha, era essa parte mesmo aí do fundo, do Jóquei. Hoje não tem mais nada aqui que lembre minha infância, assim... Já tá tudo apagado mesmo... Já modificou tudo. [...] É... minha infância aqui era sempre brincando [...] Cavalo, muita volta de cavalo”. Com o “crescimento” e o “progresso” da cidade, “[...] as coisas foi se modificando (sic) aí... é por isso que a infância da pessoa fica apagada, né? Porque é muita coisa que já foi construída, né, já expandiu e acaba fugindo até da lembrança da pessoa.

Ele revelou que, conforme o lugar em que vive foi sendo transformado, seus referenciais se diluíram e a forma de percebê-lo e vivenciá-lo se alteraram.

<sup>121</sup> Entrevista concedida em 18 de julho de 2014.

<sup>122</sup> Conjunto de faculdades nomeado União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime).

<sup>123</sup> No local onde havia o Jóquei Clube de Salvador, foram implantados condomínios compostos de *villages* e edifícios, bem como parte outros empreendimentos.

Primeiro o que chegou, mudou do barro pro asfalto. Depois veio chegando as faculdades, né... os comércios, os mercados (sic)... e nisso a cidade foi ficando do jeito que a senhora tá vendo aí: apertada. Hoje em dia você não pode nem... mais transitá (sic), né? De carro, principalmente de carro. A pé ainda dá, mas de carro...[...] cresceu demais... Cresceu tanto que ficou apertado, né?

A rua apertada, tumultuada, dificulta a circulação e mesmo estar nela. Mas, esse crescimento revela aspectos positivos:

Emprego que aqui faltava, hoje em dia não falta mais. Tem gente que fica desempregado por opção, né, mas, na minha época [de juventude] era muito mais desemprego do que... era hoje". Além disso, "Mercado que é perto, é... a escola dos meninos também que é perto... Hospital que também é perto...

Porém, há a violência. "Saiu disso, aqui é uma maravilha!". Por essas palavras, assim como por outras falas acima, vê-se que, para as classes populares, a rua, antes percebida como espaço de lazer e encontros, passa a significar apreensão.

#### 3.4.2. Classes médias

O rol de observações feitas pelas pessoas das classes médias que vieram para o Aracui e Pitangueiras há mais de 20 anos tem elementos similares aos mencionados pelas classes populares. Também relacionam o passado à precariedade e ao pequeno número de habitantes e de moradias. Repetem-se ideias tais como "as ruas eram de barro", "não tinha tanta casa", "não tinha nada". Igualmente menciona-se o uso da rua como espaço para brincadeiras e para a convivência com os vizinhos.

Porém, aparecem percepções distintas das até aqui citadas. Pitangueiras foi descrita como área de veraneio e valorizada pela possibilidade de contato com a natureza. Entre os que responderam aos questionários e que viveram sua infância nesse bairro, ouviu-se que "[...] toda rua era de barro, era calma... Antes a gente tinha mais contato com a natureza, com os vizinhos..." e que "[...] a sociedade era bem unida [...] tudo era festa aqui na rua: Natal, São João, sábado de Aleluia. [...] Tinha muito lazer porque a gente tinha espaço". Em relação ao Aracui, "Era muito bom, maravilhoso! Tinha rios, dunas... As ruas era (sic) de barro, mas a gente vivia mais a natureza [...] a água era cristalina, tinha peixe... Era uma maravilha! Me arrependo de não ter curtido mais...".

Para João Rocha<sup>124</sup>, antes,

[...] a gente reclamava que não tinha nada. [...] Mas, eu acho que tinha tudo e a gente não valorizava isso. A gente tinha muitos... árvores [...] pra gente seguir pra, pra praia em Vilas do Atlântico, que hoje é Vilas do Atlântico, era um caminho que a gente seguia até a praia. [...] Aqui também tinha um São João que era muito... é... valorizado. [...] todos os anos tinha uma festa de São João. Fechava tudo isso aí, a comunidade, todo mundo, participava, era muito bolo, é quadrilha... e era tudo de graça! [...] aqui [também] tinha o futebol, né [...] a comunidade final de semana... era todo mundo envolvido. O campo se enchia de gente, não só daqui da comunidade, mas de Portão, Lauro de Freitas... [...]. E sempre também, festas. Era um motivo de festas, toda semana na casa de um amigo, que faziam aqui... Datas comemorativas, Páscoa [...].

Segundo avalia, embora houvesse uma série de carências, vivia-se junto com a comunidade e havia tranquilidade.

Essas falas são de pessoas cujos pais pertenciam às classes populares e que tiveram uma infância e juventude convivendo com indivíduos dessa mesma classe<sup>125</sup>. No entanto, essa visão não lhes foi particular.

As palavras da filha de uma secretária bilíngue, que possui nível superior e que trabalhava numa das empresas do Copec, trazem essa mesma visão. Ela, que tem 34 anos e concluiu uma pós-graduação, passou sua adolescência em Pitangueiras e diz que, naquela época, o bairro, “Parecia uma cidade do interior, tinha muito mato, era tranquilo, seguro... Aquele tempo é que era vida [...] Gostava muito da coisa de interior [...] as pessoas se conheciam...”. Uma funcionária pública de nível superior que está há 25 anos no Jardim Ipanema, conta que no passado “[...] era barro puro [...] local de veranista [...] tinha mais privacidade, tranquilidade [...] minha filha brincava na rua como num interior”.

Os que estão nos bairros em apreciação há mais de 10 e menos de 20 anos – que chegaram a Lauro de Freitas quando o município se consolidava como local de moradia para os grupos sociais de maior renda –, da mesma forma ressaltam a tranquilidade, a presença de casas de veraneio e a precariedade da infraestrutura. Uma mulher contou que “Há 14 anos era muito pacata [...] Na época não tinha infraestrutura nenhuma, para você ter ideia, os postes nós [a

<sup>124</sup> Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2016.

<sup>125</sup> No questionário não houve perguntas específicas sobre o perfil dos pais dos respondentes. No entanto, conforme sua posição no núcleo familiar foi possível identificá-la. Sugere-se que em levantamentos futuros sobre o tema haja perguntas mais apuradas a esse respeito.

família] é que pagamos pra colocar [...]”. Um homem, que se considera “apaixonado” pelo lugar em que vive, falou que nos primeiros dias após sua mudança chegou a se perder quando voltava para casa, pois, era tudo muito deserto, “[...] era tudo escuro. Era um negócio rústico mesmo”. Porém, ao mesmo tempo, ambos destacam os benefícios de se ter amigos na rua e a possibilidade de adquirir um terreno a baixo custo.

Ao abordar o que se passa na atualidade, convergindo com as avaliações anteriormente apresentadas, ressaltam-se a permanência da infraestrutura deficiente e a ampliação da violência. Sobre o primeiro aspecto, as afirmações de uma senhora de 64 anos, residente de um sítio localizado em Pitangueiras, coincidem com muitas das ideias que se ouviu. Revela que, quando se mudou de Piatã para lá, queria um lugar mais tranquilo, ainda que a estrutura fosse ruim. Porém, com o passar do tempo, “A cidade cresceu bastante, mas aqui [sua rua] nada!”. O bairro “[...] não melhorou muito. Aumentou o número de moradias, mas, o fator melhoria em prol de quem mora aqui é quase nenhuma”. Seu esposo mostra-se indignado com a prefeitura, pois, “[...] vários lugares de Lauro melhoram, menos essa rua”. De fato, sua rua, embora conte com casas, condomínios e uma pequena empresa, não é pavimentada e, no dia em que eles responderam ao questionário de pesquisa, nela havia cavalos soltos e mal cheiro.

Essa não é a única via de Pitangueiras nessa condição. Mesmo com investimento do capital imobiliário, que vai capturando crescentemente o bairro, em algumas delas, quando chove, mesmo à pé, a circulação é inviável.

Um aspecto interessante é que do total de pessoas das classes médias que residiam há mais de 10 anos no Aracui e em Pitangueiras, apenas duas moravam em algum tipo de espaço residencial fechado. No entanto, entre os que chegaram mais recentemente, encontram-se mais pessoas nesse tipo de habitação, sendo esse montante tanto maior quanto menor é o tempo nesses locais.

Em relação à compreensão que revelam do bairro, os indivíduos com menos 10 anos no atual domicílio ressaltam mais suas características positivas.

Mesmo assim, os temas violência e a deficiência da infraestrutura permanecem em pauta. Exemplifica-se. Com nível superior incompleto e estando aposentada, uma senhora diz: “Eu adoro aqui, gosto muito. Não quero sair de jeito nenhum!”. Por isso, em breve, vai mudar-se para outra casa na mesma rua, num condomínio, para se sentir mais segura. Na mesma linha, uma administradora de 51 anos relata que “O bairro é bom, tem tudo em quantidade e qualidade. [...] O que tá matando aqui é o trânsito e o transporte [...] tem assalto muito também...”.

Márcia dos Anjos<sup>126</sup> e Ana Lima<sup>127</sup> não mencionam a questão da violência como algo relevante. Relacionam o bem estar ao lugar em que moram. Para Márcia, comparativamente a onde antes residia, encontra em Pitangueiras maior qualidade de vida. Ana também discorre mais sobre o assunto. Fala que no seu bairro há “[...] um ambiente familiar. [...] eu saio pela rua e é ‘bom dia’, ‘bom dia’, ‘bom dia’. É, é aquele ambiente familiar. Eu gosto por isso”.

Os que se encontram em condomínios, em geral, escolheram esse tipo de moradia com o propósito de ter menores custos e maiores facilidades com a manutenção domicílio. Alguns tinham imóveis mais amplos, que necessitavam de elevado investimento para manutenção, e o condomínio é visto como uma opção mais prática e barata. Em outros casos, ele correspondeu à possibilidade de deixar de morar em apartamento para viver numa casa. Poucas foram as menções à escolha desse tipo de residência por conta de questões de segurança.

Sobre a localização do seu imóvel, inexistiram indicações de interesse específico pelo bairro. Aliás, quando se realizou perguntas sobre o motivo da escolha do atual endereço, registrou-se que importavam mais o perfil do imóvel, seu custo e o fato de estar perto de algumas infraestruturas, inclusive do acesso a Salvador. Se se perguntava se houve algum motivo particular para a escolha de Pitangueiras, a resposta sempre foi negativa. O interesse pela localização em particular, quando mencionado, se referia ao fato desse bairro estar na parte “nobre” de Lauro de Freitas e perto de Vilas do Atlântico.

---

<sup>126</sup> Entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2016.

<sup>127</sup> Entrevista concedida em 01 de março de 2016.

As impressões emitidas por esse grupo, os moradores de condomínios, não diferiam das dos demais. Descreve-se que Pitangueiras é um bom local para morar, embora existam questões relacionadas à infraestrutura e à segurança. Um consultor financeiro aposentado de 67 anos comenta que “A gente gosta dessa região [...] se for para sair daqui só se for uma causa muito forte [...]”.

Uma dona de casa de 42 anos, que migrou de São Paulo por conta das atividades profissionais do esposo, considera “[...] o bairro bom, perto de comércio, clínicas [...] às vezes é violento, tem assaltos”. Vinda de Minas Gerais, uma comerciante de nível superior diz: “Gosto daqui, é tranquilo [...] mas é caro e precário”. Todas essas pessoas assinalam também problemas decorrentes do aumento da quantidade de construções que, em sua análise, repercute na ampliação do movimento de veículos e de pessoas nas ruas próximas à sua casa, e do barulho, já que no dia a dia ouvem ruídos decorrentes das obras.

### 3.4.3. Classes (médias) superiores

Os domicílios em que se encontram pessoas com perfil compatível com o das classes (médias) superiores foram ocupados mais recentemente e representam um conjunto bem menor do que os demais. Eles podem ser divididos em dois grupos: o dos espaços residenciais fechados (condomínios e villages) e o dos que fizeram da antiga casa de veraneio sua moradia. A única exceção se refere a uma residência do Aracui ocupada por um casal: ambos aposentados, com nível superior e ganhos individuais superiores a R\$ 12.500,00. Optaram por comprar uma casa nesse local há cerca de sete anos por querer um espaço amplo, com um quintal para os netos brincarem.

Em casas individuais, estão três respondentes que residiam há mais de 15 anos em Pitangueira. Um deles é um aposentado de 64 anos, que possui nível superior e se dedica às artes. Morador do Jardim Ipanema, falou que sua rua “[...] não tinha asfalto e a infraestrutura era pequena. Mas tinha muita paz. Não tinha violência, barulho de carro. Construí quando instalaram a luz elétrica, depois veio a água. Vinha fim de semana...”. De acordo com uma universitária de 23 anos, quando a família se mudou para Pitangueiras, seus pais, profissionais de nível superior, andavam a cavalo pela rua e, de lá, iam até a

Estrada do Coco. Tinha-se, pondera, uma vida de cidade do interior. Lembra-se: “Não tinha nada, tudo de barro [...] um monte de terrenos vazios [...] daqui [janela da sala] via árvores, hoje é um condomínio”. A terceira pessoa, uma mulher de 28 anos que parou de trabalhar para cuidar do filho, fala que antes “Era tudo de barro, tinham só quatro casas [...] era bem isolado”.

A essas memórias junta-se a de uma moradora de um amplo sítio – que possui, além da casa principal, duas menores para os empregados (que residem na propriedade), um campo de futebol, jardim e uma área onde estão várias árvores frutíferas. Ela estava no mesmo endereço há cerca de três anos, entretanto, há 30 anos sua família começou a construir a casa e a frequentá-la como lugar de lazer. Essa professora universitária aposentada comenta que naquele momento “[...] faltava tudo. Isso aqui era praticamente... não tinha nada, nem acesso à praia [...] não tinha telefone, água [...]”. Tudo tinha que ser trazido de Salvador, pois não havia nenhum tipo de comércio por perto. Mas, a família e os amigos adoravam ir para lá. Havia sempre a sensação de férias.

Assim, as avaliações dos mais antigos moradores das classes (médias) superiores convergem com as das demais quando se assinala a falta de estrutura urbana dos tempos passados. Todavia, para esses, isso não é tratado sempre de modo negativo, afinal, além de essa classe ter maiores possibilidades de resolver os problemas decorrentes de tal situação, encontrava-se a tranquilidade. Melhor dizendo, naquela época era onde encontravam a distância dos problemas comuns à cidade e a possível fuga da rotina.

Esse contexto e as avaliações dele realizadas condizem com pesquisas feitas por autores como Villaça (2001) e Sposito e Góes (2013). Mesmo considerando-se todas as diferenças entre as cidades por eles estudadas (distintas metrópoles e as cidades médias paulistas, respectivamente) e Lauro de Freitas, e que o foco de suas análises foram condomínios, o fato é que para os grupos sociais de renda mais alta morar mais afastado dos grandes centros representa a perspectiva de mudar seu dia a dia, tornando-o distinto do que se vivencia cotidianamente.

Os demais moradores, com no máximo seis anos de domicílio em Pitangueiras e residentes de condomínios e afins, de modo geral, não notaram de qualquer alteração mais significativa no bairro desde que chegaram. Apenas uma empresária de 36 anos destaca que antes as redondezas eram menos populosas e o trânsito mais tranquilo. Em relação ao atual contexto, entende que há “[...] muito movimento, comércio [...] tá ficando cheio, saturado, sempre engarrafado, sempre muito cheio, com fila pra tudo”. Nesse mesmo condomínio, outra professora universitária aposentada, de 72 anos, revela que tinha um sítio na mesma rua, comprado fazia 30 anos. Nele, seu marido tinha também uma empresa. Vendeu-o, pois, passou achar melhor residir num condomínio. Nas suas palavras, antigamente, “[...] não tinha as facilidades de hoje, mas tinha muito mais qualidade de vida, inclusive segurança”. Entretanto, atualmente, “[...] aqui é perigoso, perigoso, muito perigoso, *amedrontante* (sic)”.

Noutra parte de Pitangueiras, ouviu-se moradores de outros condomínios. Um deles foi uma terceira professora universitária aposentada, que acha seu bairro “[...] relativamente tranquilo, mas, tem uma certa... o asfalto, ponto de ônibus, infraestrutura, coleta de lixo [precários]”. Noutra rua do mesmo loteamento, um técnico da Petrobrás de 51 anos, descreve seu bairro como “razoavelmente tranquilo”, mas, carente de melhorias. Já um veterinário, oriundo de Minas Gerais, avalia o local em que reside como “[...] muito bom. Não posso me queixar de nada, nunca aconteceu nada comigo”<sup>128</sup>. Residente do Jardim Ipanema, uma vendedora autônoma de 54 anos, reclama da falta de infraestrutura pública. “Acho que a limpeza deveria ser mais rígida. O asfalto é ruim [...] muito buraco, [precisa] de mais guardas nas ruas [...] Praças abandonadas, sujas, ninguém limpa”. Em compensação, acha que é bom morar ali porque existem muitas lojas, bancos, mercados, e “Não preciso ir para Salvador para me divertir”.

---

<sup>128</sup> Enquanto esse homem. respondia ao questionário, um vizinho, morador de um terceiro condomínio na mesma rua, chegou um tanto agitado dizendo que ocorrera um assalto na entrada de seu residencial. Ele já chamara a polícia e tinha a descrição do “sujeito”, convocava os outros moradores a estarem atentos e a “fazer alguma coisa” para evitar novos assaltos.



### 3.1. CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO DE MORADIA E AS CLASSES SOCIAIS

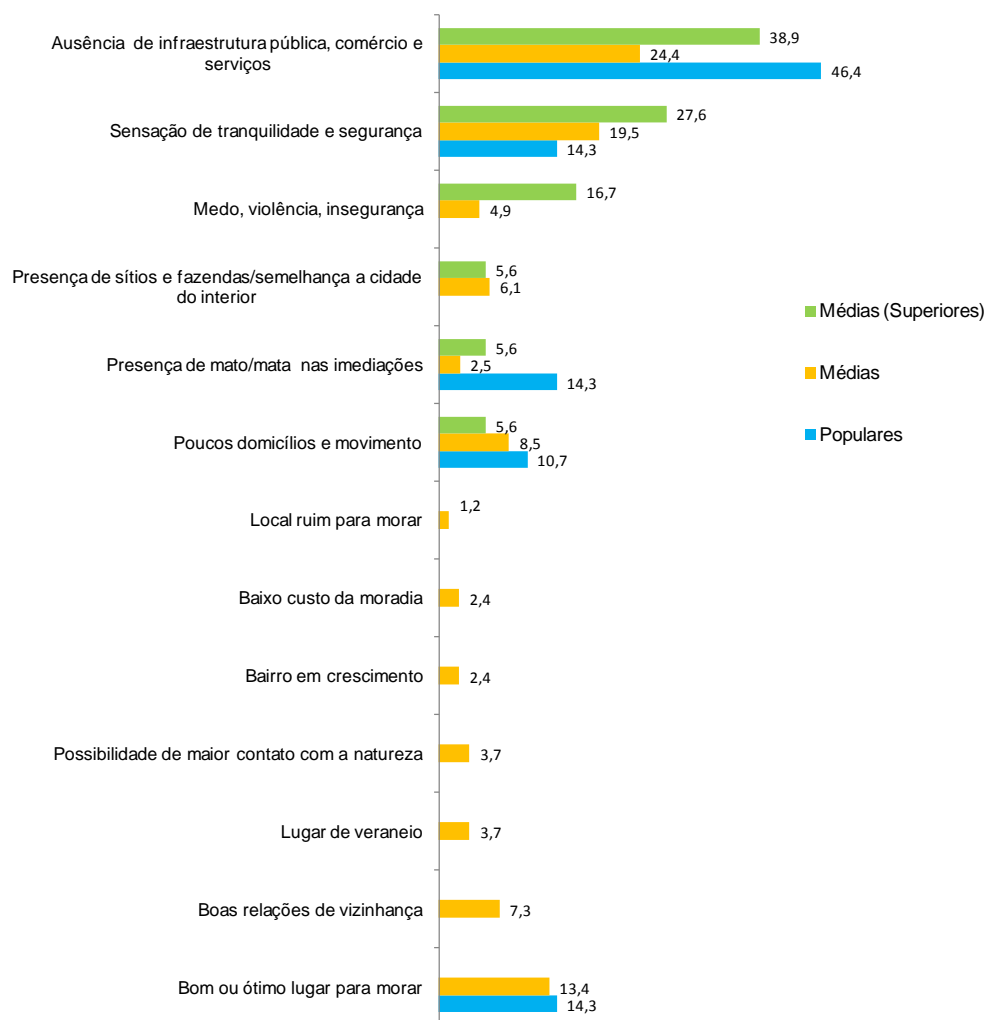
Observando-se o conjunto de avaliações apresentadas pelas três classes sociais, pode-se afirmar que há pontos de convergência entre elas. À indagação sobre as características do bairro no passado, referindo-se ao contexto no qual os indivíduos migraram para o atual endereço, teve-se como principal resposta ausência de infraestruturas pública, de equipamentos comerciais e de serviços (Gráfico 2). Nas classes populares, essa avaliação representou 46,% do total de respostas, nas médias, 24,4%, e, nas (médias) superiores, 38,9%. Portanto, para as pessoas com menores níveis de escolaridade e renda esse aspecto se revelou mais significativo do que para as dos demais grupos sociais. Elas também ressaltaram, como algo negativo e a presença de poucos domicílios (10,7%) e de mato ou mata nas imediações (14,3%). Mesmo assim, são seus integrantes os que mais designaram seu bairro era bom ou ótimo (14,3%) para morar.

Nas classes médias, a segunda resposta mais significativa foi a sensação de tranquilidade e de segurança (19,5%) e a terceira, bom ou ótimo lugar para morar (13,4%). Por outro lado, também os que participavam das classes médias afirmaram que seu bairro, no passado, era ruim para residir e que havia insegurança, percepções que registraram, respectivamente, 1,2% e 4,9% do total de respostas.

Observa-se que algumas avaliações lhes foram específicas, ou seja, apenas as classes médias falaram das boas relações de vizinhança, que seu bairro era um lugar típico de veraneio (portanto, aprazível) e de se ter a possibilidade de maior contato com a natureza. Embora os percentuais registrados para cada um desses argumentos não sejam elevados, denotam uma tendência de valorização do rural ou da natureza, uma idealização de um modo de viver distinto daquele tipicamente urbano.

Os integrantes dessa classe também indicaram a existência de sítios e chácaras e falaram que seu bairro se assemelhava a uma cidade interiorana (6,0%), característica que representou, para alguns, um problema (visto a

difficuldade de acesso a serviços e equipamentos fundamentais ao dia a dia, como transporte e escolas). Mas, para outros, isso foi relacionado a bem estar. Aliás, essa foi a interpretação da maior parte dos que referiram a essa situação. Diferentemente, quando pessoas das classes populares mencionam essa contingência, a conotação era negativa<sup>129</sup>.



**Gráfico 2. Características de Pitangueiras e do Aracui no passado, segundo seus moradores, por classe social (em %). 2014**

Fonte: Pesquisa de campo, jun./ dez. de 2014.

É importante esclarecer que os indivíduos de maior renda ao se afastarem da capital em direção à Lauro de Freitas não mencionam pretender alterar sua

<sup>129</sup> Na reunião da AMA apareceram opiniões diferentes. Embora não se tenha aferido a condição social dos que estiveram no evento, algumas pessoas, que se pôde posteriormente identificar como pertencente à classe popular, mencionaram a possibilidade de maior lazer no passado devido à presença de árvores, de rios, frutas etc. Mas, a importância do contato com a natureza, tal como apareceu no discurso das classes médias e que parece mais remeter a uma idealização ou uma ideologização, não ocorreu.

prática cotidiana no sentido de conduzi-la para um estilo de vida mais rural. À semelhança do que foi observado em grandes cidades do país, aqueles que migraram para o Aracui e para Pitangueiras “[...] do ponto de vista funcional e profissional [eram] altamente dependentes das atividades e equipamentos densamente concentrados nessas verdadeiras regiões urbanas” (SPOSITO, 1999, p. 90). Em nenhuma das respostas se depreendeu efetiva intenção de afastamento do modo de vida tipicamente urbano, daí que se apontam as dificuldades de deslocamento e de acesso a serviços que eram buscados, nesses casos, sobretudo em Salvador. Residir em locais onde não havia maior infraestrutura referia-se, para as pessoas das classes médias, ao desejo de ter maior tranquilidade ao chegar em casa.

Nota-se, além disso, que apenas seus integrantes citaram o baixo custo de aquisição do terreno ou casa como algo que os atraiu para o Aracui ou para Pitangueiras (2,4% das respostas). Esse fato, em princípio, causa estranheza frente aos relatos das classes populares sobre o porquê mudar-se para o Aracui ou para Pitangueiras. Assim sendo, o menor custo da habitação, comparativamente a outros locais, foi citado por seus integrantes como causa da mobilidade para Lauro de Freitas, mas, não como um atributo particular ou uma vantagem dos bairros em conta.

A sensação de insegurança foi mais citada por aqueles das classes (médias) superiores (com 16,7%). Paradoxalmente, também foram nelas em que houve mais referências à tranquilidade e segurança (27,6%). Quanto à a compreensão de que se estava num lugar de veraneio ou numa cidade do interior (5,6%), considerou-se sempre como algo vantajoso.

Constata-se, ainda, que indivíduos das três classes sociais mencionam a existência de poucos domicílios e escasso movimento (Gráfico 2). Para a classe popular essa situação era problemática, na medida em que se refletia na dificuldade de acesso a serviços necessários à realização de suas práticas cotidianas. As demais avaliam esse contexto como algo benéfico, na medida em que remetia à maior tranquilidade e qualidade de vida.

Dessa maneira, respostas similares podem conter conteúdos distintos para pessoas que ocupam a mesma posição na estrutura social, afinal, estar numa mesma classe, como se averiguou no capítulo anterior, não implica homogeneidade ou ausência de conflitos. Todavia, o mais comum é evidenciar dessemelhanças na comparação das percepções das classes médias e superior comparativamente à popular.

Ao cotejar os dados do Gráfico 2 com trechos dos discursos acima apresentados, algumas situações interessantes são observadas. Nas falas se ressaltam a tranquilidade e o bem estar que havia no passado, como o fizeram, com maior frequência, os integrantes das classes populares e médias. Nas suas memórias, aquele contexto é revivido de forma mítica, desconsiderando as limitações que a infraestrutura precária lhes impunha. É intrigante que as mesmas pessoas que discorreram largamente sobre o quanto a vida, em tal momento, tinha aspectos positivos, de modo geral se tornassem lacônicas quando mencionassem os dissabores de morar no Aracui ou em Pitangueiras.

Essa situação, contudo, não é contraditória. Seu esclarecimento está apoiado na compreensão de que, como explicam Lefebvre (2006b) e Lane (1985, p. 36), a linguagem é uma forma de representação. Para essa autora, a análise que o indivíduo faz do mundo que o rodeia só é possível de ser entendida se considerada num discurso mais amplo, no qual “[...] as lacunas, as contradições e, conseqüentemente, as ideologias possam ser detectadas”. Além disso, na sua relação com o real, o ato da linguagem “[...] necessariamente sofre a mediação das posições sociais de grupo e/ou de classe social e portanto um discurso está sempre em confronto com um mundo já repleto de significações sempre já ordenado, sempre já socialmente arrumado [...]” (LANE, 1985, p. 37). Por conseguinte, as falas articulam-se às posições ocupadas pelos interlocutores, um em relação ao outro, e os sentidos assim elaborados referem-se à sua posição na produção (FLAHUALT, 1978 apud LANE, 1985). Lefebvre (2006b) igualmente aponta para essa situação, quando observa que, em havendo relações, linguagem ou discurso, existe falsidade – quer dizer, as relações de poder, ainda que involuntariamente, se ocultam nas palavras e gestos. Ele também a reconhece como uma

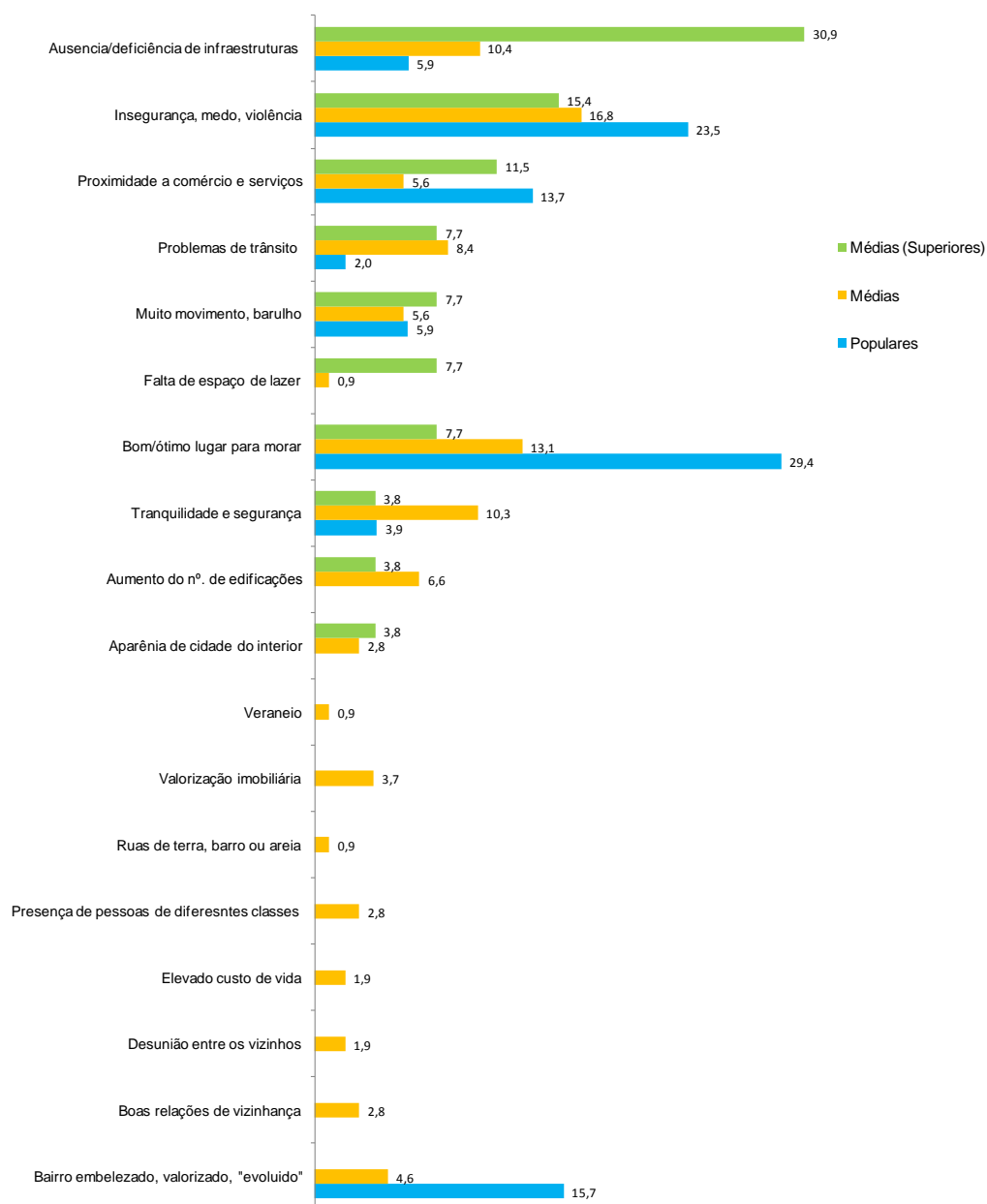
representação já que se realiza numa relação com o real e com as coisas. Sendo resultado das relações sociais, é por elas permeada.

Desse modo, o uso das palavras e a elaboração do discurso, numa relação social particular (como numa entrevista ou realização de um simples questionário), são também perpassados por sentimentos e ideologias. Portanto, a possível incoerência é concernente à própria prática social, calcada no que se percebia no passado e no presente e nas representações (ideológicas) elaboradas sobre esse espaço, sobre o que é possível e necessário a uma ou a outra classe social e sobre a concepção do que deve ou não ser dito ao outro.

Ao tratar do presente, quando se propõe a caracterização o Aracui e Pitangueiras existem temas pertinentes apenas no discurso das classes médias, enquanto outros chamam mais a atenção das classes populares. Entretanto, há ideias que perpassam a todas as classes, ainda que com relevância distinta. Entre essas está a referida ausência ou deficiência de infraestruturas. Para as classes (médias) superiores, essa categoria representa 30,9% do conjunto de respostas, enquanto as classes médias (com 10,4%) e populares (5,9%) juntas não alcançam tal valor (Gráfico 3).

Em contrapartida, 11,5% dos que referiram maiores rendimentos e níveis de escolaridade argumentaram que entre os pontos positivos em seu bairro estava a proximidade a estabelecimentos comerciais e de serviços. Também viam vantagens no fato dele permanecer com a aparência de cidade do interior e de haver tranquilidade e segurança (3,8% cada resposta), esses foram fatores que repercutiram na avaliação de que se trata de um bom ou ótimo lugar para morar (7,7%).

No entanto, eram os que participavam das classes populares os que mais qualificavam Aracui e Pitangueiras como bons ou ótimos lugares de residência (29,4% das respostas). Essas pessoas, igualmente, mais assinalaram a valorização e o embelezamento do bairro. Concomitantemente, as que mais indicaram a questão da insegurança (23,5% das avaliações).



**Gráfico 3. Características de Pitangueiras e do Aracui no presente, segundo seus moradores (em %). 2014**

Fonte: Pesquisa de campo, jun./ dez. de 2014.

Sobre a proximidade de equipamentos comerciais e de serviço, foi mais realçada pelas classes populares e (médias) superiores (13,7% e 11,5% das respostas, respectivamente) do que pelas classes médias (5,6%). Comumente se fez a menção à implantação da loja do supermercado G. Barbosa e da

agência da CEF, empreendimentos aparecem tanto como marco de melhorias, quanto como causa de problemas na circulação<sup>130</sup>.

Mesmo que em reduzidas proporções, algumas outras observações aparecem apenas entre os integrantes das classes médias: valorização imobiliária; presença de pessoas de diferentes classes sociais; boas relações de vizinhança; desunião entre vizinhos; área de veraneio e ruas de terra, barro ou areia. Desse modo, somente seus integrantes sinalizam a questão das diferenças socioeconômicas nas proximidades de seu domicílio. Comentou-se, por exemplo, quando se fazia menção aos moradores ditos “mais carentes”: “[aqui] tem muita gente antiga e tenho a impressão de interior. [...] As pessoas são agradáveis”; “[pessoas] muito civilizadas e tranquilas”; e “Na parte da frente da rua tem pessoas com baixa renda [...] eles são unidos [...] nos damos bem com eles”.

Em duas falas, ambas de pessoas de classes (médias) superiores, tais diferenças são colocadas com outra conotação. Embora não tenham enunciado a presença de pessoas de diferentes segmentos sociais como um aspecto característico do bairro, enquanto trataram de outros assuntos, ao responderem o questionário, fizeram menção ao tema.

Uma dessas pessoas foi um empresário de 41 anos que residia num condomínio de seis casas no Bosque dos Quiosques há dois anos. Suas ponderações eram similares aos que ressaltavam a violência ou precariedade no bairro, entretanto, o tom com o qual apresentava sua argumentação denotava uma forte indignação em relação aos políticos e aos *outros* que residiam no entorno. Para ele, as ações desses últimos afetavam as possibilidades dele e de sua família de viverem bem no bairro. Disse que:

---

<sup>130</sup> A implantação de uma loja do G. Barbosa e da agência da CEF, inaugurados entre 2008 e 2010, e que contribui para alterar o perfil daqueles bairros, é decorrente de uma lógica que se reflete em estratégias de realocização dos grandes estabelecimentos comerciais comuns a várias metrópoles e grandes e médias cidades (SPOSITO, 2004). Mas, no âmbito local, repercute diretamente na vida de seus moradores pelos fluxos que atraem: as ruas de Aracui e Pitangueiras se tornam acesso de/para eles e também para os variados estabelecimentos comerciais que se multiplicam na Avenida Luiz Tarquínio. Aliás, essa via, nos últimos anos, se consolida como um dos principais eixos comerciais e de serviços da cidade.

A prefeitura deixa a desejar, só olha pro comércio e pras imobiliárias. [...] Não tem praça, rua asfaltada, só tem gente que usa droga [...] Me sinto preso! Infelizmente, nós, aqui nesse bairro, estamos vivendo aprisionados. As autoridades públicas não fazem *nada*! [...] As áreas públicas são inseguras, só tem caras tatuados e com *piercing*.

A presença dessas pessoas faz com que não frequente esses lugares. Embora suas críticas ao governo municipal sejam pertinentes, o outro, o diferente – os “tatuados e com *piercing*” – são igualmente responsáveis por problemas relacionados às possibilidades de se apropriar do espaço próximo à sua moradia.

Com 39 anos e nível superior, uma senhora residente em um condomínio situado no Morada do Sol há sete anos, assim falou de seu bairro:

[...] está mudando muito. Aceleradamente. Quando cheguei aqui esse era o único condomínio da rua. Tinha muito terreno vazio. Antes tinha sensação de medo. [...] hoje o crescimento, a vinda de pessoas de maior poder aquisitivo... acabou que os assaltos aumentaram [...] A rua, do Mercadinho do Galego pra lá, ela tem uma característica e de lá pra cá é melhor [tem mais pessoas] com esse mesmo poder aquisitivo da gente [sua família]. [...] Não vou dizer que sou a favor da igualdade, não sou. Cada um deve ficar no seu lugar. [...] Gostaria que as pessoas que estavam aqui antes [os moradores pobres] fossem para outro lugar.

E isso porque, em sua avaliação, eles produziam muito lixo e deixavam a rua feia. A separação entre pessoas de diferente “níveis”, no seu entender, é algo “natural”: “É do homem isso... quando os portugueses chegaram, eles expulsaram os índios [...]. Tenho pena, mas, é assim”.

Tais discursos são claros em relação ao desejo de separação entre as pessoas de diferentes faixas de renda. Reconhecem no outro (os pobres) a causa dos problemas de seu bairro e, por isso, eles devem ser afastados. Também aqui o discurso revela concepções ideológicas, possivelmente a mesma que os tenha levado a se autossegregar em condomínios que contavam com porteiro eletrônico e cerca elétrica.

Os comentários dos indivíduos das classes populares, em regra, não foram explícitos em relação a essa questão. No entanto, pontua-se, em meio a respostas sobre o passado, que as pessoas com maiores rendas têm melhores condições de habitabilidade ou meio de consegui-las. Além disso, menciona-se que eles podem interferir nos modos de uso do espaço. Assim o é quando a



referência da canalização da água é a chegada dos primeiros moradores a Vilas do Atlântico, ou quando se nota que a pavimentação das vias aconteceu quando os lotes do Eco Vilas começaram a ser vendidos, e ainda quando se afirma que sua rua “[...] desenvolveu mais para [se] ter acesso a Vilas”. Antigo morador de Pitangueiras, um pescador aposentado de 86 anos conta que no passado se podia fazer as coisas livremente por ali, andar por todo os cantos ou criar animais, galinha, porco, pato. “Agora com os barões, mudou tudo, mas tá bom...”.

De fato, o Aracui e Pitangueiras foram bastante modificados a partir de 1970. Todavia, no primeiro desses bairros, embora existissem domicílios de maior porte e melhor padrão construtivo (ainda que não aparentassem maior sofisticação), em que se encontravam pessoas das classes médias, prevaleciam aqueles em que se encontravam as classes populares.

Nas Fotos 6 a 8 têm-se exemplos desses casos. Na primeira delas, os contadores luz indicam a presença de três domicílios em um mesmo lote, todos, como se observou durante os levantamentos de campo, com perfil compatível com o da frente. Ao lado dele, uma casa em reforma. Antes, ela se encontrava em condições similares à que está em destaque. Na segunda, a seta aponta para um portão que permite acesso a algumas residências: pequenas casas de tijolo aparente, instaladas uma ao lado da outra.

Além disso, havia situações em que se combinava o morar e o trabalhar, como se verifica na Foto 8, onde há duas imagens da mesma propriedade. Um dos moradores desse lote, à frente de sua casa, expunha objetos com o propósito de vendê-los. Quanto às residências dos integrantes das classes médias entremeavam-se a essas. Não se concentravam num ou noutro ponto da rua.



**Foto 6. Moradias das classes populares. Rua Brigadeiro Alberto Costa Matos, área de ocupação antiga. Aracui. 2014**

Fonte: A autora, 17/10/2014.



**Foto 7. Moradias das classes populares. Rua Brigadeiro Alberto Costa Matos. Aracui. 2014**

Fonte: GOOGLE STRET VIEW (2015).



**Foto 8. Domicílio e lugar de trabalho. Rua Brigadeiro Alberto Costa Matos, área de ocupação antiga. Aracui. 2014**

Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2015).

A situação de Pitangueiras é distinta. Pode-se dizer que há algumas zonas em que prevalecem chácaras, em outras, espaços residenciais fechados<sup>131</sup> e, ainda, aquelas nas quais as moradias populares ou as de frações das classes médias similares aos batalhadores (SOUZA, 2012). Além disso, existem aquelas em que se nota uma tendência de transição. Onde prevalecia a classe popular ou casas em grandes terrenos estavam sendo erguidos condomínios para as classes médias ou a propriedade deixava de servir como de veraneio para ser usada como moradia.

No entanto, em algumas ruas é evidente que uma classe está mais presente do que as outras. Essa é a situação da Rua Juracy Magalhães e suas adjacências, na qual foram edificadas os primeiros espaços residenciais

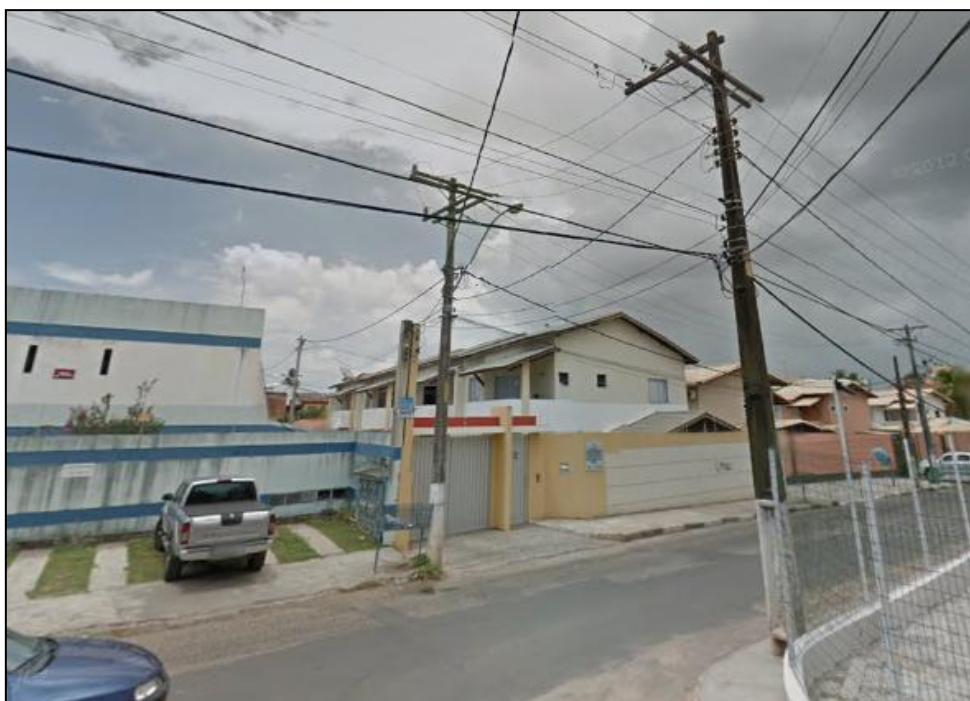
<sup>131</sup> Em relação aos espaços residenciais fechados comercializados para as classes médias e (médias) superiores em Pitangueiras não são tão sofisticados quanto os situados, sobretudo, na orla de Lauro de Freitas e ao norte de Vilas do Atlântico. Conforme levantamento de campo, na área de pesquisa os condomínios e *villages* contavam com entre três e 25 domicílios, a estrutura de lazer, quando existia, era composta por uma piscina, um quiosque e uma churrasqueira (em muitos, não havia nenhum desses itens) e os equipamentos de segurança mais comuns eram porteiro e portão eletrônico. Em alguns havia cerca elétrica e portaria. A presença de porteiro foi rara. A título de exemplo, na Rua Priscila Dutra, que, assim como a Rua Noêmia Paranhos, faz limites com Vilas do Atlântico, todos os condomínios contam com porteiro 24horas e câmeras de segurança. Apenas um deles tem o perfil de *village*. O menor deles tinha 20 lotes e quase todos têm áreas comuns compostas por salão de festas, piscina e quadra. Em vários, a maioria das casas possui piscina particular. Em breve levantamento realizado em julho de 2015, casas em condomínios na Priscila Dutra tinham valor de venda oscilando entre R\$ 500.000,00 e R\$ 1.500.000,00. Em Pitangueiras, na área de pesquisa, os valores estavam entre R\$ 200.000,00 e R\$ 650.000,00.

fechados do bairro; moradias das classes populares estão aglomeradas num ponto da rua, próximo ao Largo de Arcanja (Fotos 9 a 12).



**Foto 9. Espaços residenciais fechados similares. Rua Juracy Magalhães. Pitangueiras. 2014**

Fonte: A autora, 25/07/2015.



**Foto 10. Diferentes tipos de espaços residenciais fechados. Rua Juracy Magalhães. Pitangueiras. 2014**

Fonte: GOOGLE STREET VIEW (2015)





**Foto 11. Aspectos dos espaços residenciais fechados. Rua Juracy Magalhães, proximidades do Largo de Arcanja. Pitangueiras. 2014**

Fonte: GOOGLE STRET VIEW (2015).



**Foto 12. Residências nas proximidades do Largo de Arcanja. Rua Juracy Magalhães. Pitangueiras. 2014**

Fonte: GOOGLE STRET VIEW (2015).

A mesma situação de relativa separação dos domicílios conforme a classe social se observa na Rua Noêmia Paranhos. Há uma parte dessa rua que,

ocupada mais remotamente, permanece com presença mais comum da classe popular (Fotos 13 e 14). Em outra, em espaços residenciais fechados, prevalecem as classes médias (Fotos 15 e 16).

Na Rua Jardim Ipanema, que se tornou uma importante via de circulação entre os bairros após a inauguração do G. Barbosa, havia moradias das diferentes classes entremeadas, mas, nalguns pontos, só encontravam-se espaços residenciais fechados (Fotos 17, 18 e 19).

Uma aproximação da forma como os domicílios com diferentes perfis estavam distribuídos nos trechos de Aracui e de Pitangueiras sob análise é apresentada no Mapa 7. Note-se que no primeiro desses bairros, na Rua Brigadeiro Alberto Costa Matos, as moradias populares que predominam. No segundo, até por sua extensão territorial, há uma diversidade mais expressiva das formas de morar.



**Foto 13. Moradias populares. Rua Noêmia Paranhos. Pitangueiras, área de ocupação antiga. 2014**

Fonte: A autora, 14/08/2015.



**Foto 14. Antigas moradias populares. Rua Noêmia Paranhos. Pitangueiras. 2014**

Fonte: A autora, 14/08/2015.



**Foto 15. Espaços residenciais fechados. Rua Noêmia Paranhos. Pitangueiras. 2014**

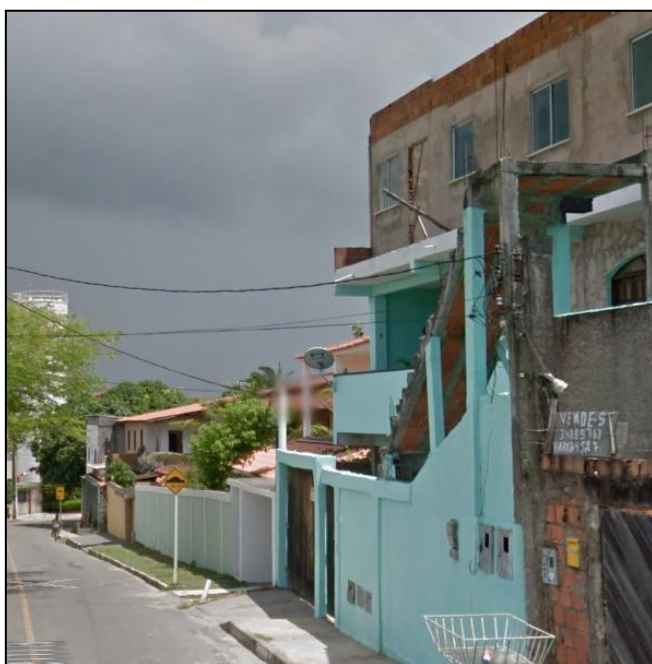
Fonte: A autora, 14/08/2015.





**Foto 16. Espaço residencial fechado. Rua Noêmia Paranhos. Pitangueiras. 2014**

Fonte: GOOGLE STRET VIEW (2015).



**Foto 17. Diferentes padrões de moradias. Rua Jardim Ipanema. Pitangueiras. 2014**

Fonte: GOOGLE STRET VIEW (2015).





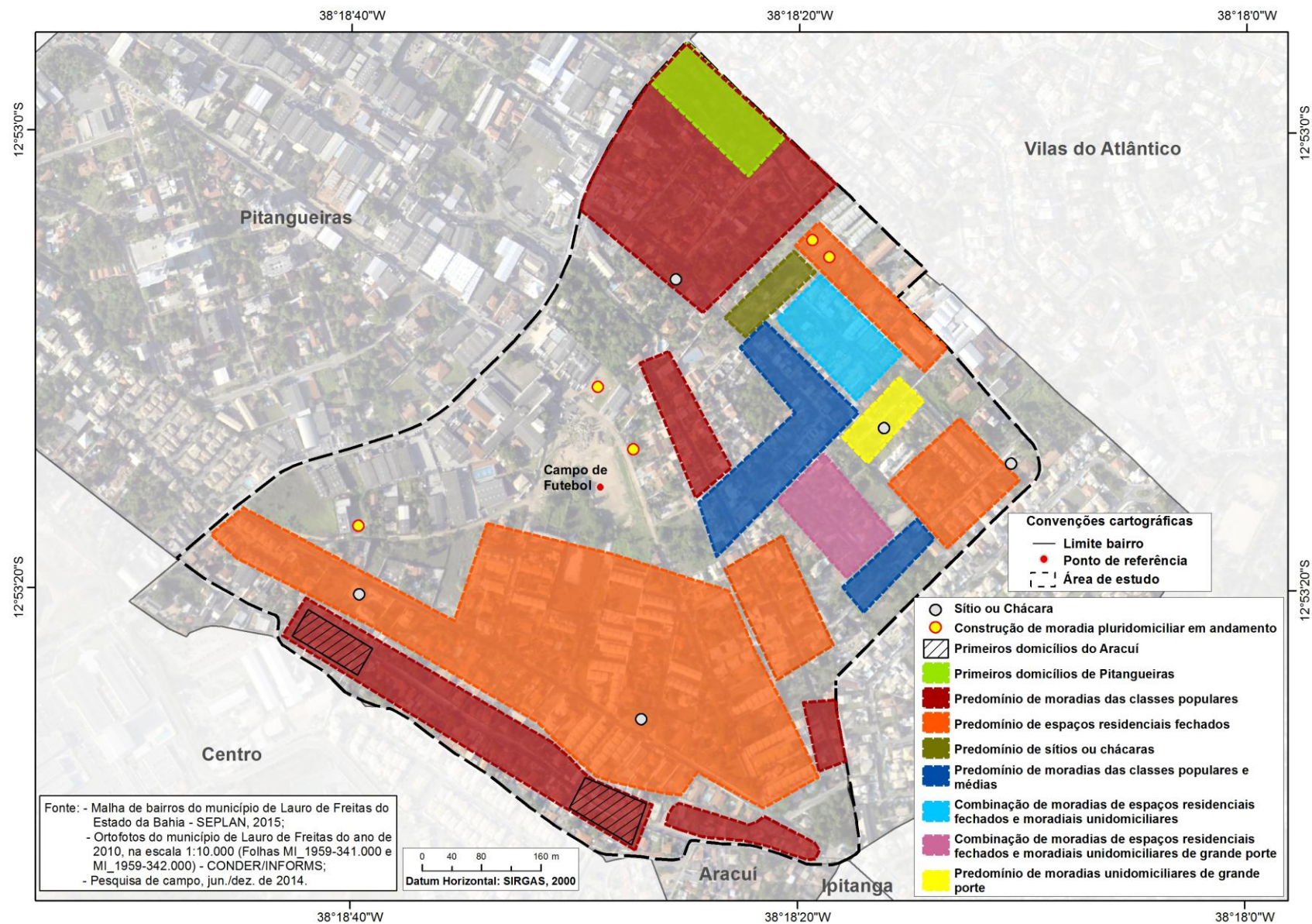
**Foto 18. Diferentes padrões de moradias. Rua Jardim Ipanema. Pitangueiras. 2014**

Fonte: GOOGLE STRET VIEW (2015).



**Foto 19. Espaço residencial fechado. Rua Jardim Ipanema. Pitangueiras. 2014**

Fonte: GOOGLE STRET VIEW (2015).



**Mapa 7. Localização das tipologias habitacionais (áreas aproximadas). 2014**

O fato é que, a partir da primeira década dos 2000, em especial na orla de Lauro de Freitas, antigas chácaras ou casas maiores vão sendo demolidas para dar lugar a condomínios. Como notam Sposito e Góes (2013), quando analisam a situação de espaços residenciais fechados bem mais sofisticados que os presentes nesses bairros, a implantação desse tipo de empreendimento, bem como a chegada dos moradores que eles abrigam, contribui para alterar o conteúdo dos lugares em que se instalam, aglomerando, num espaço restrito, pessoas com perfil socioeconômico similar.

Dentro desses espaços eles realizam atividades que os que neles não residem, ao menos outrora, praticavam na rua. Dessa maneira, confirmando um ideário que tem como uma de suas expressões a autosegregação, as relações de vizinhança eram principalmente aquelas que aconteciam no interior dos desses empreendimentos, entre os “iguais”. Ali as crianças brincavam juntas e faziam-se festas. Isso se explicita, por exemplo, em afirmações tais como: “aqui é meu espaço de lazer” e “aqui somos como uma família”<sup>132</sup>.

Todavia, não só os que possuem esse tipo de moradia que se afastam da rua. O fato é que ela emerge nos discursos das pessoas, independentemente da classe social como mais ameaçadora do que antes. Desse modo, embora atualmente haja asfalto e luz, e não mais se circule por um “caminho” de terra, ela deve ser evitada. Porém, quando se observa o acontecer diário, há algo que rompe com a referida aura do medo. Particularmente nas ruas Brigadeiro Alberto Costa Matos, no início da Noêmia Paranhos e na José H. Requião, durante o dia, há crianças brincando nas calçadas, jovens conversando próximos aos colégios e idosos na porta de casa. Além disso, no fim da tarde e mesmo à noite, algumas pessoas deixam o portão aberto para “ver o movimento”, outras ainda colocam suas cadeiras na calçada onde conversam com vizinhos, tomam uma bebida ou ouvem música.

Há que se reconhecer que esse comportamento era mais afeito às classes populares, mas não se restringia a ela. Exemplo disso foi verificado quando os netos de um casal que participava das classes (médias) superiores, que mora no Aracui,

---

<sup>132</sup> É importante mencionar que a preferência de práticas de lazer no domicílio não foi algo registrado apenas entre os que estão em condomínios. Como se verá em capítulos posteriores, a insegurança, necessidades relacionadas ao custo e ao próprio perfil da família e da moradia levam pessoas de diferentes classes a ter, como um dos principais locais de lazer, a residência.

deixaram o portão entreaberto enquanto foram comprar doces e, ao voltarem, não sofreram qualquer reprimenda. Igualmente, a ilustra o fato de uma senhora de classe média, moradora de um condomínio de Pitangueiras, comentar que leva rotineiramente os pais e sogros, todos com mais de 90 anos, para passearem na rua. A queixa que tem quanto a isso é sobre a deficiência das calçadas. Principalmente, leva a questionar a ideia recorrente do medo o ato de pessoas de diferentes perfis sociais terem recebido no interior de sua casa (sem que se solicitasse tal atitude) uma pessoa desconhecida, que vinha da rua, e falassem a essa estranha sobre sua família e rotina, como quando se respondeu ao questionário que permitiu as reflexões postas nesta pesquisa. Essas situações sugerem que na esfera do vivido, embora a sensação de insegurança exista, nem sempre é determinante do agir social.

A perspectiva que se coloca é que esse pequeno trecho da RMS, configurado a partir da união de duas pequenas e antigas aglomerações populares, experimenta transformações em termos de formas e funções. Essas decorrem de necessidades e estratégias de expansão do capital imobiliário – e, junto a ele, o comercial – no vetor norte da capital. Verifica-se que muito do que acontece, nas últimas décadas, no Aracui e em Pitangueiras é consequência do que ocorre em suas proximidades: Vilas do Atlântico, Avenida Luiz Tarquínio, Estrada do Coco etc., mas, particularmente, da lógica de reprodução do capital cujo núcleo encontra-se em outras cidades. O adensamento desses locais, além do que até aqui foi pontuado, atribuem aos bairros em questão uma função mencionada diretamente por apenas quatro das pessoas que responderam aos questionários ou entrevistas: tornam-se locais de passagem. Suas ruas centrais servem à circulação dos que moram ou trabalham noutros lugares.

Enfim, é evidente que conforme à orla da RMS é colocada a condição de vetor de expansão do capital imobiliário – processo influenciado pelas dinâmicas de autossegregação/segregação –, as áreas que estão nesse caminho vão tendo, em tempos e modos particulares, alterações em seu conteúdo, tal como se desvenda quando se estuda a situação do Aracui e de Pitangueiras. É por isso que seus moradores mais antigos reconhecem e estranham o lugar onde vivem, percebem-no e vivenciam-no envolvidos na contradição entre os ganhos e as perdas que o



“progresso” lhes trouxe. Para os residentes que chegaram mais recentemente, o que importa é o que acontece dentro da casa ou do condomínio.

Sendo a prática espacial “[...] o modo como as pessoas se apropriam do espaço organizado pelas técnicas, por modelos socioculturais, dominado pelo Estado, fragmentado pelos empreendedores imobiliários” (CARLOS, 2001, p. 213), ainda que haja tentativas de burlar as imposições decorrentes da configuração física dos lugares, é inegável – e os discursos aqui mencionados corroboram essa ideia – que, no decorrer dos anos, o que se passa no Aracui e em Pitangueiras altera os modos e as possibilidades de perceber, sentir e usar o espaço, nesses termos, sua apropriação de e para a vida se transforma. No fundamental, Vilas do Atlântico, condomínio Eco Vilas, o G. Barbosa e a CEF, e mesmo os empreendimentos residenciais de menor porte que se multiplicam no interior e ao redor desses bairros, sublinham um movimento que se sobrepõe àqueles que fundamentavam a vida na cidade.

É nesses termos que Lauro de Freitas vai perdendo a condição de periferia, no sentido mais estrito do termo. Essa situação é impulsionada pela difusão, em seu território, de um tipo de produto imobiliário que responde à tendência de autossegregação, fato que concorre para a alteração de seus conteúdos econômicos, sociais e espaciais e a para a conformação de centralidades de consumo, de serviços e de lazer. Aponta-se, pois, para a produção de sua fragmentação socioespacial, uma segmentação do espaço, em termos tanto econômicos como sociais, que repercute nas possibilidades de sua apropriação.

.

CAPÍTULO 4  
**TRABALHO E LAZER: SIGNIFICADOS E SENTIDOS**

Ao fragmentar a vida do homem e a dinâmica social com vistas a analisá-las, sempre se deixa escapar algo fundamental. Mesmo que se tenha clareza de que a totalidade está presente em todo e qualquer evento, alcançá-la é resultado de um exercício intelectual nada simples. O que se tem, quando se principia uma investigação científica, é apenas uma aproximação da complexidade do que se denomina realidade.

Para alcançá-la, no que atende aos propósitos deste capítulo, parte-se de duas premissas básicas. A primeira diz respeito a que não há fatos ou processos que se desprendam do tempo e do espaço, da multiplicidade e da diversidade de movimentos que, articulados, fazem o acontecer em sociedade. E a segunda, é de que há um véu, formado por ideologias e representações, que encobrem a realidade. Considera-se ainda importante que, na intenção de entender os fluxos das diferentes classes sociais na metrópole soteropolitana, abordem-se duas das dimensões essenciais para compreender a relação homem-mundo: o trabalho e o lazer.

A tríade moradia-trabalho-lazer, como se mencionou na introdução desta tese, apoia-se na proposição de Lefebvre (1991a, 1991b) de que família, trabalho e lazer são elementos articulados e centrais da vida cotidiana na modernidade. Então, principia-se este capítulo apresentando a compreensão que esse autor tem de cotidiano, acrescentando-se breves comentários a respeito da leitura que Michel de Certeau (2014) elabora sobre o tema.

Em seguida, discutem-se ideias sobre trabalho e lazer, considerando autores que fazem uma crítica à forma como essas práticas são abordadas e vividas. Posteriormente, expõem-se as práticas de trabalho e lazer de cada uma das classes sociais e discute-se o significado desses termos para os sujeitos desta pesquisa. É necessário esclarecer que não se pretende fazer uma revisão teórica aprofundada das noções em apreciação. O intuito é levantar aspectos que possibilitem compreender os achados de campo.

#### 4.1. A NOÇÃO DE COTIDIANO

O cotidiano é um dos temas centrais da obra de Henri Lefebvre. Ele o estuda partindo da análise da Modernidade, momento da História em que as especificidades referentes aos códigos, modos de uso do espaço e do tempo, apontam para uma sociedade particular, aquela produzida pela burguesia. Mas o que significa esse termo em sua proposta teórica?

Aprende-se com Lefebvre (1991a, 1991b) que antes do capitalismo se instaurar, quando se sobrevivia da produção camponesa ou do artesanato, o trabalho acontecia na casa ou no seu entorno, não se separando das outras atividades habituais. A vida em comunidade e o ritmo da natureza eram os referenciais para estabelecer o momento da festa, do trabalho e mesmo da vida doméstica. Sobretudo, as variadas práticas comuns a essa conjuntura não se opunham e os lugares em que eram realizadas não distavam ou diferenciavam-se – havia um sentido de totalidade.

A consolidação da sociedade burguesa, da industrialização e da urbanização rompe com tal articulação. Com isso, entre outras questões, há a separação homem-natureza, o que repercute nas temporalidades e na melancolia em relação ao passado e à natureza perdida. Do mesmo modo, acontece a dissolução da continuidade, o crescimento do individualismo e a “[...] acentuação da divisão do trabalho, levada ao parcelamento extremo, com nostalgia da unidade e compensação do fragmentário pela ideologia” (LEFEBVRE, 1991a, p. 46).

Esse conjunto de aspectos repercute no modo como o homem compreende o mundo e a si mesmo, enquanto um ser que dele participa. Em consequência, há a desagregação da consciência (ora privada, ora pública, ora social) e sua pulverização; firmam-se o individualismo, a especialização e a separação dessas práticas (LEFEBVRE, 1991a, 1991b). Assim sendo, decorrente de processos desenvolvidos em escala global, na modernidade, o cotidiano, como lógica que norteia os modos de vida, é marcado por contradições e conflitos.



Com a burguesia, o valor do trabalho é reafirmado e assume o caráter de necessidade. Ao mesmo tempo, sua realização se torna, cada vez mais, especializada, parcelarizada e apartada das outras esferas da vida. Portanto,

[...] at the same time a distinction was made between man 'as man' on the one hand and the working man on the other (more clearly among the bourgeoisie, of course, than among the proletariat). Family life became separate from productive activity. And so did leisure<sup>133</sup> (LEFEBVRE, 1991b, p. 31).

Pode-se afirmar que, quando o trabalho se torna o centro da existência humana, cria-se entre ele e as demais esferas da vida social uma aparente cisão. Para Nasser (2001, p. 19), “[...] a unidade – entendida como totalidade – entre o trabalho, a família e o lazer é contraditoriamente vivida e percebida como separação [...]”. Sendo assim, na sociedade burguesa, o homem não se percebe como uno. Mas, por que é preciso que seja assim?

Três aspectos são caros a essa sociedade ou, como a designa Lefebvre (1991a), à sociedade burocrática de consumo dirigido: a racionalidade (burocrática); a maior preocupação com o consumo (e sua organização) do que com a produção<sup>134</sup>; e o planejamento (meio de assegurar sua continuidade). E como toda formação social envida esforços para se perpetuar, o cotidiano encaminha a reprodução dessa sociedade ao se constituir numa lógica que orienta a vida comum por esses mesmos aspectos, assim, constitui-se numa programação da vida. Mais precisamente: na modernidade existe uma série de controles (sociais) com vistas a manter o funcionamento “harmônico” da sociedade. Tais controles são realizados, principalmente, por meio de ideologias e representações, que têm por fim último encobrir as contradições e evitar conflitos sociais.

Uma das representações mais importantes nesse sentido se refere àquela do tempo. Para o autor, se no passado o tempo era cósmico (o do processo social), com a

<sup>133</sup> “[...] foi feita uma distinção entre o homem ‘como homem’, por um lado e o homem que trabalha por outro (de forma mais clara entre a burguesia, é claro, do que entre o proletariado). A vida familiar tornou-se separada da atividade produtiva. E assim se fez lazer” (tradução nossa).

<sup>134</sup> Nessa sociedade, o consumo é imposto aos homens em substituição aos seus desejos. Visa-se a satisfação, o que significa “[...] uma saturação tão rápida quanto possível [...] A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco. É a saturação” (LEFEBVRE, 1991a, p. 89). Dessa maneira, o desejo “[...] seria uma necessidade que supera a sua forma bruta porque já está socializada por possibilidades mais desenvolvidas de sua satisfação [...] pode também ser definido como uma necessidade que não é reconhecida como tal, caindo para o lado do luxo e supérfluo” (LACOMBE, 2008, p. 153).

modernidade, assume um caráter linear, que se afasta ou mesmo exclui o ritmo natural do mundo. Nesse contexto, o tempo qualitativo é subjugado pelo quantitativo (MARTINS, 2012). O que se constata é que a partir da divisão do trabalho, o que predomina é a noção de um tempo abstrato, que pode ser contado, consumido, gasto (LEFEBVRE, 2013), por isso mesmo, pode ter como equivalente o dinheiro, que igualmente é uma abstração<sup>135</sup>. E o relógio, objeto que permite racionalizar seu uso, veio a contribuir para afirmar esse modo de entender o tempo. A questão é que sua mensuração e controle ultrapassam a dimensão da produção, tornando-se balizadores a vida em sua totalidade. Assim, tudo vai sendo subordinado ao ritmo da produção. Noutros termos, o relógio passa a definir o ritmo do fazer humano.

No fundamental, a organização de todas as práticas é dominada pelo tempo do trabalho, o tempo obrigatório, como diz Lefebvre (1991a). Fora dele, há o tempo (supostamente) livre, em que não se está trabalhando, no qual é possível a prática do lazer; e o tempo imposto, que comporta as exigências além das relacionadas ao trabalho (formalidades, deslocamentos etc.).

Então, a vida vai sendo racionalizada e organizada de modo que cada momento seja bem aproveitado. Nesses termos, princípios elaborados no âmbito científico e aplicados ao planejamento permitem acomodar o trabalhador a práticas alienadas (que não são por ele desejadas ou definidas), sejam elas referentes ou não ao trabalho. Em consequência, mantém-se a produtividade e a própria estrutura social.

Ao contrário do que possa parecer, portanto, a vida cotidiana não está entregue ao abandono ou é orientada pela liberdade de decisão. Pautada pela repetição, por atos aparentemente sem sentido, ela é planejada com vistas à dominação. Para Garcia (2002, p. 96), as práticas cotidianas “[...] serían um tipo de *práxis* dado en las

---

<sup>135</sup> Segundo Garcia (2002), pela teoria de Marx e Engels, a vida pré-moderna apresentava uma série de referenciais (como a família e a religião) que, no capitalismo, são substituídos por um único referente: o dinheiro. As tradições sobre as quais se fundavam a vida diária e a carga simbólica a ela associada desvanecem e, em seu lugar, fortifica-se a função econômica. De acordo com Faleiros (1980), no capitalismo, todas as necessidades naturais do homem encontram-se mascaradas pela do dinheiro. Desse modo, o trabalho ao invés de voltar-se à satisfação das necessidades, assume um aspecto falso e alienante: o de ser o único meio de obtenção de dinheiro e, conseqüentemente, de objetos. A autora, assim como Lefebvre, está apoiada em argumentos marxistas, a exemplo de: “A necessidade de dinheiro é, pois, a necessidade real criada pela economia moderna, e a única necessidade por esta criada. A quantidade de dinheiro torna-se cada vez mais sua única qualidade importante. Assim como ele reduz toda entidade a sua abstração, também se reduz a si mesmo, em seu próprio desenvolvimento, a uma entidade *quantitativa*. Excesso e imoderação passam a ser seu verdadeiro padrão” (MARX, 2016, s/p).

coordenadas de los espacios y ritmos que los individuos viven día a día, *i. e.*, en esse âmbito a partir del cual el individuo se relaciona con su entorno social”<sup>136</sup>, portanto, na medida em que a consciência humana resulta das relações sociais, o fazer diário nunca é arbitrário.

Lefebvre (1991a, p. 82) propõe que o cotidiano é o domínio da organização que segue uma autorregulação voluntária. Reafirmando, constantemente, sua importância na reprodução social, observa que:

Bem cuidado ele [o cotidiano] tende a constituir um sistema com bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo [...] A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros que o pensamento sistemático e a ação estruturante visam. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a Modernidade.

Assim sendo, a cotidianidade, modo de viver gestado pelo cotidiano, é marcada pelo controle do tempo e dos atos, pela repetição, pelo despedaçamento do homem e da sua prática numa sociedade na qual, pela transfiguração da realidade, a satisfação se coloca como substituto da felicidade e o imaginário ocupa o lugar da imaginação.

Segundo Lacombe (2008, p. 149-150), na modernidade se verifica “[...] o domínio do homem sobre a natureza, sobre o mundo e sobre a própria vida, mas esse é um domínio alienado em que o homem se vê prisioneiro da própria dominação e de sua própria vida”. Em tal situação, o cotidiano é o lugar da tragédia, do repetitivo, da alienação e da reprodução. Mas, ao mesmo tempo, é também onde se encontram as virtualidades, o novo e a possibilidade de superação das condições do presente. Portanto, a vida cotidiana, dialeticamente, contém tanto a dinâmica do imobilismo, como descontinuidades e rupturas. Para Martins (2012, p. 57), “[...] é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes de inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação”. Como diz Lefebvre (1991a), à medida que a cotidianidade se torna insuportável, quando os homens não mais conseguem participar de um determinado modo de reprodução, tem-se a revolução, que nada mais é do que a alteração do cotidiano.

---

<sup>136</sup> “[...] seriam um tipo de *práxis* dado nas coordenadas dos espaços e ritmos que os indivíduos vivem dia a dia, isto é, nesse âmbito a partir do qual o indivíduo se relaciona com seu entorno social” (tradução nossa).

As ponderações até aqui postas indicam que, ao mesmo tempo em que a cotidianidade se apresenta como uma realidade parcial da vida social, ela ensina sobre a sociedade que a elaborou. De acordo com Lefebvre (1991a), quando se estudam os fatos e gestos que se repetem, pode-se daí extrair algo essencial: aquilo que os ordena e define.

Considerando que o cotidiano compreende as ações imbricadas a um contexto, envolvendo a vida do homem em distintos e relacionados âmbitos, seus desejos, capacidades e possibilidades (VILLORÍA, 2013), é que se caminha neste e nos capítulos seguintes. Essa é a principal referência para tratar do significado de trabalho e lazer, a dialética entre essas práticas e os fluxos que se empreende para realizá-las. Isso porque se tem como princípio que a vida cotidiana é a vida do ser humano numa pluralidade.

No entanto, acredita-se ser interessante outra abordagem do cotidiano, aquela anunciada por Michel de Certeau, para quem o termo está relacionado à resistência. Diferentemente de Henri Lefebvre, que se volta para as estruturas, esse autor observa como os indivíduos, a partir delas, desenvolvem sua vida. Seu olhar está, portanto, mais voltado à apropriação. Em particular, interessa-se pelos fracos, considera sua sobrevivência frente às determinações do consumo como uma “arte” (ARAÚJO, 2010).

Certeau (2014, p. 37), partindo da compreensão de que é a relação (sempre social) que determina os termos das ações individuais, afirma que “[...] cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”. São exatamente essas individualidades o que lhe interessa, ou melhor, os usuários<sup>137</sup> e o que fazem com os produtos, as astúcias adotadas nas maneiras de empregá-los – suas artes do fazer. Portanto, para o autor, o cotidiano é uma invenção, um *patchwork* de histórias e operações heterogêneas.

Na sua abordagem, as práticas cotidianas são produções que não capitalizam, que não dominam o tempo. Há dois tipos delas: a estratégia e a tática. Por estratégia, entende o “[...] cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do

---

<sup>137</sup> A noção de usuário adotada por Certeau (2014) dista da ideia de consumidores passivos daquilo que a indústria ou a ordem dominante lhe impõem.

momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de uma ‘ambiente’” (CERTEAU, 2014, p. 45). Ela pressupõe um lugar como próprio e uma exterioridade. Conforme Albuquerque (2014), esse conceito se refere a um planejamento racional de longo e médio prazos. São o agir e o falar elaborados com vistas a um objetivo. Cada estratégia entra em jogo com as demais, formuladas por diferentes agentes, e se submete a uma relação de forças. Apresenta uma durabilidade, uma temporalidade extensiva.

Em oposição, a tática acontece quando há “[...] um cálculo que não pode contar com o próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro” (CERTEAU, 2014, p. 45). É uma prática em que se depende do momento, da oportunidade, de “captar no voo” para aproveitar as possibilidades de ganho. Assim, está no campo da intuição. Conforme o autor, essa é uma maneira do fraco se aproveitar das “ocasiões”, que, em lapsos de tempo, permitem-lhe se desviar ou escapar a uma estratégia. É, pois, um meio de tencionar uma relação de poder (ALBUQUERQUE, 2014).

A noção de uso para Certeau (2014) é peculiar. Para ele, usar é modificar, transformar, produzir uma nova significação. A cada uso modifica-se o sentido do objeto, ele é recriado. Desse modo, são os passos que moldam o espaço, tecendo e localizando as conexões entre os lugares e atribuindo-lhes significado. É o caminhar que possibilita sua apropriação, ou seja, a realização espacial do lugar<sup>138</sup>. Portanto, o ato de caminhar assemelha-se a uma enunciação:

[...] é um ato de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma *realização* espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica *relações* entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores) (CERTEAU, 2014, p. 164).

Conforme sua interpretação, ainda que exista uma ordem espacial que aponta para um conjunto de possibilidades e proibições do transitar, os homens atualizam tal ordem. O caminhante muda ou mantém as possibilidades pré-estabelecidas, inventa

<sup>138</sup> Para Certeau (2014, p. 184), lugar é “[...] uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”. É a ordem na qual se distribuem e coexistem os elementos: cada um deles se situa num lugar próprio e distinto do de outro. Espaço é um cruzamento de móveis – vetores, quantidades de velocidades e variável de tempo. Desse modo, é decorrente do movimento que nele acontece. “[...] o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformado em espaço pelos pedestres”.

novas, faz com que outras sejam esquecidas. Enfim, ao selecionar caminhos, na condição de usuário, com sua maneira de fazer, “[...] o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial” (CERTEAU, 2014, p. 165).

Pode-se interpretar, com base na leitura de Certeau (2014), que as práticas do espaço correspondem a manipulações sobre uma ordem construída, geralmente, uma ficção elaborada pelos urbanistas.

Frisa-se que são as concepções lefebvreanas que norteiam as análises que se seguem. No entanto, as proposições de Certeau (2014) contribuem para refletir a respeito de algumas questões pertinentes às classes populares. Para Araújo (2010, p. 43), trabalhar com essas duas perspectivas não se revela uma contradição. Observa que esse último autor “[...] cria uma cisão entre aqueles que produzem o espaço e os que dele se apropriam, deixando para estes a capacidade de produção de uma história. Isto não deixa de ser intrigante uma vez que Lefèbvre encara a história como um produto coletivo”.

#### 4.2. SIGNIFICADOS DE TRABALHO

Evidentemente que o termo trabalho não é fruto da obra de Marx, porém, conforme Lefebvre (2006b), é com esse autor que ele é estabelecido como conceito. Estudando as diferentes nuances da sociedade burguesa e sua relação com a consolidação do capitalismo ou analisando os processos de produção e reprodução que lhes são específicos, ele trata de esclarecer os significados atinentes ao termo trabalho e sua importância para o homem.

De acordo com Marx (1996b, p. 297), em princípio, “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. Ao agir sobre ela, modificando-a, igualmente se transforma, ou melhor, “desenvolve suas potências adormecidas”. Ressalta que, embora outros animais também operem transformações no mundo, em nada essas intervenções se igualam ao fazer humano. Isso porque apenas essa espécie tem sua prática orientada por intencionalidades, ou seja, planeja mentalmente o produto a ser realizado e a forma de alcançá-lo. No clássico exemplo, posto em *O capital*, em que compara a ação do “pior arquiteto” à da “melhor abelha”, assevera que se a ambos ocorresse executar a

mesma atividade, apenas o homem construiria antecipadamente o objeto a ser elaborado em sua cabeça<sup>139</sup>. Assim sendo, ele “[...] não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo” (MARX, 1996b, p. 298).

Para o autor,

O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural e eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes, igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1996b, p. 303).

Nesses termos, o trabalho é aquilo que o ser social realiza de modo a romper com sua condição pré-humana, é o ponto de partida de sua humanização. É consequência de uma ação, devidamente idealizada com base na trajetória histórica e social, que visa elaborar coisas úteis (ANTUNES, 2016).

Com o capitalismo, porém, seu conteúdo se modifica, pois, o trabalhador passa a vender, não o que realiza, mas, sua capacidade de realização. Disponibiliza ao mercado sua força de trabalho<sup>140</sup>. Em consequência, o que elabora passa a ser propriedade do outro. Essencialmente, o trabalho deixa de ser uma condição humana para se tornar uma mercadoria. Nesses termos, no capitalismo,

O trabalho como atividade vital se configura então como trabalho estranhado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Estranhado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano [...] (ANTUNES, 2016, p. 3).

Ademais, se a força de trabalho se torna uma mercadoria, o que seu vendedor pretende é a subsistência. Já seu comprador, visa por meio dela criar mercadorias e

<sup>139</sup> Engels (2015, p. 4) avalia que apenas o homem é capaz de atuar conforme sua vontade, colocando a natureza a seu serviço. Logo, o trabalho é mais do que a geração de riquezas, “É a condição básica e fundamental de toda vida humana. E, em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Entende que conforme foram sendo desenvolvidas atividades decorrentes da necessidade de dominação da natureza, houve mudanças no corpo, órgãos e sentidos dos indivíduos. Um exemplo disso é a mão que, ao ser usada para a realização de atividades, desenvolve certas habilidades. “Mas, a mão não era algo com existência própria e independente. Era unicamente um membro de um organismo íntegro e sumamente complexo. E o que beneficiava a mão, também a todo o corpo servido por ela [...]” (ENGELS, 2015, p. 8).

<sup>140</sup> O termo mercado, aliás, a expressão mercado de trabalho, por si só já demonstra que se trata de por à venda algo, a capacidade do homem ou sua força de trabalho. É interessante que o conteúdo atinente à tal expressão, nos textos que versam sobre o tema, normalmente é desconsiderado.

a valorizar o capital. De uma perspectiva ou de outra, ela se torna um meio de e não uma finalidade. O processo de trabalho, nesses termos, se torna o emprego da força de trabalho com vistas à elaboração de certa quantidade de produtos que venham a atender a uma necessidade natural ou social, não mais de um meio de realização da humanidade do homem (MARX, 1996b). Com base nos textos marxistas, Antunes (2016) destaca que, no capitalismo, quando se fala de trabalho, o que está em conta é uma prática alienada e fetichizada, que desumaniza o homem<sup>141</sup>.

Aliás, a questão é a força de trabalho é um ponto fundamental da elaboração marxista. Conforme Gorender (1996, p. 37), uma das principais contribuições de O capital, encontra-se exatamente na análise de que “O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário”. Para Arendt (2007), tal proposição guarda relevância também por indicar que a produtividade do trabalho (independentemente das circunstâncias que a cerquem) está pautada na “força humana” e na sua capacidade de reprodução.

Nas palavras do próprio Marx (1996b, p. 297), “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela”. Nesses termos, ela é uma mercadoria que, comprada pelo capitalista, se torna o “fermento vivo” que, junto a “elementos mortos”, conformam o produto. Logo, é o que há de comum, como substância social, a todas as mercadorias: “Uma mercadoria tem um valor por ser uma cristalização de um trabalho social. A grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra [...]” (MARX, 1996a, p. 92). Por esse raciocínio, mais do que a energia despendida na realização do trabalho, ela está relacionada ao valor do produto e à possibilidade de perpetuação da sociedade. O autor explica:

A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência; o homem,

---

<sup>141</sup> Codo (1985, p. 144) observa que quando o produto do trabalho passa a valer pelas horas trabalhadas, seu vínculo com a satisfação de necessidades, referido ao valor de uso, transforma-se. A necessidade passa a ser satisfeita pelo dinheiro, consequência da tarefa que se realizou. Dessa maneira, sua sobrevivência deixa de estar vinculada à sua ação (ao trabalho) para depender do trabalho social (ação social porque mediada por uma série de composições de interesses sociais). Ademais, as próprias necessidades passam a ser estabelecidas por critérios sociais. Então, “Ocorre aqui um primeiro processo de alienação, no sentido de separação entre ação e sobrevivência humana, o trabalho humano perde sua especificidade e se confunde com a moeda que o representa”.



como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar um determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a descendência dos trabalhadores. Ademais, tem que gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de certas habilidades [...] o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho (MARX, 1996a, p. 99-100).

Arendt (2007), em *A condição humana*<sup>142</sup>, entre as análises que desenvolve, empreende uma elegante crítica ao conteúdo que Marx atribui ao termo trabalho<sup>143</sup>. A autora, considerando que esse vocábulo foi por ele usado para tratar de temas distintos, busca esclarecer o conteúdo de tal termo, o que o faz quando retoma e ressignifica a expressão *vita activa*.

Observando que essa expressão surge na Antiguidade, esclarece que Platão elabora um raciocínio no qual a *vita contemplativa* e a *vita activa* se encontram em contradição. A primeira é relacionada ao pensamento filosófico e à possibilidade de apreciar o que o mundo oferece, condição que a colocava num patamar superior ao da *vita activa*. Aristóteles, por sua vez, considera que eximido das tensões atinentes à preservação e à reprodução da existência, estando-se livre das práticas necessariamente úteis, o homem poderia escolher entre três modos de vida voltados ao “belo”. Esses modos se relacionariam aos deleites do corpo, à vida dedicada aos assuntos da polis e à investigação e à contemplação das coisas eternas, algo particular ao filósofo, alguém dedicado ao saber (ARENDT, 2007). Dessa maneira, a contemplação, tida como capacidade mais elevada, não é algo acessível a todos; é possível apenas para os que não estivessem devotados a atender às necessidades de sobrevivência (SIVIERO, 2006). Assim, o labor e o trabalho se mostravam indignos e incapazes de “[...] construir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e

<sup>142</sup> Para se ter uma ideia do que quer dizer com essa expressão, Arendt (2007, p. 17) indica que “A condição humana compreende mais do que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência”. Explica que essa expressão não significa o mesmo que a natureza humana ou o conjunto das atividades e capacidades relativas à natureza humana. Mostra que há um amplo grupo de elementos que constituem as características, habilidades e capacidades humanas, sem as quais a deixaria de ser humana. Mas, a condição humana é outra coisa, envolve tudo o que há Terra.

<sup>143</sup> A autora abre o capítulo em que detalha sua compreensão do termo labor indicando que Marx será criticado. No entanto, faz suas ponderações, reconhecendo a grande riqueza de suas ideias. No decorrer de seu texto, detalha os pontos de divergência, aponta o fundamento de suas teses, mas, não desmerece a produção marxista.

útil, não podiam ser livres e independentes das necessidades e privações humanas” (ARENDT, 2007, p. 21).

Na Idade Média, reafirmam-se essas ideias. Enquanto a *vita activa* é associada a todo e qualquer comprometimento ativo com as coisas do mundo, como algo decorrente das imposições ordinárias da vida terrena, a *vita contemplativa* se afigura como o único modo de vida realmente livre, que permite as descobertas dos milagres do ser, o encantar-se e o maravilhar-se com o mundo que vinha sendo desvelado pelas ciências e pela filosofia. Desse modo, a *vita contemplativa* mantém o status de algo superior<sup>144</sup>.

Na era moderna, acontece o avanço da ciência e da técnica e a importância atribuída ao “[...] caráter puramente teórico, contemplativo, muda completamente e cede lugar à ação, que instaurou a noção do senso prático aos artefatos produzidos pelas mãos homem” (SIVIERO, 2006, p. 77). O desejo da produção ilimitada<sup>145</sup>, próprio à industrialização dos séculos XVIII e XIX, coloca por terra a contemplação como a principal atividade humana e o trabalho (a atividade em geral) perde sua conotação desfavorável. Tanto é “glorificado” frente à contemplação, quanto assume a condição de fonte de todos os valores. Inverte-se a hierarquia entre *vita activa* e *vita contemplativa*, pois, não se trata mais apenas de observar e contemplar o mundo. É fundamental compreendê-lo para nele intervir.

Ao avaliar os conteúdos e a importância atribuídos à *vita activa* e à *vita contemplativa*, Arendt (2007) afirma que o amplo valor associado à contemplação, num determinado contexto, resultou por obscurecer o conteúdo e o significado da *vita activa*. Por isso, sua interpretação ficou restrita, diga-se, ao fazer enquanto condição da sobrevivência biológica. Todavia, na modernidade, sua sobrevalorização não fez com que a ação obtivesse a mesma relevância que a

<sup>144</sup> O papel político da Igreja nesse contexto é importante. Seus preceitos apontam para a compreensão de que “[...] a melhor forma de vida é aquela livre dos assuntos mundanos, isto é, das coisas terrenas defendendo a contemplação como a forma de vida mais correta para se obter a salvação” (SIVIERO, 2006, p. 75).

<sup>145</sup> Arendt (2007) afirma que nesse contexto o foco é a produtividade. Por isso, autores como Adam Smith e Karl Marx argumentam que a atividade que não cria valor é um trabalho improdutivo, tal como o realizado pelos “criados domésticos”. Assim, por sua análise, nem mesmo o criador do materialismo histórico resiste ao fascínio que a intensa produtividade de sua época exercia e, como outros, entende que o trabalho envolve tanto as atividades necessárias à subsistência, como as que se referem à criação de produtos.

contemplação alcançara no passado. De todo modo, para a autora, não qualquer hierarquia entre esses modos de participar do mundo faz sentido.

Então, debruçando-se sobre o significado de *vita activa*, argumenta que ela se refere a três atividades fundamentais do homem – labor, trabalho e ação<sup>146</sup> – cada uma das quais relacionadas a uma das condições básicas de sua vida na Terra. Mas, como definir tais atividades? Qual a importância de cada uma delas?

Começa-se por estudar labor que, no entendimento de Arendt (2007, p. 15), constitui-se numa resposta às necessidades biológicas do corpo, “A condição humana do labor é a própria vida”. Relaciona-se à manutenção do organismo, do ser biológico que é o homem, por conseguinte, é a sobrevivência que o impele ao labor - o homem, enquanto *animal laborans*, é sujeito às necessidades de sua existência. Nesse sentido, traduz a constante luta pela subsistência individual e pela permanência da sociedade. Assim, seu tempo é o ciclo biológico e o que ele produz “[...] destina-se a alimentar quase imediatamente o processo de vida humana, e este consumo, regenerando o processo vital, produz – ou antes reproduz – nova ‘força de trabalho’ de que o corpo necessita para seu posterior sustento” (ARENDT, 2007, p. 111).

Sendo consequência da atenção à subsistência, o labor é um esforço que se finda apenas quando o organismo morre. Por isso, como afirma a filósofa, há “[...] uma repetição compulsória inerente ao labor, no qual o homem deve comer para trabalhar e trabalhar para comer” (ARENDT, 2007, p. 156). É, pois, uma atividade obrigatória, que não tem começo ou fim. Portanto, apenas casualmente o labor cria objetos, uma vez que se volta essencialmente à reprodução.

Por outro lado, o trabalho tem por consequência a elaboração do mundo artificial, o das coisas, daquilo que não é natural à existência humana. É uma atividade atinente a cada pessoa, ainda que a ela sobreviva e transcenda. O tempo do trabalho é

---

<sup>146</sup> Na edição de *A condição humana* mais recente, de 2014, há uma mudança substancial em relação às anteriores quanto a alguns termos no que tange à sua tradução para a língua portuguesa. Exemplo fundamental são as atividades que tipificam a condição humana, o foco desse livro. Em edição anterior, como a de 2007, elas foram trazidas para a língua portuguesa como *labor*, *trabalho* e *ação*. Na publicação mais atual, usa-se, respectivamente, *trabalho*, *obra* e *ação*. Por se entender que a tradução anterior se revela mais adequada aos conteúdos que Hanna Arendt atribui a cada termo, e mesmo a crítica que faz a Marx quanto ao uso da expressão trabalho, adota-se nesta tese a versão de 2007.

linear, e, seu produto, o artefato humano. Sua condição é a mundanidade, ou seja, a necessidade humana de construir um mundo em que se encontrem objetos duráveis que lhes sirvam de referência e possibilitem certa estabilização da vida. Noutras palavras, o trabalho e seu produto permitem a noção de permanência e de durabilidade que se contrapõem à efemeridade da vida anunciada pelo labor<sup>147</sup>. Assim, “[...] contra a subjetividade dos homens ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem [...]” (ARENDT, 2007, p. 150).

Segundo Arendt (2007), o trabalho é realizado a partir de um modelo – algo que foi visto, pensado ou desenhado previamente – e implica numa fabricação, numa atuação sobre algo. Assim, diferindo do labor, tem um começo e um fim e, não sendo uma resposta às necessidades, não precisa ser repetido<sup>148</sup>. O que guia essa prática “[...] está fora do fabricante e precede o processo de trabalho em si, tal como as exigências do processo vital dentro do trabalhador precede o labor” (ARENDT, 2007, p. 153). Suas proposições indicam que “[...] o *homo faber*, na medida em que também visa exhibir e trocar seus produtos, acaba por instaurar como lugar de reunião um mercado de trocas, externo ao espaço da produção e à atividade de fabricação [...] mas ainda assim uma extensão sua” (CORREIA, 2014, p. XXIX).

Ação, a terceira atividade que integra a *vita activa*, é a única “[...] que ocorre diretamente entre os homens, sem mediação das coisas ou da matéria. Corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDT, 2007, p. 15). Desse modo, ela acontece porque os homens pertencem à mesma espécie, o que permite que um compreenda ao outro. E porque, ao mesmo tempo, cada um é único, do que resulta a pluralidade humana e a necessidade do discurso e da ação para que se entendam. Sem isso, a vida não é verdadeiramente humana, visto ser por meio de atos e palavras que os indivíduos se inserem no mundo, revelam quem são,

---

<sup>147</sup> Desse modo, enquanto o resultado do labor é rapidamente consumido, o do trabalho tem durabilidade – ainda que tal condição não seja absoluta, varie conforme a maneira de usar o que, a partir dele, é produzido. Evidentemente, enquanto se produz as coisas, o processo vital (labor) está em curso e o uso contém algo de consumo. Porém, como Arendt (2007) destaca, quando se trata do uso, a destruição é eventual, mas, havendo consumo, ela é inevitável. Noutros termos, a menos que, intencionalmente ou não, seja destruído, o resultado do trabalho permanece no mundo por algum tempo.

<sup>148</sup> Evidentemente que há uma reprodução das coisas, afinal, a produtividade é algo essencial ao capitalismo. O que Arendt (2007) quer ressaltar é que a repetição do trabalho não é uma necessidade vital do ser. Ela acontece por motivos que lhes são alheios, como ganhar os meios de subsistência (quando o trabalho é labor) ou para dar conta de uma demanda de mercado.

realizam sua existência e se relacionam. Desse modo, a ação é o que faz possível ensejar o novo e o inesperado. Em vista disso, é uma atividade política por excelência.

Sendo assim, para Arendt (2007) o que Marx (1996a, 1996b) chama de trabalho se fragmenta em dois termos: labor e trabalho. Conforme anteriormente mencionado, na análise marxista, trabalho se refere à sobrevivência e à produção de coisas. Então, explica Arendt (2007), Marx, por esse termo, compreende o metabolismo com a natureza, a capacidade de produzir a subsistência e de antecipar sua realização mentalmente. É o que distingue o homem dos animais. Além disso, ele argumenta que a repetição é algo imanente ao trabalho e, igualmente, que essa prática se finda com o produto. Segundo a autora, essas ideias se mostram contraditórias. Ademais, considera-o incoerente quando afirma que o trabalho é uma eterna imposição da natureza e a mais humana das necessidades do homem, mas, que a revolução significaria a emancipação o homem em relação ao trabalho. Então, a liberdade se relacionaria ao fim do trabalho decorrente da necessidade e utilidade exteriores. Arendt (2007, p. 117) observa que Marx, em toda sua obra, “[...] define o homem como *animal laborans* para levá-lo depois a uma sociedade na qual este poder, o maior e mais humano de todos, já não é necessário. Resta-nos a angustiosa alternativa entre a escravidão produtiva e a liberdade improdutiva”<sup>149</sup>.

Enquanto Arendt (2007), ao empreender uma leitura dos textos de Marx, critica a interpretação que ele faz do termo. Lefebvre (2006b, 1991a, 1991b) distinguindo-se dela, não desconstrói suas noções, procura superá-las.

Tendo em conta as questões pontuadas no início deste capítulo, nota-se que Lefebvre (2006b) designa por trabalho uma atividade do trabalhador, sua ação sobre a matéria (por meio de ferramentas ou máquinas) para a qual concorrem o uso de técnicas e o de conhecimentos. Quando de sua realização, estão em curso o gasto

---

<sup>149</sup> Lefebvre (2006, p. 45), por sua vez, considera que Marx quando fala do fim do trabalho se refere ao fim da repetição e representações que “[...] tendía a congelar el futuro, para acelerar el movimiento por el *autómata* substituye el trabajo, desplaza y transfiere hacia el las obligaciones del asalariado” (“[...] tende a congelar o futuro, para acelerar o movimento pelo o autômato substitui o trabalho, desloca e transfere para ele as obrigações do assalariado”; tradução nossa). Acredita que a máquina permite vislumbrar o fim do trabalho e ensejar o não trabalho, uma realidade futura. Entre esses dois termos se situam representações, tais como as que indicam sua separação e a da diversão, que, como diz o autor, se deixa explorar como sendo o não trabalho, ao tempo em que enseja uma gigantesca indústria, a do lazer.

de energia (física e mental) e um fazer, que pode ser individual ou coletivo. Acrescenta que as formas de trabalhar se modificam no correr da História (até porque os modos de produção são alterados) e explica que, na ocasião em que a indústria suplanta o artesanato e a manufatura como forma preponderante de produzir, se estabelece um novo modo de trabalhar.

O homem não lida mais diretamente com a natureza, como o fazia o camponês, ou com materiais e ferramentas, tal como o artesão. A atuação sobre a matéria adquire uma característica distinta da observada anteriormente. O trabalho é parcelarizado e perde-se o controle sobre o que se realiza. Ele deixa de valer por suas habilidades e é medido pelo tempo de emprego e de reposição da força de trabalho. Essa mudança faz com que seja necessário o desenvolvimento de estratégias que ponham o indivíduo a trabalhar. É preciso levá-lo a participar, sem conflitos, da alienante divisão do trabalho. Para tanto, elaboram-se representações<sup>150</sup> e meios de coação (física, moral, religiosa etc.).

Esclarece-se: as representações do trabalho, na sociedade capitalista, servem para suplantá-lo seu significado enquanto prática social. Elas permitem: a) por toda a sociedade (com poucas exceções) a trabalhar industrialmente; b) organizar o trabalho seguindo princípios tecnológicos, esses definidos pelas classes política e economicamente dominantes; e c) uso das avançadas técnicas para dominação, gestão e controle (LEFEBVRE, 2006b). Em tal sociedade, desde seu nascimento, afirma Lefebvre (2006b, p. 48), “[...] se elaboran representaciones morales del trabajo: la labor cotidiana como imperativo moral al mismo tiempo que como necesidad social para ganar-se el pan diario”<sup>151</sup>.

Outra representação concernente ao trabalho é a que remete à sua quantificação e mensuração. Dessa maneira, uma ação concreta é convertida numa abstração -

---

<sup>150</sup> É importante lembrar que, para Lefebvre (2006b), a representação substitui e altera a realidade. Porém, como nasce dela é também um fato social, psíquico e político. Assim, sem desprender-se totalmente da realidade, as representações escamoteiam parte dela, fazendo-a parecer o que não é. Conforme esclarece o autor, elas são verdadeiras, na medida em que se constituem em respostas a problemas de fato existentes, e falsas, visto que dissimulam suas reais finalidades. Apresentam-se como mediações que alteram, por exemplo, o sentido dos objetos, de termos e de situações. As representações, ademais, “[...] figuram como peças de um jogo estratégico. Elas não têm nada de gratuito ou desinteressado e servem duplamente: na prática e na ideologia” (LEFEBVRE, 1991a, p. 81).

<sup>151</sup> “[...] se elaboran representaciones morales do trabalho: a atividade cotidiana como imperativo moral ao mesmo tempo como necessidade social para ganhar-se o pão de cada dia” (tradução nossa).

reduz-se sua importância ao suprimir as particularidades do trabalhador ao tempo de emprego da força de trabalho. Assim, consequentemente,

[...] cai por terra a ética individual do trabalho qualitativo e bem-feito, realização do indivíduo na e pela profissão. [...] essa ética do trabalho e da profissão, solidária, de uma valorização da atividade criadora, tende a desaparecer. O “consenso” a esse respeito se dissolve e apenas algumas profissões mais ou menos liberais (ditas “liberais”) conservam essa ideologia [...] O proletariado para de acreditar intensamente na dignidade do trabalho e do trabalhador (LEFEBVRE, 1991b, p. 51).

Há que se considerar mais uma questão. Quando acontece a divisão extremada do trabalho cria-se um problema que se divide em dois. Por um lado, há necessidade de estabelecer uma ordem racional do trabalho (com vistas ao aumento da produtividade). De outro, é preciso organizar o tempo possível ao lazer e à vida em família (para melhor aproveitá-lo) com vistas a romper com o mal estar decorrente da produção. De uma maneira ou de outra, é o tempo e a lógica que regem o trabalho e que programam e preparam o homem para os outros momentos da vida que, sendo também eles são impregnados de obrigações, distam da ideia utópica de “tempo livre”.

Mais contemporaneamente, influenciado pelas perspectivas arendtianas, e atento às formas como o trabalho se materializa, Sennett (1999; 2012) elabora uma reflexão que busca entender como o que se passa na esfera da produção repercute na vida do homem em seu conjunto. Para ele, no final do século XX, associado ao avanço das tecnologias, a economia passa a apresentar atributos tais como a disseminação global da produção, dos mercados e das finanças. Esses eventos, ditos de “renovação” do capitalismo, vêm modificando as formas de organização e mesmo do significado de trabalho. Em relação à organização do processo de trabalho, há três características que vêm sendo cruciais para a vida dos indivíduos dentro das instituições.

A primeira é a transferência do poder dos gerentes para os acionistas. Antes, frente a investidores (indivíduos e instituições) passivos, eram os gerentes, indivíduos que integravam fisicamente a organização, que definiam seus rumos. Essa situação se reverte. Nos últimos anos, os investidores assumem a condição de “[...] turbinar ou desmontar corporações inteiras ante os olhos perplexos e impotentes da gerência” (SENNETT, 2012, p. 42). No topo das organizações, a partir de então, situam-se os

“gerais corporativos”, que, indiferentes à cultura elaborada na instituição no correr do tempo, têm como preocupação fundamental a obtenção de resultados rápidos.

Nesses termos, a expectativa de respostas a curto prazo, segundo aspecto apontado por Sennett (2012), é consequência do papel que os acionistas assumem nas organizações. O mercado de ações, sua agilidade e fluidez, dão resultados muito mais rápidos do que os antigos procedimentos de controle de estoques acionários, o que desperta o interesse de novos investidores. Porém, para atraí-los, as empresas devem demonstrar capacidade de reação e de adaptação às constantes mudanças da economia. Usando uma palavra muito em voga nesse contexto, elas devem ser “flexíveis”<sup>152</sup>. Todavia, também seus funcionários devem ser capazes de se adaptar e readaptar constantemente às mudanças. Isso significa que, com a proposta de superar os males causados pela rotina, adotam-se práticas flexíveis, o que em última instância significa dobrar as pessoas adequando-as às necessidades do mercado (SENNETT, 1999)<sup>153</sup>.

Quanto ao aperfeiçoamento das tecnologias, a terceira característica, no que responde pela comunicação, ao permitir rápida e uniforme difusão de informações, minimiza a possibilidade de mediação e interpretação entre os níveis de comando e, de igual modo, ocasiona a centralização da ordem. Aplicadas à produção, por sua vez, as novas tecnologias tornam desnecessário um grande número de trabalhadores, estejam eles envolvidos em atividades manuais ou intelectuais.

---

<sup>152</sup> De acordo com Sennett (1999), há um sistema de poder peculiar às instituições flexíveis caracterizado por três elementos: reinvenção descontínua das instituições; especialização flexível da produção; e concentração de poder sem centralização. No primeiro caso, tem-se a descontinuidade ou o rompimento com o passado, em particular com a rotina burocrática. A ideia é que “redes elásticas” permitem decisões e mudanças mais rápidas do que a estrutura hierárquica piramidal. A respeito da especialização flexível, antítese da proposta fordista, indica a tentativa de colocar no mercado, com elevada rapidez, produtos novos. Por fim, por concentração sem centralização tem-se que o controle não é mais realizado face a face, mas, por vias indiretas, algo viável pelo desenvolvimento dos sistemas de informação: qualquer trabalhador pode ser “observado” por pessoas de diferentes posições na hierarquia da organização. Para Sennett (1999, p. 65) essa é uma maneira de “[...] transmitir a operação de comando numa estrutura que não mais tem clareza de uma pirâmide – e a estrutura institucional se tornou mais complexa, não mais simples [...] a dominação do alto é ao mesmo tempo forte e informe”.

<sup>153</sup> Do ponto de vista da produtividade, os princípios da flexibilidade ocasionam o aumento da produtividade e da rentabilidade, a diminuição dos gastos e dos riscos em longo prazo, o que ameniza as perdas do capital num contexto de crise. Para os trabalhadores, a situação é a de “desemprego estrutural”, alteração ou mesmo perda de suas habilidades, ganhos salariais reais menores e, dadas a instabilidade e as dificuldades de articulação entre os empregados (algo devido à ampliação da terceirização e da contratação temporária), retrocesso na organização sindical (PADILHA, 2000).



Nessa conjuntura, além disso, o corpo de funcionários pode crescer e decrescer com rapidez sem comprometer a produção.

Esse conjunto de circunstâncias faz com que não mais existam funções predeterminadas – qualquer tarefa é uma meta importante e deve ser alcançada com rapidez. Para Sennett (2012, p. 46-47), “À medida que se dissemina a automação, recua o campo das capacidades humanas predeterminadas [...] aqui temos a nova individualidade idealizada: um indivíduo constantemente adquirindo novas capacitações, alterando sua ‘base de conhecimento’”.

Então, como deve ser o trabalhador? A expectativa é a de que ele tenha grande autonomia, seja capaz de trabalhar por produto, por metas, que saiba se adaptar e encarar desafios e que tenha competências para atuar num ambiente competitivo. Esse último atributo é relevante porque, com vistas a uma maior eficiência e à melhoria contínua, numa mesma organização, diferentes grupos e pessoas disputam entre si para ver quem alcança os melhores resultados – aos vencedores tudo, aos demais, nada ou quase nada (SENNETT, 1999, 2012). Evidentemente, tal contexto imprime uma constante tensão no ambiente de trabalho. Igualmente, a desconfiança entre os pares tende a ser comum. E a vida (dentro e fora da instituição) é tomada por estresse e ansiedade, por incertezas em relação ao que pode acontecer: será que o esforço empreendido e os riscos que as situações impõem serão recompensados?

Há também a questão do tempo. Sennett (1999) nota que as tecnologias reordenam-no em relação aos processos de trabalho e à gestão da permanência na organização. Nesse particular, a expectativa de uma carreira construída ao longo dos anos numa mesma instituição ou em instituições similares, nas quais o indivíduo avança gradualmente, desvanece. Do mesmo modo, não é mais tão possível pensar em construir uma trajetória profissional apoiando-se numa única aptidão ou habilidade. É preciso dar conta de múltiplas e distintas exigências e de adaptar-se a mudanças, saber que a qualquer momento seu local de trabalho e suas atividades poderão se modificar.

Sendo assim, o “capitalismo flexível” e as mudanças que ele traz ao trabalho impactam o homem em múltiplas dimensões. Aqueles sentimentos tidos no âmbito

profissional ultrapassam-no e, por isso mesmo, geram efeitos negativos ao avançarem sobre a vida familiar. Entre as angústias acima citadas, a questão do tempo, para Sennett (1999), é a que mais reverbera para além do ambiente de trabalho. O “não há longo prazo”<sup>154</sup>, slogan que transpassa as estratégias de várias organizações, funciona como um princípio das práticas. O tempo curto, ao permear as relações no trabalho, não permite alinhar confiança, lealdade e compromisso mútuo – sentimentos que só se constroem com o tempo de convivência e o fortalecimento de laços. Essa premissa é absolutamente diversa da que se espera encontrar no âmbito familiar, na medida em que significa instabilidade nas relações. Na família, ao contrário, a obrigação formal ou informal de uma pessoa para com a outra, a confiança, a cumplicidade e o senso de objetivo são virtudes de longo prazo que devem ser postas em relevo.

Nessa situação, o homem se torna um ser cindido. No trabalho o correto ou o necessário é agir de uma forma. Junto à família, há que se comportar de modo radicalmente distinto ou corre-se o risco da não construção ou de rompimento dos vínculos afetivos.

Sennett (1999, p. 27) é preciso quando afirma que “[...] o capitalismo de curto prazo corroí o caráter [...] sobretudo aquelas qualidades que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”. Em verdade, permeando as práticas cotidianas, entre os traços desse momento histórico estão a incerteza e a insegurança e o dilema entre ser bem-sucedido no trabalho e confuso quanto à condução da vida fora dele. No vigor do capitalismo, acontece um afrouxamento dos laços de confiança e de compromisso e a dissociação entre vontade e comportamento.

As reflexões de Sennett (1999, 2012) quanto à contradição que se impõe entre o trabalho e a vida familiar e a importância do tempo na lógica da sociedade capitalista caminham em paralelo às de Lefebvre (2006, 1991a, 1991b).

É interessante que, já em 1883, Lafargue (2012), analisando as mazelas que o capitalismo impõe aos trabalhadores, propõe que se rompa com a ideia de trabalho

---

<sup>154</sup> Sennett (1999) fala do lema “não há longo prazo” como uma marca importante do capitalismo contemporâneo, perceptível nas formas de organizar o trabalho e o tempo que devem ser encurtados para a realização ágil das empresas.

como centro da vida. Num texto intrigante, irônico e provocativo, aponta que, nesse contexto, o trabalho “[...] é a causa de toda a degenerescência intelectual e de toda deformação orgânica”, posto que lei que a rege esse sistema é a seguinte: “Trabalhem, proletários, trabalhem para aumentar a fortuna social e vossas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que, tornando-vos mais pobres, tenham mais razão para trabalhar e para serem miseráveis” (LAFARGUE, 2012, p. 14 e 31). Por isso, não entende a “estranha loucura” que se apossava das classes operárias fazendo-as ter uma “paixão moribunda” pelo trabalho, atividade que lhe toma todas as forças.

Enquanto a classe trabalhadora se entrega de boa-fé e intensamente ao trabalho<sup>155</sup>, diz o autor, a classe capitalista é absorvida pela preguiça, pelo superconsumo e pelo prazer forçado. Para reverter esse quadro, ele faz a seguinte proposta: que seja diminuída a jornada de trabalho dos operários – três horas por dia é um tempo mais do que adequado - e que eles sejam obrigados a consumir (aliás, essa capacidade deve ser desenvolvida ao extremo) aquilo que produzem, livrando a burguesia da exclusividade dessa tarefa.

Ambicioso em termos de mudanças de valores – na medida em que preconiza uma transgressão aos princípios hegemônicos, projeta um regime de preguiça. Convoca os proletários a darem as costas à moral, aos ideais cristãos e os ditames econômicos que sacrossantificam o trabalho e os empurram para ele. Que proclamem os Direitos à Preguiça em oposição aos Direitos do Homem!

Nas primeiras décadas do século XX, é Russel (1957) quem questiona a dimensão do tempo empregado no trabalho. Partindo da premissa de que a técnica, e o aumento da produtividade que ela permite, possibilitam diminuir as horas de trabalho e ampliar as de lazer, questiona a razão de os endinheirados terem tanta aversão à ociosidade. Para o autor, o trabalho árduo é parte da vida humana, mas, não sua finalidade. Ele é um meio de sobreviver, enquanto o lazer é o que permite gozar a

---

<sup>155</sup> Em relação à luta pelo direito ao limite de 12 horas de trabalho que ocorre na França no século XIX, Lafargue (2012, p. 22-23) fala: “Que vergonha para o proletariado francês! Só os escravos teriam sido capazes de tal baixeza. [...] Com as próprias mãos demoliram o lar; com suas próprias mãos, secaram o leite de suas mulheres; as infelizes, grávidas e amamentando seus bebês, tiveram que ir para as minas e para as fábricas curvar a espinha e esgotar os nervos; com as próprias mãos, quebraram a vida e o vigor de seus filhos”. Com esse trecho, o autor expõe vividamente os efeitos da ideologia sobre o homem e suas consequências em suas vidas.

felicidade. Por isso, as horas de trabalho devem ser reduzidas a quatro: “O quero dizer é que quatro *horas* de trabalho habilitam um homem para as necessidades e conforto elementares da vida e que o resto do tempo poderia ser empregado, como lhe aprouvesse, em coisas uteis” (RUSSEL, 1957, p. 16).

Sua ideia é que o homem tenha tempo para educar-se para um lazer inteligente, o que não quer dizer intelectualizado, podendo desenvolver a curiosidade científica e ampliar sua relação com a sociedade. Para que ele possa usufruir mais dos prazeres da vida, para seu lazer não se restrinja a atividades tipicamente passivas, é preciso que lhe restem energias após o trabalho. Sendo assim, empregando-se menos tempo na produção, “[...] haverá felicidade e alegria de viver, em vez de nervos em frangalhos [...] O trabalho deve ser dosado para tornar o ‘lazer’ delicioso e nunca para produzir esgotamento” (RUSSEL, 1957, p. 19).

Sendo a essência do capitalismo fazer do trabalho meio de produzir mais-valia, as ideias de Lafarge (2012) e Russel (1957) parecem como utopias irrealizáveis e o lazer, assim como todas as demais necessidades da vida, torna-se algo a ser conquistado. Então, como se vivencia o lazer nessa sociedade?

#### 4.3. SIGNIFICADOS DE LAZER

A palavra lazer origina-se do verbo latim *licere*, cujo significado é “ser permitido”, “poder”. Desse modo, etimologicamente, refere-se à liberdade de fazer, concepção que, com algumas variações, está presente no senso comum e é subjacente a algumas avaliações teóricas sobre o tema. Em geral, o lazer é relacionado a práticas exercidas quando se está isento de responsabilidades, é aquilo que se faz em parte do tempo em que se está liberado do trabalho (PADILHA, 2000; PEIXOTO; 2007). Com base nessa visão, atitude e tempo são fundamentais para entendê-lo. Por atitude, tem-se o lazer como estilo de vida, algo relacionado a experiências de satisfação. Nesses termos, qualquer atividade pode ser pensada como lazer. Com o tempo, o que está em conta é tempo livre, que, não sendo permeado por obrigações, pode ser aproveitado como se deseje (PADILHA, 2000).

Todavia, estando-se numa sociedade regida pelo capitalismo – que tem como pontos de apoio a exploração da força de trabalho (MARX; ENGELS, 1998, 1196a, 1996b) e a impulsão ao consumo (LEFEBVRE, 1991a; GAMA; SANTOS, 1991) -,

associar o tempo fora do trabalho à liberdade de escolha é tão somente uma representação (LEFEBVRE, 1991a, 1991b).

Para refletir sobre o lazer, é importante lembrar que nem sempre a vida foi orientada, preponderantemente, pelo trabalho. Lefebvre (1991b) evidencia que, para o camponês, as práticas sociais eram imbricadas, inclusive no que tange ao lugar de sua realização. A casa era o lugar do convívio familiar, do trabalho e do lúdico. Além disso, a vida individual ou familiar não estava apartada da coletiva. Longe disso, era marcada pelo entrelaçamento entre a ordem humana e a da natureza. E a festa, parte dessa totalidade, revelava tal entrelaçamento – acontecia quando as condições da natureza atuavam em favor da perpetuação da existência. Marcada pela alegria, pela comunhão e participação, era uma atividade extremamente importante para a comunidade e simbolizava a cooperação com a própria ordem natural. Era, ainda, o momento em que ocorriam os rituais e jogos pelos quais se afirmava a tradição e moldava o futuro.

Com uma compreensão próxima à desse autor, Faleiros (1980) observa que o lazer sempre existiu. No entanto, nas sociedades rurais e tribais, ele não se diferenciava das demais atividades comuns ao dia a dia. Nessas, quase todas as atividades eram “integradoras”, ou seja, realizadas por vários dos seus integrantes, e articuladas no tempo e na forma de execução. Assim sendo, lazer e trabalho não se contrapunham já que o processo de produção poderia conter aspectos místicos ou lúdicos. Barreira (2009, p. 79-80), que tem por base a obra lefebvrea, explica que, no passado, a festa fazia parte da dimensão comunitária, sendo uma “[...] irrupção das forças acumuladas no próprio cotidiano [...]”, e possuía uma dimensão cósmica, ligada à natureza e à reprodução da sociedade.

No final dos anos 1950, Lefebvre (1991b) diz que na modernidade, ao tempo em que o valor do trabalho é reafirmado, a individualidade é valorizada e o homem se isola da totalidade social. A vida se fragmenta e o que acontece fora do tempo dedicado ao trabalho, seja a vida familiar, seja o lazer, é apresentado como seu oposto. Como o autor explica, procura-se ocultar que aquele que sai de casa para trabalhar todos os dias é o mesmo ser que nos fins de semana ou férias realiza outras atividades. Dessa maneira, constrói-se para o lazer a imagem de algo não cotidiano e desobrigado de compromissos. Portanto, numa compreensão oposta daquela

construída na sociedade camponesa, no capitalismo, o lazer se torna a negação do trabalho e um momento de aparente libertação, de compensação do desgaste provocado por essa prática e pela vida social em geral.

Segundo Padilha (2000, p. 60), a relação acrítica entre lazer e libertação norteia uma considerável literatura sobre o tema<sup>156</sup>. Para a autora, esses textos, de caráter conservador e funcionalista, baseiam-se numa visão que desconsidera que as atividades associadas ao divertimento desempenham um papel na reprodução social. Além disso, encontram-se neles a suposição de que a todos são dadas as mesmas possibilidades de lazer, tanto em termos de tempo, como em termos das práticas. Sobretudo, o “[...] lazer [aparece] como algo dotado de poderes mágicos capazes de solucionar ou acabar com as frustrações das desagradáveis condições de vida, principalmente do trabalhador”, sendo assim, ele passa a ser um “ideal de felicidade”.

Um dos autores que segue essa linha de pensamento é Dumazedier (2014, 1999) cujas ideias, inclusive no Brasil, influenciaram vários estudos sobre o tema. A partir de trabalhos teóricos e empíricos realizados na França, no transcorrer da segunda metade do século passado, propõe que o lazer em si, não possui qualquer significado. Só o adquire, quando o homem o articula ao conjunto de elementos da vida. Compreende que não existe oposição entre trabalho e lazer, mas, entre esse e as obrigações comuns. Portanto, o lazer é um fato social ligado a todos os outros e responde a três necessidades humanas: a possibilidade de libertar-se das fadigas, do tédio cotidiano e das rotinas e dos estereótipos impostos. Assim tem por função promover, em alguma medida, o descanso, o divertimento, a recreação, o entretenimento e o desenvolvimento (DUMAZEDIER, 2014).

Para tanto, segundo Dumazedier (1999), toda atividade de lazer deve revelar, ainda que em graus variados, quatro propriedades constitutivas: o caráter liberatório – deve apresentar certo grau de liberação das obrigações que a sociedade impõe (profissionais, familiares etc.); o caráter desinteressado – não deve pretender atender um fim utilitário, ideológico ou espiritual; caráter hedonístico – ser definido

---

<sup>156</sup> Peixoto (2007) fazendo um levantamento sobre publicações a respeito do lazer no Brasil, nota que, no século XX, apenas nos anos 1980 há críticas mais contundentes a essa compreensão do tema.

com base na satisfação ou necessidade pessoal; e o caráter pessoal - representar a realização das virtualidades desinteressadas do homem.

Sendo assim, o lazer é:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2014, p. 34).

Faleiros (1980), entre outros autores, aponta dois problemas da abordagem desenvolvida pelo autor. Um deles é que há supervalorização dessa prática frente ao trabalho, o que é uma visão pouco compatível com uma sociedade regida pelo capitalismo. O outro se refere a que, ao elaborar tipologias e classificações bem delimitadas, faz do lazer uma abstração pouco compatível com a realidade social. Padilha (2000) também discorda das ponderações de Dumazedier. Ressalta que sua teoria do lazer que não considera o processo histórico e as transformações da civilização. Por isso, tendo em conta a sociedade tal como se manifesta, inexistem atividades que se adéquem tão bem e concomitantemente às funções que ele considera que o lazer, simultaneamente, deve cumprir.

De fato, o lazer efetivamente oportuniza certa reposição de energia e bem-estar, além de gerar uma sensação de descolamento das obrigações. Mas, há que entender como isso se materializa.

Para tanto, inicialmente, recorre-se a Faleiros (1980), para quem o lazer está profundamente associado à produção. Segundo sua análise, o trabalhador, para recompor sua capacidade de produzir, alimenta-se, veste-se, procura um abrigo etc. No entanto, isso é insuficiente. Ele precisa, igualmente, de sono, descanso e de diversão, por exemplo. Todos esses aspectos acontecem num tempo calculado no valor da força de trabalho, logo, o tempo despendido para o lazer é pago pelo trabalhador<sup>157</sup>. Além disso, a realização dessas atividades demanda o consumo, ora

<sup>157</sup> Tendo-se como referência a análise marxista, seria ingenuidade pensar numa situação diferente, na qual o tempo do não trabalho seria uma benesse da classe dominante fosse qual fosse a intenção a ela subjacente. Marx (1996b), no século XIX, já indicava que, aos olhos do capital, o trabalhador, durante toda sua existência, nada mais significa do que força de trabalho. Sendo assim, todo seu tempo deve ser devotado à produção. Estava posto que a educação, a melhoria física e mental, a realização da vida e o convívio social, as práticas religiosas do trabalhador, aos olhos da burguesia, nada mais eram do que “pura futilidade”. Acrescenta que a “sanha do lucro máximo” se sobrepõe não

de objetos, ora de serviços. E, para poder consumi-los, necessita-se de que eles sejam produzidos. Por conseguinte, o lazer participa da recomposição da força de trabalho e, simultaneamente, da reprodução do capital.

Sendo assim, o que acontece no “tempo livre” não deixa de estar a serviço da manutenção da estrutura produtiva e social. Padilha (2000, p. 61) acrescenta que o componente lúdico do lazer, o divertimento, “[...] apenas favorece o relaxamento, a recuperação das energias, a recreação e o esquecimento momentâneo dos problemas pessoais ou sociais”. Não permite uma reflexão ou compreensão do contexto ou se aproxima de uma prática que se comprometa com mudanças na sociedade.

Arendt (2007, p. 134) aponta que, no século XX, antes mesmo de conceder aos trabalhadores determinados direitos, ocorre a emancipação do labor. Isso significa que “[...] quase conseguimos nivelar todas as atividades humanas, reduzindo-as ao denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida e produzi-las em abundância”. De todo modo, uma vez que labor e consumo são indissociáveis, não importa o que se faça, o que está em primeiro plano é sempre ‘prover nosso próprio sustento’. Para esse fim, conforme a maioria das teorias sobre o trabalho da época apregoava, existem as atividades “sérias”, aquelas necessárias à manutenção dos processos vitais e à vida humana em geral. As demais compõem o lazer. Arendt (2007, p. 140) afirma que “Do ponto de vista de ‘prover o próprio sustento’, toda atividade não relacionada com o labor torna-se ‘hobby’”. Nesses termos, a categoria trabalho-lazer revela uma verdadeira oposição: necessidade-liberdade.

Ainda acompanhando o raciocínio da autora, nas elaborações marxistas há a ideia de que se a força de trabalho não fosse totalmente gasta na labuta da vida, o homem se voltaria a atividades “superiores”. Para Arendt (2007, p. 146), isso é um engano: “[...] as horas vagas do *animal laborans* jamais são gastas em outra coisa senão em consumir; e quanto maior o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e

---

só aos limites morais da sociedade, mas também aos físicos, restringe-se o tempo de desenvolvimento e manutenção do corpo. Não há preocupação com a duração da vida do homem, ou melhor, da força de trabalho, mas, o máximo dela que pode ser extraído. Para os “homens de negócios” e para os economistas, o trabalhador não tem necessidades além daquelas referentes à sua sobrevivência. Afinal, “[...] todo o *luxo* da classe trabalhadora parece-lhe condenável e tudo que ultrapasse a mais abstrata exigência (quer se trate de uma satisfação passiva ou manifestação de atividade pessoal) é encarada como *luxo*” (MARX, 2016, s/p).



incansáveis são os seus apetites”. Esses apetites vão ficando mais sofisticados, não se contentam tão somente com o que é necessário à vida, voltam-se às superfluidades. Essa situação não provoca mudanças no caráter da sociedade, todavia, “[...] acarreta o grave perigo de que chegará o momento em que nenhum objeto estará a salvo do consumo e da aniquilação através do consumo” (ARENDT, 2007, p. 146).

Essa ideia, a de que o tempo em que não se trabalha é dominado pelo consumo, posiciona o lazer como uma necessidade que, tal como outra qualquer, é satisfeita por meio de mercadorias. Portanto, fica mais clara a observação de Padilha (2000, p. 70) a respeito da relação entre as maneiras de realizá-lo e as classes sociais, ou seja, o que se consome ou faz no tempo possível para o lazer depende da posição na estrutura social.

Participando do circuito produção-consumo, o uso do tempo livre não escapa à lógica geral da sociedade capitalista. É programado e controlado, principalmente, pelos agentes do capital e por estratégias de mercado. Como discorre Lacombe (2008), na vida cotidiana, o lazer é explorado pelo capitalismo, sendo convertido na mercadoria entretenimento e, por isso, se produzem os espaços específicos para o lazer por meio de diversas representações alusivas à felicidade, bem-estar e mesmo de status. Eles são apresentados como possibilidade de libertação das amarras e da pressão que o controle do tempo exerce no dia a dia (LEFEBVRE, 2013). Afinal, não se programam as férias? Elas também não têm um tempo limitado? Não há uma definição social do que se deve fazer com o lazer?

É claro que as atividades de lazer distam de uma escolha de fato livre. Ensina-se (e a publicidade o faz com muita habilidade) que há que se fazer algo no tempo em que não se trabalha, é “preciso” ocupá-lo! Anúncios, com vistas a esse fim, apresentam uma série de produtos que podem/devem ser consumidos nas férias, feriados e fins de semana.

Tendo o lazer, na sociedade capitalista, existência dependente do trabalho<sup>158</sup>, quando esse assume centralidade no cotidiano, seu par dialético adquire maior

---

<sup>158</sup> Padilha (2000) faz uma distinção entre tempo livre, lazer e ócio. Com base em diferentes autores, chega a ideias próximas a algumas aqui mencionadas em relação a lazer. Sobre ócio, diz que o termo derivado de *otium* está relacionado ao repouso, tranquilidade, não fazer nada e contemplação.

relevância. É por isso que à medida que avançam as determinações da sociedade industrial, amplia-se a demanda pelo lazer. A questão é que, em acordo com as ideologias que sustentam o sistema econômico vigente, as necessidades relativas ao lazer cada vez mais são convertidas em desejo e, ademais, assumem o caráter de espetáculo. Necessidade porque o divertimento, a distração e a distensão são indispensáveis para que se suporte as fadigas e para que a força de trabalho se reproduza. Desejo e espetáculo, pois, em sua realização, o olhar e a passividade predominam e o homem ativo que fruía e se apropriava do mundo é substituído pelo consumidor passivo, que aceita o que lhe é oferecido como o melhor modo de “divertir-se”, o que o faz sempre insatisfeito (LEFEBVRE, 1991a, 1991b).

A articulação entre lazer, consumo, passividade e expectativa de libertação com a cotidianidade encontra-se expressa de forma interessante no seguinte trecho de *A vida cotidiana no mundo moderno* (LEFEBVRE, 1991a, p. 94):

O consumo do espetáculo torna-se espetáculo do consumo. O consumo devorador do passado (obras de arte, estilos, cidades), a saturação rápida e o tédio se encadeiam. A partir daí, como não aspirar à ruptura? Como não querer fugir do cotidiano? Bem entendido, esse desejo, essa aspiração, essa ruptura e essa fuga são facilmente recuperáveis: organização do turismo, institucionalização, programação, miragens codificadas, colocação em movimento de vastas migrações controladas. Daí decorre a autodestruição do objeto e do objetivo: a cidade pitoresca, a região turística, o museus desaparecem sob o afluxo dos consumidores, que acabam consumindo apenas a sua própria presença e a sua própria acumulação.

De um modo ou de outro, o que se faz enquanto não se está trabalhando obedece à mesma racionalidade que orienta o trabalho, ainda que isso se dê sub-repticiamente. Substituindo funções que eram realizadas pelos indivíduos ou pela coletividade, vem sendo comum que “especialistas do lazer” indiquem os lugares, as atividades e os objetos que devem ser usados e consumidos durante o “tempo livre” (PADILHA, 2000). No Brasil, levantamentos realizados por Peixoto (2007) demonstram que essa preocupação se fazia presente, oficialmente, desde o começo do século XX.

Nessa época, havia intelectuais que se encarregam de definir a verdadeira e melhor forma de preencher o tempo livre. Em acordo com os projetos de modernização do

---

Ele independe, diferentemente do lazer, do trabalho. Citando Marcellino (1990 apud PADILHA, 2000), observa que enquanto o lazer vincula-se ao tempo livre das coações e das atividades, o ócio se relaciona ao tempo disponível à contemplação. Além disso, esse termo não designa o que se faz quando não se está trabalhando, mas, substitui o trabalho. Acontece em sua ausência. Para Ribeiro (1986 apud PADILHA, 2000), o ócio é a negação do trabalho, a vontade de nada fazer.

país, pautados na racionalidade burguesa, eles elaboraram um vasto material sobre o tema, o qual, inclusive, serviu de base para a criação de órgãos públicos e planos destinados a orientar, principalmente a classe operária, em relação ao que fazer com o tempo fora do trabalho. Isso porque se compreendia que, sem direcionamento adequado, ela não aproveitaria de modo útil o tempo de lazer. Era preciso ajudá-la a recuperar a energia física e psicológica gasta no trabalho!

No início da segunda metade desse mesmo século, efetivam-se políticas que relacionam lazer à “recreação” – quer dizer, a jogos, esportes e atividades de “integração da comunidade” – bem como à prática da educação física, enquanto disciplina escolar. Tais políticas permaneceram destinadas aos pobres, pois, a forma de ocupação do tempo livre dessas pessoas passa a ser entendida tanto como uma necessidade decorrente do trabalho, como um benefício à sociedade. Afinal, sua incapacidade de usar adequadamente o tempo livre causava problemas como a bebedeira, os vícios em jogos e mesmo a destruição das famílias. Assume-se, então, que a essência do lazer são o descanso e o divertimento compatíveis com as necessidades do homem trabalhador, sendo assim, era preciso que esse momento da vida fosse preenchido com práticas positivas, criadoras e obrigatórias à vida, definidas, evidentemente, por aqueles que tinham maior saber acadêmico e posição social mais privilegiada (PEIXOTO, 2007).

Partidário das ideias de Dumazedier, Requixa (1977) ressalta o quanto o lazer ganha importância no âmbito legal, social e das ciências nessa época. Para ele, isso se associa a urbanização e a industrialização em curso, bem como as mudanças que esses processos ocasionam na sociedade, em seu modo de dispor do tempo e de realizar o trabalho. Acredita que o tempo em que se está livre das obrigações deve ser usado de modo a atender finalidades sociais. Portanto, o lazer deve ter um caráter socioeducativo e ser capaz de promover a recuperação “psicossomática” do homem.

Nos anos 1980, no Brasil, não é mais o Estado que se responsabiliza pelo lazer. Estando num contexto de crise econômica, no qual surgem novas formas de emprego e uso da força de trabalho que, como aponta Sennett (1999), ocasionam insegurança e instabilidade, é preciso promover a busca por “distrações”, por algo que afaste o homem do mal estar gerado no mundo do trabalho. Então, o mercado

assume esse papel com maior vigor e as atividades relacionadas ao lazer são anunciadas por vários estudos como um ramo de trabalho novo e promissor. É consolidado o “mercado do lazer” e a “indústria do entretenimento” torna-se um importante setor da economia (PEIXOTO, 2007). Amplia-se, nessa conjuntura, a articulação entre lazer e consumo.

O que acontece no Brasil, nessa ocasião, não é uma inovação, como deixa clara a análise dos textos de Lefebvre (1991a, 1991b, 2006, 2013) quando fala do lazer programado e que atende aos interesses do capital. Mesmo nesse país tais aspectos já se faziam presentes no começo do século XX (PEIXOTO, 2007). Porém, nas últimas décadas, eles se exacerbam, na medida em que atende ao padrão mais recente de reprodução do capital, inclusive no que tange aos usos do espaço.

O lazer moderno, assim, é marcado por atividades cuja lógica de realização está profundamente entrelaçada a determinações da sociedade em geral, essas decorrentes das necessidades de reprodução social. É programado no tempo (férias, feriados, fins de semana etc.), no espaço (hotel, praia, “cidades turísticas” etc. - Em casa é impossível afastar-se das tensões do dia a dia?) e por práticas pré-definidas. Essas, numa sociedade em que o divertimento é um objeto de consumo, variarão conforme a capacidade financeira, bem como segundo o *habitus* (BOURDIEU, 2011) daquele que pretende desviar-se do mundo das necessidades e das obrigações.

De todo modo, ao notar que é preciso escapar desse mundo, “[...] the man of our times carries out in his own way, spontaneously, the critique of *his* everyday life. And this critique of the everyday plays an integral part in the everyday: it is achieved in and by *leisure activities*”<sup>159</sup> (LEFEBVRE, 1991b, p. 29). Ainda que imaginariamente, o homem rebela-se contra a rotina e a alienação imposta pela massacrante rotina e volta-se ao lazer. Nesses momentos de escape, ainda que efêmeros, tem-se a sensação de se ser dono do seu tempo e do seu fazer.

---

<sup>159</sup> “[...] o homem de nossa época conquista, de sua própria maneira, espontaneamente, a crítica de sua vida cotidiana. E essa crítica do cotidiano possui papel fundamental no cotidiano: é conquistada em e por *atividades de lazer*” (tradução nossa).

#### 4.4. SENTIDOS DE TRABALHO E DE LAZER: O DISCURSO E AS PRÁTICAS

Este ponto do capítulo decorre de algumas indagações: como pessoas de diferentes classes sociais, que moram numa pequena porção da RMS, percebem trabalho e lazer? Haveria distinções no sentido desses dois termos para cada uma delas? E as práticas por eles designadas, em que medida seriam particulares a cada classe?

Algo ficou claro desde o momento da aplicação dos questionários. Quando se anunciava a pergunta *O que significa trabalho para você?* havia algum tipo de impacto demonstrado pela expressão corporal, pelo olhar, ou mesmo pelo pequeno silêncio que se fazia antes de iniciar a fala. Poucos foram aqueles que responderam de pronto. Essa situação não variou conforme a classe social. Já quando se propunha aos entrevistados definir lazer, comumente, a expressão mudava. Um sorriso, mesmo que leve, sobrevinha. Porém, alguns não souberam explicar seu significado ou disseram não vivenciá-lo.

Registra-se também que escassos foram os casos em que não se sabia a atividade profissional ou onde trabalhavam os membros do domicílio – as exceções foram mais comuns na classe popular. Em contrapartida, a maioria dos respondentes desconhecia as atividades de lazer dos demais moradores do seu domicílio. O mais recorrente foi citar o que se fazia e as atividades em família. Desde já, esboça-se algo que converge com as postulações teóricas antes mencionadas: a centralidade do trabalho na vida social. Essa ideia se confirmaria com a análise dos levantamentos de campo?

##### 4.4.1. Classes populares

As 74 pessoas da classe popular que tinham algum tipo de ocupação se distribuíam em 34 atividades, sendo que aquelas mais mencionadas foram trabalhador do comércio (16,3%) e dona de casa (14,1%)<sup>160</sup>. A essas se seguia auxiliar de serviços diversos (9,0%) - que inclui auxiliar de serviços gerais, de limpeza, de cozinha etc. -, motorista e pedreiro (cada um desses com 5,1% do total de ocupados).

---

<sup>160</sup> Lembra-se que, em relação a essa categoria, respeitou-se o que foi dito. Não se fez inferências sobre a ocupação de qualquer pessoa, embora, por vezes, o respondente dissesse que determinada pessoa do sexo feminino “não trabalha” ou “não faz nada” e deixasse claro, no decorrer da aplicação do questionário, que ela fosse responsável pelos cuidados da casa.

Há, como se verifica na Tabela 6, uma significativa distribuição de formas de emprego da força de trabalho mais associadas ao trabalho manual do que ao intelectual. Outrossim, indicando a precariedade da inserção no mundo produtivo, tem-se que a maioria dos ocupados exercia sua profissão por conta própria (52,6%), ou seja, eram trabalhadores sem vínculo empregatício mais consolidado e qualquer tipo de proteção legal e que, geralmente, não tinham lugar e horário fixo de trabalho (Tabela 7). Além disso, nota-se a importância da participação das donas de casa/do lar nesses casos, todas sem qualquer tipo de remuneração e recolhimento da contribuição previdenciária.

Na verdade, apenas 25,6% dos que trabalhavam tinham a condição de empregado, estando, portanto, numa posição de maior estabilidade em termos dos ganhos monetários e em condições de exigir os direitos legais. Os proprietários de negócios correspondiam a 14,1% do total de ocupados e, nessa condição, estavam muitos dos integrantes das classes populares que se autodesignaram empresários. Essa categoria agrupa pessoas que tinham seu negócio próprio, mas não empregavam nenhum funcionário. Desenvolviavam suas atividades sozinhas ou junto com algum membro da família, que igualmente se definia como empresário ou sócio. Nessa situação estavam, por exemplo, alguns eletricitistas e a dona de uma barraca de venda de lanches.

Em relação ao lazer, as atividades mencionadas foram agrupadas em 23 categorias (Tabela 8). Ir à praia foi aquela mais citada (17,6% do total). No entanto, a segunda resposta mais frequente foi “nada” ou “não tem”, ou seja, 14,7% dos respondentes consideraram que ele e sua família não realizavam nenhuma atividade de lazer. A terceira opção com maior percentual de respostas foi reunir-se com amigos ou familiares, no domicílio de uma dessas pessoas (10,2% das indicações). Segue-se, por ordem de importância, participar de culto religioso (7,4%). Espíritas, protestantes e candomblecistas vincularam sua prática religiosa à lazer.

Agregando-se essas respostas, entretanto, é possível notar que divertir-se em casa era o mais comum a esse grupo social. Noutros termos, no domicílio ocorriam 23,3% das atividades de lazer citadas, enquanto na praia se davam 20,5% delas e o conjunto das viagens perfazia 10,2% (Gráfico 4).

Então, como se interpreta o termo trabalho? E o termo lazer? Sempre tendo em conta que são dois momentos da vida cotidiana, o que uma mesma pessoa entende por trabalho e por lazer?

**Tabela 6. Distribuição relativa dos ocupados das classes populares por tipo de ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014**

OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPADOS
Trabalhador(a) do comércio <sup>1</sup>	16,3
Dona de casa/do lar	14,1
Auxiliar de serviços diversos <sup>2</sup>	9,0
Diarista	6,4
Motorista	5,1
Pedreiro	5,1
Biscateiro	3,8
Manicure	3,8
Eletricista	2,6
Pintor	2,6
Babá	1,3
Caminhoneiro	1,3
Corretor de veículos	1,3
Cozinheira	1,3
Cuidadora de idosos	1,3
Designer	1,3
Embaladora (setor industrial)	1,3
Empregada doméstica	1,3
Entregador	1,3
Gari	1,3
Jardineiro	1,3
Merendeira	1,3
Mototaxista	1,3
Piscineiro	1,3
Professora	1,3
Salgadeira	1,3
Segurança	1,3
Serralheiro	1,3
Soldador	1,3
Tec. administrativa	1,3
Tec. enfermagem	1,3
Téc. segurança	1,3
Verdureiro	1,3
Zelador	1,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Notas:

(1) Se refere a um conjunto de atividades relacionadas à atividade comercial, como vendedor(a), etc.

**Tabela 7. Distribuição relativa dos ocupados das classes populares por posição na ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPADOS
Conta própria	52,6
Empregado	25,6
Sem vínculo/salário <sup>1</sup>	14,1
Proprietário de negócio <sup>2</sup>	3,8
Servidor público	2,6
Voluntário	1,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Nota:

(1) Se refere a dona de casa.

(2) Proprietário de negócio em que não se emprega trabalhadores.

**Tabela 8. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes populares. Pitangueiras e Aracui. 2014**

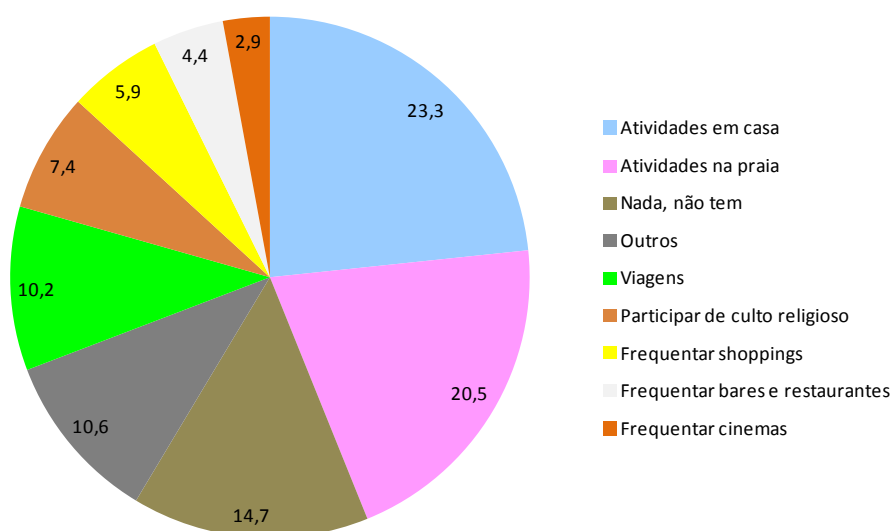
ATIVIDADES DE LAZER	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL
Praia	17,6
Nada, não tem	14,7
Reunir-se com amigos ou familiares	10,2
Participar de culto religioso	7,4
Frequentar shoppings	5,9
Bar, restaurante	4,4
Assistir TV	2,9
Frequentar cinemas	2,9
Ficar em casa	2,9
Passear na rua	2,9
Passear ou cuidar de filhos ou netos	2,9
Pescar	2,9
Viajar para áreas praianas no estado	2,9
Viajar para o interior (casa de parentes ou amigos)	2,9
Viajar para outros estados	2,9
Dormir	2,9
Assistir a jogos em estádio	1,5
Cantar	1,5
Cuidar da roça	1,5
Frequentar piscina	1,5
Ir a áreas públicas (praças, parques etc.)	1,5
Jogar futebol	1,5
Viajar para outros estados (casa de parentes e amigos)	1,5
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Um jardineiro, uma cuidadora de idosos e um vendedor autônomo disseram apenas “necessidade”, “tudo!” e “sustento”, respectivamente. Em relação ao lazer, esse



mesmo jardineiro conta que “Tenho pouco. É de casa para o trabalho”. Contou que no que seria a garagem de casa, havia uma pequena loja de frutas e é ali que ele passava suas horas “livres”, quer dizer, quando não está exercendo sua profissão, ocupa-se nessa venda, tendo outra atividade profissional. Por sua vez, a cuidadora de idosos considera que lazer é “Distração. Estar com quem a gente ama em algum lugar”. O vendedor autônomo avalia que não tem lazer. Mas, a vida “[...] tá legal” como está.



**Gráfico 4. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes populares. Pitangueiras e Aracui. 2014**

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Houve situações em que o respondente, além de dizer o que entende por trabalho, relatou a importância dessa prática na sua trajetória de vida, normalmente, vinculando-o ao sustento familiar.

Esse foi o caso de uma cozinheira aposentada de 59 anos e que estudara até concluir o antigo ginásio. Em sua aceção, trabalho é “Conquista. Meu trabalho foi só para criar os filhos. Se fosse conquistar coisas, tinha muito. Mas, tenho meus filhos”. Fez questão de esclarecer suas palavras contando as dificuldades pelas quais passou quando o ex-marido, ao ganhar algum dinheiro, a largou com os oito filhos e para morar com “uma rapariga”. A ela restou uma pequena casa, na qual vive até hoje, e a necessidade de sustentar as crianças. Deixou claro que seu

trabalho significou a sobrevivência da família e a possibilidade de seus filhos seguirem um “bom caminho”.

A mesma senhora, igualmente, relacionou o lazer à família. Para ela, o termo significa “distração” e isso se refere a seus netos. Embora eventualmente vá à praia, sua principal atividade de lazer é “Olhar e sair com meus netos”.

Do mesmo modo que ela, um serralheiro contou parte de sua história quando respondeu sobre trabalho. Ele, que lê e escreve “um pouco”, se sustenta desde criança, pois, os pais morreram quando ainda era pequeno. Primeiro vivia da “roça”, depois aprendeu o ofício de serralheiro. Sua experiência fez com que percebesse o trabalho como “Sobrevivência... beneficia a gente para sobreviver. Acho muito bom [...] Criei meus filhos, a gente sobrevivendo”. Se sente gratificado porque, apesar dos “sacrifícios”, se tornou um profissional reconhecido: “Tenho muito cliente em Lauro de Freitas [...] trabalho para mim mesmo [...] trabalho de domingo a domingo”. Falou com satisfação que conseguiu criar e dar estudo aos seis filhos, a maioria deles é “formada”, ou seja, concluiu o ensino médio. Além do mais, sua “luta” permitiu até que ele comprasse “uma roça” em Monte Gordo.

Lazer para ele é “[...] trabalho, é a luta, meu sítio, criação, plantação”. Sua filha, uma jovem com deficiência mental que acompanhou suas respostas, diz que ele se “diverte” muito lá, “trabalhando”.

Sobrevivência e dignidade comumente foram associadas a trabalho, mesmo que o valor apurado na labuta diária fosse apenas o mínimo suficiente para a reprodução. A proprietária de uma pequena banca em que vende guloseimas considera que trabalho é “Tudo na vida. Sem trabalho não tem como!”. Ela reside num domicílio de três cômodos, sendo que o banheiro fica “meio que fora de casa”, com mais três pessoas, as quais possuíam uma renda domiciliar *per capita* de, aproximadamente, R\$ 50,00, uma condição de vida que, a partir de qualquer das várias classificações oficiais, seria classificada como precária, mesmo assim, fala que se sente feliz porque agora tem seu “negócio próprio”. Nessas circunstâncias, o que seria o lazer? Ela respondeu: é ter “[...] uma moradia. A pessoa viver bem com a comunidade”. Não por acaso, cita que suas atividades de lazer são “trabalho e casa. É isso”.

#### 4.4.2. Classes médias

Do mesmo modo que os integrantes das classes populares, os indivíduos das classes médias que referiram trabalhar estavam principalmente vinculados ao comércio (12,5%). A segunda ocupação mais representativa foi a de donas de casa/do lar (10,4%). Em relação às demais atividades, por ordem de importância, estavam administrador (a), estagiário(a) e bolsista de pesquisa, relacionada a jovens que cursavam nível superior (6,3% para cada uma), gerente (5,2%) e empresário (4,2%) – as duas últimas, assim como administradores, se tratam ocupações que sugerem posição diretiva (Tabela 9).

Entre as práticas vinculadas ao trabalho, havia algumas cujo reconhecimento social é maior (como médico, arquiteto, psicólogo ou mesmo artista plástico) ou exigem formação de nível superior. Porém, outros, com mesma escolaridade, exerciam atividades típicas de quem tem de nível médio. Justificou-se tal situação como decorrente da dificuldade de empregabilidade ou dos baixos níveis salariais associados à sua área de formação. A título de exemplo, uma pedagoga de 43 anos deixou de exercer essa função em uma grande escola e para trabalhar como fotógrafa em festas e casamentos e como motorista de transporte escolar; outra mulher com a mesma formação atua como taróloga, prestando serviços em eventos fechados; e uma administradora, pós-graduada, de 32 anos, tinha como atividade profissional fazer *transfer* de turistas.

Quanto à posição na ocupação, a maior parte das pessoas encontrava-se empregada (31,1%). A segunda condição mais expressiva foi a dos que trabalhavam por conta própria (26,6%), seguida da de empresário (13,3%) (Tabela 10). Tal categoria respondia por aqueles que tinham negócio próprio que contavam com algum funcionário, ainda que sem carteira assinada. Nessa situação estava um dono de pequenas empresas de consertos domésticos, por exemplo.

**Tabela 9. Distribuição relativa dos ocupados das classes médias por tipo de ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014**

OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPAÇÕES
Trabalhador(a) do comércio <sup>1</sup>	12,5
Dona de casa/Do lar	10,4
Administrador(a)	6,3
Estagiário(a) e bolsista de pesquisa	6,3
Gerente <sup>2</sup>	5,2
Empresário <sup>3</sup>	4,2
Motorista <sup>4</sup>	4,2
Professor(a)	4,2
Engenheiro	3,1
Professor(a)	3,1
Industriário <sup>5</sup>	3,1
Supervisor	3,1
Advogado(a)	2,1
Consultor	2,1
Contador	2,1
Design Grafico	2,1
Projetista	2,1
Psicólogo	2,1
Auxiliar ou técnico administrativo	2,1
Secretária e recepcionista	2,1
Árbitro de futebol	2,1
Artista plastica	1,0
Cabelereira	1,0
Cantor	1,0
Representante comercial	1,0
Téc. em eletrônica	1,0
Marinheiro	1,0
Médica	1,0
Fotógrafa	1,0
Ouvidora	1,0
Produtor de eventos	1,0
Sociólogo	1,0
Taróloga	1,0
Téc. em processos socioprodutivos	1,0
Téc. em enfermagem	1,0
Téc. em medicina alternativa	1,0
Escrivã	1,0
Socorrista	1,0
Eletricista	1,0
Total	103,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Notas:

- (1) Se refere a um conjunto de atividades relacionadas à atividade comercial, como vendedor(a), caixa(a) etc.
- (2) Gerentes de pequenos e médios estabelecimentos comerciais e de serviços.
- (3) Respeitando-se a auto-declaração, tratam-se de proprietários de negócio que empregam ou não outros trabalhadores. Há proprietários de negócios que não se designaram empresários.
- (4) Pessoas que realizavam transporte escolar ou atividade similar como meio de complementar renda proveniente de outras atividades ou a motorista profissional.
- (5) Pessoas de nível médio e superior empregadas no setor industrial exercendo atividades compatíveis com sua formação.

Entre os profissionais liberais, estavam os designers gráficos e o projetista, entre outros, que tinham pessoa jurídica, mas, que não empregavam nenhuma mão de obra. Entre os trabalhadores por conta própria, havia o caso de um contador e de um consultor de informática que, aposentados, prestavam serviços eventualmente, a fotógrafa e a taróloga.

Em relação às atividades de lazer, listaram-se 28 atividades, sendo que frequentar a praia foi a mais mencionada (23,1%). Em seguida as preferências ou possibilidades eram ir ao shopping e reunir-se com amigos e parentes (12,8% e 9,6%, respectivamente) (Tabela 11). Assistir TV e ir ao cinema também figuravam entre as práticas mais comuns, assim como viajar e divertir-se em casa. Aliás, essa última resposta, aliada a visitar ou receber visita de parentes e amigos, indica que a moradia como lugar de lazer<sup>161</sup>. Acrescente-se que arrumar a casa e ir ao mercado, ações normalmente identificadas como obrigações, igualmente foram citadas como atividades de lazer.

**Tabela 10. Distribuição relativa dos ocupados das classes médias por posição na ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPADOS
Empregado	31,1
Conta própria	26,6
Empresário ou profissional liberal <sup>1</sup>	13,3
Sem vínculo/salário <sup>2</sup>	11,1
Servidor público	10,0
Estagiário e bolsista	6,7
Voluntário	1,1
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Nota:

(1) Empresário se refere a proprietário de negócio que emprega trabalhadores.

(2) Se refere a dona de casa.

Observando os dados de outro modo, pode-se verificar que as atividades realizadas em casa eram as mais numerosas. Eles correspondiam a 26,1% do total. No Gráfico 5 nota-se que em segundo lugar, as mais representativas foram aquelas que ocorriam na praia e as idas ao shopping (24,3% cada uma).

<sup>161</sup> Essa questão será retomada no próximo capítulo.

**Tabela 11. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes médias.Pitangueiras e Aracui. 2014**

ATIVIDADES DE LAZER	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL
Praia	23,1
Frequentar shoppings	12,8
Reunir-se com parentes ou amigos	9,6
Assistir TV	7,2
Frequentar cinemas	6,4
Divertir-se em casa	5,0
Viajar para outros estados	4,5
Frequentar restaurantes e bares	4,5
Ir a shows e festas	3,8
Aulas de /participação de atividade esportiva	3,8
Viajar para o interior	2,6
Nada, não tem	1,9
Frequentar templo religioso	1,9
Participar de trabalho voluntário	1,9
Caminhar ou andar de bicicleta nas proximidades	1,9
Ler livros, jornais e revistas	1,9
Jogar videogame	1,2
Surfar	0,6
Viajar	0,6
Cantar	0,6
Frequentar teatros	0,6
Meditar	0,6
Praticar jardinagem	0,6
Frequentar clube	0,6
Ir ao supermercado	0,6
Arrumar a casa	0,6
Pescar	0,6
Total	100,0

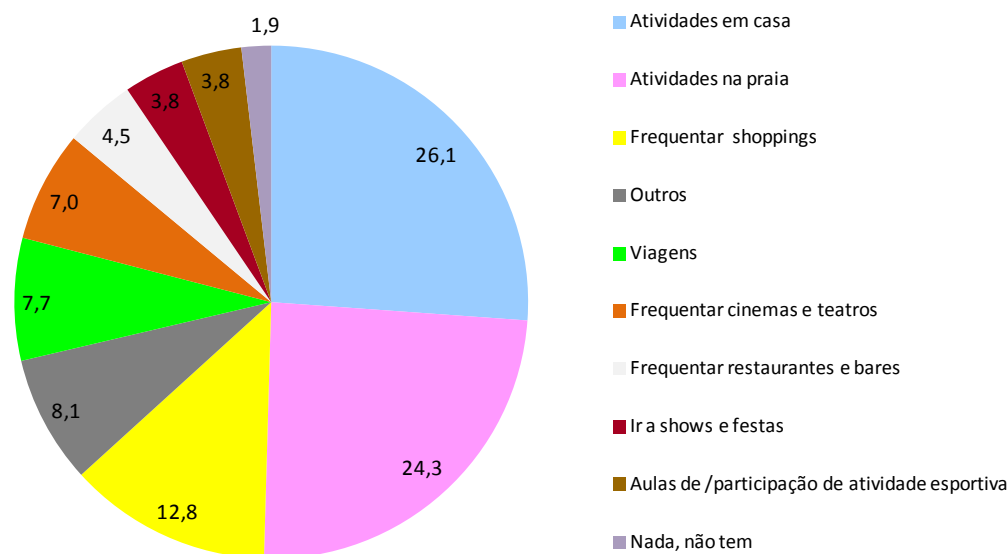
Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Os residentes em casas ou condomínios onde há algum equipamento relacionado a lazer, ou que apenas contam com uma área ampla, alegaram que era desnecessário sair de casa para se divertir. “Olha isso aqui!”, disse uma mulher que mora com as filhas e netos indicando sua piscina e jardim, “[...] vou sair pra quê?”. Contou que, à noite, sentava-se no jardim, tomava um vinho, conversava com os parentes e assim se distraía. Outra mulher comentou que normalmente, nos fins de semana, os parentes vinham para sua casa, onde era possível que todos ficassem à vontade. Aí faziam churrascos e festas.

Houve quem argumentasse que a Lei Seca<sup>162</sup> foi um motivador para realizar atividades de lazer em casa. Os custos e a sensação de insegurança consistiam também em estímulos para permanecer no domicílio – é mais barato receber em

<sup>162</sup> Lei vigente desde 2008 que pune com multa e outras penalidades as pessoas flagradas embriagadas ao volante.

casa do que ir a um bar ou restaurante. E, como disse uma administradora, “Eu evito sair. Meu marido é policial, então... Somos caseiros, temos piscina em casa...”.



**Gráfico 5. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes médias. Pitangueiras e Aracui. 2014**

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Conhecidas as atividades relacionadas ao trabalho e ao lazer das classes médias, como essas práticas foram definidas? Antes de mencionar os sentidos que os respondentes atribuíram a esses termos, observa-se que em alguns casos era perceptível a preocupação com as palavras que se utilizaria. Isso foi mais comum quando se solicitou o significado de trabalho, a indivíduos ligados ao círculo acadêmico (alunos, professores ou ex-professores universitários).

Entre esses casos, está o de um, na época, recém-formado, de 29 anos. Após ouvir a pergunta, pausadamente disse que “Trabalho é realizar uma ação que represente um serviço para a sociedade. Não no sentido de produto, mas, de servir, ter alguma serventia”, enquanto lazer “Significa usar o tempo que não é de trabalho para fazer alguma coisa que traga prazer”. Uma universitária de 44 anos disse que trabalho “É um meio de contribuir para melhorar e transformar a sociedade”. O lazer foi por ela apresentado como consequência desse processo, como o “Momento de aproveitar o fruto do trabalho e esquecer a rotina, é momento de ter prazer”.

Todavia, necessidade e sustento financeiro foram os termos comumente relacionados ao trabalho, enquanto o lazer se referia ao prazer e ao relaxamento. Um empresário ligado à construção civil argumentou que trabalho é algo que “[...] sempre se está fazendo e que venha a ter certo retorno financeiro”; para uma desempregada, é algo bom porque “Quem não gosta de trabalhar e ter o seu?”; um servidor público afirmou que o termo pode ser traduzido por “Dignidade. É você chegar do trabalho e ter como manter sua família, tirar seu sustento”.

Em relação ao lazer, a primeira dessas pessoas falou ser “[...] visitar algo importante, como zoológico ou o Parque da Cidade, fazer um piquenique bonito. Diferente de diversão, que é só relaxar”. Na sua avaliação, há um conteúdo atinente ao lazer que não compreende só diversão; essa outra coisa se refere a estar em lugares “importantes” da cidade e ter contato com a natureza.

Para aquela desempregada, lazer é algo “[...] difícil de conseguir”, por isso, para ela, tal prática se resume a suas aulas de ginástica. Já o homem que tinha o trabalho como sinônimo de dignidade trata do lazer como o momento em que “[...] você relaxa a mente [...]”.

Entre os comentários sobre o trabalho feitos por pessoas das classes médias, também existiam ideias que remetiam ao mal-estar em sua realização. Ouviram-se observações tais como: “É um meio de viver... deveria ser realização pessoal”; “[...] deveria ser uma área em que você fosse preparado... Nem sempre é assim”; e “Atividade que deveria ser elaborada para que as pessoas não ficassem com tédio, ociosas...”. Um jovem produtor de eventos, que “ama” o que faz, assim definiu trabalho: “Trabalho é o que você faz que não gosta, mas, quando faz algo que gosta, não é trabalho. Você está se divertindo”.

#### 4.4.3. Classes (médias) superiores

As classes (médias) superiores tiveram menor expressão em termos quantitativos em relação às demais. Menos ainda eram os que trabalhavam, já que aposentados estavam entre os que responderam ao questionário. Os que mencionaram alguma prática profissional informaram 18 ocupações distintas. Havia cinco empresários e dois administradores. Afora esses, declararam-se as seguintes atividades: arquiteto, cineasta, confeitadeira, dona de casa, supervisora de vendas, enfermeira, engenheira



química, esteticista, fiscal de tributos, inspetor de segurança, operador de máquinas e equipamentos, pastor, professora universitária, vendedora e veterinário, cada uma das quais referidas a um indivíduo. Acrescenta-se que a maioria dessas pessoas completou o ensino superior.

Em relação à posição na ocupação, a proporção de empresários ou profissionais liberais e de trabalho por conta própria foi a mesma (28,65%). A essas se seguia a de empregado (23,8%) e de servidor público (14,3%), como se vê na Tabela 12. Evidentemente, como essa amostra é bem reduzida, maiores elaborações são inviáveis. Porém, nessa classe, as pessoas que trabalhavam por conta própria eram profissionais de nível superior que prestavam serviços a outros (caso do arquiteto e do veterinário) ou que administram bens de sua família ou de terceiros (como os administradores). Entre os empresários, havia os que tinham mais de dez funcionários e que prestavam serviços a empresas públicas ou privadas.

**Tabela 12. Distribuição relativa dos ocupados das classes (médias) superiores, por posição na ocupação. Pitangueiras e Aracui. 2014**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPADOS
Empresário <sup>1</sup> ou profissional liberal	28,6
Conta própria	28,6
Empregado	23,8
Servidor público	14,3
Sem vínculo/salário <sup>3</sup>	4,8
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Nota:

(1) Proprietário de negócio que emprega trabalhadores.

(2) Se refere a donas de casa.

Tal qual ocorreu nas demais classes sociais, a atividade de lazer mais citada pelos indivíduos das classes (médias) superiores foi ir à praia (12,0%). Viajar para o interior, ir ao cinema, e frequentar bares e restaurantes registraram com a mesma proporção de respostas (10,0%), enquanto divertir-se em casa/condomínio com amigos e parentes obteve um resultado menos expressivo, 6,0%. Assim, viajar para outros estados e para o exterior e ir ao shopping, com 8% das respostas, foram citadas como atividades mais comuns do que aquela última. Nesse grupo social não se fez alusão a inexistência de atividades de lazer (Tabela 13).

Os que mencionaram o domicílio como lugar de lazer foram, especialmente, os indivíduos que moravam em condomínios. Eles ressaltaram atividades realizadas

entre seus moradores: “Aqui somos uma grande família”, diz um homem vindo de uma capital do Sudeste. Aqueles que se encontravam em casas mencionaram que ela acaba se tornando o espaço de lazer de familiares e amigos, pois a maioria deles reside em apartamentos<sup>163</sup>.

**Tabela 13. Distribuição das atividades de lazer das classes (médias) superiores. Pitangueiras e Aracui. 2014**

ATIVIDADES DE LAZER	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL
Praia	12,0
Viajar para o interior	10,0
Frequentar cinemas	10,0
Frequentar restaurantes e bares	10,0
Viajar para outros estados	8,0
Frequentar shoppings	8,0
Viajar para o exterior	8,0
Divertir-se em casa/condomínio com família ou amigos	6,0
Frequentar teatros	6,0
Aulas de/participação de atividade esportiva	6,0
Visitar parentes e amigos	4,0
Caminhar nas proximidades	4,0
Assistir TV	4,0
Velejar/pescar	2,0
Ler	2,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

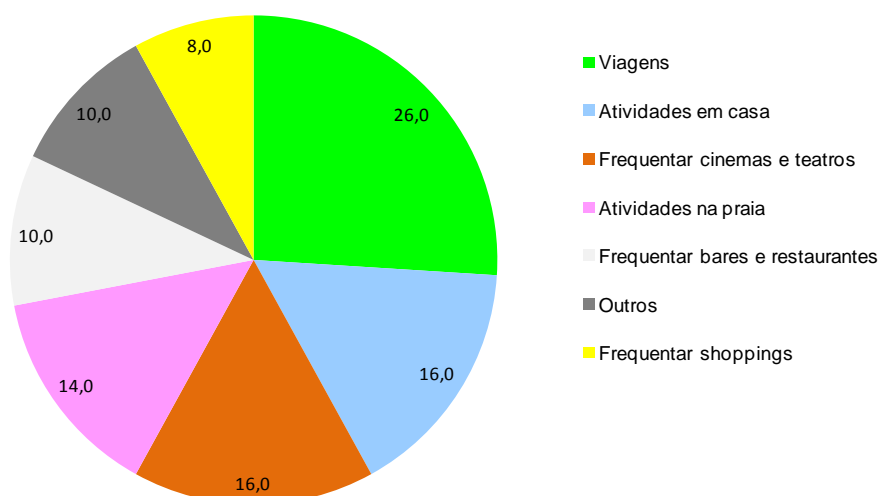
No entanto, quando ao agrupar as atividades de lazer outras análises são possíveis. Conforme o Gráfico 6 ilustra, tem-se que a maior parte das referências feitas pelas classes (médias) superiores se refere a viagens, 26,0% do total. No domicílio e na praia ocorrem 16,0% de tais atividades.

Quando se observam as significações dadas a trabalho, o que se acentua é a necessidade do homem produzir, seja para obter alguma renda, seja para se sentir útil na sociedade. O lazer é a distração e o relaxamento.

Assim, o mesmo indivíduo que diz que trabalho é “Participação. É participação... Também uma coisa necessária... Imprescindível também [...] é mais que a sobrevivência”, afirma que lazer “É imprescindível, é necessário, se não ninguém

<sup>163</sup> No discurso das classes médias e (médias) superiores apareceu a ideia de que morar em casa se traduz em maior bem estar e conforto. Nas classes populares, talvez porque todos os que participaram dessa pesquisa terem esse tipo de domicílio, isso não foi mencionado. Seria isso uma representação? Não é possível responder essa indagação com as informações aqui trabalhadas, mas, de fato a relação entre casa e morar bem é muito comum nos informes publicitários dos empreendimentos residenciais fechados.

aguenta o dia a dia!”. Outro afirma que “Trabalho é trabalho [...] é a atividade que a gente... Que as pessoas precisam ter... Para ter dinheiro, para ter satisfação pessoal [...] Para melhorar a sociedade [...] Atividade remunerada ou não remunerada, é a essência da humanidade”. Ao mesmo tempo, lazer foi mencionado como “[...] estar em paz. A gente tem uma vida tão corrida, que é melhor parar tudo e ficar em paz, em silêncio. Ficar quieta. Simplesmente”. Uma jovem que inicia a vida profissional considera trabalho a “Relação e o vínculo onde se presta mão de obra e se recebe uma remuneração por isso”. No momento de falar do lazer, pensou um pouco. Sorriu e disse: “É tudo aquilo que... Faço sem obrigação, faço por causa do meu bem-estar”.



**Gráfico 6. Distribuição relativa das atividades de lazer das classes (médias) superiores. Pitangueiras e Aracui. 2014**

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

#### 4.5. TRABALHO E O LAZER NO DISCURSO DAS CLASSES SOCIAIS

A ocupação foi um dos critérios estabelecidos para diferenciar as classes sociais nesta tese, por isso, obviamente obteve-se um leque de atividades bastante diferenciado para cada uma delas. No entanto, há um ponto em comum entre as classes populares e médias<sup>164</sup>: a ocupação mais expressiva está relacionada ao

<sup>164</sup> No primeiro capítulo argumenta-se que definir os integrantes das classes médias, por vezes, foi bastante complexo. Conforme a especificidade do perfil da família, classificar seus membros como partícipes dessa classe ou da popular exigiu considerar mais variáveis e a avaliação de aspectos do discurso desses sujeitos – a opção por considerar apenas renda para identificar a que classe

comércio. Nessa categoria, encontravam-se vendedores, balconistas, caixas, entre outros. A segunda atividade mais representativa foi dona de casa<sup>165</sup>. Todavia, sua participação seria ainda maior caso as pessoas que “não trabalham” e que de fato são responsáveis pelo cuidado com a família e com o lar se declarassem ou fossem declaradas como trabalhadoras do lar.

Nota-se que apenas mulheres ocupavam essa posição. Não se registraram ocorrências de homens se vissem impedidos de exercer uma atividade profissional fora de casa para dedicar-se aos cuidados do lar. Ao contrário, em alguns casos, como se verificou no diálogo entre o casal Everaldo Santos e Carla Almeida<sup>166</sup>, ele era quem estabelecia limites à inserção ocupacional da esposa, uma dona de casa, para além dos cuidados com a família. Justificava: se ela fosse estudar ou trabalhar, a ele caberia cuidar da filha de ambos, então teria que enfrentar uma dupla jornada.

Nessa situação, como em outras, a prática da dona de casa, que não tem qualquer limite de jornada de trabalho e que acontece todos os dias, inclusive em feriados e férias, é vista como uma troca. Embora não obtenha retorno monetário pelas atividades que exerce, seu marido (ou outro provedor) a recompensa com a aquisição de bens. A relação que aí se estabelece revela uma subordinação diretamente associada à forma como se institucionaliza a relação familiar. Citando outros autores, Santos (2008) acrescenta que a dona de casa exerce um trabalho invisível que representa a subsistência e, ao mesmo tempo, a subserviência. De igual modo, realiza a última etapa do processo de produção de uma grande quantidade de bens – é ela quem seleciona, compra e distribui uma grande quantidade de bens e serviços ao fazer suas atividades diárias. Por isso, ainda que tradicionalmente a função de dona de casa seja tida como trabalho improdutivo – seja na literatura, seja no senso comum – posto que não cria valor (monetário) ou produto (no sentido restrito do termo), ela participa desse processo.

---

socioeconômica os indivíduos pertencem teria sido mais fácil, porém, como o avançar deste trabalho indica, se revelaria uma escolha enganadora. Alguns “detalhes” que colaboraram para definir algumas classificações podem ser um dos fatores que concorreram para determinadas convergências.

<sup>165</sup> Era comum que mulheres que se designassem ou fossem designadas “do lar” ou “dona de casa” fizessem direta menção a “trabalhar em casa”. Outras diziam que ficavam em casa para “cuidar” de alguém, geralmente crianças, ou “ocupadas” com as “coisas da casa”.

<sup>166</sup> Ver transcrição das entrevistas.

Além disso, ela é fundamental, sobretudo às classes populares, para viabilizar a reprodução social. Foi recorrente ouvir, de mulheres e homens, que a mãe ou alguém não podia trabalhar (fora de casa) ou estudar porque precisava cuidar de uma criança. Isso não faria parte do processo vital? Não está aí também a implacável e necessária repetição exigida para a manutenção da vida? Se para Arendt (2007) essa prática seria consonante a labor, na medida em que decorre das necessidades atinentes à preservação da vida, ela também é fundamental para que os demais membros da família empreendam o trabalho. Assim, se trabalho e capital são indissociáveis, o labor, ainda que não tenha por resultado um produto nos termos do capitalismo, refere-se à reprodução social (GRUPO ESPAÇO LIVRE DE PESQUISA-AÇÃO, 2016).

Tratando das dessemelhanças entre as classes populares e médias, vê-se que, na primeira, predominavam os que integravam a categoria por conta própria – os prestadores de serviço “avulso”, como falou um respondente. São diaristas, pedreiros, eletricitas, manicures, jardineiros etc., que tinham sua força de trabalho disponível para quando alguém dela precisar. Os que possuíam vínculos formais de trabalho, ademais, exerciam ocupações que não requeriam maior qualificação, tratava-se de uma mão de obra facilmente substituível. Além disso, prevaleciam entre as atividades citadas pelos integrantes dessa classe aquelas que exigiam significativo esforço físico *vis a vis* baixa capacidade de capitalização e de mudança (ascendente) na estrutura socioeconômica. Assim, a afirmação de Sorokin (1973) de que os pobres se tornam assalariados e, em consequência dessa condição, permanecerão pobres, nesse contexto, é falsa. Elas são pobres e assim se manterão. Mas, sequer conseguiam, dadas as contingências do mercado, tornarem-se assalariados.

Entre os participantes das classes médias apareceram com relevância ocupações que exigem escolaridade compatível com nível superior e aquelas que demandam ensino médio ou superior e que trazem implícito algum nível de comando. No primeiro grupo estavam engenheiros, advogado, contador, psicólogo etc.; no segundo, administradores, gerentes, supervisores, por exemplo. Além disso, nessa classe social se sobressaíam os empregados, bem como, os trabalhadores por conta própria. Esses, porém, tinham uma condição bem distinta da verificada nas classes populares, já que se tratavam, principalmente, de profissionais liberais ou

pequenos empresários de nível médio que tinham seu próprio negócio, geralmente de prestação de serviços. Então, uma parte das classes médias, tal como definidas para esse trabalho, é composta pelo que Serpa (2007, p. 21) designa como “novas classes médias”, essas compostas por:

[...] novos grupos de trabalhadores qualificados [...] que surgem em função da evolução das condições de produção, pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas (ou renovadas) categorias profissionais, ou, simplesmente, pelo setor terciário inteiro [...].

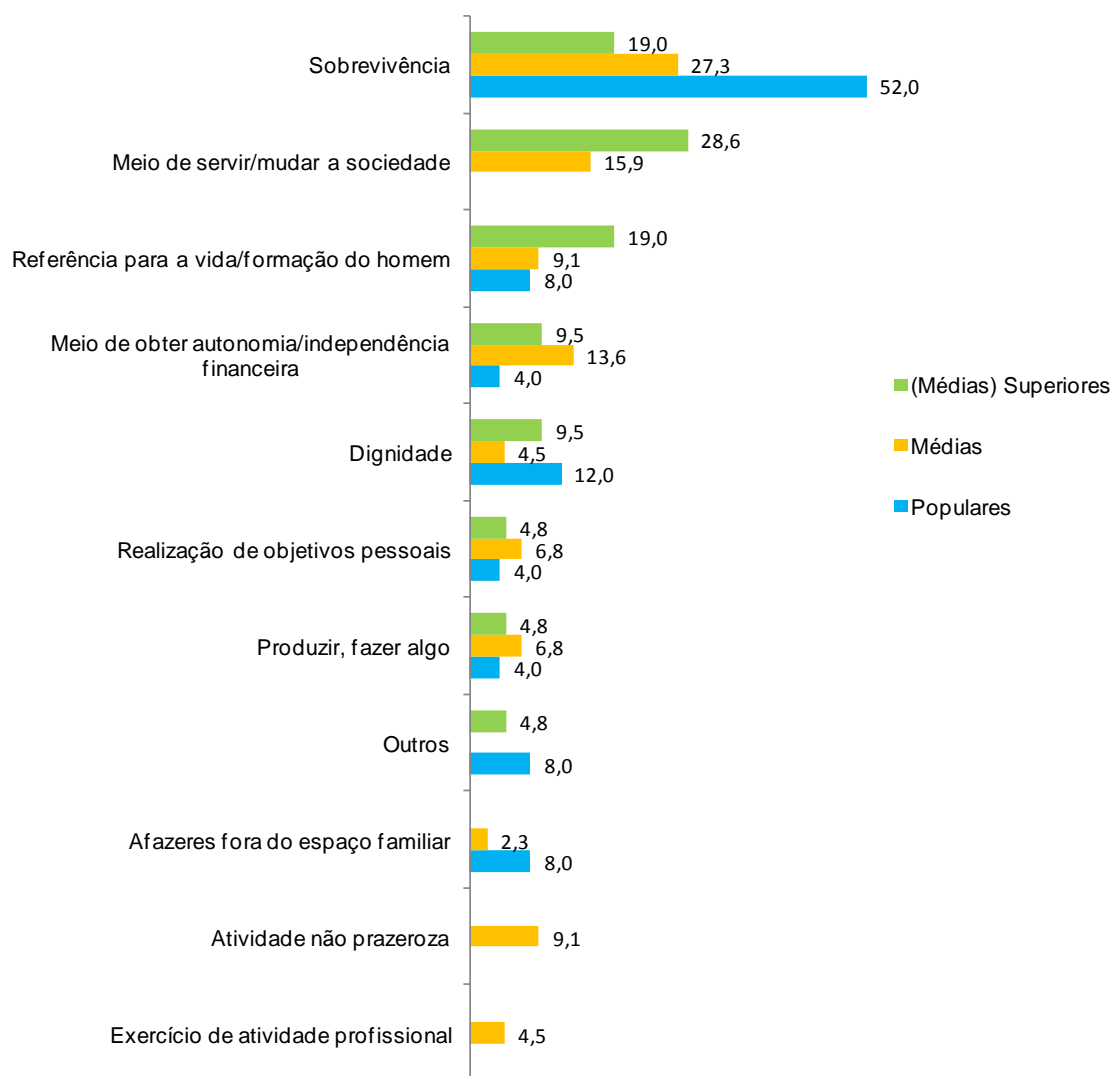
As classes (médias) superiores, como já se pontuou anteriormente, são compostas principalmente por profissionais com graduação completa e vínculos de trabalho mais estáveis.

Mas, o fundamental neste capítulo é verificar como pessoas de distintas condições sociais compreendem trabalho e lazer. No Gráfico 7, que apresenta as respostas à indagação *O que significa trabalho para você?*, demonstra-se que a associação de trabalho à sobrevivência acha-se presente nas três classes sociais, sendo que ela se sobressai nas classes populares: corresponde a mais da metade das considerações desse grupo social (52,0%)<sup>167</sup>. Em seguida, ainda em relação a essa classe, estavam dignidade (12,0%) e, com a mesma importância, referência para a vida/formação do homem e atividade realizada fora de casa (8,0% para cada uma).

Para as classes médias, a sobrevivência representou 27,3% das respostas. A segunda ideia mais citada foi meio de servir/mudar a sociedade seguida de meio de obter independência/autonomia financeira (15,9% e 13,6% do total, respectivamente). Essas concepções articulam dois sentidos: um deles retrata que o resultado do trabalho é um bem comum; o outro se refere ao valor monetário que ele permite acumular. Nesse caso, aponta-se para algo que está além da sobrevivência, enseja a possibilidade de consumo. Isso porque quem menciona a sobrevivência fala quase sempre também na manutenção da família, em ver os filhos crescerem e estudarem. Dinheiro reporta à recompensa financeira, meio de adquirir coisas, algo compatível com as ideias lefebvreanas sobre o produto do trabalho na modernidade.

---

<sup>167</sup> Veja-se que numa pesquisa realizada em 1955, quando se perguntou a trabalhadores “por que o homem trabalha?”, a principal resposta foi, simplesmente, “para poder viver” ou para poder “ganhar dinheiro” (ARENDT, 2007). Sendo assim, ainda que em realidades completamente diferentes, esse sentido essencial é repetido nos achados desta pesquisa.



**Gráfico 7. Significados de trabalho, segundo as classes sociais. Pitangueiras e Aracui (em %). 2014**

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. 2014.

Em relação à possibilidade de o trabalho mudar a sociedade – sentido não verificado nas classes populares – foi uma avaliação mais recorrente nas classes (médias) superiores (28,6%). No discurso dessa classe, as respostas sobrevivência e referência para a vida e formação do homem aparecem com igual importância (19,0% cada).

A relevância da vinculação entre sobrevivência e trabalho nas classes populares remete às ponderações de Arendt (2007) quando trata do labor, atividade que visa a atender as necessidades vitais, ou ao que Marx chama de trabalho improdutivo, algo que não enriquece o mundo e que, inclusive, não seria digno desse nome (ARENDR,

2007)<sup>168</sup>. Se esse sentido é mais evidente para aqueles que participam das classes populares em relação às demais, é porque, com a divisão do trabalho, a exploração inerente ao sistema capitalista incide mais fortemente sobre ela, inclusive no que se refere ao tempo a ser dedicado ao trabalho. Sendo assim, aparentemente (e apenas aparentemente), aqueles que detêm posições mais elevadas na hierarquia social não estão tão sujeitos às vicissitudes decorrente das necessidades. Portanto, é-lhes mais possível pensar no trabalho com perspectivas “mais nobres”, ainda que não mencionem felicidade em realizá-las, mas, sim, quando não as estão realizando.

Essas condições de vida, suas consequências em relação ao uso do tempo e a exaustão decorrente do exercício profissional, aparecem nas palavras do pintor Everaldo:

Meu trabalho é duro... (silêncio). Trabalho de sete às cinco... [...] Às vezes não tenho nem horário porque trabalho por minha conta própria, sou autônomo, trabalho por minha conta própria aí não tem esse negócio de seguir, né, horário. Tem hora pra pegar, mas, não tem hora pra largar, né....

Complementa, “E no mais eu sou satisfeito, né... com minha profissão... foi a única que, que eu tive capacidade mesmo de aprender... é o que está sustentando minha família mesmo. [...] Os pontos positivos que eu tenho para tirar de minha profissão são esses mesmos”. Em outros termos, seu trabalho permite tanto a reprodução da vida (no sentido biológico), quanto a da sociedade (da estrutura social). E só isso. Não lhe rende mais nada.

Seguindo os ditames do capitalismo, para “perpetuar a descendência dos trabalhadores”, como postula Marx (1996a), e tendo a ideia de trabalho como “imperativo moral” e “necessidade de ganhar o pão” (LEFEBVRE, 2006b), como é comum nesse meio social, Everaldo não escolheu sua ocupação ou iniciou-se no mundo do trabalho quando adulto. Com 12 anos, acompanhando seu pai que era pedreiro, começou sua labuta, “Eu ia contra minha vontade, mas, tinha que ir”. Foi, por isso, obrigado a abandonar a infância e a parar de estudar, interrompendo o sonho, ainda não esquecido, de ser professor. Porém, retomá-lo é algo que lhe parece impossível: “Vontade [de voltar a estudar] eu tenho, mas falta é tempo! [...] ”

---

<sup>168</sup> Para Arendt (2007, p. 98), a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo revela preconceitos ao tempo que decorre da distinção entre trabalho e labor. Embora esta atividade tenha o resultado de seu esforço consumido quase que no momento em que se realiza, “[...] esse esforço, a despeito de sua futilidade, decorre de enorme premência; motiva-o um impulso mais poderoso que qualquer outro, pois a própria vida depende dele”.



pra mim pensar em voltar a estudar, eu... num (sic) tem como não. O cansaço não deixa não”.

Algo similar se passou com Nilton Silva, um pedreiro que desejava ser médico e a quem foi imposto, pelas circunstâncias, a precoce entrada no mundo do trabalho. Tinha que ajudar a mãe a criar os irmãos, mas, ele resistia. “Então, chegou a uma época que minha mãe teve que me colocar pra fora de casa... porque eu não queria trabalhar. Eu queria era estudar!”. Não teve jeito, seguiu, literalmente empurrado pela mãe, a carreira de pedreiro.

Passados vários anos, ainda não gosta da profissão que exerce. “Às vezes eu fico muito, assim, desapontado porque... eu tenho que fingir. Um pouco triste também [...]. Eu me esforço mais pra procurar fazer bem que fazer aquilo que eu não gosto [...] cada dia que vou pra dentro de uma construção civil é um martírio [...]”. Por um lado, “[...] eu vivo o tempo todo *insatisfeito* porque eu faço uma coisa que não gosto”; por outro, “[...] agradeço a Deus todos os dias, *todos os dias*, de ter me dado essa profissão... porque ele me deu *literalmente* porque eu não fiz nenhum esforço pra... eu não me lembro de ter feito nenhum esforço (risos) pra me tornar um pedreiro”. Sendo assim, vive em conflito em relação à sua prática profissional, é algo que o faz infeliz, porém, foi exercendo essa função que conseguiu construir sua casa, pagar as despesas da família e as do seu curso de auxiliar de enfermagem, o que o fez aproximar-se de seu desejo.

Para Nilton, trabalho “[...] é o início de um sonho... onde você começa a realizar um determinado..., um determinado sonho, de poder... realizá-lo... Realizar pequenas coisas como comprar, né? Como consumir, consumir o básico, né. Não é? Só e... planejar, planejar é o futuro”. Então, diante da frustração com a profissão, o consumo possível é uma compensação, algo bem afeito ao que Lefebvre (1991a, 1991b, 2013) coloca a respeito da sociedade capitalista e às ideologias que nela se disseminam: ao invés de desejos, aparecem as necessidades. E o consumo produz sua fugaz satisfação.

Outras interpretações e formas de vivenciar o trabalho são apresentadas por integrantes das classes médias. Filho de um pedreiro e de uma pequena comerciante, João Rocha e suas irmãs, todos com nível superior, conseguiram

manter-se na escola em função do esforço dos pais, aos quais conseguiram superar em termos da escolaridade e de renda. No entanto, seu caminho até a conclusão do nível superior não foi fácil.

O primeiro passo foi terminar o ensino médio, o que conseguiu após servir, por quatro anos, a aeronáutica, enquanto trabalhava como motorista numa empresa de transporte coletivo. Depois, empenhou-se em passar num concurso público, pois pretendia dar “estabilidade financeira” à família. Alcançado esse objetivo – é motorista de ambulância da prefeitura de Camaçari –, partiu para fazer faculdade.

Nas suas palavras, “Eu via o mercado de trabalho pedindo um, um nível médio. Depois uma qualificação maior, que era o nível superior e, isso daí, me motivou a voltar a estudar [...]”. Mas, ainda não está satisfeito: “[...] eu vou voltar a estudar novamente. Não só fazer a pós-graduação, mas, é... é fazer um cursinho ou até estudar em casa mesmo pra tentar um outro (sic) concurso”. Sua jornada profissional prossegue. Permanece em busca de melhoria - aliás, esse termo, busca, foi constante na sua fala. Afirma ainda que sua preocupação não se restringe à questão financeira (e procura passar isso para os filhos e sobrinhos), pois, compreende por trabalho:

[...] uma coisa que é... valoriza o homem, entendeu? É, assim, dá dignidade, saber que coloca tudo na sua casa com seu próprio esforço [...] e deixa você com o sentimento de ter feito, que tenha construído uma coisa pra sociedade [...] Então, trabalho pra mim é isso. Além de ser valorizado pelo seu sustento, você também tá ajudando a sociedade a crescer, porque eu acho que todos os trabalhadores, independente da função dele, ele (sic) desenvolve um, um bairro, um município, um estado, um país. O mundo.

Sua história é compatível com as postulações de Sennett (1999, 2012), ainda que num outro escalão profissional. João procura com seu trabalho dar estabilidade e segurança para sua família. Esforça-se por consegui-la, mas, a cada passo que dá, percebe que há outro a sua frente. Há, ainda, a incerteza em relação ao resultado de seu esforço, mas, ele “busca”, tenta. “Apesar que (sic) já tenho uma estabilidade, mas, muitas das vezes a gente ainda precisa de alguma coisa pra despesa. E esse salário não dá! A gente tem que correr por fora [...]”. Por isso, trabalha também como instrutor para habilitados e socorrista. É desse modo que “aproveita” parte do seu “tempo livre”. Enquanto assim age, diminui os momentos junto à família, algo que lhe é tão caro: “[...] a coisa mais importante na minha vida é minha família (silêncio). É...

(silêncio) Principalmente meus pais e meus filhos, né. Eu dou muito valor à minha família [...]”.

Márcia dos Anjos, uma mulher das classes médias, traz uma concepção de trabalho distinta da de João. É mais pragmática. Licenciada em História, ela é professora dos ensinos fundamental e médio em duas escolas particulares. “Ama” o que faz – repete isso mais de uma vez – e, já na 5ª série, decidiu seguir essa profissão. Para tanto, precisou trabalhar desde cedo, ainda secundarista. Vinda de uma família de baixa renda, fez toda sua escolarização na rede pública, porém, devido à elevada pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conseguiu uma bolsa de estudos integral numa faculdade particular: “[...] fiquei acima da média nacional, eu podia escolher [...] outros cursos: fisioterapia, engenharia, medicina veterinária, eu tinha pontuação pra isso. Mas, eu preferi escolher licenciatura”.

Mesmo fazendo algo que tanto lhe agrada, para ela, o termo trabalho “[...] remete à ideia de um esforço físico ou mental [...]”. E ser professora, “[...] requer de mim um esforço físico, mental, mas, eu me sinto satisfeita. Mesmo estando cansada, saber que... missão cumprida: meu aluno conseguiu aprender. Aquilo pra mim é satisfatório, então isso se sobrepõe ao meu desgaste físico e mental”. Anseia “aprender mais”, alcançar maior qualificação e aumentar seus rendimentos, por isso, pretende fazer mestrado e depois doutorado. Assim, espera ensinar em alguma faculdade, “[...] em um nível maior, um nível melhor”, para não precisar ter mais de um emprego, como tinha naquele momento.

No seu discurso, trabalho se associa a esforço, desgaste e satisfação. Assim como as palavras de João revelam, é também expectativa de se inserir melhor no mundo produtivo e ter maiores ganhos financeiros. Ambos, pelo modo como conseguiram alcançar o ensino superior, ampliar sua renda ao longo de anos e o esforço para manipular o tempo de modo a poder dar conta de suas obrigações financeiras e familiares, colocam-nos na condição de batalhadores, nos termos de Souza (2012). Não houve, no âmbito familiar, a transmissão da herança imaterial da qual fala esse autor, dos instrumentos que configuram condições que favorecem a aquisição e reprodução do capital cultural. Sem um capital cultural, social ou econômico que lhes permitisse manter, na infância e adolescência, como foco central a formação educacional, seguiram lenta e tenazmente em busca de melhorias.

É interessante que as representações de trabalho mencionadas por Lefebvre (1991a, 1991b) encontram-se presentes nos discursos dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, independentemente da classe a qual integrem. Com outra abordagem sobre o tema, Arendt (2007, p. 139-140) observa que há algumas idealizações de trabalho na modernidade que subdivide em quatro categorias:

[...] (1) o trabalho é um meio para atingir um fim superior [...] (2) O trabalho é uma ato de moldar no qual 'dada substância é transformada em outra estrutura superior' [...] (3) O trabalho numa sociedade trabalhadora é mero prazer ou 'pode tornar-se tão satisfatório quanto as atividades de lazer' [...] (4) Finalmente, o trabalho é a confirmação do homem contra a natureza, que é dominada por ele através do trabalho [...].

As três primeiras dessas ideias, assim como a valorização do trabalho para a vida, em todos os sentidos, e para a sociedade, se expressam nas palavras de várias pessoas. Necessidade, compromisso, formar o homem, ser útil à sociedade, construir o futuro... tudo isso revela que o trabalho é um eixo a partir do qual a vida se move. E é como se tivesse que ser assim... Ademais, a função do trabalho como reprodução é evidenciada: trabalha-se para ter condições de sobreviver para poder voltar a trabalhar. E a dignidade do trabalho e do trabalhador, como dito por Lefebvre (1991b), deixa de valer em si e passa a significar o “sustento da família”, expressão que, por sinal, aparece muito mais no discurso dos homens.

Entre os entrevistados, apenas Nilton revela que, eventualmente, esquece-se das obrigações e rompe com a cotidianidade. “Mesmo quando estou numa empresa, que eu tenho que bater cartão todos os dias, *vai ter um dia no mês que eu vou jogar tudo pra cima*. Eu faço isso. Não boto atestado, não boto nada. Eu jogo tudo pra cima”. Nesses momentos, desenvolve alguma atividade de lazer, vai ao *shopping* ou ao cinema, principalmente. Desse modo, ainda que pense em escapar disso, segue a programação da vida.

Sobre as práticas de lazer, a praia prepondera nas três classes sociais, com destaque para as classes médias. Essa foi praticamente a única coincidência em relação ao tema. A praia é apresentada como um lugar agradável e barato. Muitos dos que integram as classes populares e que a frequentavam, quase sempre em Vilas do Atlântico e Ipitanga, deslocam-se para ela a pé (são cerca de 2,5km de

distância<sup>169</sup>). As pessoas de outros grupamentos sociais normalmente chegavam até essas praias de carro ou, uns poucos, de bicicleta<sup>170</sup>.

O segundo grupo de atividades mais relevante da classe popular foi a que se referia à não realização desse tipo de prática, normalmente, isso foi associado à quantidade de horas que se tinha que trabalhar ou às inúmeras obrigações atinentes aos cuidados com a casa. Sendo assim, para alguns dos que participaram da pesquisa, sequer havia a ilusão de escapar das obrigações do dia a dia. Caminha-se para reconhecer a vida cotidiana percebida como insuportável? Para a ruptura? Parece que não. O que foi dito, de forma geral, indica mais uma atitude de conformismo à rotina, “não tem jeito”.

A isso se seguia estar com familiares e amigos, atividade normalmente realizada em um domicílio, o que de um modo ou de outro implica em práticas relacionadas ao trabalho doméstico. Note-se que não se trata do não fazer nada, relaxar. Falou-se de almoços, de churrascos e de festas. Assim, a casa, com maior ênfase para as classes populares, se torna o lugar do labor, do trabalho e da festa.

Nas classes médias, ir ao *shopping* figurava com o segundo maior percentual. Quer dizer, nesse caso, as relações sociais perdiam espaço para a relação com as coisas, tal como acontece nesses centros comerciais. Essa atividade também é mencionada como uma das alternativas para as demais classes.

Mas, o que acontece nesses locais? Eles são explicitamente espaços de consumo. Há a “oportunidade” de adquirir objetos, bem como se experimenta o estímulo à visão e, com isso, cria-se a necessidade de consumo. Melhor dizendo, é possível a contemplação de uma infinidade de produtos, de alguns padrões de beleza e de várias ideias do que se deve/precisa adquirir. E por que se entende que neles se pratica o lazer? Com Padilha (2008, p. 106) tem-se uma resposta: os *shoppings* “[...] são ícones de uma sociedade que valoriza o espetáculo do consumo de bens materiais e de lazer-mercadoria, configurando-se como espaços de lazer alienado”.

---

<sup>169</sup> A questão dos deslocamentos e a das distâncias são objeto de atenção no próximo capítulo.

<sup>170</sup> O fato de em todas as classes sociais terem sido indicadas praias em comum não significa, necessariamente, que se frequente os mesmos pontos de cada uma delas. Embora mais evidente em Vilas do Atlântico, nessa e em Ipitanga há áreas em que as pessoas das classes populares mais se concentram, enquanto em Buraquinho a presença de integrantes dessa classe é mais comum. Nenhum dos entrevistados citou ter na praia um lugar de trabalho.

Para a autora, os indivíduos são “[...] enfeitiçados pela publicidade e pela cultura de consumo, desejam frequentá-lo”. Por isso, muitas vezes se ouviu, sobretudo das pessoas da classe popular, que lá iam apenas quando era possível ou quando “sobra algum dinheirinho”. O mesmo vale para o cinema ou para as viagens, eram atividades realizadas conforme a disponibilidade financeira, informação que evidencia as argumentações de Padilha (2000) sobre o componente de classe nas práticas de lazer e as de Faleiros (1980) e Padilha (2000, 2008) quando vinculam lazer e consumo.

Para as classes (médias) superiores, o ir ao *shopping* não figura entre as atividades mais corriqueiras. Viagens, cinema e restaurantes e bares foram respostas mais representativas. Não que esse grupo não mencionasse tal atividade, assim como outras comuns às demais classes, mas diferenciando-se delas, seus integrantes falaram mais de teatro e viagens para o exterior.

A respeito das idas ao *shopping* cabe ponderar que não se disse que comprar era uma atividade de lazer, no entanto, isso é subentendido a partir de afirmações que vinculam a ida a esses locais à disponibilidade financeira. É oportuno recolocar, portanto, que, no atual estágio do capitalismo, o próprio ato de consumir é convertido numa atividade de lazer (PADILHA, 2008). Afinal, quando se passeia no *shopping* o que se vê são produtos.

Dessa maneira, esses estabelecimentos se tornam um lugar em que lazer e consumo se integram de modo evidente e interessante à reprodução capitalista pelo que representam em termos das trocas comerciais. Mas, também porque essa interligação conduz a uma situação na qual o homem se afasta de sua subjetividade, submetendo-se à coisificação. Como destaca Padilha (2008, p. 108),

Dentre as mercadorias presentes no *shopping center* está o lazer: as salas de cinema, os jogos eletrônicos, a praça de alimentação, os ocasionais e padronizados eventos artísticos, os brinquedos etc. Os diversos equipamentos de lazer disponíveis em *shoppings centers* levam as pessoas a encontrarem diversão em torno da celebração do objeto, de modo que, mesmo no lazer, o *ser* permanece subjugado ao *ter*. Numa fase de consumismo, as pessoas passam a mensurar a sua existência a partir do que têm e do que consomem, gerando um axioma dos tempos modernos: “compro, logo existo”.

Obviamente, a maior ou menor renda influencia na escolha pelas atividades de lazer. Porém, pode-se ainda levar em conta que algumas delas concorrem para a

distinção, nos termos propostos por Bourdieu (2011). Assim sendo, o que aparenta ser um gosto individual aponta uma diferenciação dessa classe em relação às demais. É interessante que apenas aqueles que participam das classes (médias) superiores mencionaram cinema de arte (não apenas cinema de shopping) entre suas atividades de lazer, assim como viagens ao exterior como a possibilidade de conhecer novos lugares. A relação entre renda e práticas de lazer aparece na fala de Nilton, o pedreiro acima citado.

Quando falo, falei de lazer, eu me referi a teatro, né, que eu gosto apesar de não ter (risos) condições financeiras de ir ao teatro sempre [...] tenho vontade de ir. [...] E a praia... é um lazer que eu tou (sic) sempre... A praia eu vou mais... é mais fácil de chegar até a praia, né. Eu só gasto se eu realmente quiser gastar e o teatro eu só entro se eu gastar. [...] Eu fico até um pouco triste com... com não poder entrar no teatro porque as partes (sic) que se *fala mais* no cotidiano [...] mas, a classe pobre não pode assistir!... Isso eu fico um pouco decepcionado...

Ele também gosta de cinema – embora prefira o teatro por ser algo “natural”, não se trata de “um jogo de imagem” – mas também é caro para que seja comum na sua vida.

Uma anotação interessante é que para os integrantes das classes populares, particularmente, viajar para o interior ou outros estados quase sempre é relacionado a visitar um parente ou amigo, enquanto para as classes médias, além disso, são motivadas pelo desejo de conhecer novos lugares ou retornar àqueles em que se sentiram bem. Nas (médias) superiores, visitas a parentes e amigos é o que menos impulsiona viagens.

Sobre o sentido atribuído ao lazer, o mais comum descrevê-lo como algo que não faz parte do cotidiano, como contraponto ao trabalho e às obrigações. Há que se notar que, convergindo com o que dizem Lefebvre (1991b) e Padilha (2000), a compreensão de lazer mais comum às três classes sociais foi diversão/distração e, no caso das (médias) superiores, em igual proporção, associou-se lazer a descanso/relaxamento (Gráfico 8). Então, “[...] the worker craves a sharp break with his work, a compensation. He looks for this in leisure seen as entertainment or

distraction. In this way leisure appears as the non-everyday in the everyday”<sup>171</sup> (LEFEBVRE, 1991b, p. 40).

No entanto, ainda que ilusória ou temporária, essa sensação de bem-estar não alcança a todos. O item nada/não sei, que contempla as falas daqueles que afirmaram não vivenciar o lazer, novamente possui uma participação significativa nas classes populares (21,6%). Aliás, essa foi a segunda resposta mais recorrente. Nas classes médias, sua representatividade foi menor (6,0%) e, nas (médias) superiores, inexistente. Quer dizer, para algumas pessoas que participaram da pesquisa, nenhuma das práticas realizadas em sua vida significa a distração ou o descanso da fadiga decorrente do trabalho.

Embora não o fosse solicitado, por vezes se justificava a inexistência do lazer. Dizia-se, por exemplo, “a casa é grande, não tenho tempo pra nada”; “o dinheiro não dá” ou “a vida é trabalhar, dormir e comer”. A questão do tempo, também nessa situação, se faz presente. Mas, a da vida encaminhada principalmente pela reprodução igualmente é evidenciada. É como se a vida girasse em torno das obrigações e essas se circunscrevessem ao sobreviver<sup>172</sup>.

De todo modo, por vezes, antes ou após dizer-se “nada”, mencionava-se que se assistia a TV em casa. Essas situações fazem pensar que a força de trabalho pode ser de tal modo exaurida ou tão mal remunerada que sua necessária reposição é considerada inacessível. Sem lazer eram pessoas que tinham seu pequeno, mas próprio, comércio e trabalhavam de domingo a domingo; donas de casa, para quem as obrigações não se findam; ou aqueles que complementavam a renda do trabalho principal com outra atividade produtiva. Só lhes restava, portanto, a prática passiva (e de baixíssimo custo) de prostrar-se à frente da TV, o que não se revelava suficiente para ser percebido como diversão ou o relaxamento. No entanto, não se pode desconsiderar que, ainda que o não fazer nada seja percebido como

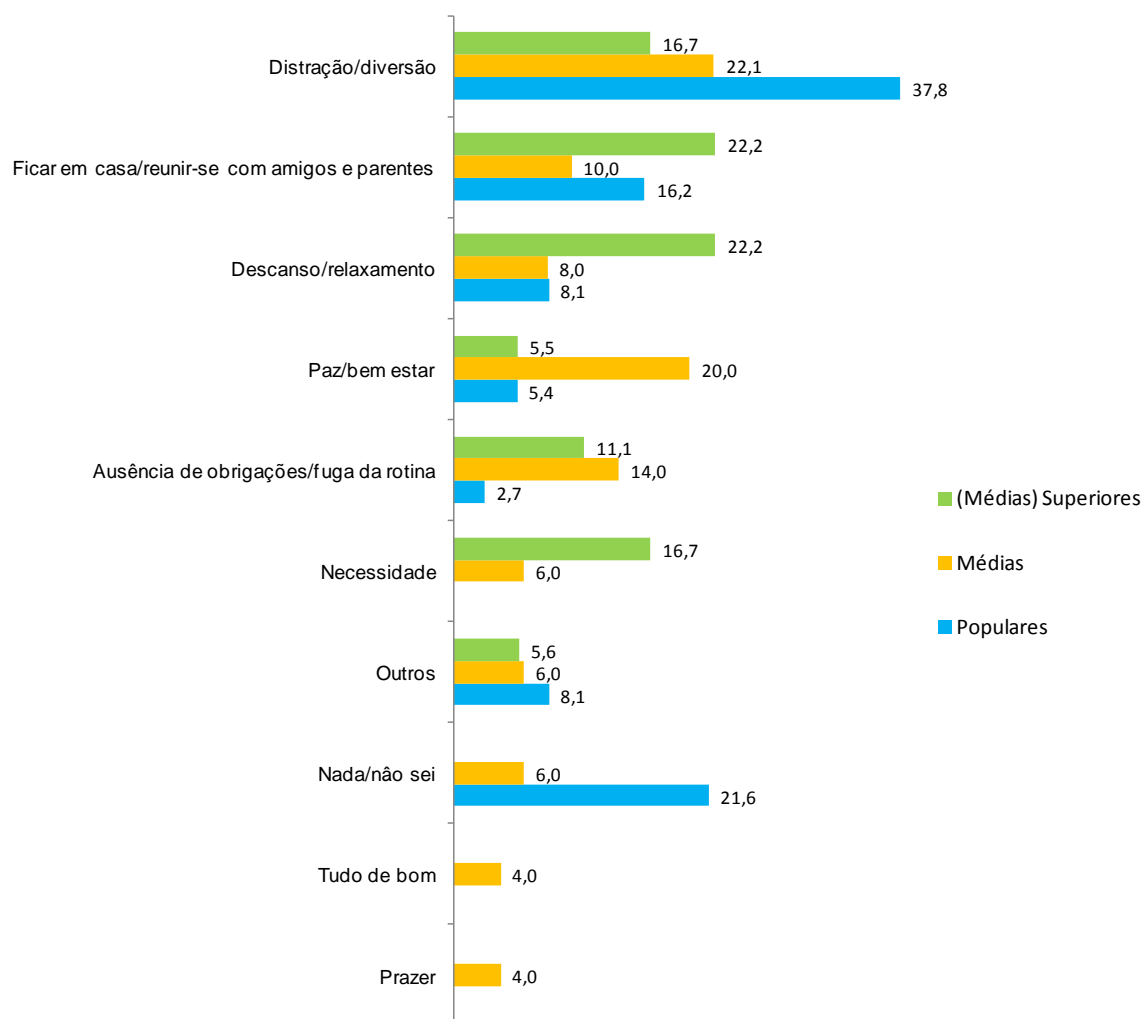
---

<sup>171</sup> “[...] o trabalhador anseia por uma ruptura com o seu trabalho, uma compensação. Ele vê isso no lazer visto como entretenimento ou distração. Desta forma lazer aparece como o não-cotidiano no cotidiano” (tradução nossa).

<sup>172</sup> De certo modo, a advertência de Lafargue (2012, p. 58), feita a tantas décadas, pode ser lembrada quando se analisa essa situação: “Os operários não conseguem compreender que, cansados excessivamente, esgotam as suas forças e as forças de sua prole [...] já não são homens, mas, restos de homens; matam neles todas as belas faculdades para só deixarem em pé, e luxuriante, a loucura furiosa do trabalho”.



inexistência de lazer, do mesmo modo que essa prática, cumpre o fim da recomposição da força de trabalho



**Gráfico 8. Significados de lazer, segundo as classes sociais. Pitangueiras e Aracui (em %). 2014**

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. 2014.

Esses levantamentos convergem com os achados de campo de Serpa (2015b, p. 142). Tratando especificamente da situação de empreendedores que atuam em bairros populares, aponta que sua ascensão econômica acarreta, entre outros, “[...] o lazer restrito, bem como a falta de tempo para os amigos e para frequentar equipamentos culturais [...] nossos entrevistados praticamente restringem seu lazer a atividades com a família e o descanso em casa”. Para esses indivíduos, o lazer se refere apenas à recomposição necessária para retornar à intensa jornada de trabalho.

Desse modo, seja no Aracui e em Pitangueiras, seja nos bairros estudados por Serpa (2015b)<sup>173</sup>, denota-se que aqueles que muito trabalham têm reduzido tempo livre e oportunidades de desenvolver atividades de lazer. Seus rendimentos acabam voltando-se, sobretudo, para o consumo dos bens essenciais à sobrevivência e, quando possível, de bens duráveis.

A questão da ausência de tempo ou de condições de exercer o lazer não se aplica apenas a situações decorrentes do que ocorre no tempo obrigatório. Acrescenta-se a ele, o tempo imposto – que cresce exponencialmente –, no qual diversas necessidades se sobrepõem. E, nos casos em apreciação, a vida familiar e a manutenção do lar também funcionam na constrição do tempo. Everaldo disse que quando não está trabalhando, o que gosta de fazer é “Nada! [...] Só nada mesmo, só cuidando das coisas de casa, mesmo... Galinha..., passarinho..., cachorro..., quintal... [...]”.

Para as mulheres, a questão do tempo e da sobreposição das dinâmicas e papéis sociais parece mais explícita. O relato de Ana Lima<sup>174</sup>, que integra as classes médias, contribui para expor essa questão. Ela que é proprietária, junto com a mãe, de uma pequena escola de educação infantil. Afirmou: “Eu gosto muito do que eu faço [...] eu sei que dinheiro é importante... Hoje a gente tem prazer no que faz [...]”. Por isso, como está começando seu próprio negócio, dedica-se a ele “de domingo a domingo”, sempre pensando em como melhorá-lo. Além disso, trabalhando de 7h às 18h, ao chegar em casa, “[...] faço o jantar, arrumo a casa, cuido do marido, filho [...] e aí vou estudar”. Mas, em casa, nos fins de semana, “procuro viver a família”, e esse convívio é sua mais importante atividade de lazer. Mesmo nesses momentos, de vez em quando, “[...] até sentada na varanda a gente [Ana e a mãe] faz uma reunião [para tratar do trabalho]... em casa”.

Com Márcia, a situação é bem similar. Assim descreve sua rotina:

[...] trabalho, aí chego, pego minha filha, fico com ela o resto do dia, aí vou fazer o almoço do dia seguinte pra deixar pro meu outro filho, que também estuda, a tarde toda, pra meu marido jantar e vou cuidar da casa, como uma dona de casa... comum. [...] Eu penso: final de semana é meu e da minha família. [...] eu procuro... não consigo, não tenho conseguido descansar,

<sup>173</sup> Serpa (2015b) empreendeu sua pesquisa nos bairros de Paripe (em Salvador) e do Tomba (em Feira de Santana).

<sup>174</sup> Usa-se, para essa entrevistada, conforme sua solicitação, um pseudônimo.

porque eu tenho uma bebezinha, então, descansar, não existe. Acaba que chega segunda feira e eu estou super, hiper, mega cansada!

Ela não tem dúvidas de que o tempo em que não trabalha é permeado de obrigações, percebe sua “dupla jornada”. Ana fala que ocupa seus finais de semana com questões atinentes ao trabalho, mas, acha que faz parte de seu momento profissional.

Em todas as classes houve quem, ao definir lazer, indicasse uma prática: estar com família ou amigos. Aliás, nas classes (médias) superiores, junto a descanso/relaxamento, essa foi a categoria com maior percentual (22,2%). Entre os que compunham as classes médias, a segunda resposta mais relevante foi paz/bem-estar (20,0%).

A oposição trabalho-lazer fica evidente na maior parte das respostas aos questionários e nas entrevistas. Mesmo quando o trabalho é interpretado como algo que dignifica e dá sentido ao homem, que contribui para o desenvolvimento da sociedade, raramente foi associado à satisfação ou ao prazer, tal como Márcia e Ana o fizeram. O valor social do trabalho, desse modo, se retrai frente ao mal estar que ele implica. Não por acaso, o lazer desejado é, quase sempre, algo que se afaste de qualquer compromisso ou obrigação – ainda que eles continuem a existir, tal como a literatura levantada sobre o tema demonstra.

É interessante que quando se realizou a reunião na AMA, ao perguntar-se sobre as lembranças do passado, as ideias faziam menção a brincadeiras, festas, “contações” de histórias, aos encontros e às pessoas. Em relação ao presente, a característica mais marcante de suas vidas é o trabalho. Foi o termo mais citado e repetido por diversas vezes por aqueles que lá estiveram. Essa dicotomia, nesse caso, aparece associada ao tempo e à diferenciação da estruturação do espaço e da sociedade. Noutros termos, num determinado contexto socioespacial, anos 1970, aproximadamente, a vida era pautada pelas dificuldades relacionadas ao parco acesso à infraestrutura, mas havia uma integração comunitária, a liberdade de fruir pelo espaço, de encontrar-se com o outro. No presente, há maior disponibilidade aos serviços, porém, as obrigações se impõem, o uso do espaço é mais restrito frente sua fragmentação e a possibilidade de se relacionar com o outro experimenta forte arrefecimento.

Voltando-se à ideia da relação família-trabalho-lazer, coloca-se agora foco no primeiro desses termos. Anteriormente se relatou que não se tratou especificamente da família. No entanto, esse tema surge como elemento que representa ora felicidade ora obrigações. Na fala de Ana Lima e de Márcia dos Anjos isso aparece com muita intensidade: os fins de semana, as férias e as noites devem ser dedicados à família, mas, isso também é carregado de responsabilidades.

Já para Nilton Silva e Everaldo Santos, as necessidades de sobrevivência da família foram o mote que os levaram a engajar-se no mercado de trabalho e numa profissão que lhes gera como principal resultado o sustento financeiro. Veja o que diz Everaldo:

Meu dia a dia foi aquilo mesmo que falei pra senhora ali na associação: trabalho, casa... e baba<sup>175</sup>. [...] minha rotina é isso mesmo, trabalho, casa e baba. Se eu não tiver trabalhando, tô em casa. No domingo se a senhora me procurá (sic), não tô em casa, tô no campo. Entendeu? E aí, segue a vida.

Estão postos na sua fala, apartados entre si inclusive quanto ao local de sua realização, os elementos da vida cotidiana da modernidade em sua contraditória complementaridade como ensina Lefebvre (1991b).

Alguns dos resultados dos questionários e entrevistas aqui apresentados tornam-se interessantes para as análises que se seguem no próximo capítulo. Tendo em vista que o lazer de muitos se realiza em casa, os fluxos na metrópole soteropolitana para o lazer são pouco significativos em relação aos de trabalho? Considerando a quantidade de pessoas designadas como donas de casa/do lar e as que no trabalham no pequeno comércio da classe popular, se confirmaria a hipótese apresentada no início dessa tese de que seus componentes têm maiores limites espaciais no que tange à realização de suas práticas cotidianas? Os achados de campo são compatíveis com as pesquisas oficiais sobre o tema? No próximo capítulo, essas são algumas das questões a serem tratadas.

---

<sup>175</sup> Baba é uma designação popular ao jogo de futebol organizado e praticado entre amigos.

CAPÍTULO 5

**POSSIBILIDADES DE USO E DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO: FLUXOS  
E LUGARES DE TRABALHO E DE LAZER DAS CLASSES SOCIAIS**

A pergunta que orienta a elaboração deste capítulo é: *como as diferentes classes sociais se apropriam da metrópole nos processos de reprodução da vida?* A intenção é verificar se as diferentes posições na estrutura social repercutem numa maior ou menor mobilidade espacial para fins de emprego de sua força de trabalho e para a realização de atividades que permitam recompô-las, bem como evidenciar se há diferenças entre os lugares em que essas ações acontecem. Consequentemente, pretende-se avaliar se há relação entre classe social e possibilidades de uso e de apropriação do espaço. Desse modo, o que está em questão são os direcionamentos e a intensidade dos movimentos que se empreende ao sair de casa (ou não) para realizar atividades essenciais para a vida e as porções do espaço na quais elas se dão.

A elaboração desse raciocínio fundamenta-se em algumas reflexões previas como as pertinentes à produção do espaço, à classe social, ao trabalho e ao lazer. A essas se adiciona a compreensão de que, tal como destaca Jardim (2011), os deslocamentos populacionais assumem especificidades vinculadas ao contexto espacial e temporal. Portanto, seu volume e seu direcionamento podem ser lidos como resultados de um conjunto de processos de ordem social, econômica e espacial, entre outras. Do mesmo modo, assume-se que o movimento de pessoas no interior de cada cidade, e entre elas, é uma das consequências da separação das áreas destinadas à moradia e aquelas nas quais se desenvolvem as etapas fundamentais ao capitalismo (produção, circulação e consumo). Entende-se também que a intensidade dessa mobilidade está relacionada aos avanços das tecnologias que a favorecem, como as de transportes e de comunicações (MELCHIOR, 2015; OJIMA; SILVA; PEREIRA, 2015; MOURA; BRANCO; FIRKOWISKI, 2005).

Nesses termos, na sociedade contemporânea, a intensificação da mobilidade, em diferentes escalas, algo referido, entre outros, por Moura e Delgado (2016), está associada à dispersão da atividade econômica, seja ela materializada nas estruturas produtivas, seja representada pela ação do mercado imobiliário. Antico (2003), observando mais atentamente o que se passa no âmbito metropolitano, evidencia que, em reposta aos interesses capitalistas, os bens, serviços, equipamentos de

educação, a cultura e o lazer, bem como os postos de trabalho, encontram-se desigualmente distribuídos no espaço. Nessa situação, os deslocamentos se tornam o meio de o indivíduo usufruir dos recursos disponíveis na cidade. Noutros termos, produz-se a possibilidade de morar, trabalhar e consumir em diferentes e distantes lugares. Assim, acontece a expansão do tecido urbano e a redefinição dos usos do solo, o que, junto à ampliação dos meios e modos de circulação, ocasionam modificações no padrão de articulação das cidades e o crescimento e diversificação dos fluxos entre elas.

É essencial notar que se a mobilidade sempre existiu, na presente conjuntura, se torna um dos principais traços da dinâmica urbana. Para Perpetua (2013, p. 62), nas últimas décadas,

[...] não somente os seres humanos, mas tudo o que participa direta ou indiretamente de sua reprodução ampliada [do capital] passou a movimentar-se de modo cada vez mais intenso, numa *reciprocidade dialética* na e da produção/reprodução de um espaço geográfico crescentemente mais fragmentado, integrado, polarizado e desigual (PERPETUA, 2013, p. 62).

Segundo Villaça (2001, p. 20), a mobilidade, seja de pessoas, seja de mercadorias, seja de informações ou de capitais possui a capacidade de estruturar o espaço. Na escala regional, tal estrutura é dada, predominantemente, pelo deslocamento das informações, da energia, do capital e das mercadorias em geral. Por outro lado, “O espaço intra-urbano [...] é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho [...] seja enquanto consumidor [...]”. É por isso que as áreas comerciais, de serviços, e de concentração de postos de trabalho têm relevância na configuração da cidade: atraem a maior quantidade de deslocamentos. Sendo assim, conforme ocorrem os rearranjos da população e das estruturas num determinado território, quanto mais se separam e desconcentram os locais de moradia em relação às demais estruturas urbanas, se acentua o movimento de ir e vir das pessoas.

É possível, nesse sentido, interpretar a mobilidade como consequência da materialização dos interesses de reprodução do capital na cidade, algo bem explicado por Fernandes (2013) e Carlos (2001). Portanto, ela é o efeito desses interesses na configuração do espaço.

Tendo em vista a centralidade que o trabalho adquire com o capitalismo, não há como não indagar sobre o papel que o movimento dos trabalhadores tem na acumulação. Para iniciar essa discussão, tomam-se as ponderações de Gaudemar (1977) como referência. Esse autor, ao elaborar um amplo estudo sobre mobilidade do trabalho<sup>176</sup>, afirma que os movimentos dos homens em busca da possibilidade de vender sua força de trabalho revelam a maneira como eles se submetem às exigências do capitalismo ou de como esse modo de produção usa seu corpo para criar valor.

Numa postulação compatível à formulada por Sennett (2012), quando aborda o ideário que sustenta a concepção da necessária flexibilidade do trabalhador, Gaudemar (1977, p. 190) verifica que a força de trabalho deve estar “[...] apta para deslocamentos e modificações de seu emprego, tão indiferente ao conteúdo de seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório”. Nesses termos, além da exploração da força de trabalho, sua mobilidade – espacial e setorial – é um fator decisivo para a acumulação capitalista visto que permite a migração dos indivíduos – apenas aparentemente movida pela liberdade de escolha – entre ramos da produção e entre localizações.

Sendo assim, como apuram Jardim (2011) e Perpetua (2013), a mobilidade não é uma mera consequência dos processos engendrados pelo capitalismo. Na medida em que acontecem, tornam-se também num dos mecanismos que sustentam a acumulação do capital e do controle da força de trabalho, ao tempo em que repercutem na forma como as pessoas se relacionam no e com o espaço.

Acrescenta-se que, para entender a mobilidade, importa lembrar que, vivendo numa sociedade de classes, fruir na cidade ou entre elas não é consequência de um ato voluntário ou de uma escolha impulsionada apenas por motivações particulares. Uma série de aspectos interage para definir esse fruir. A título de exemplo, lembra-

---

<sup>176</sup> Gomes (2009, p. 38) apresenta, de modo resumido, a compreensão de Gaudemar (1977) sobre mobilidade do trabalho: “[...] a mobilidade de trabalho é uma categoria analítica que busca compreender como se estabelece a produção da força de trabalho como mercadoria, seu consumo de forma intensiva e extensiva, bem como essa força de trabalho é mobilizada em termos espaciais, setoriais e profissionais. A mobilidade, portanto, diz respeito às qualidades que a força de trabalho vai assumindo pelos imperativos da acumulação capitalista e, em última instância, como ela subordina-se ao capital, na sua produção e circulação”. De acordo com Gaudemar (1977, p. 194), “A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior”.



se que o gosto e a propensão de se fazer algo decorrem do *habitus*, tal como explicado por Bourdieu (2011). Há que se considerar, além disso, que a própria posição no mundo da produção – e a renda que se auferi nesse lugar – apresenta uma relativa limitação aos deslocamentos. Como observa Sposito (2011, p. 134),

Diferentes pessoas movimentam-se e apropriam-se do espaço urbano de modos que lhes são particulares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais, mas que são, também, determinadas historicamente, segundo diversas formas de segmentação: idade, perfil cultural, condições socioeconômicas, segmentação profissional, preferências de consumo de bens e serviços, etc.

De todo modo, ao se deslocar de um lugar a outro, o homem busca essencialmente os recursos necessários à realização da vida. Pensar nesses termos remete a algumas das teses de Santos (2012, p. 161), particularmente a que esclarece que o homem, esteja ele na condição de produtor, consumidor ou cidadão, “[...] vale pelo lugar onde está. [...] Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas”. Sendo assim, as migrações (ou qualquer tipo de deslocamento no espaço) podem ser lidas como respostas a situações de precariedade ou de insatisfação e como uma tentativa de alcançar melhores condições para viver. Porém, ainda conforme o autor, numa sociedade de classes e em constante mutação, nem todos têm as mesmas condições de mobilidade.

Visões oriundas de diferentes perspectivas teóricas, tais como as acima apresentadas, convergem no sentido de indicar que a mobilidade é um objeto de estudo que permite articular a conformação das aglomerações urbanas, a fragmentação do espaço, a dinâmica econômica e a vida do homem. Observando quem o faz, de onde e para onde e com que intensidade, é possível levantar aspectos do acontecer social tal como se realiza nos lugares (MOURA; BRANCO; FIRKOWISKI, 2005; ANTICO, 2003). Igualmente, é possível pensar numa correlação entre as condições de vida e as possibilidades de circulação, de uso e de apropriação do espaço.

Tendo por objeto verificar os fluxos de pessoas de diferentes classes sociais para fins de trabalho e lazer no interior da RMS, este capítulo subdivide-se em três seções. Na primeira, com o propósito de observar de modo mais amplo como se realiza a mobilidade na RMS, se abordam duas pesquisas oficiais, o Censo

Demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016) e a Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de Salvador, de 2012 (BAHIA, 2012). Extraem-se delas uma série de informações sobre movimento intermunicipal e relativamente rotineiro de pessoas, com atenção maior para aqueles motivados pelo trabalho. Em relação a tais pesquisas, procura-se, com os dados disponíveis, traçar um perfil dos que realizam tais movimentos comparativamente aos que não o fazem. Faz-se, em seguida, uma reflexão a respeito de seus resultados.

Na segunda, observam-se os achados de campo. Trata-se dos direcionamentos dos fluxos de trabalho e lazer considerando as classes sociais dos indivíduos. Dessa forma, nessa seção observa-se a mobilidade pendular, mas, também, um tipo de mobilidade que não se adéqua a esse conceito tendo em vista sua frequência ser mais eventual do que rotineira, como é o caso de algumas atividades de lazer.

A terceira seção é dedicada a apresentar reflexões decorrentes da comparação dos resultados relativos às três classes analisadas, considerando-se as possibilidades de uso e de apropriação do espaço decorrentes de seus fluxos de trabalho e lazer, observando suas convergências e divergências.

### 5.1. MOBILIDADE NA RMS: RESULTADOS DE PESQUISAS OFICIAIS

Duas pesquisas oficiais permitem verificar a mobilidade de pessoas na RMS nas décadas mais recentes: o Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016) e a Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de Salvador, contratada pelo Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), vinculado à Seinfra, e publicada em 2012 (BAHIA, 2012), particularmente observam-se os dados referentes à Pesquisa de Origem e Destino Domiciliar (O-D).

A primeira delas abrange a totalidade dos domicílios do conjunto dos municípios brasileiros e levanta características dos indivíduos, de suas famílias e seus domicílios. Sendo assim, mesmo os dados da amostra<sup>177</sup>, por meio de estatísticas

---

<sup>177</sup> Os censos demográficos são realizados com dois instrumentos de coleta de informações: o questionário do universo, que é aplicado em todos os domicílios do país (particulares permanentes ou não) e o da amostra. Esse último conta com um maior número de perguntas em que são detalhadas as características da população e é aplicado num conjunto mais restrito de domicílios.

consolidadas, podem ser expandidos de modo a representar o fenômeno para a população total. A segunda pesquisa é amostral. Para sua realização, visitaram-se 20.826 domicílios dos 13 municípios da RMS e, complementarmente, fez-se a pesquisa *cordon line* (linha de contorno externo) e a *screen line* (linha de contorno interno), para contagem do volume de veículos e realização de entrevistas com seus condutores indagando sobre sua origem e seu destino. Dessa maneira, essas duas pesquisas possuem base de informações e metodologias bem definidas e distintas, portanto, ainda que sejam possíveis articulações entre as tendências que seus resultados revelam, compará-las constitui-se em erro.

Com base no objetivo desta tese, são abordados apenas alguns dos dados levantados nessas pesquisas, especialmente aqueles que permitam levantar características das pessoas e dos fluxos que elas empreendem na RMS, o que, se pretende, seja uma referência para discutir os achados de campo.

#### 5.1.1. Censo Demográfico de 2010

Os censos demográficos, há algumas décadas, trazem informações sobre os deslocamentos de pessoas no território nacional. Basicamente esses movimentos são de dois tipos: migração e mobilidade pendular. A diferença mais evidente entre eles é que, no primeiro, a pessoa se desloca de um lugar a outro e neste último estabelece sua moradia. Quer dizer, quando se fala de migração se trata da mudança relativamente prolongada do local de domicílio. Mobilidade pendular, diversamente, é um movimento que não implica mudança de endereço; refere-se a um deslocamento (idas e vindas) com vistas à realização de atos corriqueiros. Conforme Cunha, Stoco e Dota (2013, s/p), para o IBGE, o indivíduo efetiva movimento pendular quando, tendo 10 anos ou mais, trabalha ou estuda em município distinto ao de residência, “Ou seja, tal definição exclui todos aqueles que se movimentam dentro dos municípios muitas vezes cumprindo grandes distâncias e consumindo muito de seu tempo”.

Neste trabalho, no que tange aos dados censitários, observa-se exatamente esse tipo de movimento, a mobilidade pendular entendida como o conjunto de deslocamentos regulares (diários ou não) que o indivíduo empreende entre municípios para realizar sua vida cotidiana. Sendo assim, todo aquele que trabalha

ou desenvolve outra atividade em município diferente do que reside é interpretado como empreendendo tal movimento. Dessa maneira, utiliza-se um conceito mais amplo, como o fizeram Cunha, Stoco e Dota (2013) e Moura e Delgado (2016), do que aquele mais tradicional, que observa a pendularidade apenas considerando os deslocamentos diários.

Apenas dois tipos de fluxos pendulares vêm sendo objeto de atenção nas pesquisas censitárias oficiais: os que têm finalidades de trabalho (casa-trabalho) e os de estudo (casa-estudo)<sup>178</sup>. O IBGE, ao optar por particularizar esses fluxos, se apoia na literatura sobre o tema, na qual se argumenta que tais movimentos possuem uma frequência e uma regularidade que superam todos os demais (como os de lazer ou de compras). Embora coerente, tal escolha expressa uma interpretação da realidade social em que

[...] o movimento de pendularidade [é resumido] a um fenômeno centrado essencialmente no mercado de trabalho e nas condições da qualificação (técnica e educacional), sem levar em conta as demais motivações dos deslocamentos social e territorial (JARDIM, 2011, p. 61).

Deixa-se, pois, de colocar em foco os deslocamentos dos indivíduos que não sejam orientados por lógicas econômicas *stricto sensu*.

Dito isso, verifica-se que na Bahia, em 2010, 10.503.734 pessoas trabalhavam ou estudavam. Dessas, cerca de 700 mil (6,5% do total) desenvolviam tais práticas fora do seu município de residência. Exerciam alguma ocupação profissional em unidade municipal distinta da de moradia 443.237 ou 4,2% daquele total, havendo ainda as que atuavam em outro país ou em mais de um município ou país. Assim, entre os moradores desse estado, os movimentos relativos ao trabalho eram mais numerosos dos que os motivados por estudo.

No mesmo ano, 1.622.506 dos habitantes da RMS estavam ocupados<sup>179</sup> e possuíam 10 anos de idade ou mais. Entre eles, 154.469 trabalhavam fora do seu município de

<sup>178</sup> Embora se reconheça a importância da compreensão da mobilidade pendular como parâmetro para definir políticas públicas de diferentes ordens, após o Censo Demográfico de 1970, no qual havia perguntas sobre esse movimento, no de 1980, a informação foi descontinuada, já que se inquiria apenas o destino do deslocamento. Na pesquisa de 1991, inexistem questões sobre o tema. Nos censos de 2000 e 2010, a mobilidade pendular para trabalho e estudo volta a ser investigada (MOURA; BRANCO; FIRKOWISK, 2005).

<sup>179</sup> É fundamental entender o significado que o termo *ocupado* tem nas pesquisas realizadas por ou em parceria com o IBGE. Ele faz referência a uma pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência ou aquela que tinha trabalho remunerado do

domicílio, sendo que cerca de 144 mil estavam ocupados em outro município, 9.351 em mais de um município ou país e 780 em país estrangeiro (Tabela 14). Ao todo, 9,5% dos seus moradores exerciam sua atividade principal num ou mais municípios distintos daquele em que morava e, assim, realizavam mobilidade pendular com o propósito de trabalhar, nos termos desta tese.

Observando como cada município dessa região participava desses totais, evidencia-se que os diferenciados portes demográficos eram acompanhados por uma variação significativa do número de ocupados – entre 6.035 (em Madre de Deus) e 1.252.949 (em Salvador). Portanto, mais relevante do que focar a diferença numérica entre eles, é perceber quem eram e para onde se destinavam os que recorriam à pendularidade para trabalhar.

É interessante que em Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Simões Filho mais de 30% dos seus ocupados exerciam sua atividade profissional principal em município distinto do de moradia. Com percentuais um pouco menores, estava São Sebastião do Passé (Tabela 14). Em Salvador, por sua vez, apenas 5,4% dos ocupados dirigiam-se a outras unidades municipais por motivo de trabalho. Em termos absolutos, no entanto, esse percentual significava mais de 67 mil pessoas, das quais 6.833 eram atraídas por mais de um município ou seguiam para outro país. Lauro de Freitas, embora figurasse com o terceiro maior volume de ocupados, detinha o segundo maior contingente daqueles que realizavam pendularidade para fins de exercício profissional: 26.115 indivíduos.

Sobre direcionamento dos fluxos de pessoas que ocorria no interior da RMS, Salvador consistia no município que mais emitia e recebia os trabalhadores pendulares (Tabela 15). Em seu mercado de trabalho, havia 41.069 indivíduos oriundos de outras unidades metropolitanas. Porém, ele não era o principal destino de todas elas como se poderia supor.

---

qual estava temporariamente afastada nessa semana. Desse modo, estar ocupado não se refere ao exercício efetivo e contínuo de uma atividade profissional.

**Tabela 14. Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício da atividade principal. Bahia. RMS. 2010**

MUNICÍPIOS	LOCAL DE EXERCÍCIO DO TRABALHO PRINCIPAL							TOTAL
	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA			FORA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA				
	TOTAL	DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA	FORA DO DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA	TOTAL	OUTRO MUNICÍPIO	PAÍS ESTRANGEIRO	MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS	
VALORES ABSOLUTOS								
Camaçari	90.325	25.253	65.072	15.804	15.000	42	762	106.130
Candeias	25.401	5.976	19.425	7.105	6.870	-	235	32.506
Dias d'Ávila	16.505	4.125	12.380	7.962	7.734	21	207	24.467
Itaparica	6.204	1.089	5.115	1.357	1.357	-	-	7.560
Lauro de Freitas	52.022	11.934	40.087	26.115	25.381	97	637	78.137
Madre de Deus	3.955	844	3.111	2.080	2.041	6	33	6.035
Mata de São João	12.183	3.598	8.585	2.945	2.873	23	49	15.128
Pojuca	10.663	3.081	7.583	1.433	1.348	10	74	12.096
Salvador	1.185.332	295.286	890.046	67.616	60.219	564	6.833	1.252.949
São Francisco do Conde	10.186	1.778	8.408	1.619	1.600	6	13	11.805
São Sebastião do Passé	11.069	3.201	7.868	4.270	4.182	-	88	15.339
Simões Filho	31.999	8.831	23.168	13.961	13.621	8	332	45.960
Vera Cruz	12.193	2.215	9.978	2.202	2.110	3	88	14.395
RMS	1.468.037	367.211	1.100.825	154.469	144.338	780	9.351	1.622.506
Bahia	5.345.334	1.400.630	3.944.704	495.744	443.277	1.247	51.220	5.841.078
VALORES RELATIVOS								
Camaçari	85,1	23,8	61,3	14,9	14,1	0,0	0,7	100,0
Candeias	78,1	18,4	59,8	21,9	21,1	-	0,7	100,0
Dias d'Ávila	67,5	16,9	50,6	32,5	31,6	0,1	0,8	100,0
Itaparica	82,1	14,4	67,7	17,9	17,9	-	-	100,0
Lauro de Freitas	66,6	15,3	51,3	33,4	32,5	0,1	0,8	100,0
Madre de Deus	65,5	14,0	51,5	34,5	33,8	0,1	0,5	100,0
Mata de São João	80,5	23,8	56,7	19,5	19,0	0,1	0,3	100,0
Pojuca	88,2	25,5	62,7	11,8	11,1	0,1	0,6	100,0
Salvador	94,6	23,6	71,0	5,4	4,8	0,0	0,5	100,0
São Francisco do Conde	86,3	15,1	71,2	13,7	13,6	0,0	0,1	100,0
São Sebastião do Passé	72,2	20,9	51,3	27,8	27,3	-	0,6	100,0
Simões Filho	69,6	19,2	50,4	30,4	29,6	0,0	0,7	100,0
Vera Cruz	84,7	15,4	69,3	15,3	14,7	0,0	0,6	100,0
RMS	90,5	22,6	67,8	9,5	8,9	0,0	0,6	100,0
Bahia	91,5	24,0	67,5	8,5	7,6	0,0	0,9	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultados da amostra (microdados) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

A maior parcela dos ocupados de Candeias e Madre de Deus que recorriam à mobilidade tinha por destino São Francisco do Conde, 41,3% e 49,7% desses indivíduos, respectivamente. Camaçari, por sua vez, era o mais procurado por aqueles que saíam de Dias d'Ávila (64,7% desses ocupados), de Mata de São João (com 41,2%) e de Salvador (com 33,7%). Já os que partiam de São Sebastião do Passé, majoritariamente, seguiam para Candeias (28,2%). De todo modo, enquanto São Francisco do Conde atraía menos de 5 mil trabalhadores e Candeias cerca de 9 mil, afluíam para Camaçari 26.842 dos ocupados da RMS. Esses valores, obviamente estavam bem aquém do registrado na capital baiana, que, aliás, recebia intenso percentual de trabalhadores da maioria dos municípios da RMS (Tabela 15 e Mapa 8).

Ressalta-se a importância dos fluxos de trabalhadores entre Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari. De Salvador partiam aproximadamente 14 mil pessoas para Camaçari e, deste, aquela recebia 5.794 de seus ocupados. Da capital para Lauro de Freitas encaminhavam-se 12.390 indivíduos. O fluxo em sentido oposto, de Lauro de Freitas para Salvador, era feito por 19.705 pessoas. Além disso, Camaçari e Lauro de Freitas aparecem como o segundo destino mais importante um do outro (Tabela 15). Reforçando a importância dessas unidades no que tange à mobilidade pendular, adicione-se que Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas, em 2010, constituíam-se nos três mais proeminentes destinos dos ocupados da RMS. Agrupavam 35,0%, 22,9% e 13,4%, respectivamente, do total dos que empreendiam movimentos pendulares relativos ao trabalho.

Aliás, junto a Feira de Santana (que não se localiza na RMS) e Candeias, figuravam como os únicos da Bahia a atraírem mais de 10 mil trabalhadores de outros municípios do estado. Ao mesmo tempo, Salvador, Lauro de Freitas, Feira de Santana, Camaçari e Simões Filho formavam o conjunto dos que liberavam mais de 10 mil dos seus ocupados em direção a outros destinos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

**Tabela 15. Origem e destino da população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que trabalha fora do município de residência. RMS. 2010**

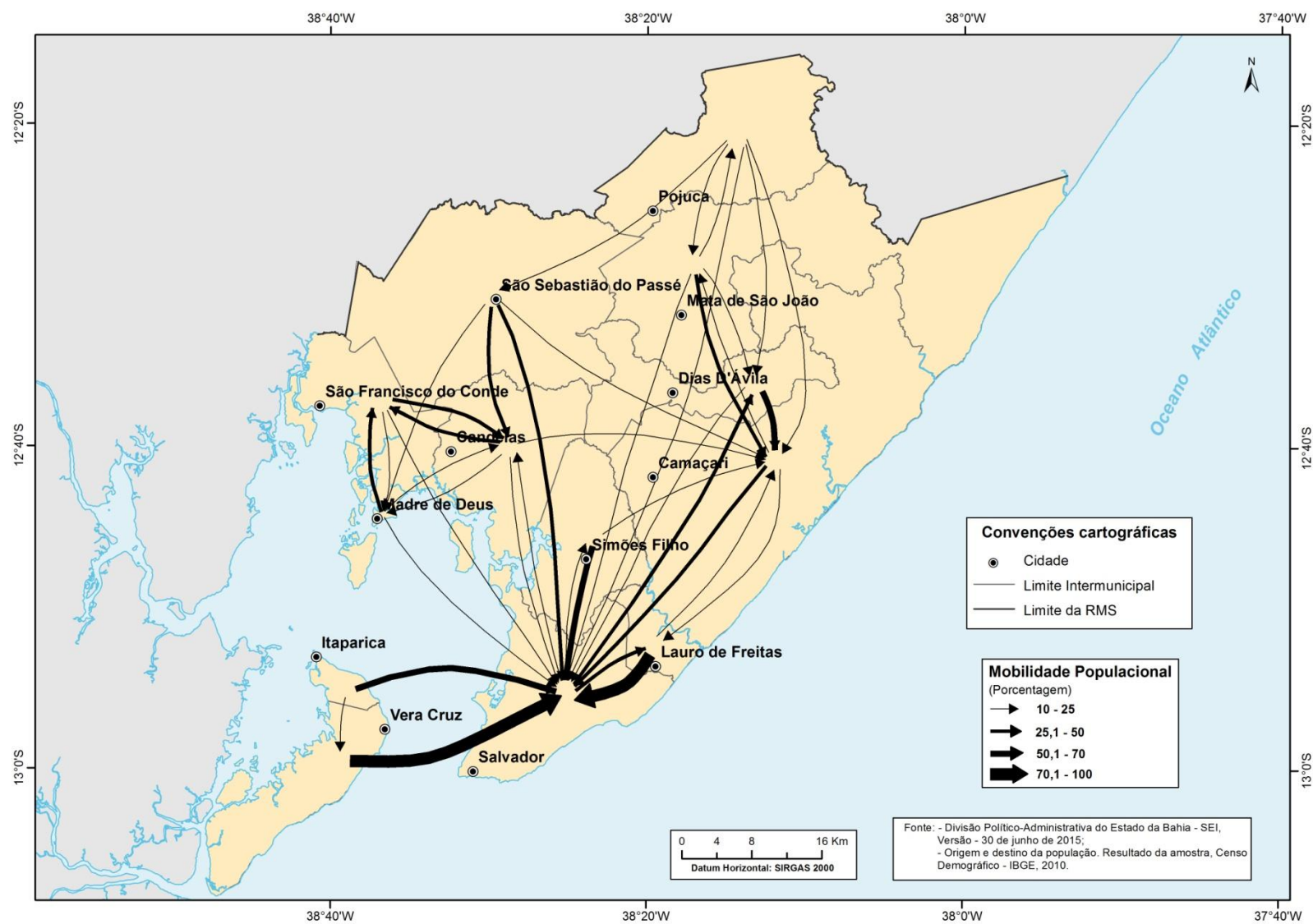
MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO DE DESTINO (RMS)													
	CAMAÇARI	CANDEIAS	DIAS D'ÁVILA	ITAPARICA	LAURO DE FREITAS	MADRE DE DEUS	MATA DE SÃO JOÃO	POJUCA	SALVADOR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SIMÕES FILHO	VERA CRUZ	TOTAL
Camaçari	-	1.065	920	0	2.444	41	1.573	30	5.794	147	43	565	13	12.635
Candeias	968	-	62	0	64	725	0	18	794	2.080	89	233	0	5.033
Dias d'Ávila	4.442	438	-	0	153	86	195	49	1.331	33	29	107	0	6.863
Itaparica	10	10	0	-	20	0	10	0	854	10	0	10	312	1.236
Lauro de Freitas	2.979	286	253	8	-	72	127	46	19.705	79	77	700	13	24.345
Madre de Deus	44	388	10	0	11	-	0	11	360	898	18	67	0	1.807
Mata de Sao Joao	958	207	415	0	48	0	-	341	312	0	22	20	0	2.323
Pojuca	150	37	129	0	0	0	134	-	193	10	107	20	0	780
Salvador	14.601	4.319	1.153	118	12.390	1.275	948	404	-	1.228	606	5.949	337	43.328
Sao Francisco do Conde	101	452	0	0	10	216	0	0	238	-	31	19	0	1.067
Sao Sebastiao do Passé	458	905	8	0	68	416	22	119	871	305	-	36	0	3.208
Simoes Filho	2.070	982	129	0	466	78	0	91	8.956	113	21	-	0	12.906
Vera Cruz	61	0	0	95	0	22	0	0	1.661	0	0	14	-	1.853
RMS	26.842	9.089	3.079	221	15.674	2.931	3.009	1.109	41.069	4.903	1.043	7.740	675	117.384

MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO DE DESTINO (RMS)													
	CAMAÇARI	CANDEIAS	DIAS D'ÁVILA	ITAPARICA	LAURO DE FREITAS	MADRE DE DEUS	MATA DE SÃO JOÃO	POJUCA	SALVADOR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SIMÕES FILHO	VERA CRUZ	TOTAL
Camaçari	-	8,4	7,3	0,0	19,3	0,3	12,4	0,2	45,9	1,2	0,3	4,5	0,1	100,0
Candeias	19,2	-	1,2	0,0	1,3	14,4	0,0	0,4	15,8	41,3	1,8	4,6	0,0	100,0
Dias d'Ávila	64,7	6,4	-	0,0	2,2	1,3	2,8	0,7	19,4	0,5	0,4	1,6	0,0	100,0
Itaparica	0,8	0,8	0,0	-	1,6	0,0	0,8	0,0	69,1	0,8	0,0	0,8	25,2	100,0
Lauro de Freitas	12,2	1,2	1,0	0,0	-	0,3	0,5	0,2	80,9	0,3	0,3	2,9	0,1	100,0
Madre de Deus	2,4	21,5	0,6	0,0	0,6	-	0,0	0,6	19,9	49,7	1,0	3,7	0,0	100,0
Mata de Sao Joao	41,2	8,9	17,9	0,0	2,1	0,0	-	14,7	13,4	0,0	0,9	0,9	0,0	100,0
Pojuca	19,2	4,7	16,5	0,0	0,0	0,0	17,2	-	24,7	1,3	13,7	2,6	0,0	100,0
Salvador	33,7	10,0	2,7	0,3	28,6	2,9	2,2	0,9	-	2,8	1,4	13,7	0,8	100,0
Sao Francisco do Conde	9,5	42,4	0,0	0,0	0,9	20,2	0,0	0,0	22,3	-	2,9	1,8	0,0	100,0
Sao Sebastiao do Passé	14,3	28,2	0,2	0,0	2,1	13,0	0,7	3,7	27,2	9,5	-	1,1	0,0	100,0
Simoes Filho	16,0	7,6	1,0	0,0	3,6	0,6	0,0	0,7	69,4	0,9	0,2	-	0,0	100,0
Vera Cruz	3,3	0,0	0,0	5,1	0,0	1,2	0,0	0,0	89,6	0,0	0,0	0,8	-	100,0
RMS	22,9	7,7	2,6	0,2	13,4	2,5	2,6	0,9	35,0	4,2	0,9	6,6	0,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultados da amostra (microdados) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).





**Mapa 8. Direcionamento dos fluxos de trabalho. RMS. 2010**

Evidentemente, as informações sobre mobilidade pendular remetem ao papel que os municípios da RMS vêm desempenhando na divisão regional do trabalho. Nesse sentido, é articulado ao movimento do capital imobiliário, industrial e comercial nessa região, o que repercute na estrutura produtiva de cada um dos seus municípios, no mais das vezes, reforçando tendências esboçadas em décadas passadas. Esse é o caso de Salvador que, em 2010, tinha nos serviços seu mais importante setor de atividade. Em Lauro de Freitas, por seu turno, firma-se a relevância das atividades vinculadas ao comércio e aos serviços. Nos municípios de Camaçari, São Francisco do Conde, Candeias e Simões Filho, diferentemente, prevalecia, no mesmo ano, o setor industrial. Nos demais, a incipiente economia baseava-se no setor público – ainda que em Madre de Deus houvesse um terminal marítimo da Petrobrás, que em Pojuca existissem algumas indústrias e que, em Mata de São João, o turismo observasse crescimento (CARVALHO; BORGES, 2014).

De todo modo, em função do peso da economia de Salvador frente ao conjunto regional, em 2010, predominavam as ocupações no setor de serviços, seguidas das atinentes ao comércio (43,7% e 18,3% do total de ocupados, respectivamente). A indústria de transformação, mesmo com todos os esforços e investimentos governamentais, figurava somente com 8,9% dos ocupados, participação inferior à da construção civil, então em expansão, que agrupava 9,5% deles, e dos serviços domésticos, com 9,1% do total. Ainda havia as atividades mal definidas (8,3%) e as do setor primário, que absorviam apenas 2,2% dos trabalhadores metropolitanos (CARVALHO; BORGES, 2014).

Desagregando-se essas informações por seção de atividades do trabalho principal e por município de moradia dos ocupados, algumas diferenças chamam a atenção. Entre os que exerciam sua principal atividade profissional no município de residência, a proporção de ocupados era maior nas seções de comércio e reparação (19,1%), serviços domésticos (9,5%) e construção (9,2%) (Tabela 16).

Na indústria extrativa (3,1%), na de transformação (18,5%) e na construção (12,3%) a participação dos que realizavam mobilidade pendular superava a daqueles que moravam e trabalhavam no mesmo município. Essas duas últimas seções de atividades, junto às de comércio; e reparação de veículos automotores e

motocicletas (10,7%) constituíam-se nas que mais absorviam aqueles vindos de outros municípios.

**Tabela 16. Participação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por local de exercício do trabalho principal e seção de atividade do trabalho principal. RMS. 2010**

SEÇÃO DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	LOCAL DE EXERCÍCIO DO TRABALHO PRINCIPAL					TOTAL
	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	FORA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA				
		TOTAL	OUTRO MUNICÍPIO	PAÍS ESTRANGEIRO	MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1,5	1,5	1,5	3,2	0,8	1,5
Indústrias extrativas	0,4	3,1	3,1	4,4	1,8	0,6
Indústrias de transformação	6,7	18,5	19,3	8,1	6,9	7,8
Eleticidade e gás	0,2	0,5	0,5	0,0	1,2	0,3
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,9	0,6	0,7	0,0	0,1	0,9
Construção	9,2	12,3	12,5	27,2	8,1	9,5
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	19,1	10,7	10,2	4,2	18,4	18,3
Transporte, armazenagem e correio	5,1	6,1	5,7	0,4	12,3	5,2
Alojamento e alimentação	5,1	3,4	3,6	3,7	0,5	4,9
Informação e comunicação	1,5	1,2	1,1	0,0	3,0	1,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1,4	1,2	1,2	0,0	1,3	1,4
Atividades imobiliárias	1,0	0,4	0,4	0,0	0,6	0,9
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3,2	3,8	3,7	5,8	6,2	3,2
Atividades administrativas e serviços complementares	5,0	3,9	4,0	3,7	2,5	4,9
Administração pública, defesa e seguridade social	5,7	6,6	6,7	0,0	5,5	5,8
Educação	6,1	5,1	5,1	7,8	4,3	6,0
Saúde humana e serviços sociais	5,3	4,9	4,8	0,0	7,1	5,3
Artes, cultura, esporte e recreação	1,3	1,2	0,7	12,8	7,8	1,3
Outras atividades de serviços	3,6	1,4	1,3	1,9	2,2	3,4
Serviços domésticos	9,5	4,6	4,8	7,6	1,5	9,1
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atividades mal especificadas	8,2	9,0	9,1	9,4	7,9	8,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMS	1.468.037	154.469	144.338	780	9.351	1.622.506

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultados da amostra (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Dessa maneira, entre os que faziam a pendularidade, a indústria de transformação aparecia como a principal responsável pela ocupação, o que se pode relacionar aos

fluxos destinados a Camaçari e São Francisco do Conde. Para os demais, ao setor de comércio e reparação cabia essa condição.

Perseguindo os objetivos deste capítulo, cabe pesquisar informações que ofereçam indicações a respeito das pessoas que circulavam entre municípios por conta do trabalho. Evidente é que os dados do censo demográfico não permitem que se infira a classe social desses indivíduos, porém, permitem evidenciar traçar seu perfil socioeconômico.

Antes de abordar propriamente essa questão, cabe mencionar que em 2010, quando o censo em apreciação ocorreu, experimentava-se uma conjuntura nacional de ampliação dos postos de trabalho<sup>180</sup>. Revertia-se, pois, a tendência que se manteve na década de 1990 na qual o desemprego assumia elevadas proporções e cerca de 80% das ocupações criadas atendiam à mão de obra pouco qualificada. No início dos 2000, ocorre a retomada do crescimento econômico e a ampliação contínua das oportunidades no mercado de trabalho, com significativo crescimento de vagas voltadas a pessoas com maior qualificação escolar (POCHMANN, 2010). Aliás, como explica Cacciamali (2010), nesse contexto, o mercado de trabalho assume papel relevante para a inclusão social, contribuindo para minimizar os índices de pobreza e para elevar o bem estar da população<sup>181</sup>.

Em 2008-2009, outro cenário se anuncia e acontece a desaceleração da economia brasileira. Todavia, segundo Borges (2010), permanece a tendência de crescimento do número de postos de trabalho. Nas áreas urbanas, na ocasião, aumenta o quantitativo de trabalhadores com carteira assinada e dos que ingressam no setor público. Com isso, em 2009, 47% dos ocupados do país têm emprego socialmente protegido, ainda que predominem os baixos salários.

Na RMS, em 2010, entre os indivíduos que se deslocavam entre municípios para trabalhar, se sobressaíam aqueles com carteira assinada. Nessa categoria estavam

---

<sup>180</sup> Não se pretende aprofundar a compreensão de questões pertinentes à economia e ao mercado de trabalho. Entretanto, na medida em que se objetiva tratar dos fluxos de trabalho, entendeu-se ser necessário apresentar algumas informações que contribuíssem para entender seu direcionamento, o que se articula à distribuição dos postos de trabalho. Do mesmo modo, como não se desconhece que algumas opções de lazer são decorrentes da capacidade de custeá-las, cabem ponderações sobre os rendimentos.

<sup>181</sup> De acordo com Cacciamali (2010), na primeira década dos 2000, há uma conjunção positiva entre as condições econômicas internacionais e as políticas públicas no Brasil, o que converge para um processo de distribuição da renda do trabalho.

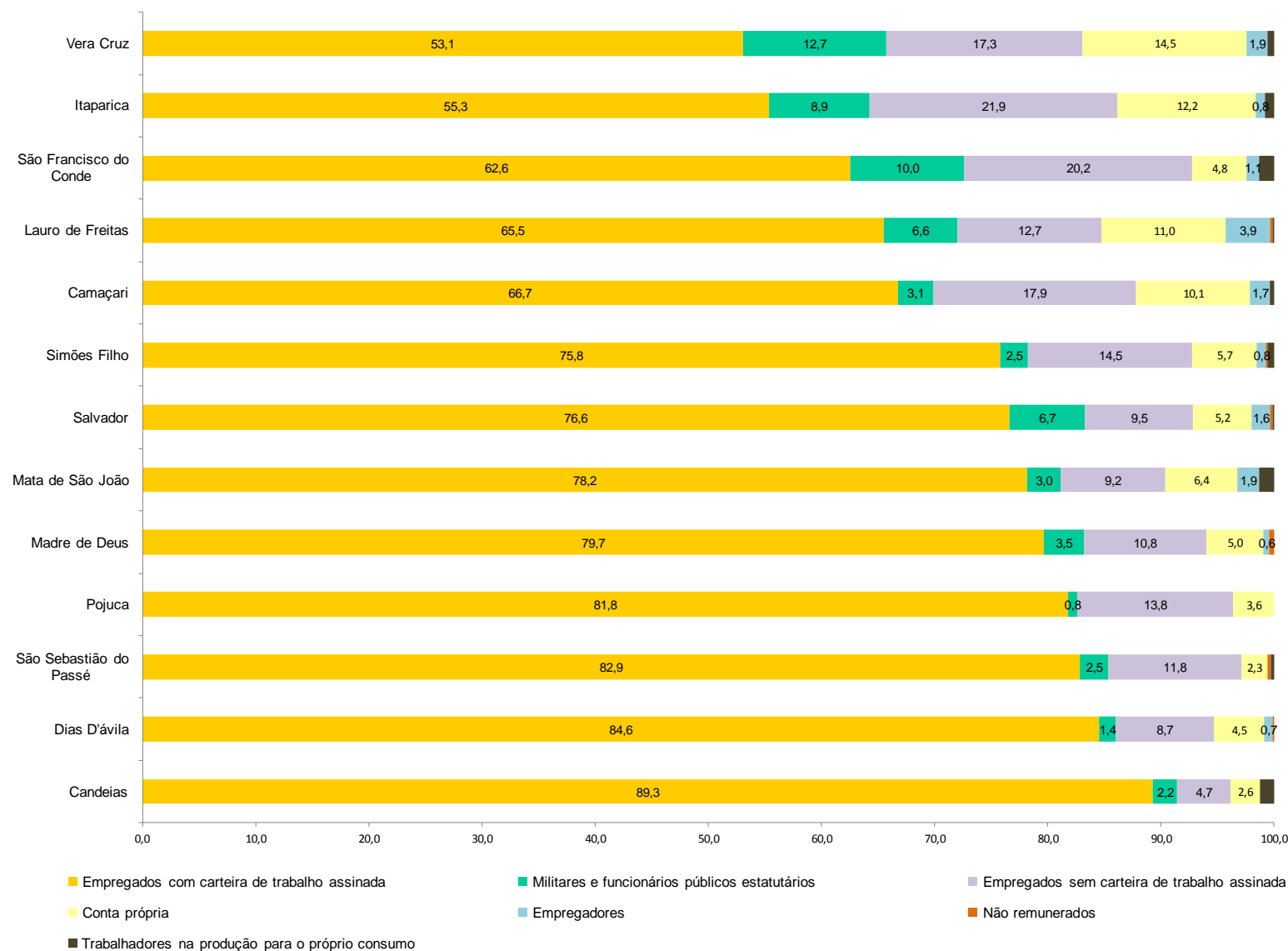
73,7% deles, um valor superior ao registrado para o conjunto dos ocupados da região, 54,9%. A segunda posição na ocupação mais comum foi a de empregados sem carteira de trabalho assinada (11,8%) e, a terceira, por conta própria (6,7%).

Analisando esse resultado por município, observa-se que Vera Cruz apresentou a menor proporção de ocupados com carteira assinada (53,1%) e a maior de militares e funcionários públicos estatutários (12,7% indivíduos). Ao mesmo tempo, 1,9% eram empregadores (Gráfico 9). Assim, a maioria dos moradores desse município que empregavam sua força de trabalho fora dele tinham vínculos estáveis ou relativamente estáveis.

Candeias, Dias D'Ávila, São Sebastião do Passé e Pojuca, nessa ordem, apresentaram os mais elevados percentuais de pendulares com carteira assinada, todos acima de 80%. No que tange às demais categorias, nesses municípios, a segunda categoria mais importante foi a de empregados sem carteira assinada.

Ainda entre a população formada pelos pendulares, o grupo dos empregados sem carteira assinada foi mais relevante em São Francisco do Conde e Itaparica (pouco mais de 20% cada município). Em relação aos que exerciam atividades por conta própria, excetuando-se Camaçari, Lauro de Freitas, Itaparica e, como já mencionado, Vera Cruz, representavam menos de 10% do total (Gráfico 9). Por sua vez, enquanto os empregadores correspondiam a 1,8% dos pendulares para o total da RMS, em Lauro de Freitas representavam 3,9%.

Nesses termos, a maioria dos que realizavam mobilidade pendular para fins de trabalho exercia sua atividade contando com determinadas garantias legais, o que estava compatível com o cenário do período.



**Gráfico 9. Pessoas ocupadas 10 anos e mais que se deslocam para trabalhar por participação na posição na ocupação. RMS. 2010**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Resultado da amostra (microdados) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

A questão do perfil do trabalhador, acima mencionada, tem na escolaridade um importante indicador de análise. Isso porque essa característica se relaciona ao tipo de atividade profissional ao qual o indivíduo pode se candidatar e interfere nos seus níveis salariais. Borges (2010) avalia que a ampliação do acesso ao ensino de nível médio e ao superior, algo que acontece no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, repercute na oferta de trabalho, no perfil dos ocupados e no dos desocupados. Simultaneamente, em particular nas áreas urbanas, declinam as oportunidades para quem não concluiu, ao menos, o ensino médio e ampliam-se as possibilidades de inserção dos que finalizaram o superior. A autora adverte que a prioridade dada a quem concluiu a graduação guarda correlação com as alterações do modo de produção capitalista:

São mudanças que demandam novas competências dos trabalhadores, mas também tornam a sobrequalificação uma variável fundamental para o bom desempenho do sistema produtivo, por dotá-lo de reservas de capacidades indispensáveis para enfrentar perturbações nos processos produtivos, para facilitar e reduzir os custos das mudanças tecnológicas e gerenciais e, sobretudo, para potencializar a flexibilização dos processos produtivos com trabalhadores dotados de competências mínimas de polivalência (BORGES, 2010, p. 628-629).

Dessa maneira, as vagas criadas não refletem a valorização da capacidade adquirida por anos de estudo, mas, a necessidade de colocá-la a serviço da ampliação da produtividade.

De todo modo, segundo Cacciamali (2010, p. 43), no Brasil, em 2008, os trabalhadores que possuíam nível superior, em média, ganhavam o triplo do auferido pelos que tinham nível médio e o quádruplo dos que concluíram somente o fundamental. Além disso, quanto maior o nível de escolaridade maior seria a possibilidade de estar ocupado. Todavia, contra-argumenta Borges (2010), entre 2002 e 2009, diminuem os salários e a participação entre os que tinham carteira assinada, mesmo para quem possuía nível superior completo<sup>182</sup>.

Esses são aspectos a serem considerados quando se verifica tanto do ponto de vista da escolaridade, como da renda, as características dos ocupados que

---

<sup>182</sup> Para Borges (2010), esses dados demonstram a fragilidade de teses que, retirando de foco as contradições do modelo econômico dominante, apontam que a baixa escolaridade e a falta de qualificação são as causas da dificuldade de uma parte da população de participar do mercado de trabalho.

realizavam mobilidade pendular. Seriam similares às dos que trabalham no município em que residem?

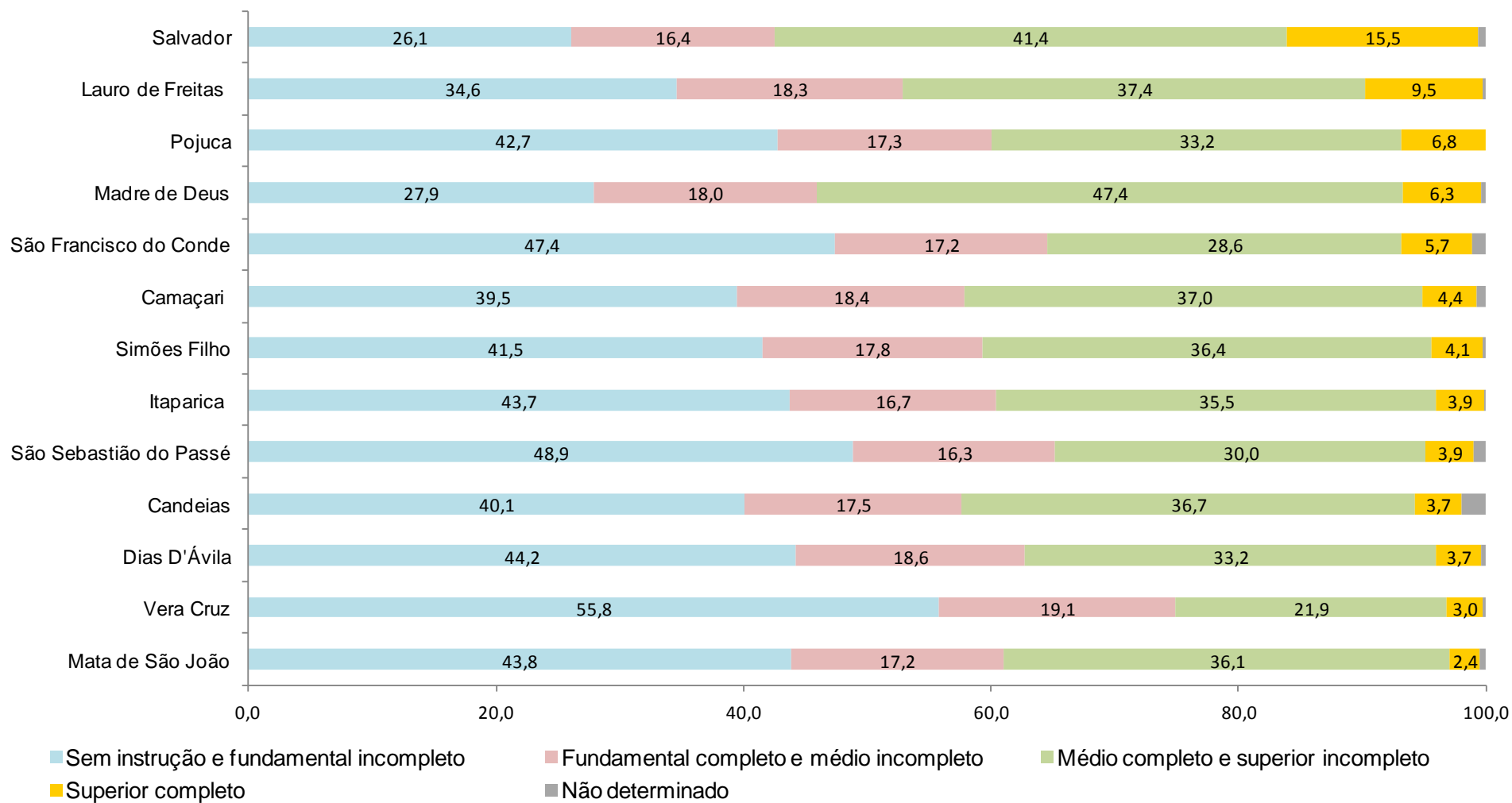
No que tange à educação formal, comparando-se os Gráficos 10 e 11 é possível vislumbrar algumas diferenças. Num primeiro olhar, evidencia-se que a proporção de pessoas sem instrução e com fundamental incompleto, em geral, era mais acentuada entre os ocupados que não realizavam mobilidade pendular. Para os que possuíam superior completo, o quadro revela-se como o oposto: maiores valores foram registrados pelos que se deslocavam entre municípios.

Em relação aos ocupados que permaneceram no município de domicílio, a participação das pessoas com nível superior completo era a mais expressiva em Salvador. Seguiam-se os resultados de Lauro de Freitas, Pojuca, Madre de Deus e São Francisco do Conde. Embora os valores registrados guardem certa disparidade – Salvador, com mais de 15%; Lauro de Freitas, com 9,5%; e os demais variando entre 5,7% e 6,8% –, se destacavam em relação aos outros integrantes da RMS, pois, neles sequer 5% dos ocupados tinham concluído ensino superior. Nota-se que mais de 40% deles tinham nível médio completo e superior incompleto em Madre de Deus e Salvador (Gráfico 10).

Entre os que não eram pendulares, Vera Cruz se sobressaia negativamente - mais da metade dos seus ocupados tinham até o fundamental incompleto (55,8% do total). Contudo, outros municípios igualmente verificaram ampla participação de pessoas com baixos níveis de escolaridade no seu mercado de trabalho, caso de Simões Filho, Itaparica, São Sebastião do Passé, Candeias, Dias D'Ávila e Mata de São João.

Entre os que trabalhavam e moravam em municípios distintos, 32,4% do conjunto dos ocupados de Salvador tinham graduação completa. O mesmo ocorria com 29,9% dos trabalhadores de Lauro de Freitas, 13,1% dos de Camaçari e 10,5% dos de Vera Cruz (Gráfico 11). Além disso, em todos os municípios da RMS, a proporção dos que registraram ensino médio completo e superior incompleto era maior entre os que realizavam a mobilidade. Concomitantemente, nesse conjunto, as participações dos ocupados sem instrução e com fundamental completo revelou-se inferior à apresentada pelos que permaneciam no município de residência (Gráficos 10 e 11).





**Gráfico 10. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais que trabalham no município de residência por nível de instrução. Municípios da RMS. 2010**

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultado da amostra (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).



**Gráfico 11. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais que trabalham fora do município de residência, por nível de instrução. Municípios da RMS. 2010**

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultado da amostra (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Cabe um olhar mais atento para Camaçari, de tão realçada importância na composição do Produto Interno Bruto (PIB) baiano, em muito por conta do Copec e da Ford. Entre seus moradores, os que nele se ocupavam eram, predominantemente, indivíduos sem instrução e com fundamental incompleto (39,5%). A segunda categoria mais relevante era a composta por trabalhadores de nível médio completo e superior incompleto (37,0%). Em contraposição, entre os que se deslocavam para fora dos seus limites havia uma parcela importante de indivíduos que possuíam níveis médio completo e superior incompleto e completo.

Algumas situações, que divergem da tendência mais geral, devem ser pontuadas. Veja-se que Candeias, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé apresentaram maiores proporções de trabalhadores com nível superior entre os que permanecem no município de domicílio em relação aos que saem. Além disso, nesses dois últimos, em Madre de Deus, Mata de São João e Pojuca, diferente dos demais, a presença relativa das pessoas com fundamental completo e médio incompleto era mais significativa entre os que se realizavam movimento pendular.

Ao averiguar os níveis de rendimento domiciliar mensal *per capita*<sup>183</sup> dos dois grupos de ocupados aqui observados, percebem-se duas situações marcantes. Uma delas é que os que contavam com rendimento médio de até  $\frac{1}{2}$  SM e de  $\frac{1}{2}$  SM a 1SM apresentaram-se proporcionalmente mais representativos entre os ocupados que atuavam no município de domicílio. A outra diz respeito a que os que registraram mais de 5SM revelavam participações mais significativas entre os que empreendiam a mobilidade pendular (Gráficos 12 e 13).

De fato, em todos os municípios da RMS, a faixa dos que apuravam até 1SM *per capita* domiciliar era proporcionalmente mais elevada para os que não realizam deslocamentos entre municípios, quando comparados aos que o faziam. Além disso, o total de indivíduos que contavam com entre até  $\frac{1}{2}$  SM e entre  $\frac{1}{2}$  até 1SM, apenas em Salvador eles somavam menos de 50% dos ocupados entre os que residiam e trabalhavam num mesmo município.

---

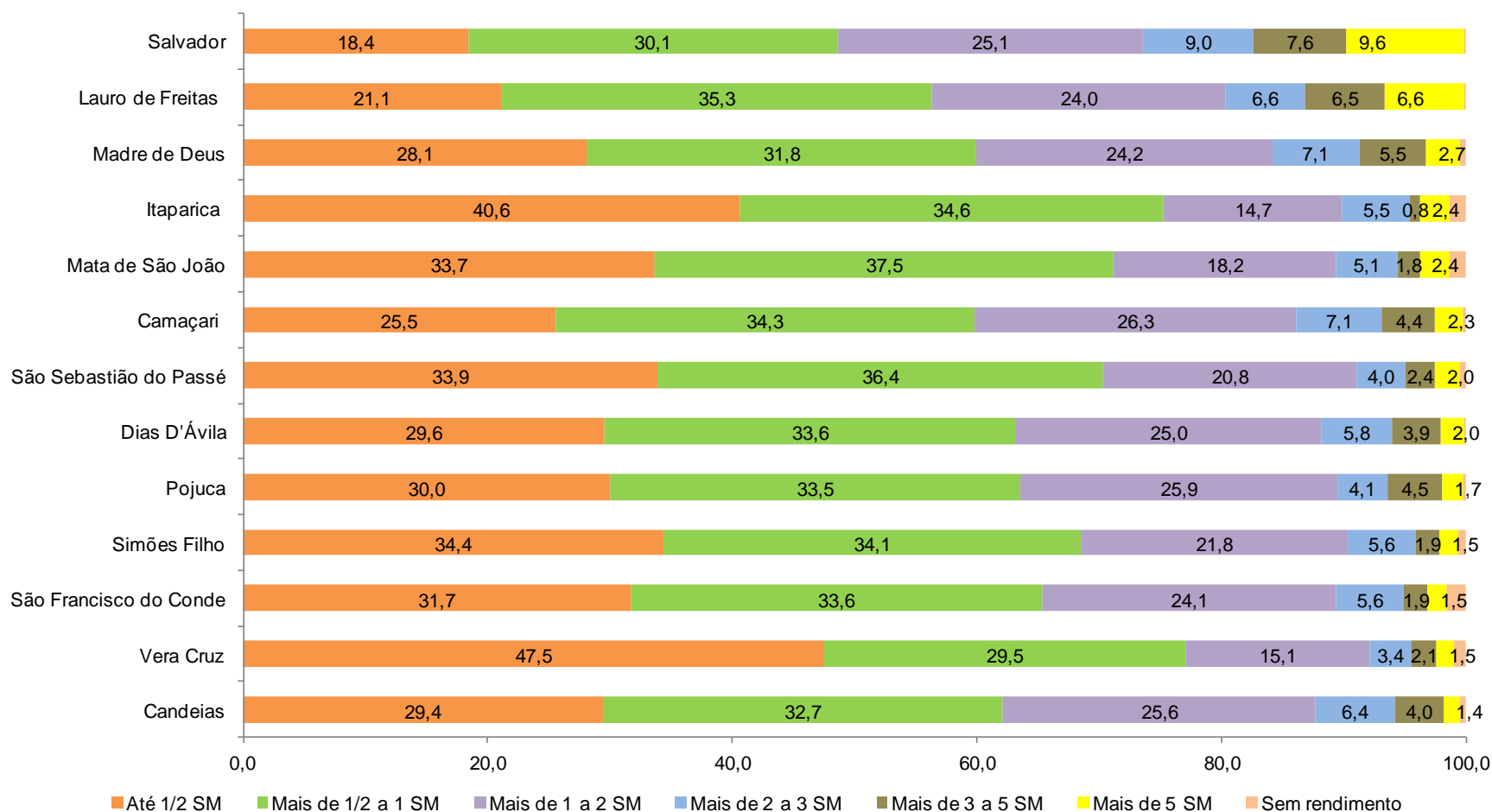
<sup>183</sup> Na ocasião de elaboração deste capítulo, não havia dados desagregados de rendimento do trabalhador por local de exercício da atividade principal. A única informação disponível no site do IBGE que permitia verificar os níveis de rendimento considerando tal indicador era a que se apresenta nessa tese. Todavia, o rendimento domiciliar ou o familiar *per capita* são considerados os indicadores mais adequados para avaliar o rendimento real das pessoas (ver o segundo capítulo).

Ainda considerando esse conjunto em Vera Cruz, Itaparica, Mata de São João e São Sebastião do Passé, em mais de 70% dos domicílios os rendimentos eram de, no máximo, 1SM por pessoa. Nota-se ainda que, com valores relativos próximos a esse, estavam os que residiam e trabalhavam em Mata de São João, São Sebastião do Passé, Pojuca, Simões Filho e São Francisco do Conde (Gráfico 12).

Com rendimento domiciliar *per capita* mensal entre 1SM e 2SM, em Camaçari, Lauro de Freitas e Salvador também os percentuais maiores se encontravam entre os que não realizavam mobilidade pendular.

A partir dessa faixa de rendimentos, foram as pessoas que transpunham os limites de seu município de residência para trabalhar que registraram os maiores totais. Nesses termos, excetuando-se Mata de São João, a participação dos que possuíam rendimentos *per capita* acima de 5SM era sempre maior nos domicílios em que se faziam deslocamentos pendulares.

Destaca-se que, em Camaçari e Vera Cruz, 2,3% e 1,5% dos que neles residiam e trabalhavam alcançaram tal patamar. Mas, entre os pendulares, cerca de 9% encontravam-se nessa faixa de rendimento. Em Salvador e Lauro de Freitas, a discrepância era mais acentuada. Entre os residentes e ocupados na capital, 9,6% percebiam mais de 5SM *per capita* domiciliar, valor registrado por 24,1% dos que se inseriam no mercado de trabalho de outros municípios. Em Lauro de Freitas, esses percentuais eram, respectivamente, 6,6% e 22,0% (Gráficos 12 e 13).



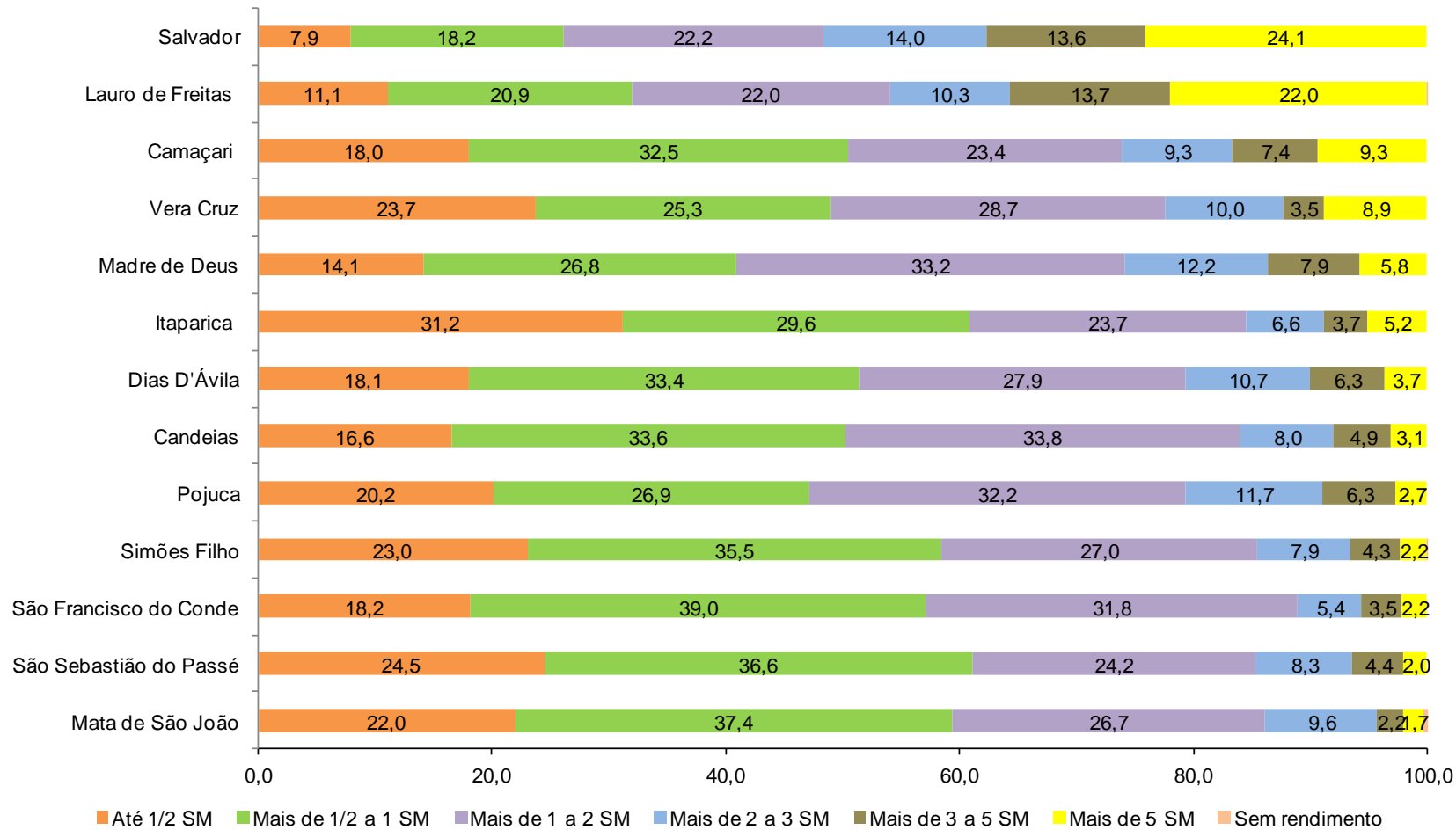
**Gráfico 12. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais de idade que trabalham no município de residência, por classe de rendimento¹ nominal domiciliar *per capita*² Municípios da RMS, 2010**

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultado da amostra (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Notas:

(1) O salário mínimo, na ocasião de realização do Censo Demográfico de 2010, era de R\$ 510,00.

(2) A categoria sem rendimento inclui pessoas que recebem apenas benefícios.



**Gráfico 13. Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais de idade que trabalham fora do município de residência, por classe de rendimento<sup>1</sup> nominal domiciliar *per capita*<sup>2</sup>. Municípios da RMS, 2010**

Fonte: Censo Demográfico de 2010. Resultado da amostra (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Notas:

- (1) O salário mínimo, na ocasião de realização do Censo Demográfico de 2010, era de R\$ 510,00.
- (2) A categoria sem rendimento inclui pessoas que recebem apenas benefícios.

### 5.1.2. Pesquisa de Origem Destino Domiciliar

A Pesquisa O-D (BAHIA, 2012) teve como proposta verificar os deslocamentos empreendidos por pessoas em um típico dia útil na RMS. Por meio dela, além de identificar o volume e o direcionamento dos fluxos intrametropolitanos, levantou-se as características desse movimento, quer dizer, o motivo da viagem<sup>184</sup>, seu destino e sua duração, o modal utilizado, a flutuação dos horários e o perfil de quem realiza o movimento (sexo, idade, renda e escolaridade). Nessa pesquisa, o conceito central é o de viagem e significa o “[...] deslocamento de uma pessoa, por motivo específico, entre dois pontos determinados (origem e destino), utilizando, para isso, um ou mais modos de transporte” (BAHIA, 2012, p. 14). Entre os dados disponibilizados por ela, nesta tese, a quantidade de viagens, ocorridas dentro e fora do município de residência, e as características dos viajantes são observadas.

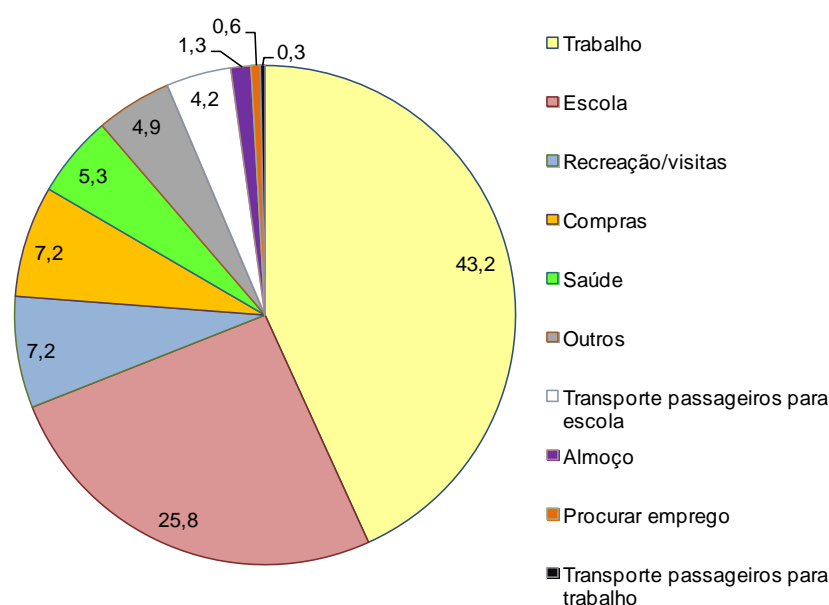
Considerando-se o total das viagens, o destino principal, em 2012, era Salvador. A ela se dirigiam 77,0% dos quase 6 milhões de deslocamentos identificados na RMS. Do mesmo modo, como seria de se esperar pelo volume populacional, na capital se originam 77,1% dos deslocamentos da região (BAHIA, 2012).

O principal motivo desses movimentos foi o trabalho (43,2%). Cabe notar que, nesse caso, são deslocamentos empreendidos por indivíduos que efetivamente exerciam uma atividade profissional, visto que procurar emprego (com 0,6%) e transporte de passageiros para trabalho (0,3%) figuravam como categorias distintas. Em segundo lugar estavam os deslocamentos relacionados à ida à escola (25,8%) e em terceiro recreação/visitas e compras, com 7,2% cada um desses motivos (Gráfico 14).

Tais resultados indicam que a proposição de que, também na RMS, a maior motivação dos deslocamentos se refere aos processos de produção. Essa situação, aliás, não lhe era específica, está de acordo com a literatura sobre o tema e converge com os achados de pesquisas de origem e destino elaboradas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), em 2003, e na de Campinas (RMC), de 2011. Em ambas, a maior quantidade de viagens era motivada pelo trabalho (RIO DE JANEIRO, 2016; SÃO PAULO, 2016).

---

<sup>184</sup> Foram descartadas as viagens cujo objetivo era dirigir-se à moradia.



**Gráfico 14. Distribuição do total de viagens por motivo de realização. RMS, 2012**

Fonte: Bahia (2012).

Nota: O motivo turismo apresentou uma participação de 0,05.

Lembra-se que se fala de uma dinâmica verificada em um contexto no qual permanecem os efeitos da expansão da economia, com reflexos positivos no mercado de trabalho. Especialmente entre 2006 e o começo dos anos 2010, evidencia-se a acentuada retração das taxas de desemprego, o aumento do assalariamento, o avanço na formalização dos vínculos empregatícios e a elevação do rendimento médio real do trabalhador, o que resulta na melhoria das condições de vida de uma parcela expressiva da sociedade<sup>185</sup> (OLIVEIRA, 2015). No que tange à RMS, as tendências mostraram-se similares.

Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS)<sup>186</sup> revelaram que, a partir de 2003, ocorrem sucessivas

<sup>185</sup> Oliveira (2015) aponta que, na década dos 2000, ocorre um vigoroso crescimento do PIB, o que permitiu a realização de metas do Governo Federal de ampliação dos gastos públicos na área social, que passa de 19,2%, em 1995, para 25,2%, em 2010. Conforme o autor, isso repercute na queda dos níveis de desigualdade na distribuição dos rendimentos observada nesses anos, situação decorrente dos investimentos em políticas sociais de saúde, educação e previdência social, bem como dos benefícios de prestação continuada. Porém, concordando com Cacciamali (2010), ressalta que a política de crescimento real do salário mínimo colabora francamente para que essa tendência se conforme. Assim, também por sua análise, num contexto de ampliação dos vínculos formais, o mercado de trabalho tem papel fundamental na melhoria da condição de vida da população.

<sup>186</sup> A PEDRMS é uma pesquisa amostral que “Produz informações sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho desta região, mediante um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho” (PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2013, p. 3). Realizada em diferentes regiões metropolitanas do



retrações da taxa de desemprego<sup>187</sup>. Além disso, de 2004 a 2011, registrou-se o contínuo incremento do número de ocupações<sup>188</sup> e o crescimento do rendimento médio real proveniente do trabalho principal. Todavia, em 2012, algumas tendências se modificam. O desemprego que, em 2011, alcançava 15,3%, aumenta para 17,7% (ainda que num patamar inferior ao de 2003, quando era de 28%). Enquanto isso, o valor rendimento experimenta retração (PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

Dessa maneira, quando é realizada a pesquisa de mobilidade em apreciação, o mercado de trabalho da RMS estava em transição, saía de uma condição bastante favorável, para uma em que se anunciava uma inflexão de tendência.

Foi nesse contexto que se registraram 1.255.941 das viagens referentes à mobilidade casa-trabalho, 87,6% das quais com origem e destino o mesmo município (Tabela 17). Em relação aos trabalhadores que seguiam para outros municípios, destacavam-se os percentuais de Lauro de Freitas: 41,8% dos que se deslocavam para trabalho faziam essa movimento. Proporções de viagens intermunicipais algo acima dos 30% foram identificadas em Simões Filho e Dias d'Ávila. As menores participações nesse tipo de deslocamento ocorreram em Vera

---

Brasil a partir de uma metodologia comum, na Bahia, ela decorre da parceria entre as seguintes instituições: Governo do Estado da Bahia, realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) – responsável por sua metodologia – e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na RMS, ela abrange domicílios de áreas urbanas de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

<sup>187</sup> A taxa de desemprego é calculada considerando a relação desempregados/população economicamente ativa (PEA) e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Por desemprego aberto entende-se a situação de pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da realização da coleta da informação e que não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias. Por desemprego oculto entende-se as seguintes situações de ocupação: "(I) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (II) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente nos últimos 12 meses" (PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2013, p. 9-10).

<sup>188</sup> A ampliação do número de ocupações é resultado da criação de postos de trabalho em número que superava o incremento verificado na PEA.

Cruz (2,8%), Salvador (8,2%), Itaparica (11,0%) e São Sebastião do Passé (11,3%)<sup>189</sup>.

**Tabela 17. Destinos das viagens casa-trabalho e participação no total. Municípios da RMS. 2012**

MUNICÍPIO DE ORIGEM	DESTINO			TOTAL	DESTINO (%)			TOTAL
	MUNICÍPIO DE ORIGEM	DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMS	MUNICÍPIO EXTERNO À RMS		MUNICÍPIO DE ORIGEM	DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMS	MUNICÍPIO EXTERNO À RMS	
Camaçari	59.901	12.331	0	72.232	82,9	17,1	0,0	100,0
Candeias	16.639	5.324	118	22.081	75,4	24,1	0,5	100,0
Dias d'Ávila	13.937	6.505	0	20.442	68,2	31,8	0,0	100,0
Itaparica	5.283	651	0	5.934	89,0	11,0	0,0	100,0
Lauro de Freitas	38.527	27.766	97	66.390	58,0	41,8	0,1	100,0
Madre de Deus	4.553	1.374	0	5.927	76,8	23,2	0,0	100,0
Mata de São João	5.626	2.310	0	7.936	70,9	29,1	0,0	100,0
Pojuca	6.566	918	468	7.952	82,6	11,5	5,9	100,0
Salvador	908.909	81.613	2.026	992.548	91,6	8,2	0,2	100,0
São Francisco Do Conde	5.742	839	0	6.581	87,3	12,7	0,0	100,0
São Sebastião Do Passé	6.600	852	105	7.557	87,3	11,3	1,4	100,0
Simões Filho	20.760	11.490	160	32.410	64,1	35,5	0,5	100,0
Vera Cruz	7.726	225	0	7.951	97,2	2,8	0,0	100,0
Total	1.100.769	152.198	2974	1.255.941	87,6	12,1	0,2	100,0

Fonte: Bahia (2012). Elaboração própria.

Voltando a atenção aos números absolutos, cerca de 3 mil indivíduos deslocavam-se para fora da RMS por conta de trabalho, respondendo por 0,2% das viagens casa-trabalho. Desse total, mais de 2 mil residiam em Salvador e 468 em Pojuca.

Detalhando-se essas informações, percebe-se Salvador como principal receptor das viagens relacionadas ao trabalho iniciadas em Lauro de Freitas (81,9%), Simões Filho (59,4%), Vera Cruz (49,3%), Camaçari (42,0%), Candeias (25,9%) e São Sebastião do Passé (24,1%). Camaçari era o segundo destino mais importante para os indivíduos que partiam de Dias d'Ávila (68,7%), de Mata de São João (40,1%) e de Pojuca (20,3%). Enquanto isso, o destino mais comum dos oriundos de São Francisco do Conde era Candeias, que recebia 48,0% dessas viagens. Concomitantemente, 40,8% dos deslocamentos referentes a trabalho e que se originavam em Salvador eram atraídos por Lauro de Freitas (Tabela 18).

<sup>189</sup> Observa-se que os deslocamentos dos municípios da RMS para fora dessa região, respondem por menos de 20% do total de viagens. Para alguns municípios, esse valor é inferior a 10%. Apenas em Pojuca e São Francisco do Conde mais de 30% das viagens voltava-se para fora dessa região.

**Tabela 18. Origem e destinos das viagens casa-trabalho, exceto origem e destino no mesmo município, e participação no total. Municípios da RMS. 2012**

MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO DE DESTINO DAS VIAGENS (VALOR ABSOLUTO)														
	CAMAÇARI	CANDEIAS	DIAS D'ÁVILA	ITAPARICA	LAURO DE FREITAS	MADRE DE DEUS	MATA DE SÃO JOÃO	POJUCA	SALVADOR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SIMÕES FILHO	VERA CRUZ	EXTERNO	TOTAL
Camaçari	-	778	1.195	0	3.189	302	1.142	49	5.181	0	0	495	0	0	12.331
Candeias	959	-	30	0	90	763	0	220	1.407	778	76	1.001	0	118	5.442
Dias d'Ávila	4.469	303	-	0	193	85	280	0	986	0	70	119	0	0	6.505
Itaparica	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	651	0	651
Lauro de Freitas	3.561	49	0	0	-	0	351	0	22.808	0	0	997	0	97	27.863
Madre de Deus	236	313	0	0	0	-	0	0	275	550	0	0	0	0	1.374
Mata de São João	927	57	780	0	100	0	-	188	201	0	57	0	0	0	2.310
Pojuca	282	0	94	0	0	0	289	-	194	0	59	0	0	468	1.386
Salvador	20.639	4.014	1.065	325	34.104	1.281	1.289	250	-	1.061	804	16.613	168	2.026	83.639
São Francisco Do Conde	0	403	0	0	0	331	0	0	35	-	0	70	0	0	839
São Sebastião Do Passé	34	190	137	0	0	88	0	0	231	35	-	137	0	105	957
Simões Filho	2.565	766	332	0	752	59	69	0	6.918	29	0	-	0	160	11.650
Vera Cruz	0	0	0	59	0	55	0	0	111	0	0	0	-	0	225
Total	33.672	6.873	3.633	384	38.428	2.964	3.420	707	38.347	2.453	1.066	19.432	819	2.974	155.172

MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO DE DESTINO DAS VIAGENS (TOTAL RELATIVO)														
	CAMAÇARI	CANDEIAS	DIAS D'ÁVILA	ITAPARICA	LAURO DE FREITAS	MADRE DE DEUS	MATA DE SÃO JOÃO	POJUCA	SALVADOR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SIMÕES FILHO	VERA CRUZ	EXTERNO	TOTAL
Camaçari	-	6,3	9,7	0,0	25,9	2,4	9,3	0,4	42,0	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0	100,0
Candeias	17,6	-	0,6	0,0	1,7	14,0	0,0	4,0	25,9	14,3	1,4	18,4	0,0	2,2	100,0
Dias d'Ávila	68,7	4,7	-	0,0	3,0	1,3	4,3	0,0	15,2	0,0	1,1	1,8	0,0	0,0	100,0
Itaparica	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Lauro de Freitas	12,8	0,2	0,0	0,0	-	0,0	1,3	0,0	81,9	0,0	0,0	3,6	0,0	0,3	100,0
Madre de Deus	17,2	22,8	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	20,0	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Mata de São João	40,1	2,5	33,8	0,0	4,3	0,0	-	8,1	8,7	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Pojuca	20,3	0,0	6,8	0,0	0,0	0,0	20,9	-	14,0	0,0	4,3	0,0	0,0	33,8	100,0
Salvador	24,7	4,8	1,3	0,4	40,8	1,5	1,5	0,3	-	1,3	1,0	19,9	0,2	2,4	100,0
São Francisco Do Conde	0,0	48,0	0,0	0,0	0,0	39,5	0,0	0,0	4,2	-	0,0	8,3	0,0	0,0	100,0
São Sebastião Do Passé	3,6	19,9	14,3	0,0	0,0	9,2	0,0	0,0	24,1	3,7	-	14,3	0,0	11,0	100,0
Simões Filho	22,0	6,6	2,8	0,0	6,5	0,5	0,6	0,0	59,4	0,2	0,0	-	0,0	1,4	100,0
Vera Cruz	0,0	0,0	0,0	26,2	0,0	24,4	0,0	0,0	49,3	0,0	0,0	0,0	-	0,0	100,0
Total	21,7	4,4	2,3	0,2	24,8	1,9	2,2	0,5	24,7	1,6	0,7	12,5	0,5	1,9	100,0

Fonte: Bahia (2012). Elaboração própria.

Desse modo, pela Pesquisa O-D da RMS (BAHIA, 2012), Lauro de Freitas (24,8%), Salvador (24,7%), e Camaçari (21,7%) destacavam-se como os mais relevantes destinos para as viagens relativas a trabalho.

Sobre aquelas realizadas por outros motivos, como as relacionadas à escola, à recreação, às visitas, compras, e à saúde, em 2012, perfaziam um total de 75.114 viagens (2,5% das viagens por motivo). Seu ponto de chegada mais recorrente era a capital (46,2% do total). Lauro de Freitas (25,3%) e Camaçari (8,2%) constituíam-se nos segundo e terceiro principais destinos desses na RMS (Tabela 19).

Ainda em relação às viagens concernentes a diferentes motivos que não o de trabalho, evidencia-se que as originadas na capital percorriam todos os municípios da RMS, excluindo-se apenas Pojuca, e que a maior parte desses deslocamentos voltava-se a Lauro de Freitas (62,3%), Simões Filho (13,5%) e Camaçari (11,5%). Além disso, 90,2% das iniciadas de Lauro de Freitas dirigia-se a Salvador. O mesmo se dava com 82,8% das de Simões Filho e 73,5% das de Candeias (Tabela 19).

Comparando-se esses resultados aos que decorreram das viagens de trabalho, os percentuais relativos a outros fins foram sempre superiores. Além disso, observa-se que ainda que o quantitativo de viagens para trabalho em muito ultrapassasse os demais – algo que não é surpreendente –, a capital era sempre preferida pelos que moravam em outros municípios, excluindo-se Dias d'Ávila cujo destino mais frequente era Camaçari.

No tocante aos deslocamentos para fora da RMS, as peculiaridades foram Pojuca e São Sebastião do Passé. Em ambos mais de 30% das viagens por outras causas seguiam para municípios não metropolitanos.

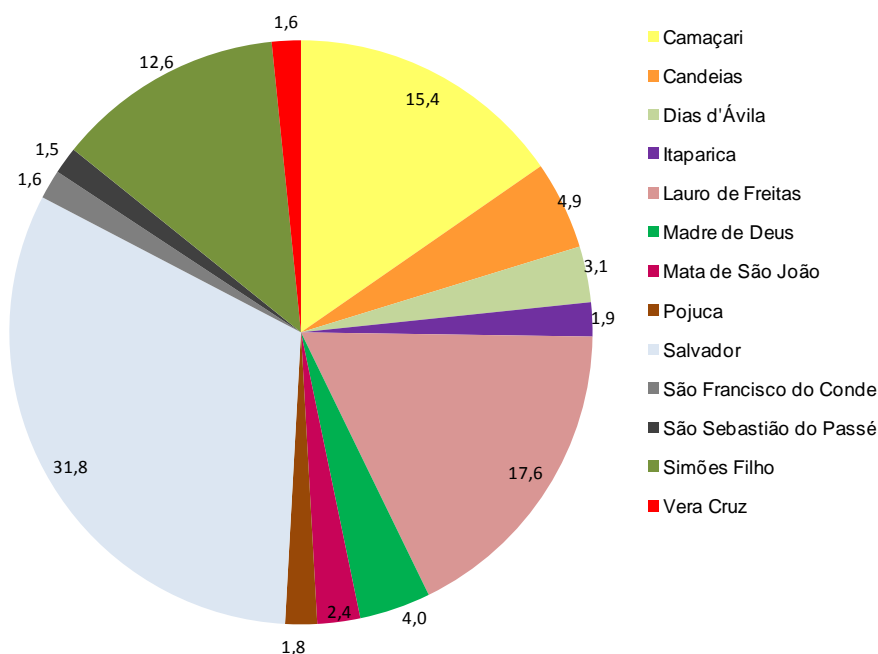
Os dados extraídos da Pesquisa de Mobilidade da RMS (BAHIA, 2012) indicam ainda que de Salvador partiam 31,8% do total de deslocamentos para atividades tais como estudo, recreação/lazer e compras, o maior valor da RMS. Em seguida, tinham-se as participações de Lauro de Freitas (17,6%), Camaçari (15,4%) e Simões Filho (12,6%). Os demais representavam com menos de 5% do conjunto das viagens (Gráfico 15).

**Tabela 19. Distribuição dos municípios por destinos das viagens para outros fins, que não trabalho, exceto origem e destino no mesmo município. Municípios da RMS. 2012**

MUNICÍPIO DE ORIGEM	MUNICÍPIO DE DESTINO DAS VIAGENS														
	CAMAÇARI	CANDEIAS	DIAS D'ÁVILA	ITAPARICA	LAURO DE FREITAS	MADRE DE DEUS	MATA DE SÃO JOÃO	POJUCA	SALVADOR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	SIMÕES FILHO	VERA CRUZ	EXTERNO	TOTAL
Camaçari	-	1,8	2,6	0,0	27,7	0,8	1,0	0,0	58,8	0,1	0,0	2,7	0,0	4,4	100,0
Candeias	0,0	-	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0	0,0	68,3	5,3	0,0	22,9	0,0	0,0	100,0
Dias d'Ávila	41,1	6,0	-	0,0	13,0	0,0	6,0	7,7	24,3	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	100,0
Itaparica	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Lauro de Freitas	7,9	0,0	0,5	0,0	-	0,0	0,0	0,0	90,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	100,0
Madre de Deus	0,0	18,6	0,0	0,0	2,7	-	0,0	0,0	73,5	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Mata de São João	26,8	0,0	25,4	0,0	6,4	0,0	-	0,0	41,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pojuca	8,9	0,0	4,5	0,0	0,0	0,0	13,4	-	33,5	0,0	0,0	0,0	0,0	39,8	100,0
Salvador	11,5	1,8	1,6	1,2	62,3	0,6	0,4	0,0	-	0,4	0,6	13,5	0,2	5,9	100,0
São Francisco do Conde	0,0	27,5	0,0	0,0	5,3	15,8	0,0	0,0	40,4	-	0,0	5,3	0,0	5,8	100,0
São Sebastião do Passé	0,0	21,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1	45,1	0,0	-	0,0	0,0	30,5	100,0
Simões Filho	8,3	1,7	1,2	0,0	4,1	0,8	0,0	0,0	82,8	0,0	0,0	-	0,0	1,2	100,0
Vera Cruz	0,0	0,0	0,0	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	100,0
Total	8,2	2,7	1,8	1,0	25,3	0,8	0,7	0,3	46,2	0,6	0,2	5,9	2,0	4,2	100,0

Fonte: Bahia (2012). Elaboração própria.

Há que se indagar agora sobre o perfil de quem se move, ou seja, a proposta agora é observar se, pelos dados da Pesquisa O-D (BAHIA, 2012), a intensidade da mobilidade guarda correlação com características socioeconômicas dos indivíduos.



**Gráfico 15. Distribuição dos municípios por origem das viagens para outros fins que não trabalho, exceto origem e destino no mesmo município. RMS, 2012**

Fonte: Bahia (2012). Elaboração própria.

O índice de mobilidade – “[...] relação entre o número [total] de viagens e de habitantes de uma determinada área” (BAHIA, 2012, p. 14) – por idade indica que os integrantes dos grupos etários de 30 a 39 anos eram os que mais se deslocavam (1,86) (Tabela 20). Porém, um valor bem similar foi obtido pelos indivíduos de 10 a 19 anos (1,85) e de 20 a 29 anos (1,83). Os resultados mais baixos estavam na população de 60 e mais anos (1,14). Esses números convergem com os principais motivos das viagens, trabalho e estudo, na medida em que eram os adultos em idade produtiva e as pessoas em idade escolar as que mais experimentavam mobilidade.

Consequentemente, a taxa de imobilidade se refere à “[...] não realização de deslocamentos fora de casa, ou seja, a falta de utilização da infraestrutura física e dos meios de transporte pelas pessoas” (BAHIA, 2012, p. 27), era mais significativa

entre as pessoas que tinham até nove anos (36,3%) e as de 60 anos e mais de idade (51,4%). Em outras regiões metropolitanas, a RMRJ e a RMC, a taxa de imobilidade observada para os idosos foi ainda mais intensa, 56,4% (em 2003) e 67,8% (em 2011), respectivamente (RIO DE JANEIRO, 2016; SÃO PAULO, 2016), indicando que tal tendência é recorrente nesse grupo etário.

**Tabela 20. Índice de mobilidade e taxa de imobilidade do total de viagens, por grupo etário. RMS. 2012**

GRUPO ETÁRIO	ÍNDICE DE MOBILIDADE	TAXA DE IMOBILIDADE (%)
Até 9 anos	1,35	36,3
de 10 a 19 anos	1,85	15,0
de 20 a 29 anos	1,83	24,0
de 30 a 39 anos	1,86	23,7
de 40 a 49 anos	1,74	26,6
de 50 a 69 anos	1,59	33,1
60 anos ou mais	1,14	51,4
RMS	1,65	29,0

Fonte: Bahia (2012).

No que reporta a esta tese, é essencial observar que o índice de mobilidade oscila também segundo o nível de instrução e a faixa de renda. Para ambas as variáveis, a taxa de mobilidade era tanto mais alta quanto maior fosse o resultado desses indicadores. Noutros termos, para aqueles que tinham pós-graduação registravam-se 2,76 viagens/dia. Entre os analfabetos, a média era de 0,78 viagens/dia (Tabela 21). Ressalta-se que esses últimos contaram com um índice de mobilidade inferior aos dos pré-escolares (1,78 viagens/dia) que, tipicamente, é um grupo formado por crianças com menos de seis anos, que se move quando conduzido por um adulto.

No que tange à taxa de imobilidade, repetem-se os resultados. Ela abarca 64,5% dos analfabetos. Embora esse percentual seja alto, é menor do que o registrado pela mesma população na RMC, 66,7% (SÃO PAULO, 2016) e na do RMRJ, 88,6% (RIO DE JANEIRO, 2016). Retornado à RMS, a inexistência de deslocamentos foi elevada também no grupo que contava com o ensino fundamental 1 (31,3%). Os demais resultados, a exemplo do observado nas regiões metropolitanas acima citadas, foram tanto menores quanto maior a escolaridade – para quem tinha pós-graduação, ele foi igual a 10,1% (Tabela 21).

Em relação à classe econômica<sup>190</sup>, a mais alta (A) apresentava o maior índice de mobilidade, 2,4; enquanto a de menor renda (E) verificou 1,44, o mais baixo índice. Conforme a Tabela 22, sem qualquer ressalva, na medida em que se eleva o nível de renda, amplia-se o número médio de viagens.

**Tabela 21. Índice de mobilidade e taxa de imobilidade do total de viagens, por grau de instrução. RMS. 2012**

GRAU DE INSTRUÇÃO	ÍNDICE DE MOBILIDADE	TAXA DE IMOBILIDADE (%)
Analfabeto	0,78	64,5
Pré-escolar	1,78	14,5
Fundamental I (1º ao 5º ano)	1,5	31,3
Fundamental II (6º ao 9º ano)	1,64	26,7
Ensino Médio	1,67	27,7
Superior	1,34	14,8
Pós-graduação	2,76	10,1
Outros	0,41	-
RMS	1,65	29,0

Fonte: Bahia (2012).

**Tabela 22. Índice de mobilidade do total de viagens, por classe econômica. RMS. 2012**

CLASSE ECONÔMICA	ÍNDICE DE MOBILIDADE
A	2,4
B	2,0
C	1,59
D	1,52
E	1,44
RMS	1,65

Fonte: Bahia (2012).

Nota: Para classe econômica não se divulgou a taxa de imobilidade.

Relacionado à renda, está a questão do modo de deslocamento. Veja-se que a maioria das viagens era realizada a pé<sup>191</sup> (35,3% do total de viagens) e de ônibus municipal (31,5%). Com relevância bem menor, por ordem de participação, estavam os deslocamentos feitos dirigindo automóvel (13,5%) e como passageiro de automóvel (5,6%) (Tabela 23). Ainda que se possa argumentar que deslocar-se a pé

<sup>190</sup> Classe econômica é a designação adotada na pesquisa em apreciação para relacionar a renda familiar à mobilidade. A classe A era a de rendimentos mais elevados e a E agrupava indivíduos com menor renda.

<sup>191</sup> Na Pesquisa O-D (BAHIA, 2012), considerou-se como viagem a pé aquela realizada da origem ao destino quando o que a motiva é um deslocamento para o trabalho ou escola, independentemente da distância percorrida ou quando o deslocamento possui outros motivos e a distância era superior a 500 metros.



seja uma escolha influenciada por fatores distintos, mais costumeiramente é pautada pela incapacidade de arcar com os custos de ir e vir feito de outra maneira.

**Tabela 23. Participação dos modos de deslocamento no total de viagens. RMS. 2012**

MODO PRINCIPAL DE DESLOCAMENTO	TOTAL (%)
A pé	35,3
Ônibus municipal	31,5
Dirigindo automóvel	13,5
Passageiro de automóvel	5,6
Ônibus intermunicipal	3,4
Transporte escolar	2,8
Ônibus fretado	2,2
Moto	1,9
Lotação/van/perua	1,1
Taxi	1,1
Bicicleta	0,9
Mototaxi	0,3
Outros	0,2
Total	100,0

Fonte: Bahia (2012).

Assim sendo, os resultados da Pesquisa O-D permitem afirmar que as pessoas que menos se deslocavam eram as que possuíam menor escolaridade e renda. Ademais, pode-se inferir que os mais idosos, que dispõem de menores rendimentos e escolaridade, eram aqueles que menos circulavam na principal região metropolitana baiana.

### 5.1.3. Ponderações sobre as duas pesquisas

As estatísticas, como argumenta Bourdieu (2011, 2004), podem ser extremamente pertinentes para revelar ou caracterizar determinado fenômeno. No entanto, na medida em que a própria elaboração dos instrumentos de pesquisa é embebida da posição ideológica de quem o faz – tal como Jardim (2011) observa em relação aos censos demográficos brasileiros –, os dados se mostram igualmente úteis para homologar determinadas ideias que mais obliteram do que esclarecem a realidade. Quando decorrentes de pesquisas oficiais, tendo o aval de especialistas ou cientistas, muitas vezes se constituem num rol de números capazes de, por força de seu efeito simbólico, legitimar uma compreensão comum da realidade sem remeter aos fenômenos subjacentes aos dados.

Em vista disso, reafirma-se que a profusão de indicadores apresentados nas seções anteriores tem por objetivo trazer indicações de processos que se operaram na RMS de forma mais geral. Do mesmo modo, assevera-se que não se pretende comparar os resultados do censo 2010 aos da pesquisa de mobilidade de 2012. Mais especificamente, o que se visou foi observar as tendências que seus dados apontam e, com elas, configurar um pano de fundo para verificar os deslocamentos para trabalho e lazer dos moradores da área desta pesquisa. No entanto, algumas questões aparecem.

O resultado mais enfático e convergente aos dois levantamentos oficiais em conta é que a mobilidade na região oficialmente comandada por Salvador decorria predominantemente do trabalho, ou seja, referia-se à participação dos indivíduos na produção no seu sentido restrito. Mesmo considerando que o censo demográfico limita a informação sobre o motivo de viagem a apenas dois fins, trabalho e estudo, enquanto a pesquisa de mobilidade elenca um conjunto maior de motivos, o fato é que em ambas o exercício profissional se destacou frente às demais causas de deslocamento entre municípios.

Essa situação, compatível com diversos escritos e pesquisas sobre o tema, se revela numa conjuntura econômica favorável no Brasil e na RMS, com repercussões positivas no mercado de trabalho. Além disso, acontece num momento em que se evidencia que Salvador e os municípios de seu entorno mais próximo são objetos de intensas intervenções dos agentes do mercado imobiliário, do setor de comércio e do de serviços. Em consequência há a ampliação quantitativa e qualitativa, a diversificação e uma relativa dispersão das estruturas de produção e de consumo, sobretudo no litoral norte da capital. O mesmo se apresenta no tocante às moradias – num cenário em que há elevação da renda, redução das taxas de juros e facilidades em obter financiamento para a habitação, no qual se investe maciçamente na edificação de residências para os grupos de renda média –, especialmente em Salvador e em Lauro de Freitas<sup>192</sup> (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

---

<sup>192</sup> Sendo assim, tem-se uma situação distinta do observado na década de 1970 e de 1980, quando o mercado imobiliário se expandia nos municípios da periferia e no miolo de Salvador, pela difusão dos loteamentos populares e dos conjuntos habitacionais, e ocupava a orla oceânica, dessa cidade e em seus municípios contíguos, com loteamentos destinados aos grupos sociais de maior renda.

Então, nas últimas décadas, experimenta-se a realocização tanto de atividades produtivas, quanto de áreas residenciais. Todavia, esses movimentos não são combinados no que se refere à vida de seus habitantes: nem sempre aquele que migra por conta da moradia encontra o trabalho no mesmo município. Ao invés disso, o que se observa na RMS, e vem sendo comum a outras regiões metropolitanas, é a separação do lugar de morar e o de produzir, o que impulsiona o deslocamento cotidiano das pessoas no interior das cidades e entre elas. Assim sendo, o movimento pendular evidencia o modo como as infraestruturas estão distribuídas no espaço e, ao mesmo tempo, funciona como um elemento de integração dos lugares, de conexão das atividades e de definição da aglomeração urbana.

Não sendo essa uma situação específica da RMS, como demonstram Antico (2003) e Jardim (2011), entre outros autores, o que está em questão expressa a necessidade de mobilidade do capital (e do trabalho necessário à acumulação) com vistas à maximização dos lucros. Mas, para que isso se efetive, é preciso que o trabalhador acompanhe esse movimento.

Se a técnica e a tecnologia possibilitam a separação, nas empresas, das estruturas de comando das de execução da produção, se a reprodução do capital faz do espaço urbano – e não mais de algumas de suas parcelas – condição de sua realização, é preciso que o homem se submeta a vender sua força de trabalho onde se esteja disponível a pagar por ela. Por isso mesmo, Gaudemar (1977, p. 124) afirma que o que é aparentemente uma expressão de liberdade – a noção de que os indivíduos são livres para seguir para onde desejem – representa sua submissão aos propósitos do capitalismo, visto que “[...] o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre”. Noutros termos, sua mobilidade relativa à participação no mercado de trabalho reforça a compreensão de que sua energia, suas capacidades e seus conhecimentos são uma mercadoria como outra qualquer. O que está em questão é o uso capitalista do corpo do homem, afinal, o próprio trabalhador, enquanto força de trabalho, é um produto.

Quando se avança no entendimento de como os indivíduos respondem às necessidades da produção na RMS, tal como se verifica nas pesquisas censitárias e na de mobilidade, nota-se que o maior volume de deslocamentos para o trabalho tinha por origem e por destino o município de residência. Quando se partia para outro município, pelos dados do censo de 2010, Salvador figurava como o principal destino dos fluxos. No que reporta apenas aos deslocamentos relacionados ao trabalho, além dele, por ordem de importância, estavam Camaçari e Lauro de Freitas. Na Pesquisa O-D (BAHIA, 2012), Lauro de Freitas e Salvador tinham importância equivalente como ponto de chegada de trabalhadores, Camaçari apresentava-se em terceiro lugar.

Sobre a origem dos deslocamentos para trabalho, o censo demográfico indica que Madre de Deus, Lauro de Freitas, Dias d'Ávila e Simões Filho eram os que liberavam o maior percentual dos seus ocupados. Na pesquisa contratada pela Seinfra, Lauro de Freitas e Simões Filho também têm destaque, mas, acompanhados por Salvador e Camaçari.

Assim, configura-se uma situação em que as condições que possibilitavam a mobilidade<sup>193</sup> de trabalhadores ou viagens para fins de trabalho entre as unidades da RMS eram mais intensas em Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. Seu mercado de trabalho recebia pessoas de vários municípios da região e mesmo de fora dela. Simultaneamente, também deles partia um percentual significativo desses indivíduos. A intensidade desses fluxos, que não se restringe ao movimento

---

<sup>193</sup> Observa-se que quando se fala de condições que possibilitam a mobilidade da força de trabalho não se tem em questão apenas o volume, a diversidade e a localização das ocupações, igualmente se consideram os meios de deslocamento. Segundo Delgado (2014), além do transporte coletivo e do uso de veículos particulares, nos principais centros empregadores da região - situados em Lauro de Freitas, Camaçari (particularmente no Copec e Ford), em Simões Filho (eixo CIA-Copec) e nas áreas industriais de Candeias, Madre de Deus e Dias d'Ávila - é ofertado o transporte fretado de passageiros, o que favorece o fluxo entre eles. Acrescenta o autor que há um conjunto de rodovias estruturantes que articulam as diferentes centralidades da RMS, tanto as situadas dentro da capital como as existentes em outras cidades.

Tal articulação e a disponibilidade de linhas de transporte coletivo são fundamentais em vista do desequilíbrio da densidade de pessoas, infraestruturas e postos de trabalho na região. Ademais, não eram as áreas mais populosas aquelas mais bem servidas em termos de equipamentos urbanos e que contavam com maior facilidade de deslocamento e oportunidades de trabalho. Portanto, para o autor, as questões atinentes às viagens cotidianas refletem a “[...] diferenciação do território, em termos sociais e funcionais, revelada também nas diferentes formas segregadas de mobilidade (as redes ou modos do transporte público e do transporte individual)” (DELGADO, 2014, p. 214). Assim sendo, na medida em que os usos do espaço vão conformando uma estrutura urbana em que se constituem centralidades que atendam sobremaneira os interesses do capital, a mobilidade repercute e reforça essas mesmas centralidades.

associado ao exercício profissional, indica uma efetiva relação de complementaridade entre essas cidades.

A respeito de Salvador, conforme os dados do censo de 2010, a centralidade de seu mercado de trabalho se sobressaía em relação aos demais municípios. Para lá recorria em significativa proporção dos ocupados que residiam em, além dos já citados Camaçari e Lauro de Freitas, Itaparica, Simões Filho e Vera Cruz. Em menor proporção, à capital também se dirigia parte dos que provinham de Pojuca e São Sebastião do Passé. Para Candeias, Madre de Deus e Mata de São João, a importância da capital na atração de seus ocupados era ainda mais reduzida.

A pesquisa de mobilidade relativa ao trabalho apresenta algumas divergências em relação a esses resultados censitários e à similaridade da importância dessa cidade e de Lauro de Freitas na atração de pessoas. No entanto, em função do curto intervalo temporal que separa as duas pesquisas, da manutenção do cenário mais geral do mercado de trabalho e do perfil metodológico da cada uma delas, acredita-se que o censo forneça uma aproximação da realidade mais fidedigna.

Desse modo, afirma-se que o raio de influência e a atratividade de Salvador para a realização de uma atividade tão rotineira, como o trabalho, alcançava toda sua região e ia além dela.

Sobre os outros fins, como o lazer, a única fonte de informações é a Pesquisa O-D (BAHIA, 2012). Como seus dados agregam uma série de motivos, inclusive escola, que teve um peso relevante no total, o que se pode apurar é que, excluindo-se a situação de Itaparica e Dias d'Ávila, Salvador era o destino principal da RMS.

Volta-se o foco ao perfil daqueles que se deslocam. Com vistas a elaborar conjecturas a respeito da articulação entre classe social e mobilidade, dois indicadores, disponibilizados pelo censo, foram avaliados por permitir a aproximação a esse conceito: rendimento domiciliar *per capita* e nível de instrução. Como se argumentou anteriormente, na RMS, entre os ocupados que empreendiam mobilidade pendular, os níveis de escolarização e de renda eram mais elevados comparativamente aos registrados por aqueles que trabalhavam e residiam num mesmo município.

Em relação aos rendimentos, normalmente resultado da posição na estrutura produtiva, o grupo dos que auferiam 5SM *per capita* ou mais foi, excluindo Mata de São João, sempre maior para os estavam ocupados em um município distinto do de residência. Em contrapartida, considerando-se a soma dos que recebiam até 1SM, essa classe de rendimento foi a mais relevante em todos os municípios entre os que não faziam a mobilidade.

Quando se observam os dados de escolaridade, um dos requisitos que comumente repercute na ocupação, foi evidente que os percentuais dos que tinham nível superior, com exceção de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, eram mais elevados entre os que faziam a pendularidade.

Na Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de Salvador (BAHIA, 2012), tratando de viagens por vários motivos, intra e intermunicipais, identificou-se igual propensão – as pessoas em idade ativa, que tinham maiores níveis de renda e de escolaridade, consistiam nas que empreendiam o maior número de deslocamentos.

Os indicadores demonstram, portanto, que a mobilidade na RMS guarda correlação com a distribuição desigual de suas estruturas produtivas, situação que tem por consequência a diferenciação dos municípios também no que tange às características do mercado de trabalho. Essa situação vincula-se às constatações de Carvalho e Borges (2014). As autoras afirmam que Salvador, embora agregasse a maioria das ocupações da região, 77,2% do total, em 2010, observava retração em sua participação em relação a 2000. Isso decorria do crescimento dos postos de trabalho em outros de seus municípios, especialmente, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila e Simões Filho. Essa expansão, todavia, foi feita setorialmente diferenciada, pois, se em todos os municípios metropolitanos o setor de serviços era o que mais empregava, como já se apontou anteriormente, havia diferenciações em seu perfil produtivo, o que demandava trabalhadores com distintas qualificações.

Assim, o que está em jogo é algo que, conforme Gomes (2009, p. 33), Marx já notara: a “[...] capacidade que o capital tem de mover os trabalhadores com o objetivo de constituir o mercado de trabalho assalariado ou de abastecê-lo onde é necessário”. Todavia, quando se abordam as características daqueles que empreendem a pendularidade para o trabalho, outras questões emergem, pois,

segundo Gaudemar (1977, p. 17), “Com a ‘mobilidade’ do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista”. Sendo assim, a noção de mobilidade do trabalho comporta conteúdos que estão para além do mero deslocamento espacial dos indivíduos, refere-se também à possibilidade do deslocamento setorial ou, na vertente demonstrada por Sennett (2012), à contínua busca por especializações e melhoria das competências. É, pois, “[...] uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como índice do seu desenvolvimento” (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Nesses termos, além de pensar nas causas mais explícitas da mobilidade dos trabalhadores da RMS, relacionando-as com a estrutura do mercado de trabalho e verificar suas especificidades, o que se fez acima, é necessário articulá-la ao próprio estágio do desenvolvimento do capitalismo nessa região e de suas repercussões na composição e na alocação espacial da força de trabalho. Na medida em que o predomínio dos postos de trabalho que exigem maior qualificação está mais concentrado em determinados pontos da região, particularmente em Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari, faz-se necessário que os trabalhadores se desloquem em sua direção e estabeleçam uma competição entre si pelas vagas existentes. Para Carvalho e Borges (2014), uma vez que essa situação se mantenha, em termos do mercado de trabalho, poderá ocorrer uma alteração na relação centro-periferia na RMS<sup>194</sup>.

Porém, os resultados das estatísticas podem conter ainda outros elementos não captáveis por meio de números. Pensando nos termos de Bourdieu (2011), a origem social e o aprendizado decorrente da educação familiar têm um peso relativo na maneira como o sujeito se apropria e reage frente às aprendizagens que se seguem,

<sup>194</sup> Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), um banco de informações sobre o mercado de trabalho formal elaborado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, cuja fonte de dados são as empresas, confirmam as hipóteses de Carvalho e Borges (2014). Considerando os anos de 2004 e 2014, a participação dos empregos formais em Salvador, embora elevadíssima em ambos os anos, diminuiu frente ao conjunto da RMS. Em 2004, na capital estavam aproximadamente 77% do total dos empregos formais e, em 2014, esse percentual era de 74%. Esse pequeno declínio decorreu da participação de Lauro de Freitas, que de 8% passa para 12%, e de Camaçari, de 6% para 7%, em 2004 e 2014, respectivamente. Além disso, em relação ao estoque de empregos preenchidos por profissionais de nível superior, Salvador e Lauro de Freitas apresentaram as mesmas tendências. A capital, em 2004, respondia por 88% desses postos de trabalho e, em 2014, por 81%. Em Lauro de Freitas, os valores foram, correspondentemente, 2% e 8%. Já Camaçari, mantém sua relevância nesse quesito – nos dois anos, registra 7% dos empregados preenchidos por graduados na RMS.

inclusive a que se refere à educação formal. Os aspectos subjetivos que compõem as escolhas, então, também se vinculam aos valores imateriais que são transferidos entre as gerações no âmbito dos relacionamentos mais próximos, com familiares, amigos e vizinhos, por exemplo. Souza (2012), como se mencionou em capítulo anterior, apoiado nas teses daquele autor, destaca que a herança imaterial atinente a cada classe ou fração de classe é o que define os estilos de vida, a visão prática do mundo e a disposição para o comportamento.

Ponderar sobre essas reflexões permite estabelecer por hipótese que a mobilidade mais intensa entre os indivíduos com maiores renda e escolaridade guarda correlação também com a dita herança imaterial. É válido considerar que a disposição para deslocar-se para outros municípios seja decorrente de uma avaliação objetiva de suas vantagens (essas não restritas ao rendimento). Mas, igualmente é plausível que o *habitus* da fração social a que se pertence opere no sentido de considerar essa possibilidade mais ou menos viável.

Desse modo, se os números sinalizam que a maior mobilidade na RMS, principalmente para trabalho, revela-se mais comum às pessoas que integram outras classes que não a popular, tal como definida nesta tese, seria possível inferir que para esse grupo social a mobilidade é pouco exequível também por conta do seu processo de socialização familiar?<sup>195</sup> Resta observar se os levantamentos de campo serão ou não aderentes ao que os indicadores revelaram.

## 5.2. FLUXOS E LUGARES DE TRABALHO E LAZER DOS MORADORES DO ARACUI E DE PITANGUEIRAS

Os levantamentos que servem de base para esta seção ocorreram no segundo semestre de 2014, contexto no qual a economia do Brasil não apresentava a mesma

---

<sup>195</sup> Pela forma como se procedeu à pesquisa de campo, essa questão não é passível de resposta clara neste trabalho. De todo modo é importante demarcar que ela está referida à mobilidade pendular e não à migração. Em relação a esse último processo, existe uma vasta e competente literatura que aborda a importância do deslocamento de pessoas que viviam em condições precárias nas áreas mais empobrecidas do país, em particular do Nordeste, em direção ao Centro-Sul, algo que foi extremamente intenso quando do processo de industrialização nacional. Do mesmo modo, nota-se que a hipótese de que a herança imaterial familiar contribui para que a classe popular desenvolva menos a pendularidade está referida a um recorte espacial particular e a um tempo específico. Assim sendo, se a cada contexto histórico se configura uma forma da sociedade e um tipo de pensamento capaz de responder aos interesses hegemônicos, o homem é um ser que existe, interpreta e atua numa situação concreta, é um ser, como diz Freire (1986), de relações realizadas com e em uma realidade particular, quer dizer, possui raízes espaço-temporais.



dinâmica da década anterior. Uma convergência de fatores externos e internos<sup>196</sup> tem por consequência a retração do ritmo de crescimento econômico no início dos anos 2010. Entretanto, de 2005 a 2013, essa situação ainda não repercutia de modo mais enfático no mercado de trabalho. Observe-se, por exemplo, que a taxa de desocupação<sup>197</sup> mantém-se em declínio; amplia-se, ainda que a ritmo relativamente pouco significativo, estoque de empregos formais; e aumenta o número de assalariados frente à diminuição dos trabalhadores não assalariados<sup>198</sup> (OLIVEIRA, 2015). Todavia, mantendo a tendência identificada por Borges (2010) para os anos anteriores, as ocupações que mais crescem são aquelas em que há menores rendimentos. Assim, em 2013, segundo Oliveira (2015), metade dos que estavam na condição de trabalhadores com empregos formais ganhava, no máximo, 2SM.

Na RMS, em boa medida, acompanhou-se a tendência nacional. De 2012 a 2014, verifica-se uma pequena elevação do nível de ocupação e oscilações na taxa de desemprego: cresce em 2012-2013 e declina em 2013-2014. Além disso, nesse último período, ocorre aumento do número de assalariados, especialmente daqueles com carteira assinada, e aumenta o rendimento médio real dos ocupados, excluída apenas a situação dos empregadores. Desse modo, experimenta-se uma conjuntura favorável no que tange aos níveis de empregabilidade e de rendimentos (PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2015).

Nesse cenário econômico é que se analisam os fluxos de trabalho e de lazer dos moradores do Aracui e de Pitangueiras. Sendo essas atividades indissociáveis e

<sup>196</sup> Entre os fatores que interferem negativamente na economia, tem-se, no âmbito internacional, a crise financeira de 2011, que repercute em diferentes países. Na escala nacional, destacam-se a ociosidade da capacidade industrial (consequência do acirramento da competição internacional), a queda do consumo, fato relacionado à diminuição do crédito, e a retração dos investimentos do capital privado (OLIVEIRA, 2015).

<sup>197</sup> A taxa de desocupação (ou desemprego aberto) é a participação relativa das pessoas desocupadas, frente ao total das economicamente ativas.

<sup>198</sup> No que se refere a esse tema, é importante considerar que a redução das taxas de desemprego num cenário de recessão é consequência da expansão da economia em anos anteriores. Assim, se em 2011, a taxa de desocupação era inferior à de 2009 (6,8% contra 8,3%), isso se deveu à expansão vigorosa do PIB, em 2010. De acordo com Oliveira (2015, p. 158), o crescimento do número de empregos foi consequência da geração de novos postos de trabalho combinados à diminuição da PEA. Acrescenta que “[...] a maior abrangência das políticas sociais brasileiras nos anos 2000, associada ao processo de valorização do salário mínimo e de formalização dos vínculos de emprego, foram fundamentais para que a pressão sobre o mercado de trabalho exercida pela População em Idade Ativa diminuísse no período [2005-2013] e, com isso, as taxas de desocupação. Isto porque elas permitiram aos arranjos familiares, de posse de uma renda média mais elevada, redefinirem a inserção de seus membros no mercado de trabalho, sobretudo, dos jovens”.

fundamentais para compreender o cotidiano na modernidade, haveria divergências em termos dos fluxos delas decorrentes? Seu volume, seu direcionamento e sua dimensão variariam conforme a classe social?

Algumas observações prévias devem ser feitas para avançar na leitura das informações obtidas em campo. A primeira, na verdade, é uma rememoração: o trabalho que aqui se discute é aquele que se consolida com o capitalismo. Não se trata da prática criadora do valor de uso e necessária à humanização, tal como Marx (1996b) explica. É o trabalho alienado e parcelado, resultado da venda, no mercado, da força de trabalho. Nesse sentido, o que repercute na maior ou menor mobilidade dos homens é, essencialmente, uma atividade que visa a atender às necessidades da produção e da reprodução social no contexto capitalista. Porém, como explica Lefebvre (1991a, 1991b), ao realizá-lo, desenvolve-se uma das práticas atinentes à vida cotidiana e, ainda que ele represente limites às potencialidades humanas, os lugares em que se trabalha adquirem um significado a partir de seu próprio uso continuado e do que ele acarreta em termos de relações com o outro<sup>199</sup>.

O lazer que se apresenta, nesse contexto, é marcado também pela lógica capitalista que domina o tempo do não trabalho com vistas à reprodução da força de trabalho e vincula essa prática ao consumo. É, pois, programado, assim como o trabalho, para a reprodução das relações sociais de produção. Por isso mesmo, apartados do que seria o espaço corriqueiro, são elaborados lugares especializados para sua realização. Como argumenta Lefebvre (1991a), o lazer figura como uma ruptura da realidade, portanto, não deve se parecer com ela.

A segunda observação se refere à organização dos dados da pesquisa de campo. Seja em relação aos fluxos de trabalho, seja em relação aos de lazer, procedeu-se do seguinte modo:

---

<sup>199</sup> É interessante notar que, conforme Codo (1985, p. 139), as relações sociais que se operam nos lugares de trabalho, de uma maneira ou de outra, incidem sobre o comportamento e as expectativas do homem em diferentes dimensões de sua vida, bem como sobre sua linguagem e afetividade. No entanto, o autor observa que “Cada gesto, cada palavra, cada reflexão, cada fantasia traz a marca indelével, indiscutível de sua classe social [...]”. Nesses termos, se o trabalho é alienado e se imiscui no comportamento do homem, isso ocorre de modo relativamente distinto conforme seu lugar no mundo da produção.

- Em Lauro de Freitas e Salvador, os lugares em que as atividades eram desenvolvidas são indicados pelos bairros<sup>200</sup>.
- Nas demais situações, em geral, se identifica o município e não o bairro. Isso aconteceu porque, na maioria das respostas que se referiam a outros municípios ou estados, não era possível determinar o bairro onde a prática em questão acontecia.
- A categoria bairros diversos e municípios diversos relaciona-se aos casos em que o respondente mencionou que uma determinada atividade era desenvolvida em diferentes lugares, sem alguma prioridade<sup>201</sup>.
- A categoria bairro de residência se refere aos bairros do Aracui e de Pitangueiras como um todo, não restritos à área de pesquisa.

Uma terceira observação é necessária: quando se situa, no município, o estabelecimento no qual a atividade de trabalho ou de lazer ocorre, utilizou-se o termo localização; quando se sinaliza o acontecer da dita atividade, o uso que se desenvolve pela ação do corpo, se adota o termo lugar.

Por fim, salienta-se que, ao estabelecer a comparação entre os fluxos associados ao trabalho e os relativos ao lazer, é preciso ter em conta que a frequência com a qual os dois ocorrem é bem distinta. Desse modo, seus impactos na vida dos indivíduos e na da cidade – de onde partem e para onde se dirigem – são diferenciados.

#### 5.2.1. Classes populares

Os moradores do Aracui e de Pitangueiras que integram as classes populares fizeram referência a 16 localizações nas quais exerciam suas atividades profissionais, a maior parte delas situadas em Lauro de Freitas. Nessa cidade, além disso, estavam 70 dos lugares em que se trabalhava, 33 deles no Aracui ou em Pitangueiras. Desse modo, 40,2% das respostas indicaram que se permanecia no bairro de residência ou em suas proximidades para empregar a força de trabalho (Quadro 3).

---

<sup>200</sup> Em muitas situações, especialmente quando se tratava de lazer, havia a indicação de estabelecimentos em que determinada atividade era realizada. Para situá-la em termos dos bairros, usou-se o endereço informado pelo próprio estabelecimento.

<sup>201</sup> Em bairros e municípios diversos estão agrupadas respostas como “em vários lugares” e “não tem um preferido”.

Assim procediam aqueles que trabalhavam dentro do domicílio, como uma vendedora de cosméticos, que recebia as clientes em sua sala; uma comerciante, cuja varanda da casa era usada como depósito de bebida e escritório; e uma salgadeira, que fazia seus quitutes na cozinha da residência, o que lhe permitia, como disse, ajudar a cuidar do neto enquanto trabalhava; e, evidentemente, as donas de casa. Do mesmo modo, essa era a situação de um biscateiro e um vendedor de objetos usados, ambos trabalhando, entre outros lugares, à frente de seu domicílio, na calçada<sup>202</sup>.

**Quadro 3. Direcionamento dos fluxos para trabalho das classes populares e atividades realizadas. Municípios, RMS e Bahia. 2014**

LOCAL DE TRABALHO <sup>(1)</sup>	TOTAL		OCUPAÇÕES
	ABSOLUTO	RELATIVO	
Lauro de Freitas	70	85,4	Ajudante de pedreiro; auxiliar de aumoxarifado; auxiliar de cozinha; auxiliar de veterinária; auxiliar de mecânica; babá; biscateiro; caixa; capinador; comerciante; corretor de veículos; cuidadora de idosos; cozinheira; diarista; dona de casa/do lar; designer; empregada doméstica; faxineira; gari; manicure; merendeira; motorista; mototaxista; pedreiro; pintor; professora; salgadeira; soldador; serralheiro; técnico administrativo; vendedor(a); verdureiro; zelador.
Bairro de residência (Aracui ou Pitangueiras)	33	40,2	
Bairros diversos	15	18,3	
Centro	7	8,6	
Av. Luis Tarquínio	5	6,1	
Vilas do Atlântico	4	4,9	
Ipitanga	3	3,7	
Estrada do Coco	2	2,4	
Recreio Ipitanga	1	1,2	
Salvador	6	7,3	Motorista; técnica de enfermagem; representante de vendas; vendedor
Bairros diversos	3	3,7	
Aeroporto	1	1,2	
Av. Tancredo Neves	1	1,2	
Av. São Rafael	1	1,2	
Camaçari	3	3,7	Eletricista
Dias d'Ávila	1	1,2	Técnico em segurança
Simões Filho	1	1,2	Embaladora
Total RMS	81	98,8	
Outros municípios baianos (excluídos os da RMS) <sup>(2)</sup>	1	1,2	Motorista.
Total <sup>(3)</sup>	82	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Notas:

(1) Por local entende-se rua ou avenida, bairro, cidade ou município em que o indivíduo exerce a atividade.

(2) Localização exata não mencionada.

(3) Algumas pessoas indicaram mais de um local para realização da atividade.

Fora do domicílio, mas, na mesma rua em que ele se localizava estavam, entre outros, um auxiliar de mecânico, uma merendeira, uma auxiliar de cozinha. Essa exercia sua profissão num restaurante da família, situado ao lado de sua residência.

Alguns dos que empregavam sua força de trabalho em diferentes locais de Lauro de Freitas, se deslocavam para a Avenida Luiz Tarquínio (6,1%), Vilas do Atlântico (4,9%), Ipitanga (3,7%) e para a Estrada do Coco (2,4%), locais relativamente próximos ao bairro de moradia. Entre eles, apenas uma doméstica ia ao trabalho de

<sup>202</sup> Essa situação é representada na Foto 8, no terceiro capítulo.

carro. Era conduzida por seu esposo, empregado em uma empresa situada em Camaçari. Os demais, em geral, moviam-se a pé ou de bicicleta, fosse pelo pequeno percurso, fosse porque, mesmo quando maior, inexistiam linhas de transporte coletivo que conectassem esses locais. Estavam nessa situação alguns comerciantes, empregadas domésticas, diaristas, auxiliares de almoxarifado, uma merendeira, um piscineiro etc.

Ainda em relação aos que permaneciam nessa cidade, além do Aracui e de Pitangueiras, os dois destinos mais mencionados foram o Centro (que absorvia 8,6% dos trabalhadores desse grupo social) e bairros diversos (18,3%). Esse caso se referia, essencialmente, aos prestadores de serviços – pintores, eletricitas, faxineiras etc. – que não tinham um local fixo para exercer sua atividade. Circulavam na cidade conforme houvesse a oportunidade para vender sua força de trabalho.

Dirigiam-se a outras cidades 12 pessoas. Na RMS, elas se distribuíam da seguinte maneira: 7,3% seguiam para Salvador; 3,7% para Camaçari, 1,2% para Dias d'Ávila e 1,2% para Simões Filho. Todos esses trabalhadores ou tinham carteira assinada ou eram servidores públicos. Para fora dessa região, um homem seguia eventualmente. Como era motorista de caminhão, por vezes fazia entregas em outros municípios baianos, sobretudo, na região do Recôncavo.

Nesses termos, 98,8% dos fluxos de trabalho das classes populares estavam concentrados na RMS. A maioria absoluta deles, 85,4%, circunscrita a Lauro de Freitas (Quadro 3).

Em relação ao lazer, do mesmo modo, era mais comumente realizado em Lauro de Freitas. Das 63 atividades citadas, 56,3% ocorria nessa cidade (Quadro 4). No Aracui e em Pitangueiras registrou-se 21,4% dos lugares em que elas aconteciam. Em casa se assistia TV, recebiam-se amigos e parentes para beber, conversar ou se divertir, o que confirma o que se demonstrou anteriormente<sup>203</sup>. Nas suas proximidades, ia-se a culto religioso, a bares e caminhava-se. Buraquinho (com 4,7%), Vilas do Atlântico e Ipitanga (ambos 10,9%) eram os locais para onde as pessoas se dirigiam, normalmente a pé, com o propósito de frequentar a paria,

<sup>203</sup> Ver Gráfico 4, no quarto capítulo.

sendo que em Buraquinho também se pescava e, em Vilas do Atlântico, o calçadão que margeia a praia era especialmente usado para caminhar.

**Quadro 4. Direcionamento dos fluxos para lazer das classes populares e atividades realizadas. Municípios, RMS, Bahia e Brasil. 2014**

LOCAL <sup>1</sup> DE PRÁTICA DE LAZER	TOTAL		ATIVIDADES
	ABSOLUTO	RELATIVO	
Lauro de Freitas	36	56,3	Assistir TV; caminhar; ficar em casa; frequentar culto religioso; ir à praia; ir a bares; jogar futebol; pescar; visitar parentes/amigos
Bairro de residência (Aracui ou Pitangueiras	14	21,9	
Ipitanga	7	10,9	
Vilas do Atlântico	7	10,9	
Bairros diversos	4	6,3	
Buraquinho	3	4,7	
Centro	1	1,6	
Salvador	14	21,9	Caminhar; frequentar restaurantes; ir ao cinema; ir a parques; ir a shoppings; ir ao zoológico; visitar parentes/amigos.
São Cristóvão	7	10,9	
Itapuã	2	3,1	
Localidades diversas	2	3,1	
Ondina	1	1,6	
Pituaçu	1	1,6	
Pituba	1	1,6	
Camaçari	4	6,3	Ir à praia; trabalhar na roça; viajar.
Praias diversas	2	3,1	
Jauá	1	1,6	
Monte Gordo	1	1,6	
Itaparica	1	1,6	Viajar
Mata de São João (Praia do Forte)	2	3,1	Ir à praia; viajar.
<b>Total RMS</b>	<b>57</b>	<b>89,1</b>	
Municípios baianos (excluídos os da RMS)	4	6,3	Ir à praia; viajar.
Entre Rios	3	4,7	
Praia de Subaúma	1	1,6	
Municípios de estados diversos (excluídos os da Bahia)	3	4,7	Compras; viajar; visitar amigos/parentes
em Sergipe	2	3,1	
em Alagoas	1	1,6	
<b>Total<sup>2</sup></b>	<b>64</b>	<b>100,0</b>	-

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Notas:

(1) Por local entende-se rua ou avenida, bairro, cidade ou município em que o indivíduo exerce a atividade.

(2) A maioria das pessoas indicou mais de um local para realização da atividade.

Essas três praias são contíguas – seguindo-se pela areia, do início de Ipitanga a Buraquinho são cerca de 5km. Para se chegar até cada uma delas, dos bairros em apreciação, percorrem-se distâncias diferenciadas. Do centro da Rua Brigadeiro Alberto Costa Matos a Buraquinho, caminha-se em torno de 5km. Para Vilas do Atlântico, percorre-se, ao menos, 2,5km. Se se pretende ir a Ipitanga, o trajeto é de, aproximadamente, 2km. Do início da Rua Noêmia Paranhos a essas praias, os percursos são algo maiores. Desse modo, para realizar a atividade de lazer mais

comum a esse grupo social (ir à praia), no lugar mais citado (Lauro de Freitas), caminha-se por, pelo menos, uma hora entre a ida e a vinda<sup>204</sup>.

Ao sair de sua cidade de domicílio para praticar o lazer, com modestas exceções, procura-se algo que nela não existe, principalmente, parques, *shoppings* e cinemas. Isso é buscado sobremaneira em Salvador, onde se desenvolviam 21,9% das atividades relativas ao lazer das classes populares (Quadro 4). A participação do bairro de São Cristóvão nesse total, 10,9%, decorre do fato de ser onde se situa o *Shopping* Salvador Norte, e ir a ele ou no seu cinema foram atividades citadas pelos respondentes que participavam da referida classe. A categoria bairros diversos resulta dos deslocamentos feitos para fins de visita a parentes ou amigos.

Seguir para outros municípios, metropolitanos ou não, na Bahia ou fora dela, estava mais relacionada a viagens. Em quase todos os casos em que se realizava essa atividade, o objetivo era visitar parentes ou amigos e a hospedagem ocorria no domicílio dos mesmos. Houve o caso distinto. Uma senhora citou algumas viagens a Tobias Barreto com o propósito de comprar confecções e bijuterias para revender, como seu principal lazer. Ela, que é dona de casa, não soube definir o que entendia por essa prática e contou que seu dia a dia era dedicar-se aos cuidados da família e da casa, onde comercializava tais produtos.

Porém, as idas a Camaçari (6,3%) e Entre Rios (4,7%) tinham também por propósito ir à praia.

Nesses termos, quando se observa o espaço usado para as atividades que compõem a prática cotidiana, evidencia-se a importância do bairro e da cidade de residência. Em relação ao trabalho, quase a totalidades dos fluxos motivados por essa prática tinham por destino a RMS. Aqueles relacionados ao lazer, igualmente, tinham como principal destino essa região, sendo que a metade deles era direcionada a Lauro de Freitas. Nota-se que o Aracui e Pitangueiras apareciam com percentuais similares aos registrados para Salvador.

Havia também, ainda que em pequena proporção, os deslocamentos dirigidos a outros municípios da Bahia e os de diferentes estados.

---

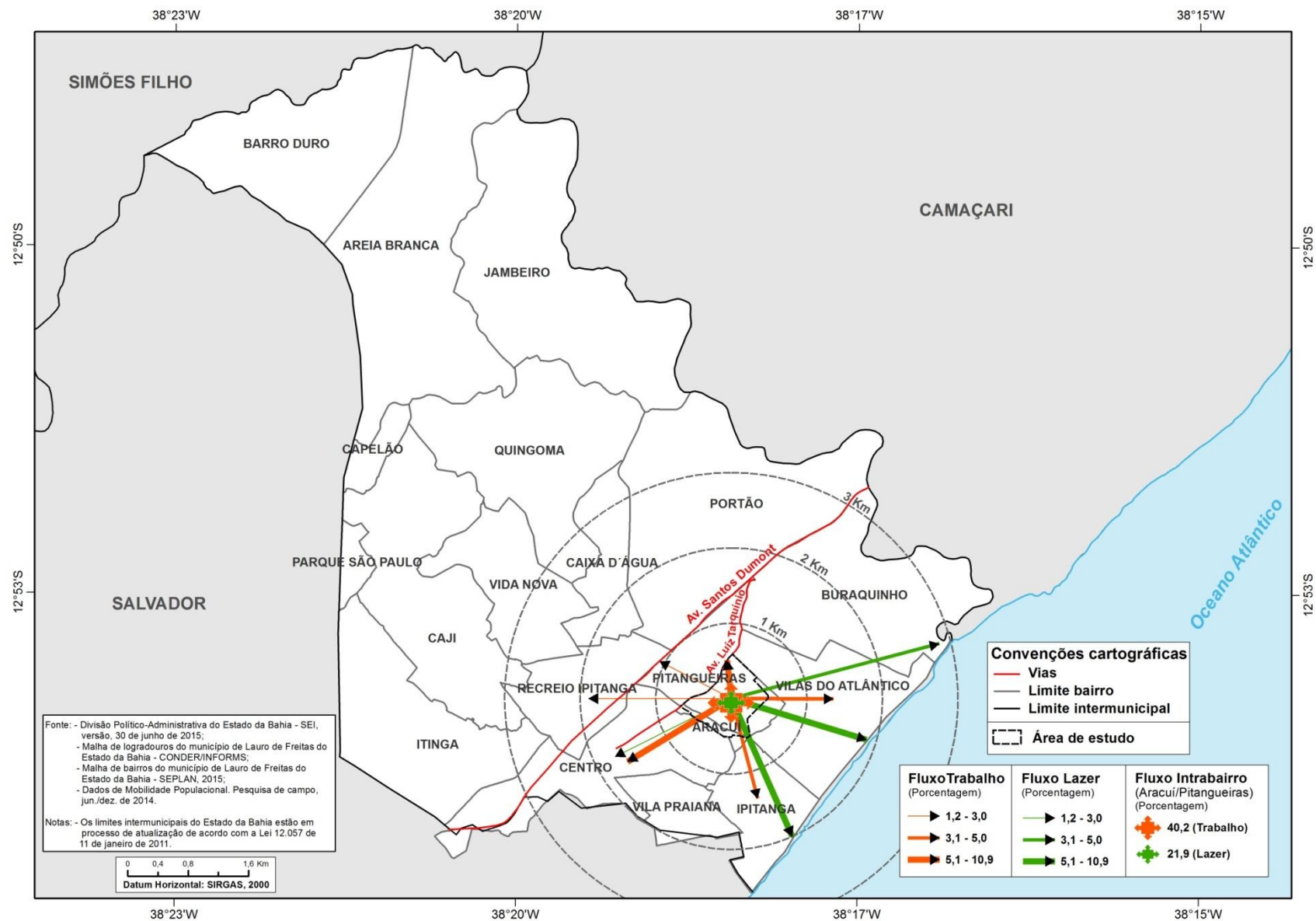
<sup>204</sup> Distâncias e tempo aproximados e referentes ao menor percurso possível realizado a pé (GOOGLE MAPS, 2016a).

No Mapa 9 evidencia-se que os fluxos de trabalho, comparativamente aos de lazer, eram mais restritos espacialmente, em muito restrito aos bairros e à cidade de origem. Além disso, realça que quando as classes populares realizavam mobilidade no espaço intramunicipal para desenvolver essas duas práticas, havia destinos comuns – Centro, Ipitanga e Vilas do Atlântico. Todavia, para o Centro, os fluxos mais significativos eram os de trabalho, enquanto para os dois bairros restantes, os de lazer predominavam. Destaca-se que os moradores da área de pesquisa, no que tange a essas duas práticas, permaneciam entre a Avenida Santos Dumont e a praia, num raio que não ultrapassava os 3km.

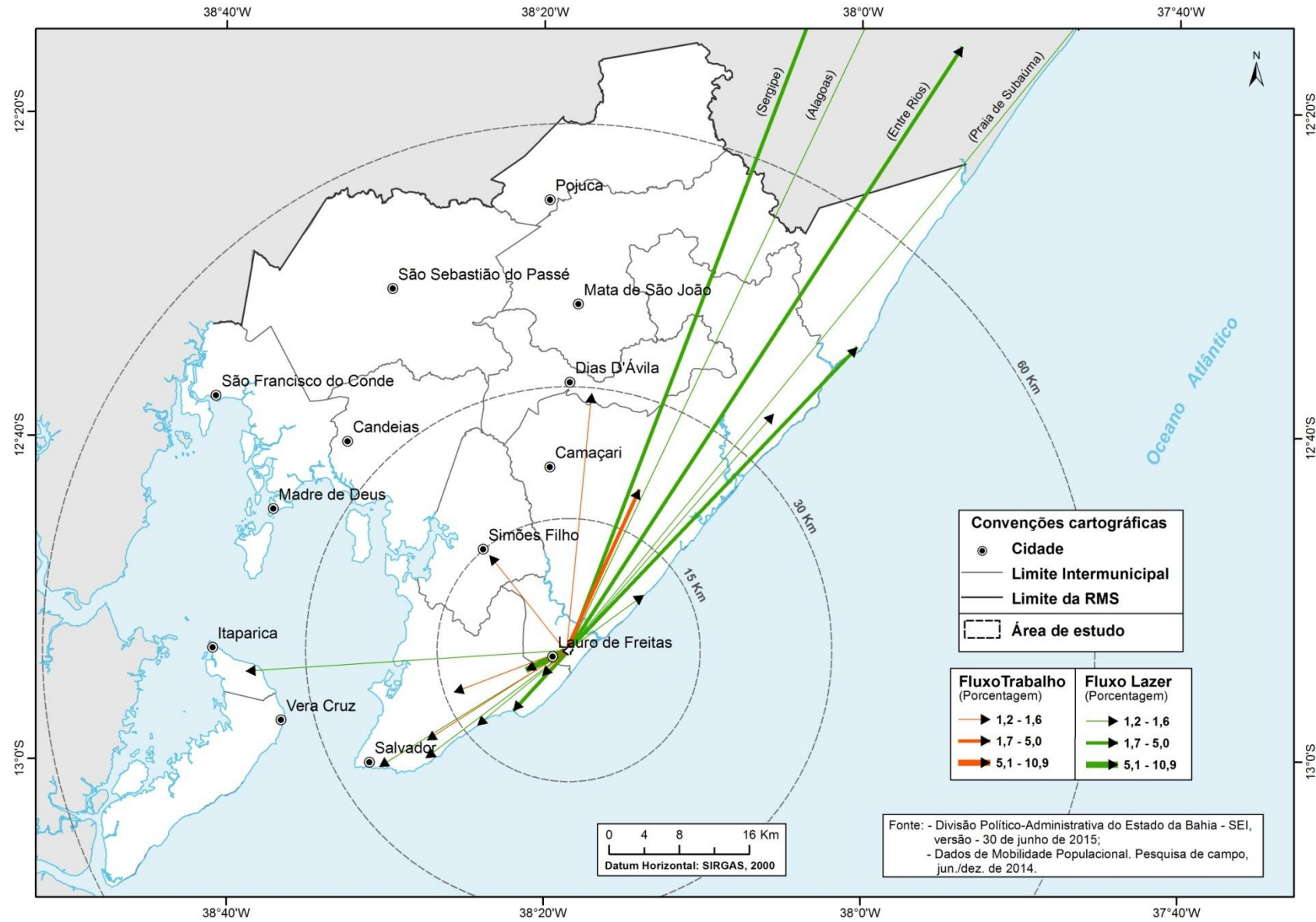
A análise do Mapa 10 reafirma a ideia de que as práticas de lazer mais impulsionavam os deslocamentos para fora de Lauro de Freitas. Além da diversidade de destinos usados para as atividades a ela atinentes, o volume dos fluxos direcionado a cada um deles era bem mais intenso do que aqueles voltados à inserção na produção. Ratifica-se, ainda que, como se observou nos Quadros 4 e 5, os deslocamentos para trabalho seguiam para cidades onde se localizam núcleos industriais. Ao mesmo tempo, os de lazer dispersavam-se em Salvador eram e mais voltados para a RMS, do que para outros municípios do estado.

Consequentemente, o espaço usado para o lazer revelava-se bem mais amplo, em termos da distância percorrida, e diverso do que o referente ao trabalho. Noutros termos, ainda que os fluxos motivados pelo lazer sejam, no mais das vezes, sazonais, especialmente os de viagens – ocorrem, em geral, durante feriados prolongados e férias –, eles envolvem um conjunto maior de lugares do que os atinentes ao trabalho.





Mapa 9. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes populares. Lauro de Freitas. 2014



**Mapa 10. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes populares. RMS e outros destinos. 2014**

Não deve passar despercebido que o caminhar é o meio de deslocamento mais comumente utilizado pelas classes populares, seja com o propósito de realizar a produção, seja quando o objetivo é outro. Isso por si só esboça a possibilidade de apropriação nos termos de Certeau (2014). O desenho feito pelo caminhante, ao seguir para realizar suas atividades, faz do lugar, espaço. Ainda que as escolhas de percursos sejam cada vez mais restritas pelas normas e demarcações, tal como ocorre em Lauro de Freitas, é muito mais possível burlá-las por tal prática do que por outro meio de deslocamento. Para o autor,

[...] se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que o impede de prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como desaparecer. Mas, também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais (CERTEAU, 2014, p. 164-165).

De carro ou de ônibus, por exemplo, é o traço do outro, o do planejador, que, via de regra, comanda o percurso a ser seguido.

Em relação às restrições do uso do espaço, cita-se uma situação identificada pela experiência desta autora nos bairros em questão. Existe um acesso entre Pitangueiras e Vilas do Atlântico que vem sendo objeto de uma contenda velada há muitos anos. É uma área, legalmente pública, que margeia um dos rios da região, e conecta esses dois bairros. De terra e com algum mato, por ela pode-se passar a pé, de bicicleta ou de moto de Pitangueiras a Vilas e vice-versa. No entanto, os residentes de Vilas ergueram um muro na borda desse terreno, fizeram mais uma barreira física para separar os dois bairros. Buscavam, com ela, evitar que os que vêm de Pitangueiras (melhor dizendo, as “pessoas estranhas” que de lá provêm) acessem seu bairro por essa passagem. Porém, normalmente, esse muro necessita de constante reparo, pois, os de fora de Vilas reagem, fazem um buraco e, seja para seguir para o trabalho, seja para ir à praia, continuam usando esse caminho. É um jogo. Poderia se falar em tática, tal como definida por Certeau (2014)? Sim e não, afinal, se há uma relativa burla frente ao interesse do outro, há um outro e um certo cálculo das consequências da ação.

Por certo a ideia de tática é mais afeita às práticas daqueles que usam a calçada como lugar fixo de trabalho, tal como um biscateiro de 68 anos. À frente de sua

casa, durante o dia, ele vendia coco ou doces e refrigerantes. À noite, normalmente nas sextas-feiras e sábados, comercializa bebidas e churrasquinho: colocava uma caixa de isopor, alguns banquinhos e um rádio para receber seus fregueses<sup>205</sup>. Para ele, isso não representa estar fora de casa, pois, como argumentou, o que era a calçada e mesmo a via de circulação de veículos, quando comprou seu lote lhes pertenciam. Portanto, ao trabalhar nesse lugar, usando-o como meio de produção, retomava a posse do que acreditava lhe pertencer.

### 5.2.2. Classes médias

Os indivíduos das classes médias fizeram referências a 38 localizações quando informaram sobre onde trabalhavam, a maioria delas na capital. Entretanto, 52,5% dos lugares de exercício profissional estavam em Lauro de Freitas e 27,7% no bairro de residência (Quadro 5). No Aracui e em Pitangueiras encontravam-se, entre outros, cabeleireiras e comerciantes. Algumas pessoas, além das donas de casa, exerciam sua ocupação na própria moradia. Consultores de informática e financeiro, uma artista plástica, designers gráficos e um projetista exemplificam essa situação.

Nesses casos, como se pôde observar, por vezes havia um espaço específico para trabalhar, por vezes, usava-se um cômodo que também tinha fins domésticos. Mas, o fato é que o domicílio se revelou também como lugar de emprego da força de trabalho.

Os que se dirigiam a outras partes de Lauro de Freitas, mais comumente ocupavam-se na Estrada do Coco, Vilas do Atlântico ou em diversos bairros, cada uma dessas categorias com 5,0% do total de respostas. A esses lugares se dirigiam gerentes de estabelecimentos comerciais e de serviços, um técnico em eletrônica, um produtor de eventos e uma taróloga, entre outros.

O movimento pendular era empreendido para diferentes municípios da metrópole com destaque evidente para Salvador, onde estavam 32,7% dos lugares de trabalho dos residentes das classes médias do Aracui e de Pitangueiras. Há que se notar que as pessoas que para lá se destinavam distribuíam-se por um rol significativo de

---

<sup>205</sup> Informações decorrentes de levantamento feito em pesquisa de campo.

localizações. Algumas seguiam para o Centro Antigo<sup>206</sup>: 6,9% para o Comércio, 1,0% para o Pelourinho e outro 1,0% para Nazaré.

**Quadro 5. Direcionamento dos fluxos para trabalho das classes médias e atividades realizadas. Municípios, RMS, Bahia e Brasil. 2014**

LOCAL DE TRABALHO <sup>(1)</sup>	TOTAL		OCUPAÇÕES
	ABSOLUTO	RELATIVO	
Lauro de Freitas	53	52,5	Administrador(a); artista plástico; cabalheiro(a); comerciante; contador; consultor de informática; design gráfico; dona de casa/do lar; eletricista; empresário(a)/empregador(a); escritã; gerente; instrutor para habilitados; logista; motorista; projetista; produtor de eventos; recepcionista; representante comercial; taróloga; técnico administrativo; técnico em eletrônica; técnica em medicina alternativa; socorrista; vendedor(a).
Bairro de residência (Aracui ou Pitangueiras)	28	27,7	
Estrada do Coco	5	5,0	
Vilas do Atlântico	5	5,0	
Bairros diversos	5	5,0	
Centro	4	4,0	
Av. Luis Tarquínio	3	3,0	
Ipitanga	2	2,0	
Itinga	1	1,0	
Salvador	33	32,7	Administrador; advogado; auxiliar administrativo; bolsista; professor(a); coordenador(a)/gerente financeiro; empresário(a)/ empregador(a); engenheiro. estagiário(a); técnico em eletrônica; técnica em enfermagem; técnica em processos socioprodutivos; professor(a); psicólogo(a); químico; representante comercial; secretária; socióloga; supervisor(a); vendedor(a);
Comércio	7	6,9	
CAB	3	3,0	
Bairros diversos	2	2,0	
Barra	2	2,0	
Ondina	2	2,0	
Cabula	2	2,0	
Aeroporto	1	1,0	
Av. Antônio Carlos Magalhães	1	1,0	
Av. Luiz Viana Filho	1	1,0	
Brotas	1	1,0	
Cajazeiras	1	1,0	
Caminho das Árvores	1	1,0	
Federação	1	1,0	
Itaigara	1	1,0	
Nazaré	1	1,0	
Pelourinho	1	1,0	
Pernambués	1	1,0	
Pirajá	1	1,0	
Pituba	1	1,0	
Ribeira	1	1,0	
Stela Maris	1	1,0	
Mais de um município da RMS	4	4,0	Produtor de eventos; taróloga; representante comercial; vendedora.
Camaçari	3	3,0	Petroquímico; supervisor de qualidade; vendedora.
Copec	2	2,0	
Bairros diversos	1	1,0	
Simões Filho	2	2,0	Auxiliar administrativo; empresário.
CIA	2	2,0	
Candeias	1	1,0	Contador
Itaparica	1	1,0	Médica
Total RMS	97	96,0	
Outros municípios baianos (excluídos os da RMS) <sup>2</sup>	2	2,0	Arbitro de futebol, cantor
Municípios de outros estados brasileiros (excluídos os da Bahia) <sup>2</sup>	2	2,0	Industriário e engenheiro.
na Paraíba	1	1,0	
no Rio de Janeiro	1	1,0	
Total <sup>3</sup>	101	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Notas:

(1) Por local entende-se rua ou avenida, bairro, cidade ou município em que o indivíduo exerce a atividade.

(2) Localização exata não mencionada.

(3) Algumas pessoas indicaram mais de um local para realização da atividade.

<sup>206</sup> Considera-se, para essa agregação, a concepção de Centro Antigo de Salvador disposta na Lei municipal nº 6.586 de 2004. Ela estabelece que essa região envolve 11 bairros: Centro, Barris, Centro Histórico, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, parte do espigão da Liberdade, Comércio e Santo Antônio Além do Carmo (BAHIA, 2016).

Esses indivíduos faziam, diariamente ou não, um percurso de cerca de 50 km entre a casa e o lugar de trabalho. Outros permaneciam mais próximos à centralidade conformada pelo Iguatemi e a rodoviária – Avenida Antonio Carlos Magalhães, Caminho das Árvores, Itaigara e Pituba (1,0% dos lugares cada). Havia, além disso, quem fosse para Pirajá, Ribeira e Cajazeiras, que distam, aproximadamente, entre 33 km, os dois primeiros bairros, e 16km, o último, da Avenida Luiz Tarquínio<sup>207</sup>.

Um vendedor autônomo e um representante comercial, que atuavam em Salvador, não tinham um ponto fixo de trabalho. Exerciam sua profissão em diversos dos seus bairros, atendendo a determinadas empresas, o que significa que circulavam constantemente na capital a fim de realizarem o processo de produção. Porém, sua atividade não era restrita a essa cidade. Junto ao produtor de eventos e à taróloga, dirigiam-se também a outros municípios da RMS e mesmo do Recôncavo. Quanto a esses dois últimos, citaram particularmente a orla litorânea da região, seus hotéis e condomínios. Desse modo, quatro pessoas atuam, ao menos, em Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Mata de São João, conforme houvesse demanda por seus serviços ou para oferecê-los ao mercado.

Embora poucos frente ao total, alguns indivíduos despendiam sua força de trabalho em Camaçari (onde estavam 3,0% dos lugares), Simões Filho (com 2,0%), Candeias (1,0%) e Itaparica (1,0%).

Para os que trabalhavam fora da RMS, duas eram as situações. Os que exerciam sua ocupação em outros municípios da Bahia – caso de um cantor e de um árbitro de futebol que tinham variados lugares de trabalho, sobretudo no interior – não mencionaram regularidade nos deslocamentos ou um lugar em particular de atuação: o primeiro dependia dos acordos fechados por seu empresário; o segundo da convocação da Federação Baiana de Futebol.

Diferentemente, as pessoas que seguiam para outros estados do Brasil eram funcionários de grandes empresas e permaneciam nesses lugares uma quantidade pré-determinada de dias, definida por uma escala de trabalho. Um deles atuava numa plataforma de extração de Petróleo, em uma cidade do Rio de Janeiro; o outro, no interior da Paraíba, nas obras de transposição do Rio São Francisco.

---

<sup>207</sup> Distâncias aproximadas e referentes ao menor percurso possível feito de carro (GOOGLE MAPS, 2016b).

Para desenvolver o lazer, as classes médias citaram 24 localizações, distribuídas entre Lauro de Freitas, Salvador, Camaçari e Itaparica, na RMS, além de outros municípios da Bahia e de outros estados (Quadro 6). No entanto, os lugares em que essas atividades eram mais comumente realizadas estavam em Lauro de Freitas. Era na cidade onde se morava que aconteciam 56,1% das práticas de lazer. O Aracui ou Pitangueiras, tanto quanto Vilas do Atlântico (23,9% dos lugares cada um), se revelaram como os espaços mais usados no tempo não absorvido pelo trabalho ou por outras atividades necessárias à reprodução social.

Os motivos que fizeram realçar a importância dessas localizações, todavia, foram diferentes. Impulsionaram o resultado dos bairros de residência o volume dos que mencionaram o próprio domicílio como local de lazer (recebiam-se parentes e amigos ou os próprios moradores aproveitavam a área existente na residência para relaxar, tomar banho de piscina, beber uma cerveja ou vinho)<sup>208</sup> e as indicações de ir a bares, caminhar pela rua para encontrar amigos ou ir a culto religioso<sup>209</sup>. Vilas do Atlântico, por sua vez, revela posição destacada por conta da praia, principal atrativo dos que para lá se seguiam, mas, também por seus bares e restaurantes, situados ou não na praia.

Em Salvador, encontravam-se 29,8% dos lugares nos quais acontecia o lazer das classes médias (Quadro 6). Para a capital destinavam-se aqueles que pretendiam ir ao *shopping* ou ao cinema. Falou-se dos *shoppings* Salvador Norte (em São Cristóvão, com 12,4% das respostas), Salvador e da Bahia, antigo Iguatemi (no Caminho das Árvores, 6,5%), Bela Vista e Piedade (bairros do Horto Bela Vista e da Piedade, respectivamente, com 0,6% cada um). Em relação ao cinema, esclarece-se que foram citados somente os que se situam no interior desses grandes centros comerciais, donde a indicação dessa atividade incide no percentual auferido por suas localizações. Porém, os *shoppings* eram frequentados também quando se pretendia passear e encontrar amigos, situação mencionada por alguns jovens. Esse cenário faz lembrar as ponderações de Lefebvre (2006a, p. 131). Como se estivesse diante dos dias atuais, ele avalia que a aglomeração do comércio finda por se tornar um motivo para as pessoas se reunirem, se verem e se falarem. “É o lugar do

<sup>208</sup> Ver Gráfico 5, no capítulo 4.

<sup>209</sup> Relacionar frequência a culto religioso a lazer pode ser decorrência da compreensão de que tudo o que se faz quando não se está trabalhando ou o que não se trata de uma obrigação é lazer.

encontro a partir do aglomerado de coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca”.

**Quadro 6. Direcionamento dos fluxos para lazer das classes médias e atividades realizadas. Municípios, RMS, Bahia e Brasil 2014**

LOCAL <sup>1</sup> DE PRÁTICA DE LAZER	TOTAL		ATIVIDADES
	ABSOLUTO	RELATIVO	
Lauro de Freitas	87	56,1	Assistir TV; arrumar a casa; caminhar; conversar com amigos; ir à praia; ir à restaurantes/bares; ir ao mercado; fazer churrasco; frequentar culto religioso; frequentar aulas de kitesurf; meditar; tomar banho de piscina; receber/reunir parentes/amigos; pescar; praticar jardinagem; praticar yoga.
Bairro de residência (Aracui ou Pitangueiras)	37	23,9	
Vilas do Atlântico	37	23,9	
Ipitanga	5	3,2	
Bairros diversos	4	2,6	
Buraquinho	2	1,3	
Centro	2	1,3	
Salvador	46	29,8	Ir ao cinema; ir à restaurantes, ir ao teatro; ir à shopping; ir a festas e shows; levar parentes ao médico; visitar parentes/amigos; sair com parentes/amigos.
São Cristóvão	19	12,4	
Bairros diversos	14	9,0	
Caminho das Árvores	10	6,5	
Horto Bela Vista	1	0,6	
Stela Maris	1	0,6	
Piedade	1	0,6	
Camaçari	3	1,9	Ir à praia; ir a shopping; viajar.
Itaparica	3	1,9	Ir à praia.
Total RMS	139	89,7	
Outros municípios (excluídos os da RMS)	12	7,7	Viajar para visitar parentes/amigos; viajar; conhecer novos lugares.
Entre Rios	3	1,9	
Municípios diversos	3	1,9	
Cachoeira/Santo Amaro	1	0,6	
Ibirataia	1	0,6	
Mucugê	1	0,6	
Rio Real	1	0,6	
Serrinha	1	0,6	
Porto Seguro	1	0,6	
Municípios de estados diversos (excluídos os da Bahia)	4	2,6	Conhecer novos lugares; viajar.
em Sergipe	2	1,3	
em outros estados	2	1,3	
Total <sup>2</sup>	155	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Notas:

- (1) Por local entende-se rua ou avenida, bairro, cidade ou município em que o indivíduo exerce a atividade.  
 (2) A maioria das pessoas indicou mais de um local para realização da atividade.

As demais 9,0% atividades realizadas em localidades diversas de Salvador, em sua maioria, diziam respeito a visitas a parentes e a idas a algum teatro.

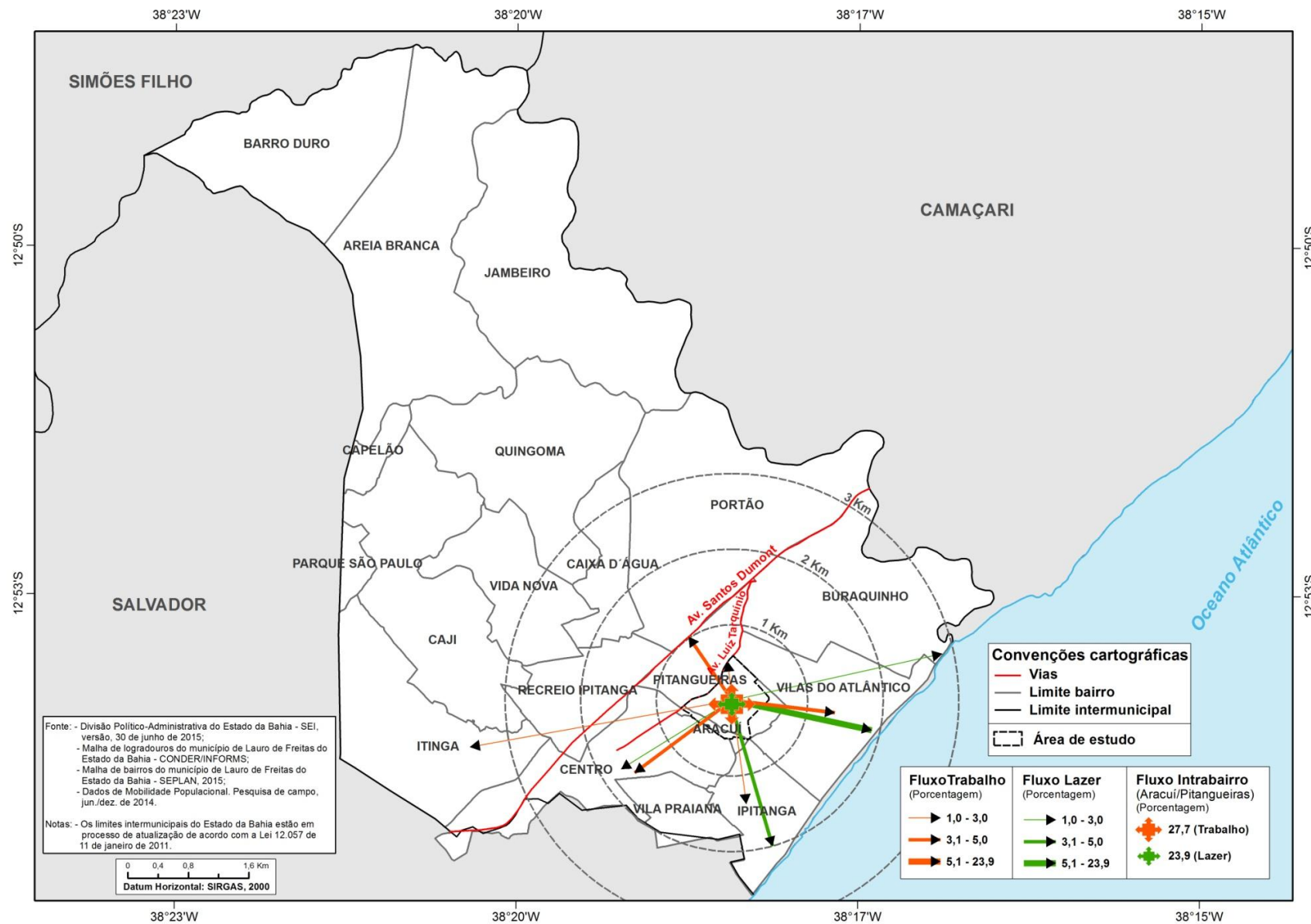
A alusão a Camaçari e a Itaparica vinculou-se mais a frequentar a praia e a viagens (3,3% ao todo). No entanto, mais comumente, para realizar essa última atividade, ia-se para além da RMS. Fosse para visitar parentes, fosse para retornar a lugares onde se esteve antes ou ainda para conhecer novos, seguia-se para outros municípios baianos (7,7%) ou de outros estados (2,6%).



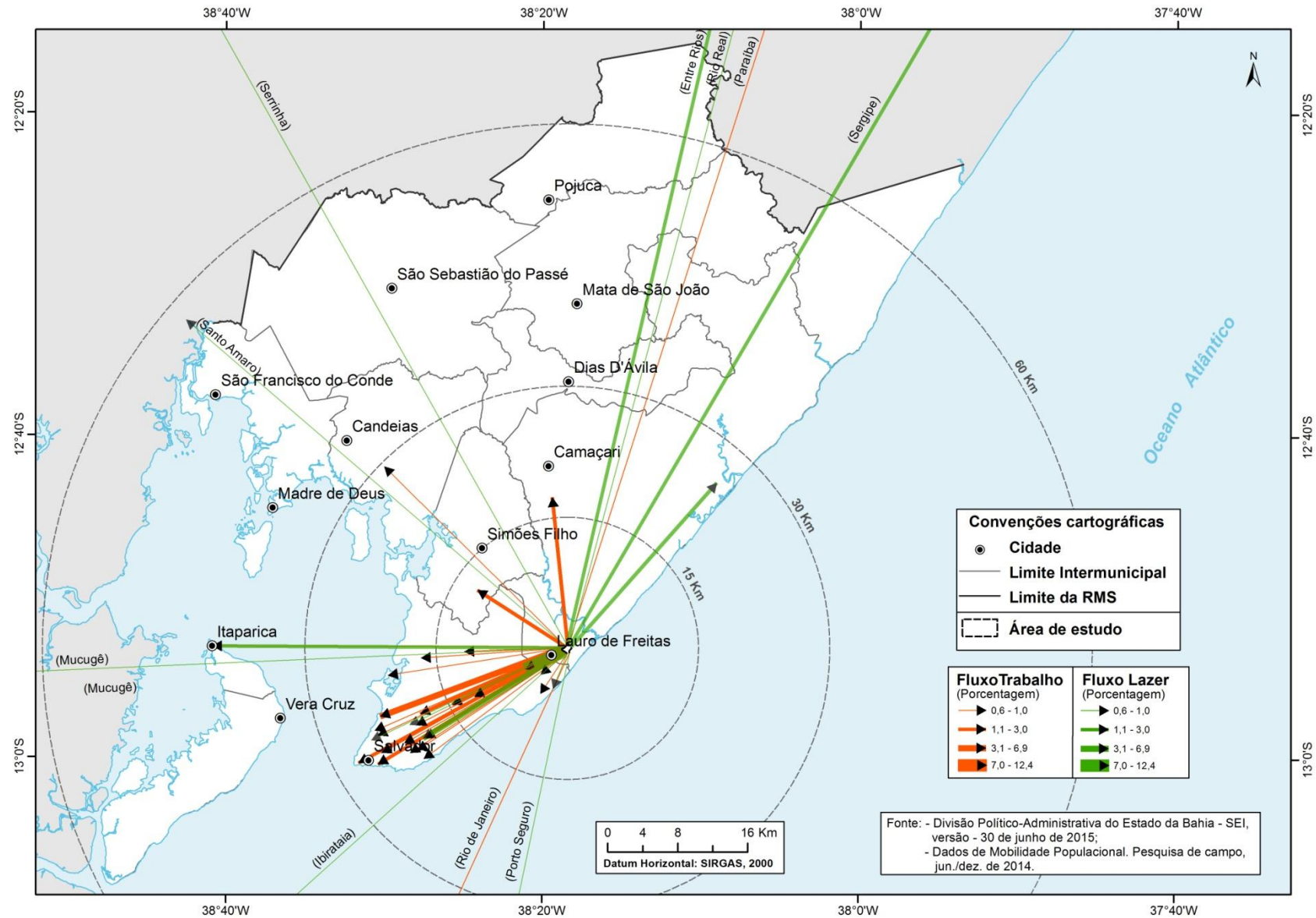
De toda maneira, pouco mais da metade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes médias ocorriam em Lauro de Freitas. Nessa cidade, o bairro de moradia tinha mais importância no que tange a ambas as práticas. Observando-se o que ocorre no âmbito intramunicipal, ao saírem de seu bairro, os integrantes dessa classe seguiam, por conta do trabalho ou do lazer, mais frequentemente para Vilas do Atlântico (Mapa 11). Dessa forma, embora o Centro e Ipitanga também absorvessem deslocamentos decorrentes dessas duas práticas, eles eram menos intensos. À semelhança do que observou nas classes populares, também nas médias a mobilidade era praticamente restrita ao leste da Estrada do Coco. Apenas uma pessoa (uma servidora do governo estadual), entre aqueles que permaneciam no bairro de residência, a transpunha para trabalhar e nenhuma o fazia para lazer. Veja-se que, ao se falar de bairros diversos, pode ser que localizações que ficam a oeste dessa via estejam incluídas. Mas, elas não foram nomeadas.

Em relação aos movimentos para fora de Lauro de Freitas, Salvador se constituía no mais proeminente destino, comportando cerca de 90% dos fluxos de lazer e mais de 90% daqueles associados ao trabalho. Entretanto, a quantidade de localizações citadas com o propósito da venda da força de trabalho era muito superior àquela associada à sua reprodução. No Mapa 12, tal situação é evidenciada. Igualmente se constata que poucos eram os destinos e os fluxos que não permaneciam na capital ou em Lauro de Freitas. Ao mesmo tempo, é possível notar os distintos direcionamentos referentes ao lazer para além dessas cidades – seguia-se para outros municípios da RMS e para além dela.

Diferindo das classes populares, os meios de deslocamento mais comumente usados pelos integrantes das classes médias eram o transporte coletivo e o individual. Era desse modo que iam para o trabalho ou exerciam seu lazer. Mesmo para ir à praia em Vilas do Atlântico ou Ipitanga usava-se o automóvel, com as exceções de alguns que gostavam de caminhar para fazer exercícios e de um casal que abolira, por conta de uma opção de vida, o uso de automóvel (fazia a maioria dos seus deslocamentos de bicicleta).



**Mapa 11. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes médias. Lauro de Freitas. 2014**



**Mapa 12. Direcionamento e intensidade dos fluxos dos fluxos de trabalho e de lazer das classes médias. RMS e outros destinos. 2014**

### 5.2.3. Classes (médias) superiores

Os integrantes das classes (médias) superiores relacionaram 13 localizações referentes ao trabalho, a maior parte delas em Salvador. Mas, em Lauro de Freitas estavam 43,5% dos lugares usados para o exercício profissional (Quadro 7), sendo que 34,8% deles situavam-se no Aracui ou em Pitangueiras. Essa condição era compartilhada por uma dona de casa e por pessoas que montaram seu negócio no mesmo endereço do domicílio. Nesses casos, fosse dentro ou fora da moradia, geralmente, havia num lugar específico para sua realização.

Essa era, por exemplo, a situação uma mulher que, com nível superior e tendo sido auditora do estado, tornou-se confeitadeira e montou um atelier para confecção de bolos para eventos no seu antigo quintal. Um administrador de imóveis e um arquiteto, ambos aposentados, usavam o escritório do domicílio apenas para realizar seus negócios. Também trabalhavam no bairro de residência, perto de casa, o proprietário de uma empresa prestadora de serviços que contava com mais de 15 funcionários.

Os demais que trabalhavam em Lauro de Freitas, no Centro ou em Ipitanga, eram um empresário e um pastor evangélico.

Salvador, com 34,8% das indicações dos lugares de trabalho, figurava como o segundo destino mais comum para esse grupo social quanto a essa prática (Quadro 7). Os que a ela se dirigiam se distribuíam equitativamente nos bairros do CAB, Cabula, Iguatemi e Ondina (4,3% em cada um deles). A Pituba e diversos bairros agrupavam, cada categoria, 8,7% do total dos lugares.

Trabalhavam fora da RMS dois profissionais. Um veterinário prestava serviços em fazendas situadas em diferentes municípios do semiárido baiano. Nesse caso, embora as visitas aos estabelecimentos ocorressem eventualmente, guardavam certa rotina. Já um cineasta circulava quando preciso por conta de necessidades atinentes a cada um de seus projetos. Por vezes, necessitava deslocar-se para outros estados.

Para as práticas de lazer houve indicação de 21 localizações, sendo que os lugares em que essas atividades ocorriam estavam mais concentrados em Lauro de Freitas

e em Salvador – 30,8% em cada cidade (Quadro 8). Na primeira cidade, o Aracui ou Pitangueiras e Vilas do Atlântico observaram os maiores e iguais percentuais. No bairro de residência, usava-se o domicílio, para ler, assistir TV e receber amigos ou parentes, ou seguia-se para as redondezas quando se fazia aula de pilates ou se frequentava algum restaurante.

**Quadro 7. Direcionamento dos fluxos para trabalho das classes (médias) superiores e atividades realizadas. Municípios, RMS, Bahia e Brasil. 2014**

LOCAL DE TRABALHO <sup>(1)</sup>	TOTAL		OCUPAÇÕES
	ABSOLUTO	RELATIVO	
Lauro de Freitas	10	43,5	Administradores de imóveis; arquiteto; confeitaria; empresários; vendedora.
Bairro de residência (Aracui ou Pitangueiras)	8	34,8	
Centro	1	4,3	
Ipitanga	1	4,3	
Salvador	8	34,8	Empresária; enfermeira; engenheira; fiscal de tributos; professora universitária; supervisores.
Pituba	2	8,7	
Bairros diversos	2	8,7	
CAB	1	4,3	
Cabula	1	4,3	
Iguatemi	1	4,3	
Ondina	1	4,3	Operador de equipamentos.
Camaçari	1	4,3	
Candeias	1	4,3	Inspetor de segurança.
Total RMS	20	87,0	
Diferentes municípios baianos (excluídos os da RMS) <sup>(2)</sup>	2	8,7	Cineasta; veterinário.
Municípios de outros estados brasileiros (excluídos os da Bahia) <sup>(2)</sup>	1	4,3	Cineasta.
Total <sup>(3)</sup>	23	100,0	-

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Notas:

(1) Por local entende-se rua ou avenida, bairro, cidade ou município em que o indivíduo exerce a atividade.

(2) Localização exata não mencionada.

(3) Algumas pessoas indicaram mais de um local para realização da atividade.

Quando se mencionou Vilas do Atlântico, além da praia, se falou de caminhar e de ir a restaurantes e bares. Essa atividade acontecia igualmente em diversos bairros de Lauro de Freitas, porém, os estabelecimentos privilegiados eram os localizados situados em Pitangueiras, Vilas do Atlântico e Estrada do Coco.

Para Salvador se seguia quando se pretendia visitar alguém, ir ao cinema – não exclusivamente localizados em *shoppings* –, assistir peças teatrais, ir a restaurantes e a *shoppings*. A Pituba foi o bairro da capital com maior número de referências (7,7%) por conta dos teatros, enquanto São Cristóvão (5,8%) contou com indicações em função do *shopping* lá situado e do seu cinema. Itaipara e Vitória apareceram devido aos cinemas de arte (3,8% cada bairro), tal como mencionado pelos participantes da pesquisa.

Ainda na RMS, nomeou-se Camaçari e Mata de São João por suas praias e por serem uma opção quando se viajava em fins de semana, feriados ou férias (3,8% do total para cada um). Porém, as viagens mais comumente têm por destinos outros municípios da Bahia – falou-se da Chapada Diamantina (4,3%) e do interior (6,5%), sem mais pormenores - e de fora dela (9,6% e 11,5%, respectivamente) (Quadro 8). Em relação a outros estados brasileiros, nem sempre havia um destino principal: a ideia era conhecer novos lugares.

Esse mesmo objetivo foi apresentado quando se aludiu a deslocamentos em direção a outros países da América do Sul e da Europa (9,6% ao todo). Nesses casos, mencionou-se o turismo.

Para as classes (médias) superiores, portanto, tanto as práticas relacionadas ao trabalho como as referentes ao lazer ocorriam prioritariamente na RMS, porém em proporções desbalanceadas: eram 87,0% dos lugares de trabalho e 69,2% dos de lazer. Ao verificar o direcionamento dos fluxos relativos a cada uma dessas práticas no interior dessa região, em Lauro de Freitas, o Aracui ou Pitangueiras tinham importância maior para o trabalho do que para o lazer.

Comparando-se os destinos de trabalho e de lazer nessa cidade, havia também deslocamentos para o Centro e para Ipitanga, enquanto para esse mesmo bairro, para Vilas do Atlântico e para a Avenida Santos Dumont (ou seja, à Estrada do Coco) seguia-se em busca de lazer (Mapa 13). Porém, os fluxos mais intensos eram os voltados a Vilas de Atlântico. Assim, convergindo com as demais classes, as (médias) superiores tendiam a não ultrapassar a Estrada do Coco para realizar suas práticas cotidianas.

Ao partir de Lauro de Freitas, o destino central, relativo a ambas as práticas, era a capital. No entanto, em cada classe se observou um leque particular de espaços apropriados.

Além dessas duas cidades, ainda na RMS, as orlas de Camaçari e de Mata de São João se mostraram destinos relevantes para a realização de atividades de lazer. Mas, ainda por conta delas, havia deslocamentos para pontos mais distantes do lugar de moradia (Mapa 14). Os integrantes das classes (médias) superiores enveredavam, com o propósito de viajar, de conhecer e rever lugares, por outras

idades, estados e mesmo países. Ademais, esses movimentos eram mais intensos do que os de trabalho quando se observam aqueles que transpunham os limites regionais.

**Quadro 8. Direcionamento dos fluxos de lazer das classes (médias) superiores e atividades realizadas, por municípios. Municípios, RMS, Bahia, Brasil e outros países. 2014**

LOCAL <sup>1</sup> DE PRÁTICA DE LAZER	TOTAL		ATIVIDADES
	ABSOLUTO	RELATIVO	
Lauro de Freitas	16	30,8	Assistir TV; caminhar; fazer aula de pilates; ir à praia; ir à restaurantes ou bares; jogar futebol; ler; receber parentes ou amigos
Bairro de residência (Aracui ou Pitangueiras)	5	9,6	
Vilas do Atlântico	5	9,6	
Estrada do Coco	2	3,8	
Ipitanga	2	3,8	
Bairros diversos	2	3,8	
Salvador	16	30,8	Ir ao cinema, a restaurantes, ir ao shopping; ao teatro; visitar parentes/amigos.
Pituba	4	7,7	
São Cristóvão	3	5,8	
Localidades diversas	3	5,8	
Itaigara	2	3,8	
Vitória	2	3,8	
Avenida Paralela	1	1,9	
Caminho das Árvores	1	1,9	
Camaçari	2	3,8	Ir à praia; ir ao shopping; passear de barco; pescar; viajar.
Mata de São João	2	3,8	Ir à praia; viajar.
Total RMS	36	69,2	
Municípios baianos diversos (excluídos os da RMS)	5	9,6	Viajar
na Chapada Diamantina <sup>2</sup>	2	3,8	
no interior <sup>2</sup>	3	5,8	
Municípios de estados diversos (excluídos os da Ba)	6	11,5	Viajar
em Sergipe	2	3,8	
em outros estados	3	5,8	
em São Paulo	1	1,9	
Outros países	5	9,6	Viajar/turismo.
na América do Sul	2	3,8	
na Europa	3	5,8	
Total <sup>3</sup>	52	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

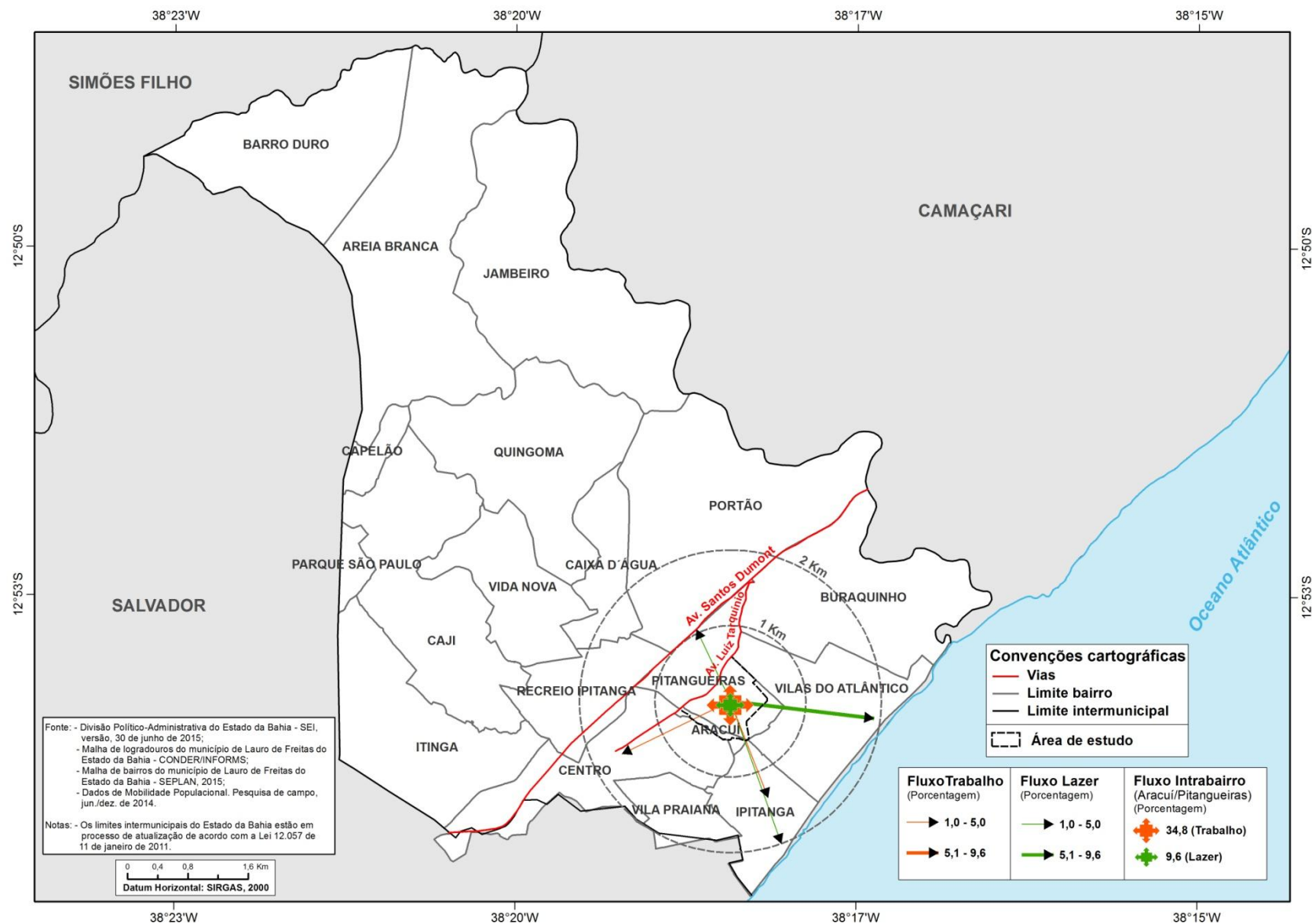
Notas:

(1) Por local entende-se rua ou avenida, bairro, cidade ou município em que o indivíduo exerce a atividade.

(2) Localização exata não mencionada.

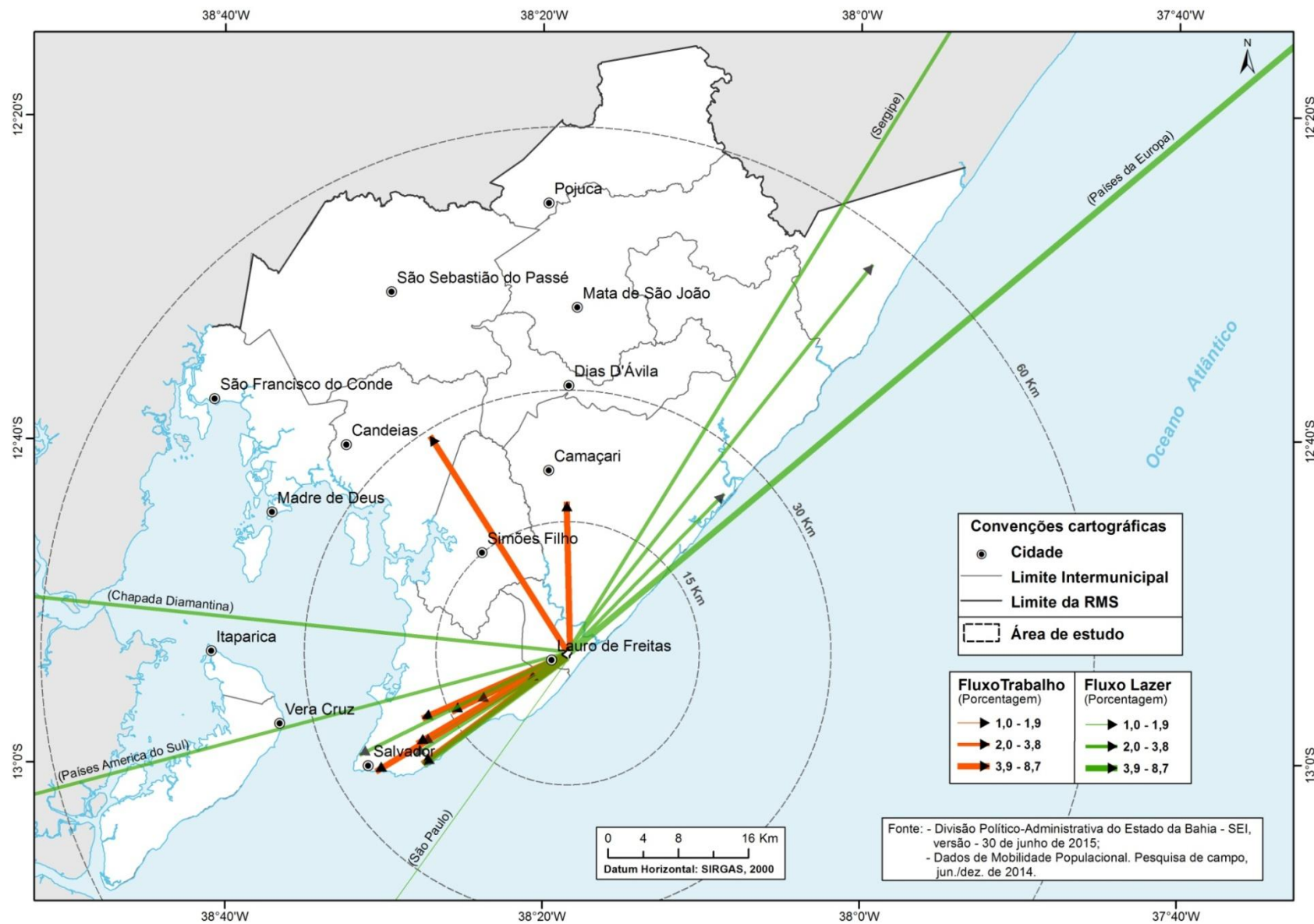
(3) Algumas pessoas indicaram mais de um local para realização da atividade.





**Mapa 13. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes (médias) superiores. Lauro de Freitas. 2014**





**Mapa 14. Direcionamento e intensidade dos fluxos de trabalho e de lazer das classes (médias) superiores. RMS e outros destinos. 2014**

### 5.3. OS FLUXOS DAS CLASSES SOCIAIS E OS LUGARES APROPRIADOS

As características econômicas da ocasião em que se aplicou os questionários e o próprio movimento que o capital fazia na RMS encontraram ecos em alguns dos resultados da pesquisa. Em termos do mercado de trabalho, tem-se uma pequena proporção de desempregados. Além disso, entre as pessoas das classes populares, foi comum apontar-se que era fácil conseguir trabalho. No que tange aos domicílios, em 45% do total nos quais se esteve afirmou-se que a mudança para ele ocorrera há menos de dez anos. Tal situação foi mais recorrente entre as classes médias e (médias) superiores e entre os moradores de condomínios<sup>210</sup>.

Ainda que não se objetivasse estabelecer comparações entre as pesquisas oficiais aqui comentadas e os resultados dos questionários – até porque isso seria equivocado –, não se pode deixar de notar que, em relação aos fluxos de pessoas para trabalho, existem algumas convergências entre seus resultados e os da pesquisa elaborada para esta tese. Entre elas observa-se que o número de ocupados que permanecia em Lauro de Freitas superava o dos que dela saíam para empregar sua força de trabalho e que o principal destino dos que faziam deslocamentos para esse fim encontrava-se em Salvador.

Ao desagregar os dados desta pesquisa por classe social, como anteriormente demonstrado, ou melhor, quando se analisa o conjunto de lugares nos quais se relatou trabalhar considerando a classe social, evidencia-se que 90% dos que se encontravam nas classes populares ocupavam-se em Lauro de Freitas. No entanto, isso ocorria com 52,5% dos indivíduos das médias e a 43,5% dos das (médias) superiores (Tabela 24). Sendo assim, os integrantes das classes médias e (médias) superiores, em proporções mais elevadas que os das classes populares, circulavam para além da cidade de residência com a finalidade de trabalhar. Desse modo, observa-se uma tendência comum à apurada a partir do censo de 2010: existia uma relação entre a intensidade da mobilidade para o trabalho e o perfil socioeconômico de quem faz esse movimento.

É interessante atentar também que entre os que permaneciam na cidade de moradia, havia uma proporção significativa dos que se ocupavam em seu bairro nas três classes aqui tratadas. À exceção das classes (médias) superiores, era nessa

<sup>210</sup> Ver nos segundo e terceiro capítulos o detalhamento dessas informações.

localização que se encontrava a maioria dos lugares de trabalho. Outro destaque necessário é que, nos três grupos sociais tratados, havia os que exerciam a profissão no domicílio.

**Tabela 24. Participação dos municípios por lugar de trabalho das classes sociais. Municípios. Bahia e Brasil. 2014**

LUGARES DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	TRABALHO		
	CLASSES POPULARES	CLASSES MÉDIAS	CLASSES (MÉDIAS) SUPERIORES
Em Lauro de Freitas	85,4	52,5	43,5
Outros lugares	14,6	47,5	52,2
Salvador	7,3	32,7	34,8
Demais municípios da RMS	6,1	10,8	8,7
Outros municípios baianos (excluídos os da RMS)	1,2	2,0	8,7
Municípios de outros estados (excluídos os da Bahia)	0,0	2,0	4,3
Outros países	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Ao comparar o direcionamento dos fluxos de trabalho efetuados em Lauro de Freitas pelas três classes sociais, percebe-se que, a par das diferentes intensidades, convergia-se principalmente para o Aracui ou para Pitangueiras (Mapa 15). Existiam, aliás, outras similaridades: a concentração das localizações das atividades entre a Avenida Santos Dumont e o mar; o fato de que, no Centro e em Ipitanga, havia lugares de trabalho dos integrantes das três classes sociais; e que, em Vilas do Atlântico, trabalhavam pessoas das médias e populares. Ademais, que o volume relativo dos fluxos direcionados a esses bairros, ainda comparando as classes entre si, era similar.

Ao tratar da mobilidade relativa ao trabalho na RMS, percebe-se que pessoas das três classes sociais participavam do mercado de trabalho de Camaçari. Porém, as de classes médias, junto às das (médias) superiores, seguiam também para Candeias, com integrantes das populares, para Simões Filho, e, apenas ela, encontrava ocupação em Itaparica e em outros estados do país (Mapa 16). Dessa maneira, é evidente que as classes médias, em relação às demais, tinham um número mais largo de destinos, revelando um leque mais amplo de lugares usados para fins de emprego da força de trabalho, esses não restritos a Salvador. Esse resultado indica que esse grupo social, mais do que os demais, encontrara

possibilidades de inserir-se no mercado de trabalho de outros municípios da Bahia e de outros estados do país.

É possível cotejar esses achados com as teses de Gaudemar (1977)?

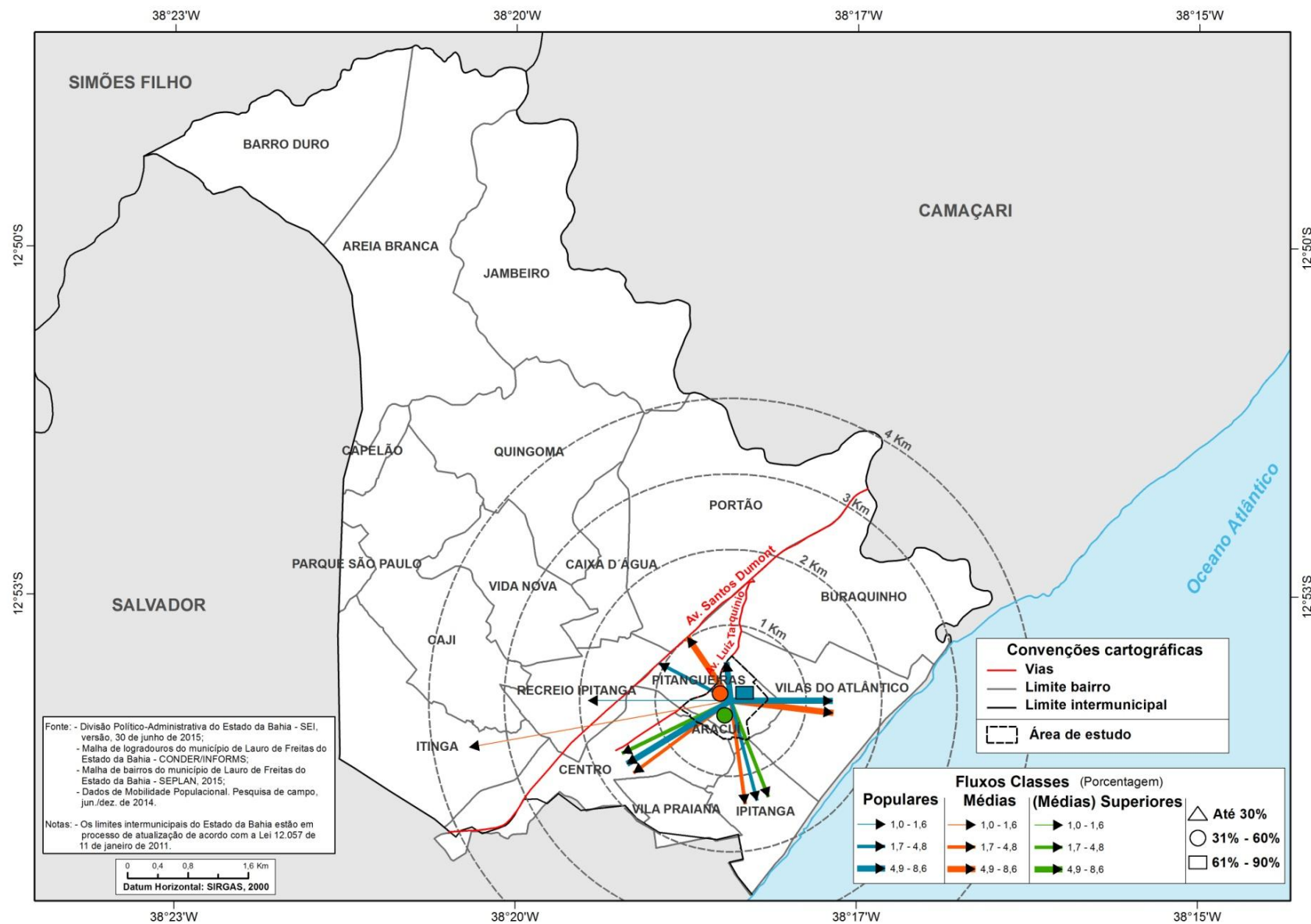
Para esse autor, uma das expressões da mobilidade do trabalho se refere à disponibilidade da força de trabalho de se mover para ser usada pelo capital. É a partir de seu interesse que se distribuem as estruturas produtivas e os postos de trabalho e, cabe ao homem, impulsionado, em princípio, pela necessidade de sobreviver, adequar-se a tal distribuição. Assim, ao tempo em que ele se desloca e vai conquistando o espaço - uma conquista, diga-se, dirigida a locais específicos, aqueles privilegiados pela produção. Sendo a força de trabalho uma mercadoria móvel, seu valor de troca guarda paralelismo com sua possibilidade de circular em busca do “melhor preço”.

Avaliando-se o que se levantou frente a essa perspectiva, as classes médias se encontram em melhores condições de se disporem às demandas do capital e de se adequarem a lógica do mercado de trabalho. Nelas estão pessoas qualificadas, do ponto de vista da educação formal, e, portanto, aptas a adaptarem-se a diferentes funções e tecnologias. Portanto, tendo em vista características e sua necessidade de vender a força de trabalho, não se estranha que sejam seus integrantes os que revelem maior diversidade de destinos e intensidade de deslocamentos na RMS<sup>211</sup> (Tabela 24 e Mapa 16).

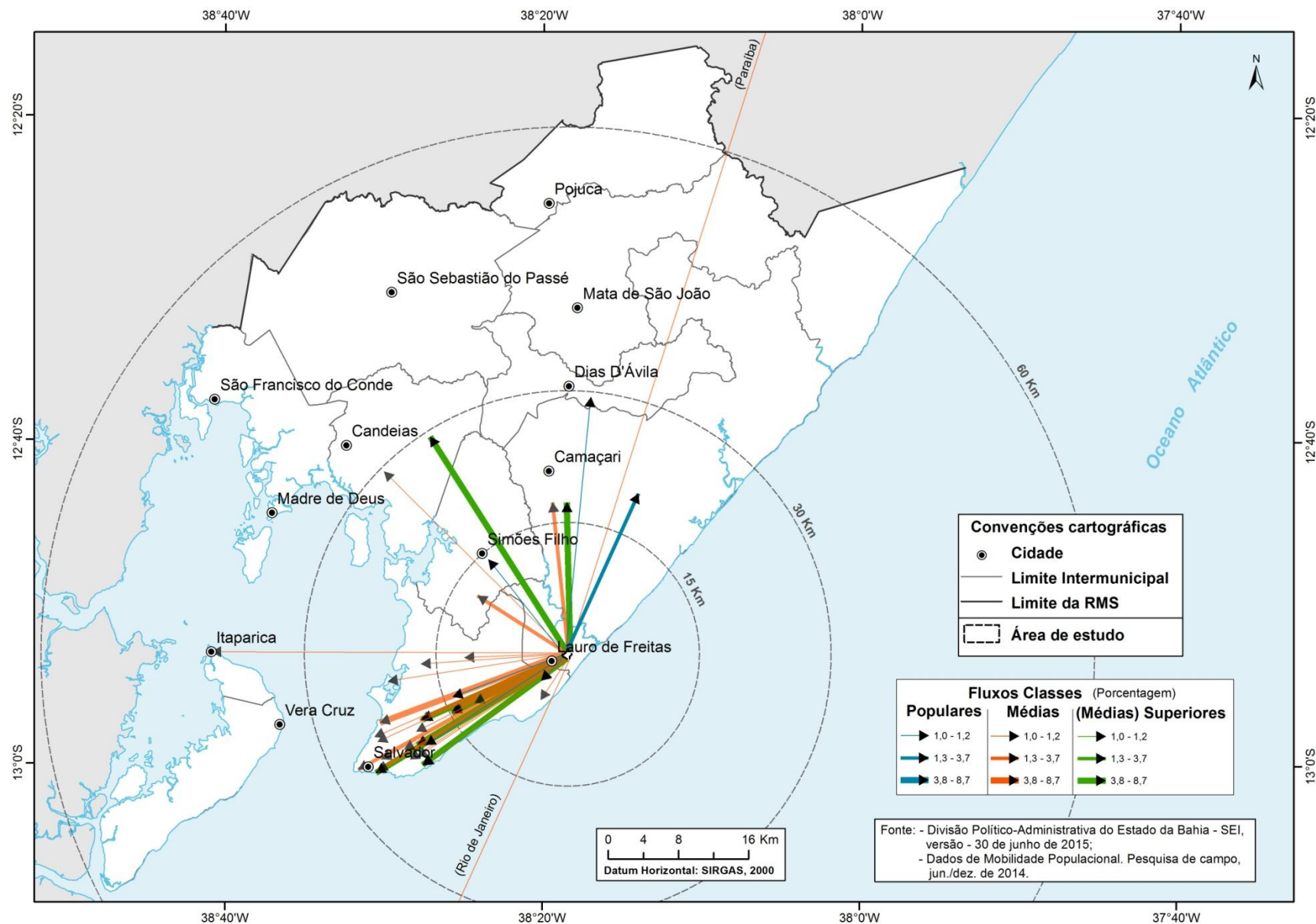
Ainda seguindo a trilha analítica desenvolvida por Gaudemar (1977) sobre as formas espaciais de mobilidade, afirma-se que o capital cria uma convocação com a oferta de vagas, mas, é o trabalhador que custeia seu deslocamento. Esse custo, deve-se frisar, não é só financeiro, é também social, familiar e individual, tal como Sennett (1999) demonstra.

---

<sup>211</sup> Nas classes (médias) superiores havia igualmente pessoas que careciam da venda da força de trabalho, mas, também aqueles que, embora trabalhando, eram aposentados e exerciam sua profissão em casa. Melhor dizendo, não precisavam efetuar deslocamentos para empregar sua mão de obra. Uma parte desse grupo, os que eram proprietários de algum negócio, optou por residir perto da sede de sua empresa para evitar o desgaste da mobilidade, bem como para facilitar o controle da empresa.



**Mapa 15. Destinos e intensidade dos fluxos de trabalho dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, por classe social. Lauro de Freitas. 2014**



**Mapa 16. Destinos e intensidade dos fluxos de trabalho dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, por classe social. RMS e outros destinos. 2014**

Além dessa questão, sabendo-se que parte das classes médias assemelha-se ao que Souza (2012) chama de batalhadores, participar da mobilidade imposta pelo mercado de trabalho exige um afinco que se reflete, entre outros, no intenso número horas disponíveis para esse movimento. Aliado a disso, em alguns casos, essas pessoas usavam parte do tempo não tomado pelo trabalho para o estudo – frequentavam-se faculdade ou especializações em busca de ampliar as possibilidades de responder às demandas do mercado em que ofertavam suas energia e capacidades.

Essa concepção é explicitada por João Rocha e Márcia dos Anjos, por exemplo. Esses batalhadores manifestaram seu empenho em aumentar a renda familiar, o que por vezes os impelia a ter mais de um emprego e deslocar-se de um para outro com constância. Mas, do igual modo, pretendiam ter uma posição melhor no mercado de trabalho e em ocuparem-se em atividades que lhes trouxessem mais satisfação.

Ao dedicarem-se a atender as exigências formuladas no âmbito da produção, sua energia e seu tempo de convívio familiar e de lazer eram reduzidos. Talvez, por isso, ficar em casa quando se está livre do trabalho pareça uma boa opção.

Por contraparte, aqueles que participam das classes populares, que menos se movem, em termos de distâncias percorridas para trabalhar, não deixam de responder aos interesses do capitalismo. No mais das vezes sem vínculo de trabalho ou salário mais estável, boa parte desses indivíduos se configura em prestador de serviços exatamente daqueles que, moradores de Lauro de Freitas ou não, integram grupos sociais que possuem maior nível de renda. Aliás, se a distância que compreende seus deslocamentos é menor que a percorrida por outras classes, isso não significa que, dentro de sua cidade ou ainda do bairro, tenham pouca mobilidade. É mesmo possível que o número de seus deslocamentos seja maior, já que, conforme o serviço a ser prestado, num único dia é possível atender a mais de um cliente.

Acrescenta-se que, para o tipo de atividade que essas pessoas desenvolvem, aparentemente e no contexto em questão, a mobilidade pendular não representa melhor inserção na esfera do trabalho. Dito de outro modo, empreender a mesma

função em espaços mais longínquos em relação ao domicílio não garante melhorias em termos de ganhos salariais, condições de exercício profissional ou algum benefício do ponto de vista psicológico ou de status social. No mais das vezes, o deslocamento lhe traz como retorno positivo um assalariamento com vínculo de trabalho regular, o que, como menciona Unger (2012), é uma forma imperfeita de trabalho livre.

Mais um aspecto a ser notado: a questão dos meios de deslocamento. Dos 32 domicílios das classes populares, em dois contava-se com a posse de carro e moto e em 12 de moto ou de carro. Em relação àqueles em que havia dois veículos, em um, duas pessoas os utilizavam para fins de trabalho – uma era motorista e outra mototaxista. Os demais cinco membros da família se deslocavam para trabalho ou estudo a pé. No outro, residiam 14 pessoas e uma delas tinha um carro e outra uma moto. Todavia, nele apenas um indivíduo adotava o veículo como meio de deslocamento. Os demais iam para a escola ou ao trabalho a pé ou de ônibus.

Entre os domicílios nos quais se possuía carro ou moto, em oito se alegou que o veículo não servia para deslocamentos comuns, como o relativo ao trabalho ou ao estudo. Parte disso se justifica pelo fato de que muitas das pessoas que neles residiam realizavam essas práticas ou em casa ou nas imediações. Para os quatro restantes, em duas situações a moto era um instrumento necessário ao trabalho – num deles, havia um mototaxista, no outro, uma representante comercial que circulava entre Lauro de Freitas e Salvador. Em duas, ele consistia num meio de chegar ao trabalho.

Nesses termos, para as classes populares, os deslocamentos para trabalho e para outras finalidades se faziam prioritariamente a pé ou de bicicleta. Assim sendo, infere-se que maiores distâncias a serem percorridas diariamente implicariam em custos materiais difíceis de serem compensados pelos ganhos financeiros auferidos. Há, ademais, a questão do tempo, mercadoria rara a qual poucos têm o privilégio de possuir (LEFEBVRE, 2009). Maiores deslocamentos implicam em maior consumo de tempo, o que num grupo social em que o labor (ARENDET, 2007) se revela com intensidade, é raro. Cabe lembrar as várias alegações de mulheres que não podiam se afastar de casa para exercer uma profissão ou estudar, pois, filhos ou netos



demandavam seus cuidados e sua presença, enquanto outros tratavam de sustentar financeiramente a família.

Em relação ao lazer, o que observar?

Pelos levantamentos apresentados nos capítulos antecedentes, averigua-se que, embora no Aracui e em Pitangueiras o número de desempregados fosse reduzido, isso não significava que a renda familiar fosse suficiente para que a escolha da atividade de lazer fosse feita a despeito de critérios econômicos. Ao invés disso, entre as classes populares houve repetidas referências a não se ter dinheiro para ir ao *shopping*, ao teatro ou ao cinema, por exemplo. Outrossim, tendo em vista que a maioria desses indivíduos trabalhava por conta própria, havendo ainda aqueles que tinham um negócio próprio ou que eram donas de casa, o tempo livre do trabalho era mais escasso para esse grupo social do que para os demais. Portanto, mesmo que a sensação de desgaste provocada pelo trabalho impulsionasse ao lazer, nem sempre ele era realizado como ou quando se pretendia.

Nas demais classes sociais, houve sutis indicações à falta de dinheiro. Mas, a questão do tempo é bastante realçada nas classes médias – mas, não nas (médias) superiores – sobretudo, como antes observado, no discurso das mulheres. Entre elas, os momentos não destinados à produção em si, eram repartidos entre as atividades referente aos cuidados com a família e o lazer, com prejuízo desse último.

Esses elementos confluem para entender o volume de fluxos que tinha por destino o próprio bairro e a cidade de residência. Porém, outras ideias contribuem para analisar tal situação. Veja-se que, para as classes populares e médias, mais da metade dos lugares de lazer situava-se em Lauro de Freitas, o que, além dos aspectos citados, guarda correlação com a intenção de ter um lazer o “mais perto possível” de casa. Essa expressão emergiu na aplicação de vários questionários e em duas das entrevistas e, quando justificada, reportava-se ao tempo de deslocamento, à violência e às restrições decorrentes da Lei Seca. Notou-se também uma relação entre lazer e família, vale dizer, quando se alegava gostar de receber ou visitar amigos e parentes ou simplesmente ficar em casa, foi comum ouvir-se “somos muito família” ou “a família é muito importante”.

Quando se observam os lugares de realização de lazer mencionados em Lauro de Freitas, é interessante verificar que as poucas praças da cidade, assim como seus campos de futebol públicos e a pista de skate – estruturas produzidas pelo poder público para o lazer – foram escassamente lembrados por aqueles que participaram da pesquisa. Note-se que há um desses campos, com arquibancada e iluminação pública, em Pitangueiras; uma pequena praça, com parque infantil, no Aracui e, no Jardim Jôquei, a cerca de 750m do Largo de Arcanja, encontra-se uma praça, com ciclovia e parque infantil. Tal campo foi citado por um dos entrevistados, enquanto ditas praças (ainda que referenciadas nos contatos com a AMA) não foram indicadas como lugares em que se realizavam atividades de lazer.

Tal quadro traz interrogações que encaminham, novamente, às considerações de Souza (2012) sobre a relação entre a transmissão de valores, as compreensões do mundo e o comportamento frente a ele. Ainda que não se tenha aprofundado tal relação nas entrevistas ou nos questionários, a ideia do estilo de vida como algo associado a uma aprendizagem que ocorre no âmbito familiar aparece na entrevista de João Rocha. Ele rememora seu passado no bairro, suas atividades de lazer realizadas nas redondezas, com familiares e vizinhos, e as dificuldades de ir à praia de Vilas com a família. E destaca que, no presente, sua casa figura como principal lugar de lazer: é lá que se reúne com a família. Também gosta de ir à mesma praia de Vilas com a esposa e os filhos, bem como com seu pai. Quadro similar encontra-se nas colocações de Everaldo Gomes. Sua infância, marcada pela brincadeira de rua, foi interrompida precocemente pela necessidade, imputada por seu pai, de inserir-se no mundo do trabalho. Retirando-se seu baba, seu lazer é cuidar das coisas da casa ou “nada!”, como ele disse.

Os pequenos extratos da vida de ambos sugerem que as atividades que ocupam seu tempo livre remetem ao passado de sua família, ao que vivenciaram com ela. Mas, não só eles, no bairro a vida transcorria de modo similar à de João e Everaldo. Eles, assim como Nilton Silva e outros que passaram sua infância no Aracui ou em Pitangueiras, relataram diferentes atividades de lazer ocorridas nas imediações de sua casa, realizadas junto a parentes e vizinhos.

Nas classes (médias) superiores, as atividades de lazer não aconteciam prioritariamente em Lauro de Freitas. O total de lugares indicados nessa cidade foi o

mesmo mencionado para Salvador e, além disso, 69,1% dessas atividades ocorriam em outros municípios que não o de residência.

Evidentemente, nas classes populares e médias havia outros destinos de lazer que não no município (Tabela 25). Eles representavam, respectivamente, 42,9% e 43,9% do total de lugares usados para tal fim. Tal como visto na classe superior, a capital baiana revelava um peso importante nesse conjunto.

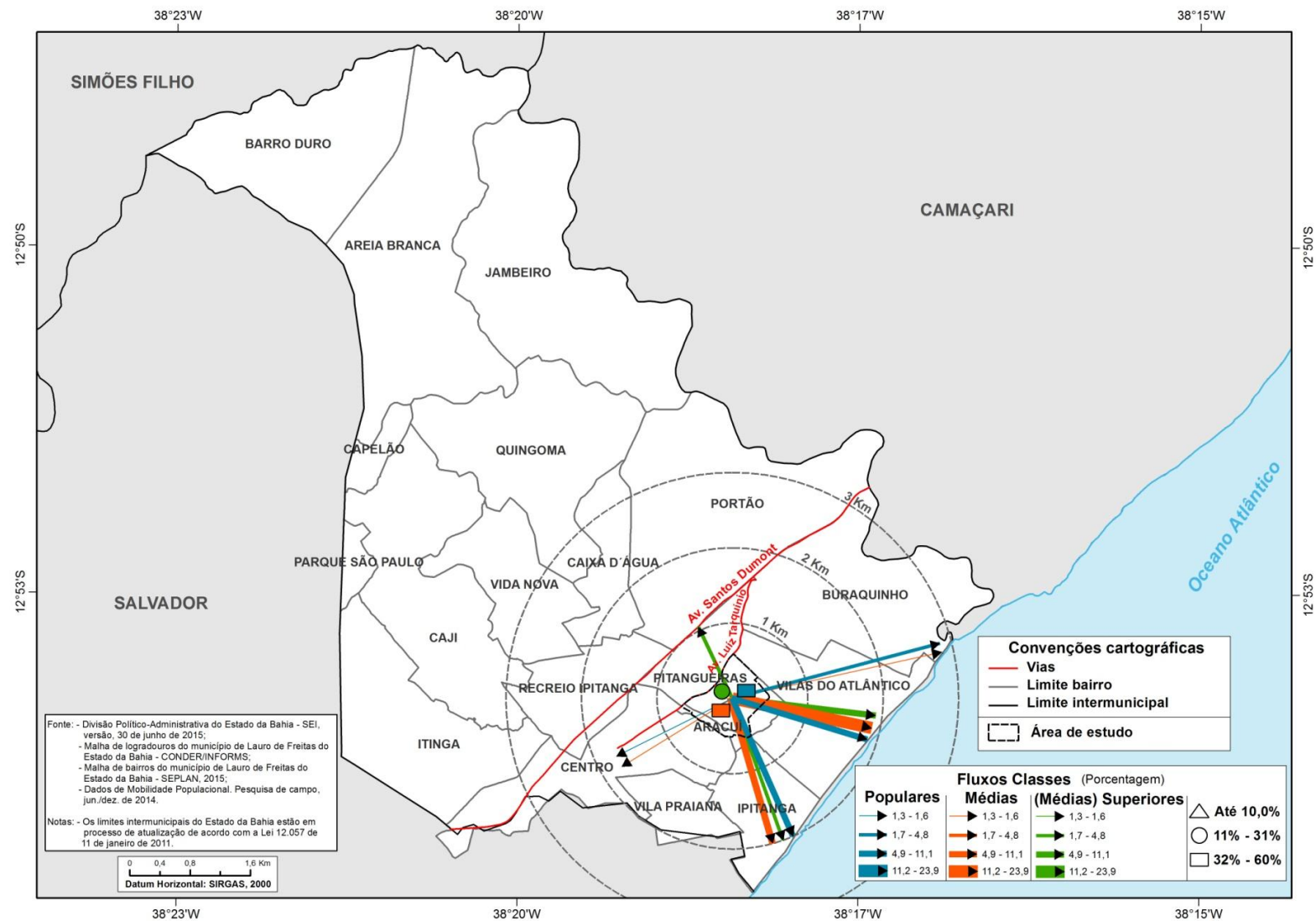
À semelhança do que se apurou sobre o trabalho, quando se atenta para os fluxos de lazer efetivados em Lauro de Freitas, verifica-se a existência de destinos comuns às três classes sociais: Vilas do Atlântico e Ipitanga. Para Buraquinho e o Centro, seguiam pessoas das classes médias e populares (Mapa 17). No entanto, nota-se que o volume dos que se deslocam para cada um desses pontos se distingue, sendo as classes médias eram as que mais usavam Vilas do Atlântico, enquanto para Buraquinho se dirigiam mais aqueles que participavam das populares. Por outro lado, apenas nas classes (médias) superiores buscavam realizar atividades de lazer na Estrada do Coco (ir a restaurantes, principalmente), via a partir da qual não se avança no intuito de relaxar ou divertir-se.

**Tabela 25. Participação dos municípios por lugar de realização de atividades de lazer por classes sociais. Municípios. Bahia, Brasil e outros países. 2014**

LUGARES DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	LAZER		
	CLASSES POPULARES	CLASSES MÉDIAS	CLASSES (MÉDIAS) SUPERIORES
Em Lauro de Freitas	57,1	56,1	30,8
Outros lugares	42,9	43,9	69,1
Salvador	22,2	29,8	30,8
Demais municípios da RMS	11,1	3,8	7,6
Outros municípios baianos (excluídos os da RMS)	4,8	7,7	9,6
Municípios de outros estados (excluídos os da Bahia)	4,8	2,6	11,5
Outros países	0,0	0,0	9,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, jun./dez. de 2014.

Em relação aos movimentos para outros estados, a proporção dos que o faziam era mais significativa nas classes populares do que nas classes médias. No entanto, esses números ocultam que, em muito, aquelas pessoas vão visitar parentes ou amigos. Reproduzem, assim, numa distância ampliada, uma atividade que lhes é relativamente comum e suscitada, ao menos em parte, por laços afetivos.



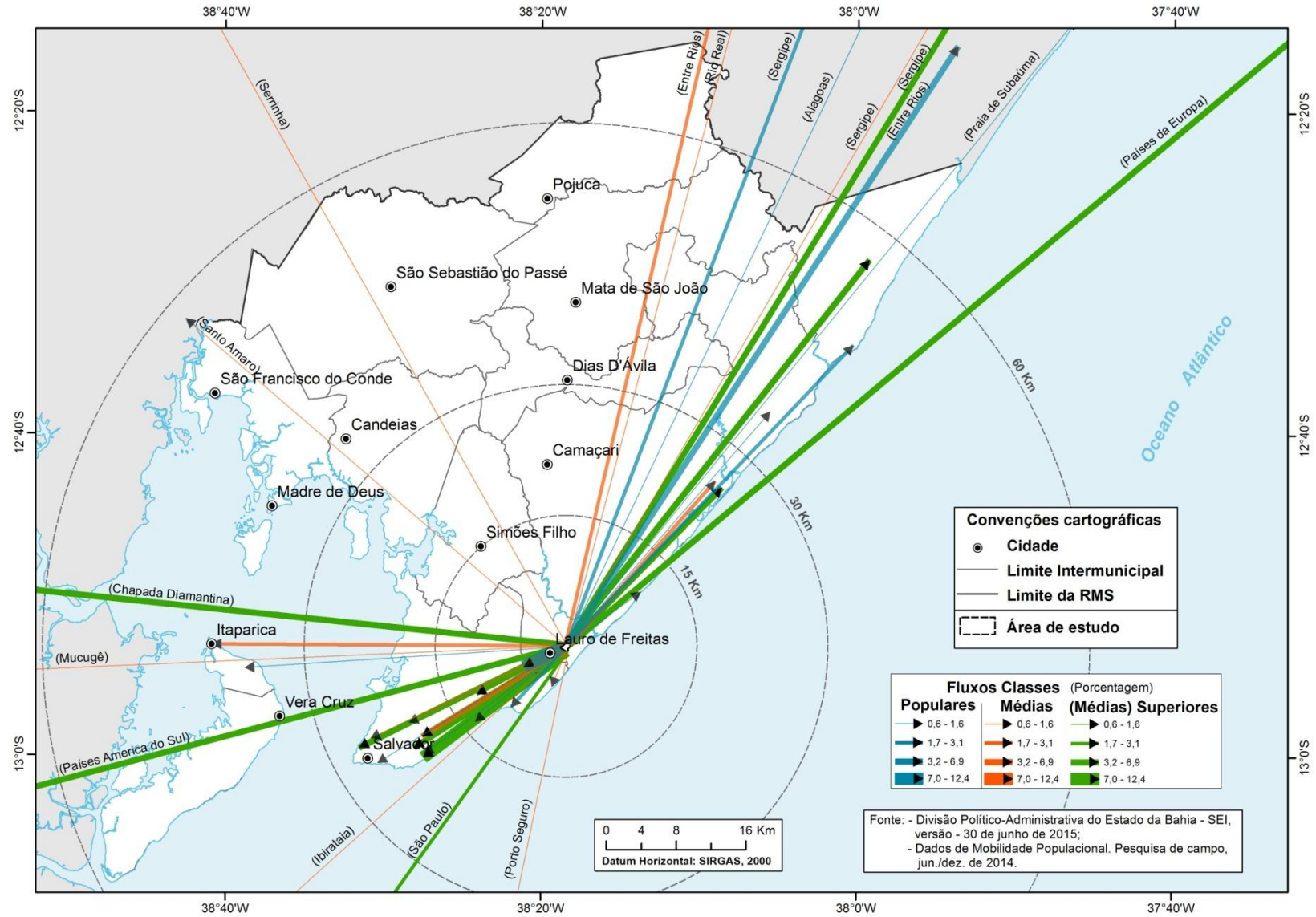
**Mapa 17. Destinos e intensidade dos fluxos de lazer dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, por classe social. Lauro de Freitas. 2014**

Entre as classes médias, quando se partia da RMS para realizar o lazer, para se ter distração ou diversão, os principais destinos eram outros municípios baianos, ainda que igualmente ocorressem fluxos para outros estados (4,8% cada). As pessoas das classes (médias) superiores, ao sair dessa região em busca de descanso e relaxamento, mais frequentemente era dirigiam-se a outros estados. Porém, tão significativo quanto os lugares de lazer em outros municípios, eram os fluxos para outros países (9,6% cada). Aliás, os que mencionaram viagens internacionais, da mesma forma referiram viajar para diferentes estados brasileiros.

Sendo assim, ao se transpor os limites municipais em busca do lazer, Salvador era importante para esses três grupos sociais, porém, as classes médias e (médias) superiores se distribuíam em destinos bem mais diversos do faziam as populares (Mapa 18). Além do que, elas percorriam maiores distâncias e rumavam para diferentes direções em busca da recomposição das energias gastas no trabalho.

Então, qual o espaço usado por essas três classes por meio de práticas que visam à produção e à compensação pelo cansaço e desgaste que ela provoca?

Parte-se da ideia de que o movimento das pessoas, a partir de sua casa, seu ponto de referência, vai articulando os lugares e, nesse processo, atribui-lhes conteúdos e sentido específicos. Fala-se do uso, algo que permite a identificação do homem com o lugar e que “[...] contempla os trajetos e percursos que o cidadão realiza cotidianamente como condição de realização de sua vida, enquanto manifestação dos atos mais banais [...] e, estes momentos do uso, aparecem como modos [de] apropriação dos lugares da cidade [...]” (CARLOS, 2007, p.14).



**Mapa 18. Destinos e intensidade dos fluxos de lazer dos moradores do Aracui e de Pitangueiras, por classe social. RMS e outros destinos. 2014**

O que está em questão é a relação entre o lugar de morar, aqueles em que se trabalha e em que se tem lazer, práticas fundamentais da vida cotidiana e momentos do acontecer social. Essa relação decorre do uso do espaço, algo que, diga-se, é demarcado pelas possibilidades e limites resultantes da materialização dos interesses de reprodução do capital. Dessa maneira, não há como pensar numa escolha aleatória de lugar para a realização do lazer<sup>212</sup> ou que a definição do onde trabalhar possa ser reduzida às competências do trabalhador frente às ofertas de emprego. Existem sempre elementos subjacentes a esses movimentos: interesses em conflito, ideologias se sobrepondo e representações convergem na produção do espaço e norteiam as ações humanas.

Nesses termos, é possível averiguar que a Estrada do Coco se configura numa linha que fraciona a cidade de Lauro de Freitas, visto que sobre ela os moradores do Aracui e de Pitangueiras não avançam quando da realização de atividades relativas ao trabalho e ao lazer. Aliás, essa situação reflete uma tendência anteriormente identificada – os moradores da orla não transitam comumente a oeste da Estrada do Coco e os que lá residem raramente voltam-se ao litoral dessa cidade, no mais das vezes, usam as praias de Ipitanga ou de Buraquinho (DIAS, 2006). No que tange a essa questão, as três classes sociais não se distinguiram.

Efetivamente, quando se analisam os deslocamentos para fora de Lauro de Freitas é que diferenças se revelam.

O Mapa 18 explicita que a diversidade e o espraiamento dos lugares usados para atividades de lazer eram bem mais intensos do que o que se verificou em relação ao trabalho. Esse resultado decorre do próprio perfil das duas práticas e do fato de que os lugares de lazer são relativamente menos concentrados do que os da produção. É fato que determinadas estruturas (como *shoppings*, cinemas, teatros)<sup>213</sup> estavam aglutinadas em Salvador. Porém, as praias não o

<sup>212</sup> Exemplo disso é a quantidade de referências à praia. Isso pode ser vinculado tanto à comum representação comum de que esse é um espaço de lazer, como ao fato de que se trata de um lugar passível de uso sem dispêndio financeiro, algo por vezes citado nas respostas.

<sup>213</sup> Há alguns *shoppings* na Estrada do Coco, todos de pequeno porte. Porém, há um em Camaçari, em fase de construção, que, conforme seu anúncio, deverá contar com quatro pavimentos, quatro lojas âncoras e cinemas, podendo vir funcionar como catalisador de parte

eram. Além disso, o litoral ao norte da capital é tratado, pela mídia e agentes ligados aos segmentos imobiliário e turístico, como um lugar de lazer, o que finda por fazer dessas praias um espaço a ser consumido. Do mesmo modo, viajar figura como uma opção que se enquadra na vertente de uma atividade programada, com a escolha dos destinos variando, mas, seguindo um sentido comum. Excluindo-se as que tinham por propósito visitar familiares, mencionaram-se lugares apropriados pelo turismo: Campos do Jordão, Porto Seguro, Chapada Diamantina etc.

Assim, o litoral norte da capital, com destaque para as orlas de Camaçari e Mata de São João, assim como alguns municípios do interior da Bahia e de diferentes estados brasileiros, constituíam-se em espaços de uso repetido. O que diferenciava os fluxos que a eles seguiam eram suas intensidades.

De todo modo, afirma-se a relevância da capital para as três classes sociais, no que reporta às duas práticas em estudo. Em termos do trabalho, revela uma atratividade decorrente da quantidade de estruturas produtivas presentes em seu território, ensejando um fluxo contínuo e rotineiro entre Lauro de Freitas e Salvador. Quanto ao lazer, a aglomeração de estruturas voltadas a esse fim impulsiona aqueles que residentes no Aracui e em Pitangueiras, e que têm condições financeiras, a priorizem-na. Sendo assim, nos fins de semana e nos feriados, quer dizer, mais frequentemente, ou se ficava em Lauro de Freitas, ou se recorria à determinadas áreas da capital baiana. Com isso, configura-se entre essas cidades também um eixo formado por movimentos destinados à realização do lazer.

Até aqui, no que tange ao uso do espaço por classe social, o realce foi dado àquilo que se passava fora do espaço doméstico. No entanto, cabe a indagação, o que pensar sobre as indicações da moradia como lugar de trabalho e de lazer?

Considerando-se a perspectiva econômica, pode-se arguir que trabalhar em casa se constitui numa alternativa para a falta de inserção no mercado de

---

dos movimentos voltados aos grandes centros comerciais de Salvador, até porque algumas pessoas das classes médias e (médias) superiores não frequentam o *shopping* localizado em São Cristóvão, ainda que seja mais próximo de sua moradia, por considerar como um de seus aspectos negativos o fato de ser socialmente “muito misturado”.



trabalho formal ou uma possibilidade de ter menor custo ao montar o próprio negócio. Desenvolver atividades de lazer no domicílio, igualmente, tem relação com os custos: se gasta menos em casa do que indo a bares ou restaurantes, por exemplo. No entanto, outros aspectos precisam ser colocados em questão, afinal, essa situação foi verificada, em maior ou menor monta, nas três classes sociais.

Entretanto, indubitavelmente, nas classes populares e médias, por vezes, o discurso de quem respondia ao questionário ou participava das entrevistas revelava a imbricação do trabalho à rotina familiar. Isso não só por conta de essas práticas serem realizadas num mesmo espaço, mas porque eram também temporalmente articuladas. Porém, o lazer não o era. Mesmo quando se mencionava ter como um dos lugares de realização dessa prática o domicílio, ela acontecia eventualmente, nos dias programados pela sociedade (fins de semana, feriados, férias). No discurso, figurava como o oposto do trabalho.

Ainda assim, cabe a pergunta: estariam, por conta das próprias contradições geradas pelo capitalismo, se constituindo brechas para uma recomposição, ainda que parcial, da unidade dos momentos da vida? Os dados colhidos para essa pesquisa permitem apenas levantar tal questão, mas não respondê-la com maior convicção.

CAPÍTULO 6  
**CONCLUSÕES E QUESTÕES EM ABERTO**

Tantas páginas, palavras, estatísticas, ideias. Trilhou-se um longo percurso para compreender, por meio da análise do direcionamento dos fluxos de trabalho e lazer, como as diferentes classes sociais usam e se apropriam de frações da metrópole nos processos de reprodução da vida. A proposta foi refletir sobre o espaço considerando a articulação desses movimentos com a condição dos homens em relação aos meios de produção. O pressuposto que orienta esta tese foi, pois, que existe uma relação entre a posição na estrutura social e os modos e as possibilidades de usar o espaço.

Essa abordagem não é inédita, longe disso. No entanto, não deixa de ser desafiadora, visto remeter ao estudo das classes sociais, tema controverso e considerado, por alguns, como desnecessário para analisar a totalidade social. Trazê-lo à tona implica reconhecer que na sociedade existem grupos sociais antagônicos, em contradição e em disputa. Resulta igualmente em afirmar que o embate que se estabelece entre eles, ainda que apareça de modo difuso e diluído, encontra expressão espacial, ao tempo em que o espaço opera no sentido de potencializar ou minimizar ditas contradições.

No entanto, tornar a noção classe social num conceito operacional é algo extremamente delicado. Em muito, essa situação decorre do fato de que a ideologia que sustenta o modo de produção capitalista vem penetrando de forma acentuada as mais sutis e diferenciadas esferas da vida. Do acordar ao dormir, os atos, as ideias e os desejos são perpassados por elementos que buscam encaminhar a perpetuação da sociedade. Por isso, estabelecer procedimentos para agrupar os sujeitos em classes sociais foi algo que se perseguiu ao longo de toda esta pesquisa. E, de fato, por conta do próprio modo pelo qual se captaram as informações, seguiram-se alguns dos critérios mais frequentemente usados nas pesquisas sobre o tema. Assim, ainda que o perfil da ocupação tenha sido o elemento central para circunscrevê-las, a renda consistiu num dos seus balizadores mais importantes; de igual modo, não foi possível escapar de apresentá-las sem alguma hierarquia.

Todavia, ao se tomar um ou outro indicador para compor as três classes observadas, não se teve a intenção de standardizá-los. Nesse sentido, reconhecendo que, no presente contexto, o âmbito ideológico é dos fóruns em que se estabelece a luta de classes, ainda que não se tenha optado por esse critério em princípio, os discursos dos indivíduos, o que eles manifestavam sobre sua vida e suas práticas, assim como fragmentos de sua dinâmica familiar – levantados durante o trabalho de campo – contribuíram para posicioná-los numa ou noutra das classes sociais. Por isso, conforme a elaboração desta tese avançava, e conseqüentemente a reflexão sobre o que fora dito se aprofundava, por vezes, se reviu as classificações feitas.

De toda forma, a proposição das classes que se traz neste trabalho, de sua nomenclatura aos critérios de sua definição (ambos objetos de contínuas reflexões), contém limites e devem ser entendida como um encaminhamento. Em verdade, determinadas sutilezas e mesmo aspectos relevantes à noção de classes sociais, como o fato de estarem em constante disputa, não foram enfatizados. O que se pretendeu foi elaborar uma estratégia de aproximação ao tema com vistas a refletir sobre situações relacionadas aos movimentos do capitalismo.

As práticas enfocadas neste estudo colocam em questão a tríade casa/bairro, trabalho e lazer. Portanto, antes de averiguar os fluxos, foi preciso entender como pessoas de diferentes classes, que residiam num recorte espacial de Lauro de Freitas, município da RMS, que experimentava alterações na formas e conteúdos, interpretavam e realizavam essas práticas.

No correr das décadas, Lauro de Freitas foi inequivocamente usada para fins da reprodução do capital, o que resultou em sua reestruturação socioespacial e em mudanças no seu papel regional. Num primeiro momento, entre os anos 1970 e 1990, verificou uma urbanização relacionada à industrialização da Bahia, que teve a RMS como seu palco central. Tal processo foi vinculado a dinâmicas originadas em Salvador e se materializa, nessa cidade, pelo parcelamento do solo e pela implantação de empreendimentos residenciais que, fechados ou não, tornam-se lugar de moradia de pessoas de diferentes classes sociais. Em um segundo momento, quando se inicia a primeira década

do século XXI, cresce vertiginosamente o número de espaços residenciais fechados, inicialmente a leste da Estrada do Coco, mas, depois, se dissemina em todo seu território. Na ocasião, não é mais a industrialização que dá a tônica do que se passa. Lauro de Freitas (e logo depois também Camaçari) é envolvida na lógica da metropolização, conformando com Salvador uma mancha urbana contínua, fazendo com que o limite entre elas se dilua pela prática socioespacial. No fundamental, a ampliação numérica dos empreendimentos que afirmam a lógica de autosegregação (consequência de uma representação do espaço, a ideia de que segurança e qualidade de vida são associados a morar entre muros) e resultam na segregação.

É interessante notar que, junto a esse movimento, redefine-se a relação centro-periferia. O agigantamento da metrópole produz novos centros e novas periferias e Lauro de Freitas assume a condição de um desses centros, sem deixar de ser, considerando algumas funções, periferia. Aliás, numa outra escala, ela mesma comporta tanto centros, como periferias.

Mas, o que é essa cidade? Nela há de tudo. Ora mais ora menos e de modo combinado, ela é periferia da capital, área nobre, cidade-dormitório, cidade dos condomínios, área de expansão imobiliária, elo entre a capital e os municípios industrializados, caminho para as áreas turísticas etc. Como disse um entrevistado, saiu-se de “uma vida de roça [...] guiada pelo curso da lua” e para uma condição na qual falta “pouco para completar”. Porém, não se completa (seria isso possível?). O progresso e o desenvolvimento tão mencionados nos discursos e a elevação dos indicadores demográficos, sociais e econômicos não resultaram na ampliação do direito à cidade. Em sentido inverso, ela se torna mais restritiva e as diferenças e desigualdades, embora evidentes no âmbito das práticas, emergem sem maior ênfase nos discursos de seus moradores.

Sendo assim, como cada uma das classes sociais interpreta o bairro em que vive? Existe relação entre suas respectivas avaliações e a posição de cada uma na estrutura social?

Para começar, o bairro de residência praticamente não aparece no discurso das classes (médias) superiores, é razoavelmente mencionado no das médias e bem comum no das classes populares. Essa situação parece associada a algumas circunstâncias imbricadas. Uma delas é a do tempo. Na medida em que eram exatamente aqueles que participavam das classes populares os que tinham mais tempo de residência no Aracui ou em Pitangueiras, fica patente a concepção de que, enquanto o homem realiza a vida, o espaço ganha conteúdos e sentidos. Para seus integrantes, o bairro é um referencial para contar sua história, é um lugar com o qual se têm relações de afetividade, há com ele uma identidade construída ao longo dos anos, tecida conforme a vida acontecia. Aponta-se, pois, para a indissociável articulação espaço-tempo, visto que os lugares se tornam uma referência para contar a vida nos seus distintos momentos.

Uma segunda circunstância concerne à forma da habitação. Os que a tinham em espaços residenciais fechados, predominantemente os integrantes das classes médias e (médias) superiores, com poucas exceções, desconsideravam o bairro ou até a cidade como lugar de residência. Ademais, era frágil ou inexistente a relação que desenvolveram com quem se encontrava fora dos muros que isolavam suas moradias. O bairro valia como uma localização, pelo que era acessível ou por “estar perto de tudo”. Além disso, para tais pessoas, contava a estrutura do domicílio e do condomínio. Assim, em geral, aqueles que escolheram espaços privados e cercados para residir desconheciam o entorno como um espaço de vida – sua conotação é a de uma passagem para outros lugares. Nega-se a cidade a partir do ato de morar.

E em relação ao trabalho e ao lazer, como cada classe entende essas práticas?

Os pressupostos priorizados para compreender o conteúdo dessas práticas são as teses desenvolvidas a partir da teoria elaborada por Marx. Por meio delas, compreende-se que, na sociedade capitalista, o trabalho e o lazer são elementos que participam da reprodução social. Para tanto, ideologicamente, a primeira dessas práticas, para além de responder pela sobrevivência material e pela produção de bens, se torna o norteador para as demais dimensões da

vida. Já o lazer, momento necessário à recomposição da força de trabalho, é significado como um conjunto das atividades que promovem a liberdade das obrigações e o bem estar.

Essas concepções, essenciais para viabilizar uma relativa harmonia social, se expressam no discurso das três classes sociais evidenciando a assimilação algo comum de ideias elaboradas com vistas à dominação. Porém, traduzindo de modo mais evidente as contingências corriqueiras à vida, para as classes populares, o entendimento do trabalho como meio de sobrevivência, uma obrigação que tem como fim precípua a perpetuação desses indivíduos e de suas famílias é mais evidente. Pouco diferenciado daquilo que é produzido pelo labor, destina-se, sobretudo, à dignidade de “tirar o sustento da família”. Então, deixa de ter importância em si, seu valor está em ser num meio de aquisição de outro meio (dinheiro), o que possibilita a obtenção daquilo que se necessita.

Paralelamente, as ponderações das classes médias e (médias) superiores se encaminham mais para sinalizar a importância dessa prática para a formação moral do homem e para o desenvolvimento da sociedade. Ainda que se observe que é por meio dele que se “ganha o pão de cada dia”, o entendimento desses grupos sociais a respeito do trabalho é mais pautado pelo seu valor simbólico. Nas médias, aliás, esses dois conteúdos relativos ao termo são realçados.

Quanto ao lazer, as pessoas das classes populares o compreendem, principalmente, diversão ou distração. Entre as classes médias, além desse significado, o lazer é relatado como algo que promove paz e bem-estar. Nas (médias) superiores, descanso, relaxamento e necessidade aparecem com mais frequência. A par dessas diferenças, pode-se dizer que, para as classes populares, o lazer é algo mais afeito ao movimento, ao fazer, ainda que o “nada” seja citado como algo que (não) se faz no tempo a ele destinado. As (médias) superiores o remetem ao não fazer, a um relativo repouso físico ou mental. Em geral, é visto como algo essencial para compensar as agruras e tensões da vida. Nas médias esses dois conteúdos se acham presentes.

Uma (aparente) dubiedade que aparece nas ponderações das classes médias, seja sobre trabalho, seja sobre lazer, o que é convergente com o perfil dos indivíduos que nela se agregou. Embora suas atividades profissionais distassem daquelas em que se fazia emprego do trabalho manual, as diferenças quanto à escolaridade e ao tipo de ocupação, e as experiências por elas proporcionadas, se refletiam no seu entendimento a respeito dessas práticas. Porém, mais do que isso, nesse grupo havia tanto aqueles que são oriundos das classes médias tradicionais, como os que ascenderam das populares, ou seja, tinha-se um conjunto de pessoas formado pelos que perpetuavam a trajetória familiar entre gerações, assim como por aqueles que a alteram. Desse modo, suposta ambiguidade pode ser avaliada como decorrente da relação entre a posição na estrutura social e os valores e modos de compreender o mundo, pois, os sentidos de sobrevivência, atinente ao trabalho, e o de distração, ao lazer, foram mais reforçados por aqueles que tinham trajetórias ascendentes, ao passo que os méritos morais e elevados do trabalho ganharam mais ênfase entre as pessoas que participam desse grupo desde o nascimento.

É interessante que não houve indagações sobre a relevância do trabalho, mesmo que ela se reduzisse à sobrevivência. Nem aqueles que afirmaram ter insatisfação com sua profissão ou que reclamaram do desgaste que ela provoca questionam a necessidade e o sentido dessa prática. Ela é naturalizada; não foram elaboradas considerações sobre a possibilidade de não viver sem trabalhar – isso só é possível aos aposentados, que já deram sua cota de esforço à sociedade.

Do mesmo modo, suas ideias apresentam trabalho e lazer como práticas contrapostas e complementares. Para que se possa trabalhar, o ser humano necessita ter tempo de lazer, de modo que possa aliviar o corpo e a mente das tensões relativas ao uso da força de trabalho. Para que se tenha lazer, é preciso trabalhar para obter dinheiro que permite arcar com os custos das atividades a ela relativas. Emergem contradições no discurso: o trabalho é, ao mesmo tempo, o que permite sustentar a si mesmo e à sua família e dar um sentido à sua vida, mas é cansativo e desgastante. Dessa forma, o lazer se torna imprescindível por permitir o descanso, o relaxamento e o bem-estar.



Sem ele, como se disse, não há como “suportar o *stress*” diário. Porém, tais constatações não parecem incitar uma crítica à situação.

Não obstante ser possível atribuir essas concepções à dimensão e ao perfil da amostra, o mais plausível é considerar que eles correspondam à difusão das ideologias e representações em relação aos temas tratados. Uma vez que há inequívoca convergência entre o conteúdo relacionado aos termos e os valores hegemônicos do capitalismo, é válido considerar que, igualmente, fundamentam-nas o fato de não se ter clareza das relações de dominação subjacente ao modo como essas práticas são vividas. Noutras palavras, a consciência de si e da sociedade, ou das oposições a ela imanentes, sucumbem frente à rotina imposta pelos agentes que ensejam a reprodução social.

Esse conjunto de reflexões conduz a alguns questionamentos. Se com o trabalho visa-se o retorno financeiro, dignidade e autonomia, qual o valor daquilo que realizam as donas de casa? Essa é uma discussão pertinente, pois, trata-se de uma ocupação que não cria valor monetário ou um produto material ou imaterial, não gera valor de troca, o que, conseqüentemente, não possibilita a independência de quem o realiza. Tais características poderiam colocar as mulheres que a realizam (poucos são os homens com essa ocupação e, na amostra da pesquisa, não houve nenhuma ocorrência disso) na condição de improdutivas. Entretanto, essa atividade é essencial para a reprodução social, sendo, por tantas vezes, o que permite a realização de atividades tipicamente produtivas no âmbito das famílias.

Nos discursos, muitas vezes, aquilo que fazem as donas de casa aparece como algo incompatível com o que se designou por trabalho, mesmo que, de modo geral, fosse visto como necessário. Seria, pois, interessante entender como as mulheres que se designam como donas de casa avaliam sua prática. Se não é trabalho, do que se trata? Em que se distingue – se houver distinção – das atividades que resultam em renda monetária? Essas perguntas, aqui não respondidas, sugerem novas pesquisas.

Retoma-se um tema que perpassa a relação trabalho-lazer: o tempo. Em alguns casos, assinalou-se que o trabalho, dentro e fora de casa, consome de tal modo o tempo (e as energias) que não há como ter qualquer atividade de lazer. Essa situação foi mais afeita aos integrantes das classes populares, particularmente, às mulheres que, explicitando ou não a dupla jornada, revelaram que quando não empenhadas em garantir o sustento financeiro, desenvolvem atividades necessárias à reprodução da vida. Tem-se, então, mais um aspecto não desenvolvido neste texto e que merece ser retomado: como o tempo é usado pela mulher frente à multiplicidade de papéis que assume na sociedade? Em que medida essa situação pode ser articulada à sua classe social?

A questão central, no entanto, é quem de fato vive a metrópole? Quem dela se apropria?

A análise dos direcionamentos dos fluxos necessários dos processos de produção e de reprodução, eles próprios constituindo uma prática socioespacial, demonstram que as classes populares, ao realizarem suas atividades profissionais, usavam a cidade de Lauro de Freitas mais do que as médias e as médias (superiores). Em contrapartida, as classes médias e (médias) superiores, ainda que tenham um volume expressivo de fluxos voltados ao espaço intramunicipal, em muito se dirigiam para diferentes pontos de Salvador. Rumavam também para as áreas industriais da região, havendo, inclusive, situações em que se realizava a mobilidade para outros municípios baianos e de outros estados.

Em geral, o espaço usado a partir das necessidades originadas pela inserção no mundo da produção era fundamentalmente o da RMS, particularmente os municípios que a ela pertenciam em sua formação original. No entanto, afora Salvador, só eram notados fluxos mais densos quando os destinos eram Camaçari e Simões Filho.

Ao avaliar os deslocamentos referentes ao lazer, outro quadro é delineado. Por certo, diferindo das classes (médias) superiores, as classes populares e médias tinham resultados similares quanto ao percentual dos que

permaneciam em Lauro de Freitas. Da mesma forma, ambas tinham na capital a segunda cidade mais relevante na atração desses fluxos.

Quando se observam os movimentos para além da cidade de domicílio, se verifica a importância daqueles que seguiam para fora da RMS. Havia uma mobilidade significativa entre Lauro de Freitas e as cidades que se encontram no Litoral Norte da RMS. Além disso, embora as três classes revelassem deslocamentos para diferentes destinos em proporção razoável, eles eram mais intensos e variados nas classes médias e (médias) superiores, sendo que essa última apresentou uma diversidade de destinos externos à Bahia, inclusive direcionados para outros países.

Dessa maneira, para a recomposição da força de trabalho recorre-se a um conjunto mais amplo de frações do espaço do que quando ela é despendida na produção. Apesar da posição na estrutura social e ainda que isso seja mediado pelas representações e pela capacidade de consumo, em sendo possível escolher uma atividade e um lugar para realizá-las, os indivíduos seguem para distintos lugares. Noutros termos, evidencia-se uma vinculação entre as práticas fundamentais da vida cotidiana – trabalho e lazer – e a dimensão do espaço apropriado para sua realização.

Um ponto, além dos já mencionados, requer atenção. Os resultados da pesquisa indicam que, por motivos diferentes e de maneiras distintas, a moradia é mencionada como lugar de trabalho e de lazer, além de, evidentemente, ser o lugar do convívio familiar pelas três classes sociais. Isso acontece num contexto mais global de exacerbação das tensões relativas ao mundo do trabalho, de crescimento da sensação de insegurança, em que o tempo disponível para que se cumpram as obrigações e se realizem os desejos é cada vez mais raro e em que a fragmentação socioespacial se instala. Sendo assim, esse quadro poderia ser avaliado como consequência das condições do mercado de trabalho ou da disponibilidade da renda. Sem se contrapor a essa ideia, igualmente, se poderia supor que tal associação enseja a superação da desarticulação da vida?

De fato, ainda o tempo para a realização de cada uma dessas práticas seja fracionado e que um lugar, a casa, as imbrica, que o acontecer cotidiano seja percebido e descrito como fragmentado, a consciência dessa realidade ainda se consolidou. Desse modo, não se atua no sentido de ultrapassá-la e a reconstituição da vida permanece como uma utopia. Propõe-se que esse contexto é mais um tema interessante para reflexões futuras.

Nessa perspectiva, no plano do discurso, há convergência nos sentidos que as três classes aqui definidas atribuem ao trabalho e ao lazer. Todavia, quando o foco se volta para a análise das atividades realmente efetivadas, o que se faz e onde se faz, revelam-se distinções. Mais precisamente, as dinâmicas associadas ao lazer – as distâncias percorridas, os lugares apropriados e o que se faz no tempo livre das obrigações – distinguem as classes sociais da área de pesquisa. Portanto, é no plano das práticas espaciais que as diferenças entre as classes sociais aparecem com maior vigor.

Reconhece-se que as classes populares, em relação às demais, têm práticas cotidianas espacialmente mais restritas, inclusive sendo relevantes os casos em que o trabalho e o lazer ocorrem no domicílio. Para elas, a condição material de existência e o modo de vida tornam mais limitado, em termos físicos, o espaço de realização da vida. Todavia, essa situação propicia um vínculo mais efetivo com esse lugar. Empreendem uma relação mais intensa, contínua e diversificada com seu bairro, estabelecem uma identidade com a cidade de moradia. Para os que dela participam, Lauro de Freitas é uma centralidade, para os das demais essa condição é atribuída a Salvador.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pinto de. *Notas sobre o "enigma baiano"*. Salvador: CPE, 1958. 30 p.
- AJZENBERG, Armand. As classes sociais e suas formas modernas de luta. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n. 17, p. 9-19, 2005.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *Michel de Certeau: história, cotidiano e linguagem*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2SXmcTMdNk>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ALMEIDA, Rômulo. *Pastas rosas de Rômulo Almeida*. Salvador: SEPLAN, 2012.
- ALMEIDA, Paulo Henrique. A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: Edufba, 2006. p. 11-53.
- ALTHUSSER, Louis. Apresentação à sexta edição. In: HARNECKER, Marta. *Conceitos elementares do materialismo histórico*. 2. ed. Provençal: Lisboa, 1976. v. 1.
- ANTICO, Cláudia. *Onde morar e onde trabalhar: espaços e deslocamentos pendulares da Região Metropolitana de São Paulo*. 2003. 254f. Tese (Doutorado em Demografia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. *Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?* Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho).
- ARAUJO, James Amorim. *Modernização capitalista e reprodução social da classe trabalhadora na periferia de Salvador/BA: o bairro do Pero Vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão*. 2010. 322f. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- \_\_\_\_\_. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAHIA. Secretaria de Infraestrutura. *Pesquisa de Mobilidade na Região Metropolitana de Salvador: síntese dos resultados da pesquisa domiciliar*. Salvador: Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia, 2012. Disponível: <<http://www.infraestrutura.ba.gov.br/arquivos/File/publicacoes/sinteseODSalvadorRMS.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 30 de 3 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a inclusão dos municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João na Região Metropolitana de Salvador, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, 4 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.agerba.ba.gov.br/upload/legislacao/Lei%20complementar3008.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BAHIA. Lei Complementar nº 32 de 22 de janeiro de 2009. Institui o município de Pojuca como parte integrante da Região Metropolitana de Salvador e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 23 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.agerba.ba.gov.br/upload/legislacao/LEI%20COMPLEMENTAR%203209.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *Área de abrangência do plano*. Disponível em: <<http://www.centroantigo.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>>. Acesso em: 6 jul. 2016.

BARREIRA, Marcos Rodrigues Alves. *Henri Lefebvre: a crítica da vida cotidiana na experiência da modernidade*. 2009. 169 f. Tese (Doutorado)—Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp139600.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Blucher, 2005.

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho no Brasil: notas para discussão. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, set./dez. 2010.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAGA, Célia Maria Leal. *Estratificação social e estrutura de classes*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia de criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *Habitação em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO*. 3. ed. Brasília: MTE; SPPE, 2010. v. 1.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. In: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar (Org.). *Trabalho em questão*. Salvador: SEI, 2010. p. 43-58. (Série estudos e pesquisas, 86).

CAMAÇARI. Prefeitura Municipal. *Plano piloto da orla marítima*: Ipitanga, Jauá, Arembépe, Guarajuba, Tassimirim. Camaçari: CONDER, 1985.

CARIGÉ, Anderson Andrade. *Cidades metropolitanas*: a cidade de Lauro de Freitas na RMS/BA. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano*: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

\_\_\_\_\_. O lugar no/do mundo. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. *Espaço-tempo na metrópole*: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Inaiá M. M.; SOUZA, Guaraci Adeodato A. de. A produção não-capitalista no desenvolvimento capitalista em Salvador: In SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 71-101.

CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso. Segregação sócio-espacial e dinâmica metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Salvador*: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. p. 109-140.

\_\_\_\_\_. Segregação sócio-espacial e dinâmica metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Coord.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: Edufba, 2006. p. 83-108.

CARVALHO, Inaiá M. M.; BORGES, Angela Maria de Carvalho. A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Salvador*: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. p. 77-108.

CARVALHO, Anna. Salvador e a organização do seu espaço imediato. *Boletim Baiano de Geografia*, Salvador, v. 2, n. 5-6, p. 37-45, jun./set. 1961.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. artes do fazer. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Rocher. *Pierre Bourdieu e o mundo social*. 2014. SESC São Paulo. Aula 3. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lnzvtKxVTOY>>. Acesso em: 10 maio 2015.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Programa Região Metropolitana de Salvador/Banco Mundial*: investimentos em áreas de baixa renda: documento básico. Salvador: CONDER, 1981a. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Base cadastral da Região Metropolitana de Salvador*: uso do solo - 1980. Salvador: CONDER, 1981b. v. 4.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Relatório preliminar do município de Lauro de Freitas*. Salvador: CONDER, 1977.

CODO, Wanderley. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, Silvia Tatiane Maurer; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 136-151.

CORREIA, Adriano. Pensar o que estamos fazendo. In: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CORREIA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 4 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.

DAHER, Antonio. Financiarización y producción supranacional del espacio. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 25, n. 2, p. 285-302, abr./jun. 2015.

DAMIANI, Amélia Luisa. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, Ana Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 118-131.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Cesta básica nacional: salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *Salário mínimo: instrumento de combate à desigualdade*. São Paulo: DIEESE, 2010.

DIAS, Patrícia Chame. *A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo*. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

DIAS, Paola Lisboa Codô. A apropriação do tempo-espaço na teoria lefebvriana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais...* Minas Gerais: ANPUR, 2016. ST1, p. 1-15. Disponível em: <[http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=158](http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=158)>. Acesso em: 10 maio 2016.

DELGADO, Juan Pedro Moreno. Organização social do território e mobilidade urbana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; CORSO, Gilberto. *Salvador: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014. p. 199-235.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates, 82).

\_\_\_\_\_. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999. (Debates, 164).

DUVERGER, Maurice. As classes sociais. In: BRAGA, Célia Maria Leal. *Estratificação social e estrutura de classes*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971. p. 280-298.

ENDLICH, Angela Maria. Dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo. In: DIAS, Patricia Chame; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (Org.).



*Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo.* Salvador: SEI, 2015. p. 19-30. (Série estudos e pesquisas, 99).

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ESTATÍSTICA PARA ADMINISTRADORES II. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/~marcelo/INE7002.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis (RJ): Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 23-40.

FALEIROS, Maria Isabel Leme de. Repensando o lazer. *Perspectivas*, São Paulo, n. 18, p. 51-65, 1980. Disponível em: <[https://social.stoa.usp.br/articles/0016/3120/Repensando\\_o\\_Lazer.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0016/3120/Repensando_o_Lazer.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2016.

FERNANDES, Cláudia Monteiro; GUIMARÃES, José Ribeiro. A Região Metropolitana de Salvador na transição demográfica brasileira. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Salvador: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. p. 51-76.

FERNANDES, Ana. Decifra-me ou te devoro: urbanismo corporativo, cidade-fragmento e dilemas da prática do urbanismo no Brasil. In: GONZALES, Suely F. N.; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; PAVIANI, Aldo. *Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira*. São Paulo: Livre Expressão, 2013. p. 83-107.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção educação e mudança, 1).

GAUDEMAR, Jean-Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GRUPO DE ESTUDOS URBANOS. *Fim da polêmica sobre classes sociais*. Disponível em: <<http://www.geu.com.br/news/fim-da-polemica-sobre-as-classes-sociais>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

FRANCO, Angela Maria de Almeida. *Globalização e festa na Bahia: impactos e tendências da implantação da indústria automobilística na Região Metropolitana de Salvador*. 2008. 299f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. Aspectos do processo de metropolização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 79-86, set. 1993.

FRANCO, Angela; SANTOS, Elisabete; GABRIELLI, Livia. Salvador dos novos horizontes. *Revista Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 21-29, maio/ago. 1988.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS (BA). *Mercado imobiliário para a população de baixa renda de Salvador: o loteamento popular*. Salvador: CPE, 1980.

GAMA, Antônio; SANTOS, Norberto Pinto dos. Tempo livre, lazer e terciário. In: GAMA, Antônio; SANTOS, Norberto Pinto dos (Coord.). *Lazer: da conquista do tempo*

à conquista das práticas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1991. p. 59-83. Disponível em: <[https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/tempo\\_livre\\_lazer\\_e\\_terci%C3%A1rio\\_1991](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/tempo_livre_lazer_e_terci%C3%A1rio_1991)>. Acesso em: 20 dez. 2015.

GARCÍA, George I. Marx e Engels: la vida cotidiana como praxis. *Revista de Filosofia da Costa Rica*, [S.l.], v. 40, n. 100, p. 95-102, 2002. Disponível em: <<http://www.inif.ucr.ac.cr/recursos/docs/Revista%20de%20Filosof%C3%ADa%20UCR/Vol.%20XL/No.100/Marx%20y%20Engel%20la%20vida%20cotidiana%20como%20praxis.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GESTÃO de Ismael Ornelas: memória fotográfica municipal. Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1422109071375887.1073741857.1414835298769931&type=1>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

GOOGLE STREET VIEW. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.8889198,-38.3127113,3a,75y,133.48h,91.67t/data=!3m6!1e1!3m4!1saBjt1XFKYgMJ4XBUBwOIYQ!2e0!7i13312!8i6656>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.8908849,-38.3076374,132m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/R.+Brg.+Alberto+Costa+Matos+-+Bosque+do+Quiosque,+BA,+42700-000//@-12.8894025,-38.3159455,16z/data=!3m1!4b1!4m9!4m8!1m5!1m1!1s0x7163df953d933d1:0x21dc553ab56e63ae!2m2!1d-38.3115681!2d-12.889413!1m0!3e0>>. Acesso em: 25 jun. 2016a.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/avenida+lui+trarquino//@-12.9016694,-38.3917167,13z/data=!4m2!4m1!3e0>>. Acesso em: 25 jun. 2016b.

GORENDER, Jacob. Introdução: o nascimento do materialismo histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 7-40.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (O processo de produção do capital, livro 1).

GRUPO ESPAÇO LIVRE DE PESQUISA-AÇÃO. *Fragmentos sobre Sennett: espaço livre para a pesquisa e a reflexão, um debate virtual*. Salvador, 2016. (mimeo).

GURVITCH, Georges. Definição do conceito de classe social. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar: 1973. p. 94-115.

HARNECKER, Marta. *Conceitos elementares do materialismo histórico*. 2. ed. Lisboa: Provençal, 1976a. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Conceitos elementares do materialismo histórico*. 2. ed. Lisboa: Provençal, 1976b. v. 2.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sidra: censo demográfico*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=CD&z=t&o=3>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. *Sidra: banco de dados agregados*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=206&z=t&o=3&i=P>>. Acesso em: 5 abr. 2015a.

\_\_\_\_\_. *Posição na ocupação*. Disponível em: <<http://www.inde.gov.br/images/pdf/concla/posocupacoes.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Conceitos*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 22 nov. 2015c.

\_\_\_\_\_. *Classificações*. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/ocupacao/classificacao-brasileira-de-ocupacoes>>. Acesso em: 25 nov. 2015d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

JARDIM, Antônio de Ponte. Reflexões sobre mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, Luis Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). *Reflexões sobre deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. *Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano*. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo\\_05.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_05.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 3. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

LAGO, Luciana C. A “periferia” metropolitana como lugar de trabalho: da cidade dormitório à cidade plena. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v.11, n. 2, p. 9-28, ago./dez. 2007.

LANE, Silvia Tatiane Maurer. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, Silvia Tatiane Maurer; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasileirise, 1985. p. 32- 39.

LAURO DE FREITAS. Lei nº 1.596 de 19 de novembro de 2015. Dispõe sobre a criação da base oficial de logradouros, a delimitação e denominação dos bairros do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Lauro de Freitas, BA, 22 dez. 2015. Disponível em:

<[http://seplan.laurodefreitas.ba.gov.br/legislacao/lei\\_1596\\_2015\\_republicacao.pdf](http://seplan.laurodefreitas.ba.gov.br/legislacao/lei_1596_2015_republicacao.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2016.

LÊNIN, W. I. Uma grande Iniciativa. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980. v. 3, p. 139-160. Disponível em: <[vermelho.org.br/html/biblioteca/docs/iniciativa.rtf](http://vermelho.org.br/html/biblioteca/docs/iniciativa.rtf)>. Acesso em: 24 dez. 2014.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006a.

\_\_\_\_\_. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006b.

\_\_\_\_\_. Psicologia das classes sociais. *GEOUSP*, São Paulo, n. 17, p. 21-41, 2005.

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991a.

\_\_\_\_\_. *Critica everyday life*. Bristol: Leaper & Gard Ltd, 1991b. v. 1.

\_\_\_\_\_. *Lógica forma. Lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

\_\_\_\_\_. *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

\_\_\_\_\_. *Espacio y política*. Barcelona: Edicions 62, 1976.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SULIANO, Daniel Cirilo. *As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil*. Ceará: IPECE, 2009. (Nota técnica, 38). Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas\\_tecnicas/NT\\_38.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_38.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2015.

LUKÁCS, György. A consciência de classe. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar: 1973. p. 11-60.

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. *Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 55-121, out./dez. 1977.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, 1996a. p. 73- 119. (O processo de produção do capital, livro 1).

\_\_\_\_\_. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, 1996b. (O processo de produção do capital, livro 1).

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*: terceiro manuscrito: necessidades, produção e divisão do trabalho. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap05.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson et al. (Org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2012.

MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo. Mobilidade pendular intermetropolitana. *E-metropolis*, [s.n.], v. 24, n. 7, mar. 2016, p. 6-20.

MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

NASSER, Ana Cristina Arantes. *Sair para o mundo: o trabalho, a família e o lazer na vida dos excluídos*. São Paulo: Hucitec; Fapesb, 2001.

NERI, Marcelo C. (Coord.). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

NERI, Marcelo C.; MELO, Luisa C. Coutinho; MONTE, Samanta dos Reis Sacramento. *Superação da pobreza e a nova classe média no campo*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, FGV, 2012. Disponível em: <<http://editora.fgv.br/superacao-da-pobreza-e-a-nova-classe-media-no-campo>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 78, n. 23, p. 15-36, abr. 2002.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Metrodata: movimento pendular por município 2010*. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=152](http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=152)>. Acesso: 27 mar. 2014

OLIVEIRA, Tiago. *Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro*. 2015. 269f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaços e Debates*, São Paulo, n. 6, p. 36-54, jun./set. 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000.

\_\_\_\_\_. Desafios da crítica imanente do lazer e do consumo a partir do shopping center. *ArtCultura*, Uberlândia, MG, v. 10, n. 17, p. 103-119, jul./dez. 2008. Disponível

em: <[http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF17/V\\_Padilha\\_17.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF17/V_Padilha_17.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *A nova classe média brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas*. Disponível em: <<https://issuu.com/sae.pr/docs/novaclassemedia>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

PEIXOTO, Elza Maria Mendonça. *Estudos de lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels*. 2007. 362f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9725/1/Tese%20Doutorado%20Elza%20Peixoto.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016

PEREIRA, Gilberto Corso. Organização social do território e formas de provisão de moradia. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Salvador: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. p. 141-173.

PEREIRA, Rafael H. Moraes; HERRERO, Verónica. *Mobilidade pendular: uma proposta teórico-metodológica*. Brasília: IPEA, 2009. 26 p. (Texto para discussão, 1395).

PERISSONOTTO, Renato M. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, p. 81-121, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/03.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. *Pegada*, Presidente Prudente, SP, v. 14, n. 1, p. 58-80, jul. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/2138>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: resultados do ano de 2014. Salvador: SEI, v. 11, 2015.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: resultados do ano de 2013. Salvador: SEI, n. 13, 2014.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: resultados do ano de 2011. Salvador: SEI, n. 11, 2012.

*PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMS*: boletim anual 2011. Salvador: SEI, v. 11, 2012.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMS: boletim anual de 2010. Salvador: SEI, v. 10, 2011.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMS: boletim anual 2009. Salvador: SEI, dez. 2009.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMS: boletim anual 2008. Salvador: SEI, v. 9, 2008.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMS. Região Metropolitana de Salvador 2007. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=83&Itemid=622](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=622)>. Acesso em: 21 maio 2016.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: resultados do ano de 2005. Salvador: SEI, 2006. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=83&Itemid=622](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=622)>. Acesso em: 21 maio 2016.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: resultados do ano de 2004. Salvador: SEI, 2005.

POCHMANN, Marcio. Trabalho em questão neste início de século XXI. In: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar (Org.). *Trabalho em questão*. Salvador: SEI, 2010. p. 11-25. (Série estudos e pesquisas, 86).

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RUSSEL, Bertrand. *O elogio do lazer*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*: resultado da pesquisa origem-destino. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Transporte, [200?]. Disponível em: <[http://www.setrerj.org.br/dados/25\\_pdtu.pdf](http://www.setrerj.org.br/dados/25_pdtu.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2016.

SANTOS, Janio. *A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador*. Salvador: Edufba, 2013.

SANTOS, Luciana da Silva. *Profissão: do lar*. A desvalorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3956/1/2008\\_LucianaSilvaSantos.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3956/1/2008_LucianaSilvaSantos.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2016.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. In: SILVA, Elisiane da; MARTINS, Liana Bach. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2012. p. 75-224.

SÃO PAULO. Secretaria dos Transportes Metropolitanos. *Pesquisa origem-destino 2011*: Região Metropolitana de Campinas: síntese dos resultados da pesquisa Cordon Line. Disponível em: <[http://www.stm.sp.gov.br/odrmc/images/stories/ODRMC\\_2011\\_sintese.pdf](http://www.stm.sp.gov.br/odrmc/images/stories/ODRMC_2011_sintese.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2016.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Da cidade à Metrópole. *Revista Geografares*, [S.l.], n. 9, p. 49-79, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1307/1253>>. Acesso em: 21 out. 2012.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

\_\_\_\_\_. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERPA, Angelo. Empreendedorismo popular e ascensão social em diferentes contextos urbano-regionais: uma análise preliminar em dois bairros populares da Bahia. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 94-120, 2015. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/751>>. Acesso em: 21 dez 2015a.

\_\_\_\_\_. Lazer e trabalho no espaço urbano-metropolitano contemporâneo. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. especial, p. 137-148, dez. 2015b.

\_\_\_\_\_. A paisagem periférica. In: YAZIGI, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 161-179.

\_\_\_\_\_. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *Uma introdução a Pierre Bourdieu*. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/uma-introducao-a-pierre-bourdieu/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

SILVA, Sylvio Bandeira de M; SILVA, Barbara-Christine N.; SILVA, Maina Pirajá. A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). *Salvador: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014. p. 21-50.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. Dinâmica recente do processo de urbanização/metropolização 1931/1985. In: MELLO, Sylvio C. Bandeira de; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 187-262.

SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 41-69.

SIVIERO, Ilomar. *A reconsideração da vida activa no esquecimento da política em Hannah Arendt*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)—Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2016/reconsideracao%20da%20vida%20activa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

SOROKIN, Pitirin A. O que é uma classe social? In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar: 1973. p. 84-93.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (Org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Construção do espaço metropolitano: efeitos sobre as condições de trabalho e habitação. *Revista Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 4-10, maio/ago. 1988.



SOUZA, Celina Maria de. *Metropolização brasileira: uma análise dos anos setenta*. 1985. 118 f. Dissertação (Mestrado)-Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 1985.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

\_\_\_\_\_. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. (Humanitas).

\_\_\_\_\_. Introdução. In: SOUZA, Jessé (Coord.). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. (Humanitas). Disponível em:

<<http://lelivros.website/book/a-rale-brasileira-jesse-souza/#forward#forward>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. *Entrevista especial ao Instituto Humanitas Unissinos*. São Leopoldo, RS, 24 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40127-rales-batalhadores-e-uma-nova-classe-media-entrevista-especial-jesse-de-souza>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

\_\_\_\_\_. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2004. 502 f. Tese (Livre docência)-Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, SP, 2004.

\_\_\_\_\_. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Ana Luísa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: UNESP, 2013.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classe. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. Soares; VELHO, Otávio Guilherme C. A. *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar: 1973. p. 133-170.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Indicadores de demografia intramunicipal*: RMS. Banco de dados disponibilizado em maio de 2016.

\_\_\_\_\_. *Tabelas e gráficos – Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2279&Itemid=495](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2279&Itemid=495)>. Acesso em: 15 jan. 2014

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.  
*Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*. Salvador: SEI, 2014. (Série estudos e pesquisas, 97).

\_\_\_\_\_. *Metrópole baiana: dinâmica econômica e socioespacial recente*. Salvador: SEI, 2012. (Série estudos e pesquisas, 93).

\_\_\_\_\_. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. v.1. (Série estudos e pesquisas, 60)

SUSSESSAGEMLF. *Lauro de Freitas 51 anos de história dia 31 de julho de 2013: fotos antigas da cidade*. Disponível em: <[http://www.sucessagemlf.com/2013/07/blog-post\\_2662.html](http://www.sucessagemlf.com/2013/07/blog-post_2662.html)>. Acesso em: 08 jul. 2015.

THORNTON, James. Sobre a obra de Piritin Sorokin. *Alameda digital* (S.I.), v. 2, n. 10, nov./ dez. 2007. Disponível em: <<http://www.alamedadigital.com.pt/n10/sorokin.php>>. Acesso em: 08 maio 2015.

UNGER, Roberto Mangabeira. Prefácio. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. 2. ed. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012. (Humanitas).



VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesb, 2001.

VILLORÍA, Alicia L. *Las huellas de Lefebvre sobre la vida cotidiana*. Disponível em: <<http://www.lefthandrotation.com/museodesplazados/download/Lindon%20-%20Las%20huellas%20de%20Lefebvre%20sobre%20la%20vida%20cotidiana.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

## **APÊNDICES**

## Apêndice A

	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</b> INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  <b>PESQUISA</b> <b>ESPAÇO E CLASSES SOCIAIS</b> Questionário 1  DATA DE APLICAÇÃO: ____ / ____ / ____	
---	---	---

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.01 – NOME DO ENTREVISTADO:	
1.02 – ENDEREÇO:	
1.03 – TELEFONE:	1.04 – E-MAIL:

2 MIGRAÇÃO	
2.01 – HÁ QUANTO TEMPO MORA NESTE ENDEREÇO?	2.02 – EM QUAL MUNICÍPIO/BAIRRO RESIDIA ANTERIORMENTE?
2.03 – MOTIVO DA MIGRAÇÃO?	

3. CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO	
<b>3.01 – ESTE IMÓVEL É:</b> (    ) 1. PRÓPRIA (.....) AINDA PAGANDO (    ) 2. IMPROVISADO (    ) 3. ALUGADO (.....) 4. COMPARTILHADO C/ OUTRA FAMÍLIA (    ) 5. OUTRA CONDIÇÃO: _____	<b>3.02. TIPO DE IMÓVEL:</b> (    ) 1. CASA (    ) 2. CASA EM CONDOMÍNIO. (    ) 3. APTO (    ) 4. OUTRO OBS: _____
<b>3.03 – QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO?</b> (    ) 1. QUARTOS                      (    ) 3. SALA (    ) 2. BANHEIROS                  (    ) 4. COZINHA (    ) 5. OUTROS	<b>3.04 – QUANTOS MORADORES RESIDEM NESTE DOMICÍLIO?</b> _____
<b>3.05 – NESTE DOMICÍLIO EXISTE:</b>	
1. FOGÃO? (    ) 1. SIM              (    ) 2. NÃO 2. GELADEIRA? (    ) 1. SIM        (    ) 2. NÃO 3. FREEZER? (    ) 1. SIM           (    ) 2. NÃO 4. FORNO DE MICRO-ONDAS? (    ) 1. SIM                              (    ) 2. NÃO 5. APARELHO DE TELEVISÃO? (    ) 1. SIM                              (    ) 2. NÃO QUANTOS? _____ 6. TV POR ASSINATURA? (    ) 1. SIM                              (    ) 2. NÃO 7. RÁDIO?.... (    ) 1. SIM           (    ) 2. NÃO 8. APARELHO DE SOM? (    ) 1. SIM                              (    ) 2. NÃO 9. DVD? (    ) 1. SIM                   (    ) 2. NÃO 10. VIDEOGAME? (    ) 1. SIM        (    ) 2. NÃO 11. BLURAY? (    ) 1. SIM            (    ) 2. NÃO	12. MÁQUINA DE LAVAR ROUPA? (    ) 1. SIM    (    ) 2. NÃO 13. LINHA TELEFÔNICA INSTALADA? (    ) 1. SIM    (    ) 2. NÃO 14. TELEFONE CELULAR? (    ) 1. SIM    (    ) 2. NÃO QUANTOS? _____ 15. COMPUTADOR? (    ) 1. SIM    (    ) 2. NÃO QUANTOS? _____ 16. NOTEBOOK OU TABLET? (    ) 1. SIM    (    ) 2. NÃO QUANTOS? _____ 17. ACESSO À INTERNET? (    ) 1. SIM    (    ) 2. NÃO 18. AUTOMÓVEL PARA USO PARTICULAR? (    ) 1. SIM                              (    ) 2. NÃO QUANTOS? _____ 19. MOTO PARA USO PARTICULAR? (    ) 1. SIM    (    ) 2. NÃO QUANTAS? _____



<b>5. OUTROS RENDIMENTOS - ALGUM MORADOR DESTE DOMICÍLIO POSSUI:</b>	
5.01 – APOSENTADORIA, PENSÃO? (     ) 1. SIM     (     ) 2. NÃO	5.02 – ALUGUEL? (     ) 1. SIM     (     ) 2. NÃO
5.03 – PENSÃO ALIMENTÍCIA, MESADA, DOAÇÃO RECEBIDA DE NÃO-MORADOR? (     ) 1. SIM     (     ) 2. NÃO	5.04 – SEGURO-DESEMPREGO? (     ) 1. SIM     (     ) 2. NÃO
5.05 – BOLSA FAMÍLIA, BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC; PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL - PET; PROGRAMA DE ATENÇÃO À CRIANÇA - PAC (0 A 6); OUTRO PROGRAMA SOCIAL SEM TRANSFERÊNCIA DE RENDA? (     ) 1. SIM     QUAL? _____ (     ) 2. NÃO	
5.06 – OUTROS? (     ) 1. SIM – QUAL? _____ (     ) 2. NÃO	

**6 – O QUE SIGNIFICA TRABALHO PARA VOCÊ?**

---



---



---



---

**7. LAZER**

**7.01 – QUAIS AS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE LAZER DOS MORADORES DESTE DOMICÍLIO? ONDE AS PRATICAM? (NÃO SUGERIR)**

(.....) 1. ASSISTIR A TV

(     ) 2. PRAIA     QUAIS?

(     ) 3. VISITA A PARQUES, PRAÇAS E SIMILARES     QUAIS?

(.....) 4. CAMINHADAS, PASSEIOS DE BICICLETA E SIMILARES     ONDE?

(     ) 5. VISITA A AMIGOS... ONDE?

(     ) 6. VISITA A PARENTES SIMILARES     ONDE?

(     ) 7. SHOPPING     QUAIS?

(     ) 8. CINEMA     QUAIS?

(     ) 9. TEATRO.... QUAIS?

(.....) 10. VIAGEM PARA O INTERIOR DO ESTADO?     PRINCIPAL DESTINO / PROPÓSITO?

(.....) 11. VIAGEM PARA OUTROS ESTADOS?     PRINCIPAL DESTINO / PROPÓSITO?

(.....) 12. VIAGEM PARA O EXTERIOR?     PRINCIPAL DESTINO / PROPÓSITO?

(.....) 13. OUTROS:

**7.02 – O QUE SIGNIFICA LAZER PARA VOCÊ?**

---



---



---



---

**8. O BAIRRO**

**8.01 – QUAIS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO NO MOMENTO DE EM VEIO A RESIDIR NELE? QUE LEMBRANÇAS TÊM DAQUELE MOMENTO?**

---

---

---

---

**8.01 – COMO PERCEBE O BAIRRO NO ATUAL MOMENTO? QUAIS SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS?**

---

---

---

---

## **Apêndice B**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

#### **1. DADOS DO ENTREVISTADO**

- A) NOME DO ENTREVISTADO
- B) IDADE
- C) ESTADO CIVIL                      SE CASADO, HÁ QUANTO TEMPO?
- D) FILHOS
- E) ESTUDA ATUALMENTE?
- F) ESTUDOU ATÉ QUE SÉRIE?
- G) DEPOIS QUE PAROU DE ESTUDAR, FEZ ALGUM CURSO?
- H) QUAL SUA OCUPAÇÃO ATUAL?

#### **2. BAIRRO**

- A) HÁ QUANTO TEMPO DE RESIDÊNCIA NO BAIRRO? SEMPRE NESTE ENDEREÇO?
- B) ANTES DE VIR PARA CÁ, ONDE RESIDIA?
- C) POR QUE VEIO MORAR NO ATUAL DOMICÍLIO?
- D) COM QUEM VEIO MORAR AQUI?
- E) NA ÉPOCA EM QUE VEIO PARA CÁ, COMO ERA ESTE BAIRRO?
- F) ATUALMENTE, COMO VOCÊ DESCREVE ESSE BAIRRO?
- G) HÁ MUITAS MUDANÇAS EM RELAÇÃO AO MOMENTO EM QUE VOCÊ AQUI CHEGOU?
- H) EM SUA OPINIÃO, POR QUE ACONTECERAM ESSAS MUDANÇAS?
- I) ACHA QUE TAIS MUDANÇAS TIVERAM ALGUMA CONSEQUÊNCIA NA SUA VIDA? POR QUE?
- J) ACHA QUE AS ATUAIS CONDIÇÕES DO BAIRRO INTERFERIRAM NA SUA VIDA DE SUA FAMÍLIA? EXPLIQUE (EM QUE ASPECTOS, POR QUE?):

#### **3. TRAJETÓRIA PESSOAL**

- A) SEUS PAIS, ESTUDARAM ATÉ QUE SÉRIE?
- B) SEUS PAIS TRABALHAVAM OU TRABALHAM?
- C) QUAL A OCUPAÇÃO DELES?
- D) E SUA ESPOSA, TRABALHA?
- E) QUAL SUA OCUPAÇÃO?
- F) E VOCÊ, FALOU QUE TRABALHA COM-----, A QUANTO TEMPO EXERCE ESSA PROFISSÃO?
- G) JÁ TEVE OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL ANTES?
- I) EM RELAÇÃO AO SEU ATUAL TRABALHO, O QUE EFETIVAMENTE FAZ LÁ? OU EXPLIQUE COMO É SEU TRABALHO.
- J) GOSTA DO QUE FAZ? POR QUÊ?



- K) ERA EFETIVAMENTE ESSE TIPO DE TRABALHO QUE GOSTARIA DE TER? QUER DIZER, QUANDO CRIANÇA, PENSAVA EM SER O QUE QUANDO CRESCER?
- L) PENSA EM EXERCER OUTRA PROFISSÃO, QUAL?
- M) E COMO CHEGA ATÉ LÁ? NORMALMENTE, QUANTO TEMPO GASTA NO DESLOCAMENTO ATÉ O TRABALHO E DE VOLTA?
- N) O QUE SIGNIFICA TRABALHO PARA VOCÊ? QUAL A IMPORTÂNCIA DO SEU TRABALHO NA SUA VIDA?
- O) FANADO DE OUTRO TIPO DE PRÁTICA, QUAIS SUAS PRÁTICAS DE LAZER?
- P) ONDE E COM QUEM AS REALIZA?
- Q) ESSAS ATIVIDADES SÃO EFETIVAMENTE AQUELAS QUE VOCÊ GOSTARIA DE TER COMO LAZER?
- R) HÁ ALGO QUE VOCÊ OU OUTRA PESSOA DA FAMÍLIA FAÇA SOZINHO?
- S) EM QUE MOMENTOS OU FREQUÊNCIA PRATICA ATIVIDADES QUE CONSIDERA DE LAZER?
- T) LAZER, COMO VOCÊ O DEFINE?

## Apêndice C

### Informações gerais dos indivíduos que responderam ao questionário e dos demais moradores de seu domicílio

DOMICÍLIO	MORADORES¹	IDADE (em anos)	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO²	RENDA PER CAPITA DOMICILIAR (em R\$)
1	Pai Mãe Filho Filho Filha	40 37 11 13 16	Ensino Médio Pós-Graduação incomp Fund I em curso Fund I em curso Técnico em curso	Téc. em administração Estudante Estudante Estudante Estudante	434,40
2	Mãe Filho Filho	53 14 17	Superior incompleto Fundamental II em curso Médio em curso	Vendedora Estudante Estudante	833,33
3	Pai Mãe Filho	49 42 21	Fundamental Técnico completo Superior em curso	Motorista Téc. enfermagem Estudante	1.119,33
4	Mãe Filha Marido	57 25 65	Médio Mestrado Médio	Escrivã de polícia Estudante Aposentado	2.172,00
5	Mãe Pai Filha Filha	35 42 15 9	Superior em curso Médio Médio em curso Fund I em curso	Coord. Financeira Eletricista/Tomei. mecânico Estudante Estudante	1.629,00
6	Esposa Esposo	39 39	Fundamental I Fundamental I	Não trabalha Pintor	362,00
7	Filha Filho Filho Mãe Pai	24 21 26 49 50	Superior em curso Superior em curso Médio Fundamental II Médio	Estudante (bolsista) Estudante (bolsista) Administrador Vendedora Vendedor	449,60
8	Homem	64	Superior	Cineasta	3620,00
9	Filha Mãe Filha	34 67 32	Superior com Especialização Médio Superior	Téc. De processos Aposentado (a) Gerente de loja	1810,00
10	Mãe Pai Da Resp. Mãe Da Resp. Irmão Da Resp.  Pai Filho	28 56 49 31  29 2	Médio Médio Superior Médio  Superior -	Desempregado(a) Não trabalha Enfermeira Administrador Operador de máquinas e equipamentos -	1667,00
11	Mãe Pai Filho Filho	39 54 6 12	Fundamental II Medio Fundamental I em curso Fundamental II em curso	Vendedor(a) Caminhoneiro Estudante Estudante	725,00
12	Avô Sobrinha Neta Avô	64 32 22 72	Fundamental I Medio Medio Fundamental I Incomp.	Diarista Caixa Embaladora Motorista	899,00
13	Esposo Esposa	72 65	Superior Superior	Pastor Aposentada	12500,00
14	Pai Filho Filho Neta  Neto  Filho Filho	68 30 48 13  16  18 21	Analfabeto Lê e escreve Lê e escreve Fundamental II em curso  Fundamental II em curso  Sem informação Fundamental II em curso	Biscateiro Não trabalha Biscateiro Estudante  Estudante/ Ajudante de pedreiro  Ajudante de Limpeza Descarregador	?307
15	Homem	56	Fundamental II incomp.	Gari	1086,00
16	Filha Mãe	18 51	Médio Completo Superior com especialização	Vendedora Contadora	?724
17	Homem	82	Fundamental II incomp.	Aposentado	1086,00
18	Mãe Pai Filho Sobrinho Filho Filha	49 36 17 15 13 2	Fundamental II incomp. Fundamental II incomp. Fundamental II em curso Fundamental II em curso Fundamental II em curso -	Do lar Pedreiro Estudante Estudante / Capinação Estudante -	278,00

Continua

DOMICÍLIO	MORADORES¹	IDADE (em anos)	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO²	RENDA PER CAPITA DOMICILIAR (em R\$)
19	Irmão	36	Fundamental I Incomp.	Pedreiro	?503
	Irmão	23	Fundamental II Incomp.	Zelador	
	Irmã	46	Le e escreve	Faxineira	
	Sobrinha	19	Sem informação	Manicure	
	Sobrinha	16	Sem informação	Estudante/ Babá	
	Sobrinha	2	-	-	
	Sobrinha	3	-	-	
20	Esposo	57	Fundamental I comp.	Vendedor	325,00
	Esposa	65	Lê e escreve	Do lar	
21	Esposo	54	Médio	Árbitro de futebol	?500
	Esposa	51	Superior	Professora	
22	Mulher	56	Médio	Dona de casa/ Pensionista	Sem informação
23	Mãe	24	Médio II Incomp.	Dona de casa	1207,00
	Pai	26	Médio	Comerciante	
	Filho	2	-	-	
24	Esposa	70	Médio Incomp.	Téc. medicina alternativa	?543
	Esposo	74	Médio Incomp.	Aposentado	
25	Sobrinha	37	Médio Compl.	Comerciante	869,00
	Tia	64	Fundamental Incomp.	Dona de casa	
	Primo	35	Analfabeto	Comerciante	
	Primo	30	Analfabeto	Comerciante	
	Prima	30	Fundamental I Incompl.	Comerciante	
26	Esposa	75	Analfabeto	Aposentada	724,00
	Esposo	75	Analfabeto	Aposentado	
27	Mãe	57	Médio Incomp.	Merendeira	634,00
	Filho	22	Fund. II Incomp.	Ajudante de pedreiro	
	Neta	11	Sem informação	Estudante	
	Neto	3		Estudante	
28	Mãe	32	Superior com Especialização	Professora	1500,00
	Esposo	37	Superior Completo	Químico	
	Filho	10	Fundamental Incompleto	Estudante	
	Sogra	72	Fundamental I Comp.	Aposentada	
29	Mãe	53	Médio	Designer	482,67
	Filha	16	Fundamental II em curso	Estudante	
	Filha	21	Médio	Vendedora	
30	Irmão	38	Fundamental II Incomp.	Jardineiro	?362
	Irmão	36	?	Verdureiro	
31	Homem	77	Analfabeto	Aposentado	724,00
32	Pai	61	Medio Comp.	Corretor	543,00
	Mãe	43	Medio Comp.	Desempregada	
	Filho	7 meses	-	-	
	Enteado	17	Fundamental II em curso	Estudante/ Aux. mecanico	
33	Mãe	71	Fundamental I Incomp.	Dona de casa	531,00
	Pai	78	Fundamental I Incomp.	Aposentado	
	Filha	56	Médio	Manicure	
	Neta	30	Superior em curso	Estudante	
34	Homem	86	Analfabeto	Aposentado (a)	724,00
35	Avó	76	Analfabeta	Dona de casa	543,00
	Filha	42	Le E Escreve	Diarista	
	Neto	22	Fundamental II Comp.	Motorista	
	Neta	20	?	Caixa	
36	Avó	64	Médio	Aposentada	1086,00
	Avó	64	Médio	Empresário/Tec. eletrônica	
	Filha	32	Especialização	Empresária/ Transfer de turista	
	Neto	9	Fundamental I em curso	Estudante	
37	Mãe	35	Superior	Representante de vendas	724,00
	Filha	17	Médio	Manicure	
	Filho	11	Fundamental II em curso	Estudante	
38	Mãe	42	Técnico Comp./ Magistério	Não trabalha	1336,00
	Pai	45	Superior Completo	Supervisor de qualidade	
	Filha	20	Superior Completo	Gerente de bar	
	Filho	15	Médio em curso	Estudante	
39	Filho	29	Superior Completo	Desempregado	Sem informação
	Mãe	62	Superior Completo	Psicóloga / Aposentada	
	Primo	26	Superior Completo	Psicologo	

Continuação

DOMICÍLIO	MORADORES¹	IDADE (em anos)	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO²	RENDA PER CAPITA DOMICILIAR (em R\$)
40	Mãe Filho	59 28	Fundamental II Comp. Fundamental II Comp.	Professora Pintor	Sem informação
41	Esposo Esposa	64 58	Médio Incomp Médio Incomp	Aposentado Dona de casa	1448,00
42	Filho Pai Avó Prima	22 51 72 16	Superior em curso Superior incomp. Superior Incomp. Fundamental II Incomp.	Auxiliar administrativo Empresário Estudante/ Aposentada Estudante	1250,00*
43	Mãe Pai Filho Filho	41 50 16 22	Superior incomp. Superior Médio Incomp Superior em curso	Não trabalha Industriário Estudante Estudante/ Estagiário	2681,00
44	Filha Pai	22 64	Superior em curso Superior	Estudante/ Vendedora Aposentado / Engenheiro	1086,00
45	Homem	35	Téc. completo/ Magistério	Produtor de eventos	1448,00
46	Amigo Marido Esposa Amiga Filho	45 31 28 21 7	Superior Médio Medio comp. Médio incomp. Fundamental em curso	Eng. Civil Cantor Dona de casa Recepcionista Estudante	Sem informação
47	Mãe Pai Filha	38 43 2	Superior em curso Superior -	Administradora Advogado -	1612,00
48	Filho Pai Mãe	25 53 47	Médio Fundamental III Completo Fundamental II Incomp.	Eletricista Eletricista Empregada doméstica	1408,00
49	Esposa Esposo	53 52	Fundamental I Comp. Fundamental I Comp.	Empresária/Barraca Empresário/Barraca	543,00
50	Irmã Irmão	21 24	Superior em curso Médio Incomp.	Estudante/ Vendedora Vendedor	1150,00
51	Mãe Pai Filho Filho Filho	55 65 29 30 33	Fundamental I incomp. Fundamental I incomp. Médio incomp. Fundamental II incomp. Fundamental I comp.	Dona de casa Piscineiro/ Aposentado Motorista Mototaxista Desempregado	Sem informação
52	Mulher	74	Médio	Professora de artesanato/ Aposentada	1800,00
53	Mãe Filho Filho Esposo	44 11 21 52	Superior em curso Fundamental II em curso Téc. em curso Superior	Estudante Estudante Estudante Petroquímico	905,00
54	Mãe Avó Filha	39 63 14	Pos Graduação Pos Graduação Fundamental II em curso	Desempregado Aposentada Estudante	1333,00
55	Mãe Pai Filha Filha	44 46 17 13	Superior Médio Médio em curso Fundamental II em curso	Dona de casa / Representante Comercial Representante Comercial Estudante Estudante	Sem informação
56	Homem	51	Técnico em Segurança	Inspetor De Segurança	10000,00
57	Filha Pai Mãe Irmão	23 52 55 18	Superior em curso Superior Superior Médio em curso	Estudante Fiscal De Tributos Do Estado Confeiteira Estudante	Sem informação
58	Mulher	81	Superior Incomp.	Aposentada	2172,00
59	Mãe Pai Filho	38 40 10	Superior Incomp. Superior Completo Fundamental I em curso	Lojista/ Motorista Servidor Publico Estudante	1207,00*
60	Esposa Esposo	54 53	Médio Médio	Salgadeira Motorista	600,00*
61	Esposa Esposo	54 59	Médio Médio	Vendedora Aposentado	5750,00

Continua

DOMICÍLIO	MORADORES¹	IDADE (em anos)	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO²	RENDA PER CAPITA DOMICILIAR (em R\$)
62	Mãe/Irmã	47	Médio	Dona de casa	107,00*
	Irmã	40	Médio	Desempregada	
	Sobrinho	12	Fundamental II em curso	Estudante	
	Sobrinho	17	Fundamental II em curso	Estudante	
	Irmã	34	Médio	Desempregada	
	Sobrinho	18	Médio em curso	Estudante	
	Sobrinha	14	Fundamental II em curso	Estudante	
	Irmã	42	Médio	Téc. enfermagem	
	Filha	29	Superior	Téc. administrativa	
	Cunhado	34	Sem informação	Soldador	
	Neta	3	Estudante	Estudante	
	Sobrinha	21	Médio	Estudante	
	Cunhado	44	Superior	Téc. Segurança	
63	Irmã	70	Mestrado incomp.	Aposentada	3800,00
	Irmã	62	Médio	Empresária/Aposentada	
64	Filha	19	Superior em curso	Estudante/ Estagiária	1750,00
	Mãe	35	Pós Graduação	Ouvidora	
	Padraastro	34	Mestrado	Advogado / Professor	
	Irmão	4	-	-	
65	Esposa	54	Superior Incomp	Dona de casa	Sem informação
	Esposo	54	Médio	Sem informação	
66	Mãe	52	Superior	Administradora	1.138,00
	Marido	68	Superior	Aposentado (administrador)	
	Avó	76	Fundamental I	Aposentada	
	Avô	76	Fundamental I	Aposentado	
	Bisavô	102	Lê e escreve	Aposentado	
	Bisavó	99	Lê e escreve	Aposentada	
67	Filho	10	Fundamental I em curso	Estudante	3.333,00
	Mãe	54	Médio	Gerente	
	Pai	57	Médio	Gerente	
	Filho	24	Superior	Engenheiro	
68	Pai	65	Lê e escreve	Serralheiro	491,00*
	Mãe	52	Lê e escreve	Dona de casa	
	Filha	22	Superior em curso	Aux. Veterinária	
	Filha	29	Lê e escreve	Sem informação	
	Filha	25	Medio	Sem informação	
	Filho	35	Fundamental II Incomp	Desempregado	
69	Filho	28	Superior em curso	Tec. Eletronica	Sem informação
	Mãe	49	Medio	Secretária	
	Irmão	26	Medio	Tec. projetista	
	Irmão	22	Superior em curso	Estagio	
70	Filho	34	Superior em curso	Não trabalha	875,00
	Pai	68	Superior	Aposentado	
	Mãe	69	Pos Graduação	Médica	
	Sobrinha	8	Fundamental I em curso	Estudante	
71	Filha	27	Medio	Aux. Cozinha	1.006,00
	Mãe	48	Fundamental II	Cozinheira	
	Irmão	20	Medio	Aux. almoxarifado	
	Padraastro	42	Alnalfabeto	Aposentado	
72	Mãe	38	Fundamental I Incomp.	Vendedora	50,00
	Filho	11	Fundamental II em curso	Estudante	
	Ex-Cunhado	39	Lê e escreve	Desempregado	
	Ex-Sogra	64	Lê e escreve	Diarista	
73	Esposa	21	Medio	Não trabalha	700,00
	Esposo	24	Medio	Entregador de pizza/ Motociclista	
74	Esposa	36	Superior Incomp.	Empresária	7.500,00
	Esposo	59	Superior	Empresário	
75	Mãe	47	Superior	Dona de casa	1.286,00
	Marido	50	Pos Graduação	Contador	
	Filho	28	Superior	Recém fomado/Não trabalha	
	Filha	26	Superior	Administradora	

DOMICÍLIO	MORADORES¹	IDADE (em anos)	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO²	RENDA PER CAPITA DOMICILIAR (em R\$)
76	Esposa Esposo	72 72	Superior Superior	Aposentada Aposentado/ Administrador	Sem informação
77	Filha/Mãe Mãe Irmão Pai Sobrinha Filho Bisavó	32 54 36 57 12 4 meses 99	Medio Fundamental II Incomp Medio Fundamental I Fundamental II em curso - Le e escreve	Cuidadora de idosos Dona de casa Segurança Pedreiro Estudante - Aposentada	310,00*
78	Pai Esposa Filho  Filha	43 36 2  15	Superior Medio -  Fundamental II em curso	Socorrista / Instrutor Para Cabelereira -  Estdante	1.500,00
79	Esposa Esposo Sobrinha	68 67 34	Superior Superior Superior	Aposentada Aposentado/ Arquiteto Engenheira	2.500,00
80	Esposo Esposa	67 65	Médio Médio	Aposentado/Consultor Financeiro Dona de casa	1.250,00
81	Esposo Esposa Filho	38 33 2 meses	Superior Superior -	Veterinario Professora universitária -	3.333,00
82	Esposo Esposa Filha	47 42 18	Médio Médio Médio	Comerciante Dona de casa Estudante	1.667,00
83	Avó Avó Filha Neto	71 76 43 21	Médio Superior Superior Superior em curso	Aposentada Aposentado Motorista / Fotografa Estudante	2.303,00
84	Esposo Esposa	32 33	Superior Pós Graduada	Design grafico Design grafico	724,00
85	Esposa Marido Filho Avó	50 54 19 73	Superior Superior Superior em curso Médio	Tarologa Projetista Estudante Aposentada	Sem informação
86	Esposo Esposa	68 60	Médio Médio	Aposentado (comerciante) Dona de casa	724,00
87	Mãe Pai Filho Filha	46 46 15 12	Mestrado Superior Médio em curso Fundamental II em curso	Sociologa Aministrador Estudante Estudante	1.250,00
88	Pai Mãe	70 68	Superior Superior	Aposentado/ Consultor de informática Artista plastica	1.250,00*
89	Homem	66	Medio	Aposentado	Sem informação
90	Pai Mãe Filho	41 39 7	Superior Superior Fundamental I em curso	Empresário Supervisora Estudante	2.400,00

Nota:

(1) Tomou-se o respondente como pessoa de referência para identificar os demais integrantes do domicílio.

(2) Respeitou-se a descrição da atividade tal como mencionada pelo(a) respondente.

\* Não se obteve informações de renda de todos os que tem rendimentos no domicílio.